

REVISTA
ACADÊMICA

Vol. 3.

REVISTA ACADÊMICA

Vol. 3.

EDIÇÕES SUPERIORES
BELO HORIZONTE | 2016

Todos os direitos reservados ao autor e Edições Superiores Ltda.

Editor Responsável
Sara M.A.G. Bernades

Conselho Editorial

Cilas Rosa, Sara Bernardes, Nívea de Matos, Lacerda, Sebastião Francisco dos Santos, Liciane Faria Traverso Gonçalves, Clivia Santana da Silva, Eder Ricardo Fiorivan C. Marx, Marcio Alexandre Diniz Cabral, Rodrigo Diniz Cabral, Têndeles Antônio Alves de Barros, Francisco Vieira Chagas, Francisco de Assis Camelo Junior, Fabio Dantas de Oliveira, Thyago Avelino S. dos Santos, Alberto Jorge Souto Ferreira, Ednilda Lessa Praxedes de Melo, Vanderlei Kloos, Giane Ellen Borgio Barbosa, Marley Mendonça Alves, Paulo Sergio Coutinho de Almada, Renata Oliveira de Almeida, Salomão Lopes Teixeira, Valtenio Paes de Oliveira, Bernardo Augusto de F. Dornelas, Caroline Lameirinhas Carvalhar, Ronaldo Neves de Alvarenga, Sebastiao Everton Vieira Colen, Alessandro H. Machado De Assis, Hermann José Junqueira, Alexandre Wesley C. Barbosa, Gilmar Pereira Silva, José Cerqueira Barros Junior, José Ronaldo Veronesi Júnior, Rodrigo Marçal Pereira, Marcos José Pinto, Tiago Silva Brito, João Tavares da Costa Neto, Carolina Angelo Montolli, Denia Rodrigues Chagas Martinelli, Francely de Castro e Souza, Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha, Danielle Santos Silva, Celso Ferreira da Cruz Victoriano, Manoel Felizardo dos Santos, Lucio Ney de Sousa, Wilson Santos, Alexandre Borges Baccharini, Luciano Machado Ferreira, Kaminsky Mello Cholodovskis, Soraya Aparecida Dias Cholodovskis.

Projeto Gráfico
Morhamed Carolino Dias

IE22 Instituto de Educação Superior Latino-Americano

Revista Acadêmica / Instituto de Educação Superior Latino-Americano - V.3.
Edições Superiores: Belo Horizonte - Setembro de 2016.

286p. 16x23cm.
ISSN: 2318-258X

1. Direito Interdisciplinar. I. Revista Acadêmica. II. Instituto de Educação Superior Latino-Americano

CDU: 34

Catálogo na Fonte: Morhamed Carolino Dias. | CRB: 3141P.



Edições Superiores
Av. Presidente Tancredo Neves, 5145 – Segundo Andar
Bairro Castelo - CEP: 31.330-430
Belo Horizonte – MG

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra, em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições se aplicam também às características gráficas da obra e a sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (Artigo 184 e parágrafos, do Código Penal, cf. Lei n. 10.695, de 1º.07.2003), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Impresso no Brasil

EDITORIAL

A Revista Acadêmica do IESLA vem premiar os leitores com temas contemporâneos e de grande valia para a comunidade científica. Sempre em busca de apresentar ao público leitor, pesquisas coerentes com os fundamentos corretos da metodologia científica de cada área a que se propõe. Busca contrapor-se ao risco da Anarquia da Informação, presente na sociedade de hoje.

A revista está composta por quinze artigos das mais diversas áreas, os quais vêm corroborar os trabalhos de mestrado e doutorado que os autores-alunos do IESLA estão desenvolvendo.

O primeiro artigo, de autoria de Adriano Souza Leite, busca abordar um conflituoso tema do cálculo: a concepção a respeito da origem das séries infinitas. É um trabalho interdisciplinar em que a História e a Matemática se entrelaçam, buscando a devida compreensão a respeito deste tema. A referente pesquisa expressa a visão teórica dos paradoxos citados no trabalho, sobre a olhar de historiadores matemáticos como: Carl Boyer, Dirk Struik e Howard Eves.

Em seguida, temos o artigo de André Barreto Sandes, em que o autor levanta a questão da participação do Estado como agente transformador na gestão ambiental. Desse modo, ele aborda questões pertinentes às políticas públicas, projetos, programas e leis do governo brasileiro que buscam viabilizar um maior controle em relação aos danos ambientais.

Ainda sobre a temática ambiental, os autores Arlys Jerônimo e Andreia Oliveira da Silva nos trouxeram suas ideias a respeito das mudanças climáticas, indagando sobre as ações antrópicas no meio-ambiente. Estabelecera assim, as devidas críticas às falsas informações veiculadas a respeito da Climatologia e do Aquecimento Global. De modo a esclarecer confusões que se fazem a respeito do debate sobre os efeitos causados pelo aumento do efeito estufa e interferências humanas no meio em que vive.

Sobre temas relacionados à Psicologia e Saúde, a Revista trouxe nesta edição, um texto sobre a rede de atenção psicossocial na saúde pública brasileira. Este texto, de autoria de Beatriz da Silva, diz respeito à conexão entre serviços públicos de saúde voltados para a questão psicossocial e suas

interrelações e objetivos. Nos mostra que a ação de acolhimento revela o sentido do serviço de saúde, em especial da saúde mental, tratando e acompanhando as diferentes pessoas em suas singularidades, e levando em conta, a pluralidade dos usuários do serviço de saúde pública.

Sobre a temática social, o trabalho de Eronilson Mendes De Sousa, Maria do Socorro Pires de Araújo e Aldenir Melo de Oliveira trata da vida cotidiana dos catadores de materiais recicláveis e sua estimada importância social e ambiental, estabelecendo críticas aos governos atuais que não se importam com a questão social destes profissionais, os quais são mais do que importantes para a gestão ambiental.

No domínio da Educação, o artigo de Edna Maria Rodrigues de Moura Barros vem abordar as práticas de ensino inovadoras que estão em evidência no estudo da Educação e Pedagogia na contemporaneidade, aplicando-se, necessariamente, aos professores universitários.

Jéssica Miranda Freire e Gilmar Miranda Freire discutem a questão da privacidade na sociedade atual, estabelecendo uma crítica a respeito da pós-modernidade. O artigo apresenta as condições sociais e históricas da privação de liberdade e como os sistemas correccionais foram sendo aprimorados até os dias atuais.

No campo das teorias sobre a Administração de Empresas, o trabalho de João Auricélio Souza Silva se destaca ao tratar de um tema de grande importância para os trabalhadores, gestores, empregadores. É a questão do Clima Organizacional. O artigo trata de um debate a respeito da questão do clima em uma perspectiva psicológica. Orienta o leitor a entender como se dão as relações sociais nas organizações e compreender estes campos das relações sociais atreladas ao conceito de psicologia de grupos sociais. Assim, é uma grande demonstração de como é possível compreender as relações entre pessoas se analisadas em relação às organizações.

Kaminsky Mello Cholodovkis e Sônia Aparecida Dias Cholodovkis nos trazem um trabalho sobre o Empreendedorismo Feminino na atualidade. Um

tema de grande importância, na medida em que as mulheres aparecem atualmente no mercado de trabalho e com grandes inovações no campo dos novos empreendimentos, demonstrando que elas estão ocupando vários espaços de destaque no mundo dos negócios e nas corporações.

Luís Gustavo Gomes da Costa e Iara Barbosa Ramos trazem à tona a questão do uso de Terapias Naturais, suas relações históricas de uso e como vem sendo tratado o tema, atualmente. Além disso, abordam a conformidade do uso dessas terapias de acordo com as estratégias tratadas pela OMS no período entre 2002 e 2005.

O trabalho sobre os Sistemas de Informação em Saúde de Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna, Carla Machado da Trindade e Deborah Ribeiro Carvalho aborda as importantes ferramentas que podem ser utilizadas para se compreender a situação real da população atendida, em Sistemas de Atendimento à Saúde. Objetiva assim, orientar ações em Saúde Coletiva.

Ruth Herculano indica os fatores e sinais de adoecimento entre os profissionais da saúde da Unidade de Estratégia de Saúde da Família (UESF) do bairro Liberdade I de Parauapebas – PA.

Rubens Teixeira Andrade evidencia a questão do Sistema Orçamentário. Tendo o objetivo de entender em que medida, a espiritualidade e as emoções influenciam nas práticas orçamentárias comportamentais em microempresas.

Silvana Lemes nos traz a questão da maioria penal, suas implicações sociais e econômicas e oferece novas perspectivas para a abordagem do tema. Este que é de grande interesse da sociedade.

Por fim, o artigo de Wander Swerts trata do tema das lutas na educação física como forma de desenvolvimento cognitivo e humano, na educação.

O terceiro volume da Revista Acadêmica está repleto de trabalhos que merecem grande atenção do público leitor, trata-se de análises pertinentes que fazem um percurso de modo a abranger criticamente as mais diferentes áreas de atuação. Esta mais nova publicação da Editora Edições Superiores

procura estabelecer uma relação de interdisciplinaridade entre os assuntos, de modo que se possa, nesta edição, cumprir o papel de colaborar para o aumento da produção acadêmica na América-Latina. Este é o objetivo de todo o corpo de diretores, conselheiros, colaboradores e alunos do IESLA, ESJUS em parceria com as Edições Superiores.

Sara M. A. G. Bernardes - Presidente do Conselho Editorial
Morhamed Carolino Dias - Editor Assistente

Belo Horizonte, 18 de Outubro de 2016.

DIRETORIA EDITORIAL

Sara M.A.G. Bernardes

Cilas Bernardes Rosa

Joaquim José Miranda Júnior

AUTORES

André Barreto Sande

Adriano Souza Leite

Arlys Jerônimo de Oliveira Lima Lino Carneiro

Beatriz da Silva

Edna Maria Rodrigues Moura Barro

Eronilson Mendes De Sousa

Maria Do Socorro Pires De Araújo

Aldeni Melo De Oliveira

Jessica Miranda Freire

Gilmar Miranda Freir

Joao Auricélio Sousa da Silva

Kaminsky Mello Cholodovskis

Soraya Aparecida Dias Cholodovskis

Luís Gustavo Gomes da Costa

Iara Barbosa Ramos

Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna

Carla Machado da Trindade

Deborah Ribeiro Carvalho

Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna

Rubens Teixeira Machado

Ruth Herculano Pinto

Silvana Lemes de Souza

Wander Moterani Swerts

SUMÁRIO

SEÇÃO INTERNACIONAL

LA ACCIÓN DEL ESTADO Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE EDUCACIÓN AMBIENTAL DESARROLLADAS EN BRASIL

André Barreto Sandes 15

ARTIGOS

O PROCESSO HISTÓRICO DAS SÉRIES INFINITAS

Adriano Souza Leite 29

MUDANÇA CLIMÁTICA: UM FENÔMENO NATURAL
DES PROPORCIONAL ÀS INTERVENÇÕES ANTROPOLÓGICAS

Andreia Oliveira da Silva / Arlys Jerônimo de Oliveira Lima Lino Carneiro 55

O ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E O
CONCEITO DE AÇÃO EM HANNA ARENDT: CAMINHO PARA
SE PENSAR A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Beatriz da Silva 73

PRÁCTICAS INNOVADORAS DE ENSEÑANZA DE LOS PROFESORES
UNIVERSITARIOS EN LA PERSPECTIVA DE RUPTURA CON LA
EDUCACIÓN TRADICIONAL

Edna Maria Rodrigues Moura Barro 87

O COTIDIANO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DE LARANJAL DO JARI-AP: DE “INVISÍVEIS” A PROTAGONISTAS
DA PRODUÇÃO RECICLÁVEL DE UTENSÍLIOS

Eronilson Mendes De Sousa / Maria Do Socorro Pires De Araújo

Aldeni Melo De Oliveira 103

AS CÂMERAS COMO PANÓPTICOS DA CONTEMPORANEIDADE <i>Jessica Miranda Freire/ Gilmar Miranda Freire</i>	121
CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL NAS EMPRESAS, SOB O OLHAR DO PSICÓLOGO <i>Joao Auricélio Sousa da Silva</i>	135
O EMPREENDEDORISMO FEMININO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A CONQUISTA DA MULHER MEDIANTE A INOVAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO <i>Kaminsky Mello Cholodovskis / Soraya Aparecida Dias Cholodovskis</i>	147
TERAPIAS NATURAIS: MARCO HISTÓRICO NO MUNDO E NO BRASIL, EM CONFORMIDADE COM A ESTRATÉGIA DA OMS 2002/2005 <i>Luis Gustavo Gomes da Costa / Iara Barbosa Ramos</i>	183
O <i>DATA LINKAGE</i> COMO FORMA DE APRIMORAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE NASCIDOS VIVOS E DA MORTALIDADE <i>Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna / Carla Machado da Trindade Deborah Ribeiro Carvalho / Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna</i>	211
SISTEMA ORÇAMENTÁRIO PREVISTO COMPORTAMENTAL À LUZ DOS PARADIGMAS EMOCIONAL E ESPIRITUAL: UM MODELO PARA MICROEMPRESAS <i>Rubens Teixeira Machado</i>	227
ADOCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO LIBERDADE I <i>Ruth Herculano Pinto</i>	251

MAIORIDADE PENAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO SOB A
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Silvana Lemes de Souza

263

A PRÁTICA DAS LUTAS COMO CONTRIBUIÇÃO DA
MELHORIA NO DESEMPENHO ESCOLAR

Wander Moterani Swerts

297

O PROCESSO HISTÓRICO DAS SÉRIES INFINITAS

Adriano Souza Leite¹

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada por meio de fontes bibliográficas e tem como objetivo relatar o processo histórico das séries infinitas. Este processo se originou na antiguidade clássica com os Paradoxos de Zenão. A pesquisa apresenta a teoria sob o olhar de historiadores matemáticos como: Carl Boyer, Dirk Struik e Howard Eves. Evidencia-se, no entanto, o trabalho desenvolvido por Gauss sobre as séries infinitas, qual será apresentado e debatido neste artigo. Será demonstrada a importância destes paradoxos para o estudo de novos conceitos e aperfeiçoamentos desenvolvidos e adaptados.

Palavras-Chaves: Cálculo, História de Matemática, Séries Infinitas.

INTRODUÇÃO

Objetivando abstrair da literatura bibliográfica informações do processo histórico das origens das séries infinitas, verificou-se que este se baseia em uma cronologia histórica, iniciada na Grécia clássica com os paradoxos de Zenão (490 – 425 a.c), de Aquiles e a tartaruga e o da Dicotomia. Enfatizou-se o trabalho desenvolvido por Carl Friedrich Gauss (1777-1855) em uma transição entre o século XVIII e XIX.

Para composição deste trabalho as obras de Carl Boyer (História da Matemática), Dirk Struik (História Concisa das Matemáticas), Howard Eves (Introdução à História da Matemática) e o trabalho do professor Cicero José

¹Doutor em Educação (UCSF), Mestre em Teologia – Educação Comunitária com Infância e Juventude, Especialista em Programação de Ensino, Didática e Metodologia do Ensino Superior e Educação Infantil, Psicopedagogia e Educação Ambiental para Sustentabilidade, Licenciado em Geografia e Pedagogia. Professor Regente da SEC/BA no município de Laje e Professor Visitante no Mestrado do Centro de Estudios Académicos del Postgrado y Extensión (CEAPE - Asunción - Paraguay). Email: absandes@hotmail.com.

(Séries – Contexto histórico), foram referências substanciais para a construção do referente artigo.

Nas leituras realizadas nas obras de Carl Boyer, Dirk Struik e Howard Eves, podem-se observar as suas argumentações e fundamentações teóricas sobre os paradoxos desenvolvidos por Zenão. Ressaltam-se em especial, nesta pesquisa, o paradoxo de Aquiles e a tartaruga e o paradoxo da Dicotomia.

No trabalho de Walter Carnielli (*Funções Computáveis, Lógicas e os Fundamentos da Matemática*), encontraram-se uma boa interpretação e menção ao paradoxo milenar. Na sequência deste trabalho, analisou-se a participação de alguns matemáticos importantes para o desenvolvimento das séries finitas.

Nesta perspectiva, baseando-se em um dos paradoxos de Zenão de Eléia, procurou-se esclarecer por meio de pesquisas bibliográficas como se articulou cronologicamente o desenvolvimento do processo histórico das séries infinitas. Demonstraram-se as contribuições de alguns matemáticos como: Leonard Euler, Nicholas Mercator, Guillermo Brunckor, Isaac Newton e por fim, o aporte significativo do pensamento de Gauss, no desenvolvimento da soma das progressões aritméticas.

Neste sentido, a averiguação do processo histórico das séries infinitas faz-se importante a referente pesquisa, para apresentar o leitor que a Matemática não é um produto acabado, e que esta vem sofrendo mutações na interpretação da lógica, ao longo do tempo.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DAS ORIGENS DAS SÉRIES INFINITAS

O filósofo grego Zenão de Eléia (490 – 425 a.c) escreveu um livro com 40 paradoxos² que tinha como objetivo compreender os fenômenos de conjuntos e sequências matemáticas, mostrar a grande fragilidade da matemática da época, mostrando que os conceitos existentes até aquele momento não eram suficientes

²Conceito que é ou parece contrário a comum, contrassenso, disparate, absurdo. Contradição, pelo menos na aparência. (Dicionário Aurélio, 1988);

para esclarecer certos eventos. Zenão era um homem marcado pela construção de muitos paradoxos, dos quais apenas quatro chegaram até nós: Aquiles, Seta, Dicotomia e Estádio. Abordavam conceitos relativos ao movimento e ao tempo, que levaram as primeiras preocupações sobre a definição do infinito e as discussões sobre infinito potencial e infinito atual³ (BOYER 1998), porém em nossa pesquisa destacar-se-á apenas dois desses paradoxos, ao qual em deles teremos como protagonista o veloz Aquiles. Cujo enunciado realizou-se uma adaptação para melhor compreensão:

Aquiles, o atleta mais rápido, capaz de correr a 100 m. em 10 segundos, não poderá alcançar a uma tartaruga lenta. Ambos competem por uma corrida, dando Aquiles uma vantagem de 100 m. a tartaruga. Quando Aquiles cobrir 100 m, A tartaruga passou 10 m. Aquiles para cobrir os 10 m., A tartaruga mudou 1m.

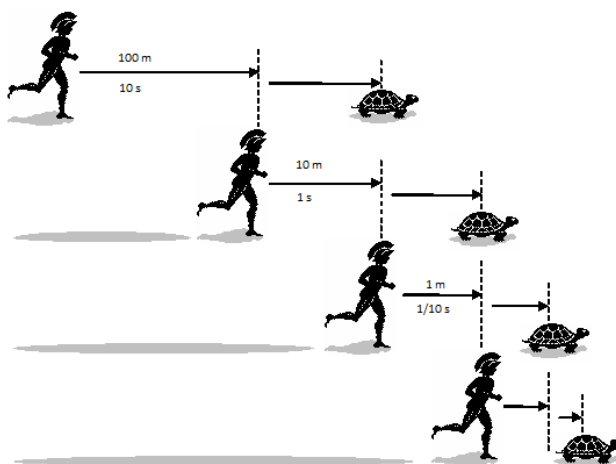
Enquanto cobri esses metros que o separa da tartaruga, ele terá percorrido 0,1 m. E assim prossegue infinitamente. (CARNIELLI; EPSTEIN, 2009, p. 25-26). Então Aquiles deve cobrir infinitos caminhos para alcançar a tartaruga. Portanto, Aquiles deve cobrir uma distância infinita, para a qual precisará de um tempo infinito. De tal forma que o infeliz Aquiles nunca alcançará a tartaruga.

No trabalho de Boyer (1998, p. 52), ressalta-se que “a Dicotomia e o Aquiles argumenta que o movimento é impossível sob a hipótese de

³ O infinito pode ser conceituado sobre diferentes perspectivas, além destas duas a qual irei ressaltar aqui. O *infinito potencial* é a forma mais natural e intuitiva de conceber o infinito, sendo por isso de aceitação geral e não controversa. Nesta concepção o infinito corresponde a algo que pode ser aumentado, continuado ou estendido, tanto quanto se queira. Um exemplo é a sequência dos números naturais: é sempre possível somar mais um, estendendo-a indefinidamente: 1,2,3,4,5....

Galileu explica a divisão de um círculo em “um número infinito” de triângulos infinitesimais. Argumenta que ao “encurvar” um segmento de reta até formar um círculo “reduz – se na forma do infinito atual aquele número de partes que na reta estavam contidas somente de modo potencial”. E, então, o círculo pode ser pensado como um polígono com número infinito de lados.

subdivisibilidade indefinida do espaço e do tempo”. Pensando desta forma, é necessária uma nova teoria para o tempo. Esta nova teoria do espaço-tempo implicará em descrever um novo conceito de movimento, que nada mais é que a relação entre o espaço e o tempo referente às coordenadas espaciais. Zenão apresentou que se os conceitos de contínua e infinita divisão forem aplicados ao movimento de um corpo, então este se torna impossível. Segue abaixo o esquema da resolução do paradoxo de Aquiles e a tartaruga:



Neste sentido percebe-se a importância que Zenão representa para a introdução ao estudo das series infinitas, porém o seu paradoxo, sob o pretexto de raciocínio correto, escondia um erro, pois é correto afirmar que Aquiles alcançaria a tartaruga. Graças a teoria de limite, que após 24 séculos conseguiu demonstrar a falha ocorrida. Tendo em vista que: a suposição de que infinitos caminhos devem adicionar uma distância infinita e precisa de tempo infinito não é correto. A resolução das sequências estudadas ajudar a clarificar as distâncias, a vantagem da tartaruga e do tempo necessário.

Posição de Aquiles	Posição da tartaruga	Vantagem	Tempo
--------------------	----------------------	----------	-------

	(m)	l (m.)	da Tartaruga (m.)	(seg.)
Saída	0	100	100	0
1ª etapa	100	100 + 10 = 110	10	10
2ª etapa	100 + 10 = 110	100 + 10 + 1 = 111	1	10 + 1 = 11
3ª etapa	100 + 10 + 1 = 111	100 + 10 + 1 + 0,1 = 111,1	0,1	10 + 1 + 0,1 = 11,1
4ª etapa	100 + 10 + 1 + 0,1 =	100 + 10 + 1 + 0,1 + 0,01 =	0,01	10 + 1 + 0,1 + 0,01 = 11,11...
Límites	111,1 111,111...	111,11 111,111...	0	11,111...

Por tanto Aquiles alcançara a tartaruga em 111,111... m de corrida, no tempo de 11,111... Segundos. Resolução usando a fórmula convergente da progressão geométrica de razão:

$$q = \frac{1}{10} \quad S = \frac{a_1}{1-q}$$

Logo:

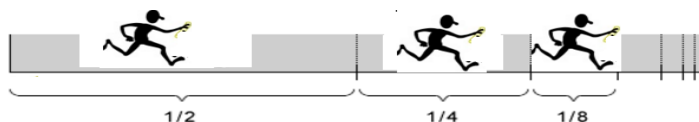
$$S = \frac{10}{1 - \frac{1}{10}} = \frac{10}{\frac{9}{10}} = \frac{100}{9} = 11,11$$

Outro exemplo. Se você ainda tiver dificuldade de admitir que a soma dos números infinitos possa ser um número finito, então na resolução e posição de Zenão referente a este outro problema, o paradoxo da dicotomia: “para caminhar um quilômetro, devemos caminhar primeiro meio quilômetro. Para caminhar este meio quilômetro, devemos caminhar um quarto de quilômetro. Para caminhar este um quarto de quilômetro, devemos antes caminhar um oitavo de quilômetro e assim, indefinidamente” (CARNIELLI; EPSTEIN, 2009, p. 37-38). Zenão concluiu que este movimento era impossível, pois sequer se iniciaria.

A origem do paradoxo diz que não se pode realizar um número infinito de tarefas num tempo finito, mas o quilômetro permanece inalterado pela nossa decomposição em meio quilômetro. Eves se expressa da seguinte maneira em relação ao paradoxo da dicotomia:

Se um segmento de reta pode ser subdividido indefinidamente, então o movimento é impossível pois, para percorre - lo, é preciso antes alcançar seu ponto médio, antes ainda alcançar o ponto que estabelece a marca de um quarto do segmento, e assim por diante, *ad infinitum*. Segue - se então, que o movimento jamais começará. (EVES, 2004, p.418).

Na sua elaboração, percebe-se que o movimento mencionado acima não pode sequer chegar a começar. Assim para o desenvolvimento do paradoxo temos:



$$1 = \frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{8} + \dots$$

Pode-se pensar nesta composição como a soma de uma PG infinita de razão:

$$S = \frac{a_1}{1 - q} \Rightarrow S = \frac{\frac{1}{2}}{1 - \frac{1}{2}} = 1$$

Resultado obtido utilizando a fórmula da PG convergente. Verifica-se no trabalho do professor Cícero José que:

Zenão não foi o único matemático da Antiguidade a trabalhar com sequências. Vários dos matemáticos gregos da Antiguidade usaram seu método de exaustão (um argumento sequencial) para medir áreas de figuras e regiões. Usando sua técnica refinada de raciocínio chamada de “método”, Arquimedes (287 – 212 a.C.) alcançou vários resultados importantes envolvendo áreas e volumes de várias figuras e sólidos. Na verdade, ele construiu vários exemplos e tentou explicar como somas infinitas poderiam ter resultados finitos. Dentre seus vários resultados estavam que a área sob um arco parabólico é sempre dois terços da base vezes a altura. Seu trabalho não foi tão completo ou rigoroso, como alguns matemáticos que vieram depois dele e desenvolveram sequências e séries como Newton e Leibniz, mas foi tão impressionante quanto. Embora Arquimedes tenha sido obstruído pela falta de precisão e notação eficiente, foi capaz de descobrir muitos dos elementos da análise moderna de sequências e séries. (JOSÉ, 2011. p. 2).

Percebe-se por meio da história, a real importância que Zenão representou para o desenvolvimento das séries infinitas que convergia futuramente a um estudo do cálculo. Para Struik (1997 [1948], p. 82 apud Sampaio p.208, 2008), os argumentos de Zenão começaram a preocupar ainda mais os matemáticos, depois de terem sido descobertos os irracionais. Os discípulos de Pitágoras de Samos (580-500 a.C.) descobriram que não conseguiam estabelecer uma razão

entre o lado e a diagonal de um quadrado por meio de números racionais, os conhecidos até então.

Existem muitos outros exemplos de segmentos de reta ou curvas, cujas medidas escapavam à Matemática grega. Tais medidas eram consideradas grandezas, e não números. Sendo chamadas de incomensuráveis. O mais antigo texto sobre a história da Matemática que conseguiu resistir intacto até aos nossos dias, é a obra *De arquitetura* de Marcus Vitruvius Pollio (90-20 a.C.). Pode-se afirmar que Pitágoras descobriu os irracionais, por meio de segmentos de reta incomensuráveis. No entanto, muitos historiadores atuais consideram que não terá sido ele próprio.

Já no século XVII e XVIII, alguns matemáticos começaram a pensar que era possível estender a ideia de soma normal dos conjuntos finitos para conjuntos infinitos, de modo que, em alguns casos, as somas dos conjuntos infinitos de números eram finitos. A proposta de Zenão era sustentada no sentido de que: a soma das quantidades ilimitadas positivos não pode ter uma soma finita.

Os primeiros investigadores pouca atenção deram às questões da convergência ou divergência das séries infinitas⁴. Elas foram tratadas como somas comuns, sujeitas às leis usuais da álgebra, sem considerar que essas leis não podem ser estendidas universalmente a série infinita. Portanto, não é de estranhar que se tenha concluído posteriormente que alguns dos resultados são incorretos. Felizmente, muitos desses pioneiros tinham uma rara intuição e habilidade, o que os impediu de chegar a conclusões falsas, mas não poderia justificar os métodos utilizados.

Entre os primeiros matemáticos que se preocupava com os estudos das séries, destaca-se Leonard Euler. Ele descobriu uma série infinita a partir de um

⁴Uma série é convergente se a sequência de suas somas parciais (s_1, s_2, s_3, \dots) converge. Em uma linguagem mais formal, uma série converge se existe um limite L tal que para qualquer número positivo arbitrariamente pequeno $\epsilon > 0$, existe um inteiro N tal que para todo $n \geq N$, $|s_n - L| \leq \epsilon$. Uma série divergente é uma série que não converge. Portanto, toda série na qual os termos individuais não tendem a zero, diverge. O exemplo mais simples de uma série divergente cujos termos aproximam-se de zero: $1 - \frac{1}{2} + \frac{1}{4} - \frac{1}{8} + \frac{1}{16} - \dots = \sum_{n=0}^{\infty} (-1)^n \frac{1}{2^n}$. Se $r < 1$, então a série converge. Se $r > 1$. Então a série diverge. Fonte: <http://www.ime.unicamp.br/~dominguez/Sequencias%20e%20Series.pdf>.

conceito unificador em vários ramos da matemática. O uso generalizado de série infinita começou quase cinquenta anos depois do nascimento de Euler, coincidindo com o desenvolvimento do cálculo.

Nicholas Mercator e Guillermo Brunckor descobriram em 1668, uma série infinita para o logaritmo após tentar calcular a área de um segmento hiperbólico. Logo após, Newton descobriu a série binomial. Estes resultados foram cruciais na história da matemática. Pouco depois da morte de Euler, o fluxo de novas descobertas começou a diminuir e o período formal na história da série chegou ao fim.

2. GAUSS: O PRÍNCIPE DA MATEMÁTICA

Considerado um dos maiores gênios científicos de todos os tempos, Carl Friedrich Gauss (1777-1855) fez contribuições influentes para o estudo da eletricidade e magnetismo, teoria dos números, a astronomia, a geometria diferencial, e muitos outros campos. Porém neste trabalho focar-se-á em demonstrar sua grande contribuição no campo das séries infinitas.

No livro *the Prince of Mathematics* Albert Einstein comentou: "A importância de Gauss para o desenvolvimento da teoria da física moderna e, especialmente, para os fundamentos matemáticos da teoria da relatividade de fato esmagadora".

Aos 14 anos o seu grande amigo Bartels apresentou Friedrich Gauss ao prestigiado matemático Zimmermann, o qual por sua vez levou o jovem Gauss ao duque Ferdinand, senhor de Brunswick-Lünenburg. O duque era um homem que admirava a convivência com os filósofos, matemáticos e intelectuais da época o mesmo tinha uma grande admiração pelas artes e ciências. Ele surpreendeu-se com a fabulosa inteligência de Carl Gauss, então se comprometeu em se tornar responsável nos estudos deste jovem. Portanto se formar na universidade e concluir seu doutorado os estudos de Gauss foi custeado pelo duque.

Conta-se uma história que aos sete anos, depois de sérios esforços para convencer o pai Dorothea Gauss a deixar ao filho entrar na escola primária, velha escola, o Katherinen Volksschule, liderada por Büttner. Aos nove anos, Gauss assiste a sua primeira aula de Aritmética. Büttner foi considerado um rígido professor de matemática. Ele propôs aos seus alunos, calcular a soma dos cem primeiros números. Logo depois de propor o problema, o jovem Gauss escreveu um número em sua ardósia e exclamando, disse: "Liggett é!" (Não é!). Ele havia escrito 5.050. A resposta correta.

Diante dos olhos de Büttner e seus companheiros de equipe, Gauss tinha aplicado, sem saber, o algoritmo da soma dos termos de uma progressão aritmética. Ele tinha notado que a soma do primeiro e do último dígito foi o mesmo resultado que a soma do segundo e penúltimo, etc, isto é: $1 + 2 + 99 = 100 = 98 = 3 + \dots = 101$. Como existem 50 pares de números multiplicando assim o resultado $101 \cdot 50 = 5050$. Eis abaixo, a progressão aritmética, solução de Gauss passo a passo:

$$\begin{array}{r} 100 + 99 + 98 + 97 + \dots + 4 + 3 + 2 + 1 \\ 1 + 2 + 3 + 4 + \dots + 97 + 98 + 99 + 100 \\ \hline 101 + 101 + 101 + 101 + \dots + 101 + 101 + 101 + 101 \\ 1 + 2 + 3 + \dots + 98 + 99 + 100 = \frac{100 \cdot 101}{2} \\ 1 + 2 + 3 + \dots + 98 + 99 + 100 = 5050 \end{array}$$

Progressão aritmética: Termos equidistantes

($a_1; a_2; a_3; a_4; a_{m-3}; a_{m-2}; a_{m-1}; a_m$)

$$\begin{aligned} a_2 + a_{m-1} &= a_3 + a_{m-2} = a_4 + a_{m-3} = \dots \\ \dots &= a_n + a_{m-n+1} = \dots = a_1 + a_m \end{aligned}$$

Progressão Aritmética - Soma dos n primeiros termos:

$$S_n = a_1 + a_2 + a_3 + \dots + a_{n-2} + a_{n-1} + a_n$$

$$S_n = a_n + a_{n-1} + a_{n-2} + \dots + a_3 + a_2 + a_1$$

$$2S_n = (a_1 + a_n) + (a_2 + a_{n-1}) + \dots + (a_{n-1} + a_2) + (a_n + a_1)$$

$$2S_n = (a_1 + a_n)n$$

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n)n}{2}$$

Aplicação:

Obter a soma dos 100 primeiros números.

Solução:

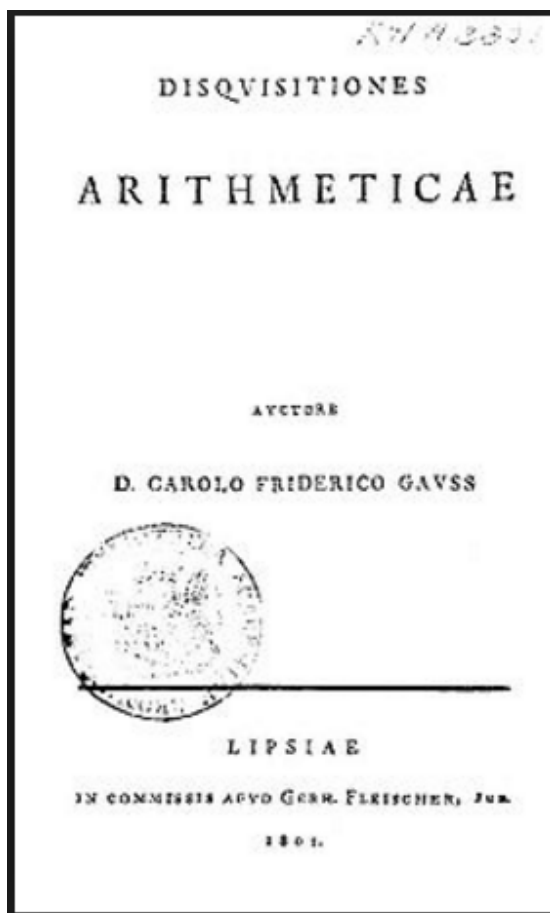
$$a_1 = 1$$

$$r = 1$$

$$n = 100$$

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n)n}{2} = \frac{(1 + 100) \cdot 100}{2} = \frac{101 \times 100}{2} = 5050$$

O Livro de Gauss, intitulado *Disquisitiones Arithmeticae*, ficou completo aos seus 23 anos. Representou a mais significativa contribuição para o campo da teoria dos números até aquele momento. Neste referido livro foram encontrados vários temas ligados ao cálculo matemático, sendo um deles o do interesse da nossa pesquisa, Investigações em Aritmética, ressaltando o cálculo das series infinitas.



Frontispício de *Disquisitiones Arithmeticae* (1801).

É importante ressaltar que neste referido trabalho foi desenvolvido um trabalho disposto a mostrar de forma sucinta, o processo histórico das séries infinitas. É relevante citar que outras séries (Série de Taylor Série de Maclaurin, Série de Fourier, entre outras) desenvolvidas por matemáticos que se integram de forma eficiente sendo fortemente utilizadas no campo da ciência. Principalmente nas áreas como: Matemática, Engenharia, Computação, Música, Ondulatória, Sinais Digitais, Processamento de Imagens, entre outras.

CONCLUSÃO

Foi possível perceber, a partir deste estudo, a importância da argumentação de Zenão para o estudo das series infinitas. Este estudo busca ganhar espaço no cenário matemático, e revelar, deste modo, que a Matemática não é um ramo do conhecimento finito, sem abertura de novas possibilidades e descobertas. Verificou-se a evolução das análises sobre séries infinitas, observando a sua formação, fragilidade e o seu pleno desenvolvimento.

Por fim, oferecendo um contraponto para o levantamento de novas hipóteses, destaca-se que há uma relativa fragilidade a respeito de questões matemáticas. Estas que se tornaram importantes ferramentas e bases sólidas para consolidação dos novos conhecimentos matemáticos.

REFERÊNCIAS

- BOYER, Carl B. *História da Matemática*. São Paulo: Edgard Blücher, 1974.
- CARNIELLI, Walter A.; EPSTEIN, Richard L. *Computabilidade, Funções Computáveis, Lógica e os Fundamentos da Matemática*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CONTADOR, Paulo Roberto Martins. *Matemática, uma breve história*. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2006. v3.
- EVES, Howard. *Introdução à História da Matemática*. Campinas: Unicamp, 2004.
- GUDERMANN, Christoph. *Johann Carl Friedrich Gauss*. Disponível em: <http://pt.encydia.com/es/Carl_Friedrich_Gauss>. Pesquisado no dia 26/11/2015.
- SAMPAIO, Patrícia Alexandra da Silva Ribeiro. *Infinito: Uma História a Contar*. Viseu: Instituto Politécnico, 2008.
- STRUIK, Dirk J. *História Concisa das Matemáticas*. Título original: A Concise History of Mathematics). Trad. João Cosme S. Guerreiro. 2ª edição. Lisboa: Editora Gradiva, 1992.

LA ACCIÓN DEL ESTADO Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL DESARROLLADAS EN BRASIL

André Barreto Sandes⁵

RESUMO

La cuestión ambiental es un tema que ha sido discutido considerablemente en la contemporaneidad, tanto en los ambientes académicos y científicos como en los diálogos cotidianos informales entre personas de diferentes clases sociales. Sin embargo, no es posible comprender la dimensión ambiental disociada de la cuestión social ni por fuera de la acción del Estado y de los movimientos sociales que presionan el sistema para garantizar las condiciones básicas para vivir con dignidad. Este trabajo es resultado de una investigación bibliográfica y tiene como objetivo hacer una retrospectiva histórica, analizando las Políticas Públicas, proyectos, programas y leyes gubernamentales brasileñas, además de las propuestas, retos y cambios que se sucedieron en Brasil en las últimas décadas asociada a esa cuestión en Brasil. A pesar de tener tantos desafíos a realizar todavía, en el sentido de reorientar a la sociedad al camino de un desarrollo menos insostenible y una sociedad menos desigual, es importante subrayar que hay muchas cosas sucediendo aunque sin la visibilidad que merece.

Palavras-Chave: Estado. Políticas Públicas. Educación Ambiental.

INTRODUÇÃO

La cuestión ambiental es un tema que ha sido discutido considerablemente en la contemporaneidad, tanto en los ambientes académicos

⁵ Doutor em Educação (UCSF), Mestre em Teologia – Educação Comunitária com Infância e Juventude, Especialista em Programação de Ensino, Didática e Metodologia do Ensino Superior e Educação Infantil, Psicopedagogia e Educação Ambiental para Sustentabilidade, Licenciado em Geografia e Pedagogia. Professor Regente da SEC/BA no município de Laje e Professor Visitante no Mestrado do Centro de Estudios Académicos del Postgrado y Extensión (CEAPE - Asunción - Paraguay). Email: absandes@hotmail.com.

y científicos como en los diálogos cotidianos informales entre personas de diferentes clases sociales.

Es un hecho que los medios de comunicación de masa han divulgado imágenes y noticias acerca de los impactos provocados por la sociedad capitalista, que utiliza los recursos del planeta como si fuesen infinitos, desconsiderando a su vez, la dinámica de los elementos que componen la naturaleza y todo el equilibrio que caracteriza la biósfera. Más allá de lo que es divulgado en los medios de comunicación esa problemática interfiere directamente o indirectamente en la vida de todos, siendo percibidas hasta por las personas más distraídas.

Así el saber ambiental crítico, fundamentado y encajado en la dinámica social, contribuye a una toma de conciencia y desarrollo de una ética comprometida con la tela que involucran todas las cosas del mundo. Este saber influencia positivamente en la realidad y amenaza el poder dominante rompiendo con esa lógica insostenible. Por lo tanto, esa nueva racionalidad ambiental debe estar basada en el dialogo y en el compromiso individual y colectivo frente a la realidad socioambiental, es un proyecto social que se opone al modelo de desarrollo vigente, que es irracional, injusto, excluyente y, por tanto, insostenible en todos los sentidos.

Esta inversión de valores, que es mirada actualmente, es interesante para aquellos que se encuentran en la cumbre de esa cadena de perversidad, con sus intereses asegurados y en condiciones de vivir bien con sus bienes, muchas veces, logrados con la explotación inconsecuente de todo su medio. Esto implica incluir la dimensión ambiental en la consideración de los derechos humanos.

Para eso, creemos profundamente en la Educación Ambiental como uno de los pilares de consolidación de una comunidad más crítica, politizada y responsable con los efectos de sus acciones en el medio ambiente, en el sentido amplio del término.

Se entiende en este trabajo por Educación Ambiental (EA) al conjunto de acciones educativas vueltas para la comprensión de las relaciones existentes entre el medio físico (abiótico) y el biológico (biótico), incluyendo la sociedad

humana, su historia, cultura, economía, política y relación entre los individuos y el espacio en que viven. Eso en una perspectiva sistémica, objetivando el conocer, el sensibilizar, el respetar y el actuar en pro de un ambiente más saludable y de una mejor calidad de vida para todos.

Es importante subrayar que no es posible comprender la dimensión ambiental disociada de la cuestión social ni por fuera de la acción del Estado y de los movimientos sociales que presionan el sistema para garantizar las condiciones básicas para vivir con dignidad.

Este trabajo es resultado de una investigación bibliográfica y tiene como objetivo hacer una retrospectiva histórica, analizando las Políticas Públicas, proyectos, programas y leyes gubernamentales brasileñas, además de las propuestas, retos y cambios que se sucedieron en Brasil en las últimas décadas asociada a esa cuestión en Brasil.

1. LA ACCIÓN DEL ESTADO Y DE LA SOCIEDAD EN ESE ESCENARIO CONTEMPORÁNEO

No es posible discutir la cuestión ambiental disociada de la cuestión social ni por fuera de la acción del Estado y de los movimientos sociales que presionan el sistema para garantizar las condiciones básicas para vivir con dignidad. Primeramente, cabe recordar la propuesta keynesiana. Según Jaune Sebarroja (1996):

La propuesta keynesiana supone el creciente protagonismo e intervención del Estado para garantizar, por medio de políticas fiscales progresivas, los derechos y servicios sociales a toda la ciudadanía. Se instala, así, el llamado Estado del Bienestar o protector, que cubre con dinero público las necesidades fundamentales de amplias capas de la población: empleo, sanidad, seguridad social, educación y pensiones, con una legislación laboral muy

favorable para los trabajadores y también muy bien defendida por sus sindicatos (SEBARROJA, 1996, p. 20).

En contrapartida:

La doctrina neoliberal cuestiona el Estado del Bienestar y conduce a su reestructuración y desmantelamiento, amparándose en la dictadura de las leyes del mercado. Su discurso tiene una fuerte incidencia en el ámbito educativo. Privatización, libre elección, competitividad docente, autonomía y productividad escolar son sus recetas. Y Estados Unidos y Gran Bretaña, han sido los países que mejor tratan de aplicarlas y difundirlas (SEBARROJA, 1996, p. 20).

El neoliberalismo jamás antepone los intereses sociales y ambientales frente al mercado. Para Jaune Sebarroja (1996), el interés que el neoliberalismo puede tener en controlar la educación y las escuelas, “[...] no es tanto por el beneficio económico que el sector privado pueda obtener, sino por su interés en transmitir y reproducir determinados valores y pautas culturales (SEBARROJA, 1996, p. 22). Alfredo Dachary y Stella Burne (2014) llaman la atención para un hecho interesante:

El auge de las ONG coincidió con la reducción o el “adelgazamiento del Estado” con la política de hacerlo responsable de los grandes problemas económicos y sus consecuencias: el aumento de la pobreza. Eso fortaleció, por un lado a las emergentes ONG y, por otro, al Estado neoliberal, que inicia inmediatamente un violento proceso de desmantelamiento, que va a generar

una revolución profunda en la sociedad, aumento de la pobreza y de todas sus consecuencias (DACHARY; BURNE, 2014, p. 240).

Para esos autores “[...] no es casual que las ONGs hayan emergido en el momento en que el neoliberalismo tomó el poder en el capitalismo mundial bajo el disfraz de ser la sociedad civil emergente, frente a las políticas de control del estado” (DACHARY; BURNE, 2014, p. 240). “Las grandes ONGs ecologistas se han adecuado a la sociedad actual, saturada de corrupción, y, como tales, juegan sus intereses a fin de estar vigentes en ella e incidir en las áreas estratégicas y sus recursos naturales fundamentales para el desarrollo del sistema” (DACHARY; BURNE, 2014, p. 232).

Sin embargo, como afirma Michael Löwy (2011, p. 36) “[...] no tener esperanzas en la posibilidad de ecologizar el capitalismo no quiere decir que se renuncie a comprometerse en la lucha por reformas inmediatas”. Por lo tanto utopía “[...] no significa que no se debe actuar desde ahora” (LÖWY, 2011, p. 36).

Boaventura de Souza Santos (2007), en su libro “Reinventar la Democracia. Reinventar el Estado”, más específicamente en el capítulo “La reinención solidaria y participativa del Estado” propone una reflexión acerca del Estado, de la crisis contemporánea y del Tercer Sector y sus implicaciones en la esfera pública y social. Haciendo provocaciones, el referido autor trata del paradigma de transformación social que son la revolución y el reformismo. Según Boaventura Santos (2007):

Para el reformismo, la sociedad es la entidad problemática, el objeto de la reforma, y el Estado, la solución del problema, el sujeto de la reforma. El primero se pensó para ejercerse contra el Estado, el segundo para que lo ejerciera el Estado. Este último acabó imponiéndose en los países centrales, antes de

extenderse a todo el sistema mundial. Cabe, por lo tanto, hacer una primera observación: si, como ocurre hoy en día, el Estado se torna él mismo problemático, se convierte en objeto de reforma, nos encontramos, entonces, ante una crisis del reformismo (SANTOS, 2007, p. 57).

Según Pablo Cúneo (1999):

Lo que en su conjunto se conoce con el fácil rótulo homogeneizante de “reforma neoliberal” o simplemente de “neoliberalismo” incluyó entonces la por todos conocida mercantilización de los servicios de salud, pensiones y seguros, las transformaciones sustantivas del sistema educativo, las privatizaciones de las empresas públicas, la introducción en las instituciones estatales de modalidades de gestión propias del sector privado, los mecanismos de flexibilización laboral y de contrataciones, etc. (CÚNEO, 1999, p. 76).

En ese sentido Boaventura de Souza Santos (2007, p. 64) afirma acertadamente que “la debilidad del Estado no es un efecto secundario o perverso de la globalización de la economía, sino el resultado de un proceso político que intenta conferir al Estado otro tipo de fuerza” ajustada, a su vez, a las exigencias políticas del capitalismo global.

Para David Harvey (2006) la intención del Estado actualmente es bien clara, está al servicio del capital. Eso queda explícito cuando afirma que “[...] la idea de que, en la era de la globalización, el Estado-Nación está encogiendo o desapareciendo como centro de autoridad es una tontería” (HARVEY, 2006, p.

29). El estado hoy, para ello, controla y reprime los movimientos de trabajadores para tender al mercado. Pablo Cúneo (1999) aclara que:

Si en el neoliberalismo se produce una importante recodificación del lugar del Estado, también se redefine el lugar del sujeto. Esta es precisamente una de las ventajas operativas del análisis en términos de gubernamentalidad: permite ver las yuxtaposiciones, los vínculos, los entrecruzamientos, las traducciones, las alianzas y los roces entre el gobierno de la sociedad y el gobierno de la conducta individual, también cuando se viene manifestando una renovada mediación comunitaria (CÚNEO, 1999, p. 93).

Frente a la crisis socioambiental contemporánea no es posible dispensar iniciativas que puedan contribuir para minimizar los problemas emergentes, sin embargo, es importante que la sociedad esté preparada para participar activamente de ese proceso.

Meira Cartea (2013, p. 60) abordando la misma temática, destaca que la acción educativa sobre y para paliar la crisis ambiental debe ser entendida como “[...] herramienta y una praxis eminentemente social (moral, cultural, política, ideológica, fenomenológica, socialmente construida)”. Ella todavía refuerza:

La iniciativa pública es esencial en los campos de la Educación Ambiental y la Educación Social, fundamentalmente para sostener económica e institucionalmente servicios y programas que tienen que ver con la salvaguarda de los bienes comunes y de los valores sociales básicos de la equidad, la solidaridad y la sostenibilidad. Cuando estos fines y valores son

obviados, tanto desde la perspectiva educativa-social como desde la educativa-ambiental, la praxis educativa ve neutralizada gran parte de su capacidad libertadora, transformadora y de articulación social (CARTEA, 2013, p. 62).

Pero, como señala Pedro Demo (2000, p. 41), no es cualquier educación la que es capaz de motivar tamaño impacto, ya que, en el contexto del sistema, su tendencia más inmediata es de reproducirlo, sino una educación comprometida con la gestación de sujetos capaces de definir una historia propia, con conciencia crítica y autocrítica, capaces de saber pensar y aprender a aprender.

Una iniciativa de esa naturaleza desencadenaría una serie de transformaciones que amenazarían los intereses de aquellos que tienen sus privilegios asegurados y que se utilizan de las miserias sociales para proyectarse políticamente y por ese motivo, les niegan esos derechos que no serán concedidos aunque sí deben ser conquistados por la sociedad civil. Aníbal Quijano (2002), presenta críticas agudas a ese modelo de Estado moderno consolidado, cuando declara:

La lucha por la democratización y nacionalización de sociedades y Estados es, todavía, sin duda, una tarea mundialmente importante en la defensa de los derechos conquistados o de su reconquista. Pero es indispensable admitir que ese es un camino limitado, al mantenerse la perspectiva eurocéntrica de Estadonación moderno. Y en todo caso, ahora es visible que no más moderno, democrático y nacional de los Estados, la democracia no dejó de ser, no podrá dejar de ser, más que un espacio de negociación institucionalizado de las condiciones, de los límites y

de las modalidades de exploración y de dominación (QUIJANO, 2002, p. 24-25).

Para Irineu Tamaio (2007, p. 52), “[...] una Política Pública está directamente asociada a las aspiraciones, a los intereses, a los conflictos y a las concepciones referentes a determinado proyecto de sociedad [...]”. Más específicamente en relación a las Políticas Públicas asociadas a la Educación Ambiental en ambientes formales cabe una reflexión más profunda para comprender las propuestas, retos y cambios que se sucedieron en Brasil en las últimas décadas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN BRASIL

A partir de la década de 1980, intelectuales de varias áreas del conocimiento intensificaron los debates en relación a la cuestión ambiental traspasando el circuito restringido de los medios académicos para desarrollar un trabajo pionero y arrojado en pro de un modelo de desarrollo menos insostenible, auxiliados por los medios de comunicación, que diseminaban imágenes chocantes, con el objetivo de sensibilizar a los telespectadores y despertar su interés por la temática.

En la década de 1970, los movimientos ambientalistas hicieron que las discusiones sobre esa temática en Brasil se ampliaran y la inserción de la Educación Ambiental en los currículos de algunas escuelas y la realización de cursos a nivel de especialización, además de la creación de materiales referentes a esa cuestión (BRASIL, 2005, p. 22).

En 1981 fue creada la Ley nº 6.938/81 de Política Nacional de Medio Ambiente (PNMA), objetivando la preservación, mejoría y recuperación de la calidad ambiental fundamental a la vida, buscando asegurar, en el país, condiciones al desarrollo socio económico, seguridad nacional y protección de la

dignidad humana. Por tanto, propone la Educación Ambiental en todos los niveles de enseñanza.

También fue creado el Instituto Brasileiro de Medio Ambiente y el Ministerio del Medio Ambiente y núcleos de Educación Ambiental. Eso demuestra que en ese período hubo una gran movilización para incorporar en las Políticas Públicas Nacionales instrumentos que tratasen de esas cuestiones.

En 1989 fue creado por la Ley Federal 7.797/89 el Fondo Nacional del Medio Ambiente, con la misión de contribuir, por medio de la participación social, la implantación de la Política Nacional del Medio Ambiente. Ese agente financiador apoya acciones, proyectos e iniciativas en todas las regiones del país que tengan el propósito de contribuir a la conservación y el uso sostenible de los recursos.

Es importante destacar que hasta 2000 Brasil era uno de los pocos países de América Latina que tenía una Política Nacional específica para la Educación Ambiental. Según Genebaldo Dias (2000, p. 201), esa conquista fue una lucha de muchos ambientalistas anónimos, funcionarios del IBAMA, del Ministerio del Medio Ambiente (MMA) entre otros actores sociales que se dedicaron a sensibilizar y presionar al gobierno para asegurar en ley el derecho de todos a tener acceso a informaciones referentes a esa temática.

Un evento que merece destacarse es la Conferencia sobre Medio Ambiente y Desarrollo que aconteció en Rio de Janeiro – Brasil (Rio 92 o Eco 92), que ya fue mencionada anteriormente, donde reunió personas de muchos países interesadas en esa discusión. Ese evento tuvo muchas repercusiones y culminó, tal como se afirmó, con la creación de la Agenda 21 que es un instrumento de planeamiento participativo vuelto para el Desarrollo Sostenible y del Tratado de Educación Ambiental para Sociedades Sostenibles y Responsabilidad Global.

El Programa Nacional de Educación Ambiental (ProNEA) fue otra gran conquista de la sociedad brasileña creada en 1994 y perfeccionada en 2004 (BRASIL, 2005) con la participación más activa de la sociedad.

Otra iniciativa que merece ser subrayada fue la creación de los Parámetros Curriculares Nacionales (PCNs) en 1997-1998, con orientaciones para todas las

disciplinas de la matriz curricular e insertándose en los currículos el tema medio ambiente y otras temáticas que deberían ser trabajadas de forma transversal e interdisciplinar. Ese documento oficial fue puesto a disposición de todas las escuelas brasileñas para que fuesen consultados por los profesores, que deberían tomar como referencia en sus prácticas pedagógicas y proyectos desarrollados en las unidades de Educación Básica.

En seguida fue creada, decretada y sancionada la Ley de Política Nacional de Educación Ambiental (PNEA - Ley nº 9.795, de 27 de abril de 1999). En el referido documento, la Educación Ambiental pasó a ser derecho de todos y a ser considerada un componente esencial y permanente de la educación nacional, debiendo estar presente, de forma articulada, en todos los niveles y modalidades del proceso educativo, en carácter formal y no formal.

Por ser un documento de gran importancia para salvaguardar el patrimonio ambiental brasileño, es importante, en esa oportunidad, conocer con más detalle algunas cuestiones de la referida Ley. En el artículo 3º son delegadas las siguientes responsabilidades:

- I. Al Poder Público, en los términos de los arts. 205 y 225 de la Constitución Federal, definir Políticas Públicas que incorporen la dimensión ambiental, promover la Educación Ambiental en todos los niveles de enseñanza y la participación de la sociedad en la conservación, recuperación y mejoría del medio ambiente;
- II. A las instituciones educativas, deberán promover la Educación Ambiental de manera integrada a los programas educacional que desarrollan;

- III. A los órganos integrantes del Sistema Nacional de Medio Ambiente - SISNAMA, promover acciones de Educación Ambiental integradas a los programas de conservación, recuperación y mejoría del medio ambiente;
- IV. A los medios de comunicación de masa, colaborar de manera activa y permanente en la disseminación de información y prácticas educativas sobre medio ambiente e incorporar la dimensión ambiental en su programación;
- V. Las empresas, entidades de clase, instituciones públicas y privadas, promover programas destinados a la capacitación de los trabajadores, buscando la mejoría y el control efectivo sobre el ambiente de trabajo, así como sobre las repercusiones del proceso productivo en el medio ambiente;
- VI. A la sociedad como un todo, mantener atención permanente a la formación de valores, actitudes y habilidades que propicien la actuación individual y colectiva para la prevención, la identificación y la solución de problemas ambientales (BRASIL, 1999, p. 01).

Queda claro su propuesta de incluir e involucrar a todos en esa iniciativa. Dando continuidad, expone en el Art. 4º, los principios básicos de la Educación Ambiental que debe tener en cuenta:

- I. El enfoque humanista, holístico, democrático y participativo;
- II. La concepción del medio ambiente en su totalidad, considerando la interdependencia entre el medio natural, el socio económico y el cultural, bajo el enfoque de la sustentabilidad;
- III. El pluralismo de ideas y concepciones pedagógicas, en la perspectiva de la inter, multi y transdisciplinaridad;
- IV. La vinculación entre la ética, la educación, el trabajo y las prácticas sociales;
- V. La garantía de continuidad y permanencia del proceso educativo;
- VI. La permanente evaluación crítica del proceso educativo;
- VII. El abordaje articulado de las cuestiones ambientales locales, regionales, nacionales y globales;
- VIII. -El reconocimiento y el respeto a la pluralidad y a la diversidad individual y cultural (BRASIL, 1999, p. 01-02)

Es posible percibir en ese artículo que hay una preocupación por profundizar el concepto de Educación Ambiental, involucrando cuestiones sociales, culturales más allá de la ética y la ciudadanía. Fueron establecidos en esa Ley los siguientes objetivos:

- I. El desarrollo de una comprensión integrada del medio ambiente en sus múltiples y complejas relaciones, involucrando aspectos ecológicos, psicológicos, legales, políticos, sociales, económicos, científicos, culturales y éticos;
- II. La garantía de democratización de las informaciones ambientales;
- III. El estímulo y el fortalecimiento de una consciencia crítica sobre la problemática ambiental y social;
- IV. El incentivo a la participación individual y colectiva, permanente y responsable, en la preservación del equilibrio del medio ambiente, entendiéndose la defensa de la calidad ambiental como un valor inseparable del ejercicio de la ciudadanía;
- V. El estímulo a la cooperación entre las diversas regiones del país, en niveles micro y macro regionales, con vistas a la construcción de una sociedad ambientalmente equilibrada, fundada en los principios de la libertad, igualdad, solidaridad, democracia, justicia social, responsabilidad y sustentabilidad;

- VI. El fomento y el fortalecimiento de la integración con la ciencia y la tecnología;
- VII. El fortalecimiento de la ciudadanía, autodeterminación de los pueblos y la solidaridad como fundamentos para el futuro de la humanidad (BRASIL, 1999, p. 02).

Como se puede percibir, los objetivos son amplios, demostrando estar de acuerdo con las exigencias que requieren trabajos de esa naturaleza. El gran desafío es poner en práctica y asegurar los derechos dispuestos en la Ley, de tal forma que pueda, efectivamente, sensibilizar a la sociedad brasileña de la importancia de esas cuestiones para el futuro del país, de la humanidad y, sobretodo, de la calidad de vida de las personas que deben estar atentas para tener sus derechos atendidos.

La Política Nacional de Educación Ambiental involucra en su esfera de acción, además de los órganos y entidades integrantes del Sistema Nacional de Medio Ambiente (SISNAMA), instituciones educacionales públicas y privadas de los sistemas de enseñanza, los órganos públicos de todas las esferas del país, como también organizaciones no-gubernamentales con actuación en esa área.

La Educación Ambiental es desde esta perspectiva una práctica educativa integrada, continua y permanente en todos los niveles y modalidades de la enseñanza formal que, a su vez, engloban: I- Educación básica: a) Educación infantil, b) Enseñanza fundamental y c) Enseñanza media; II- Educación superior; III- Educación especial; IV- Educación profesional y V- Educación de jóvenes y adultos (BRASIL, 1999, p. 03).

No debe ser implantada como disciplina específica en el currículo de enseñanza, sino como tema transversal, de carácter interdisciplinar, donde los profesores deben recibir formación para atender adecuadamente a los cumplimientos de los principios y objetivos de esa Política Nacional.

En cuanto a las atribuciones de los órganos gestores contemplados en la Ley corresponde la:

- I. Definición de directrices para implementación en ámbito nacional;
- II. Articulación, coordinación y supervisión de planes, programas y proyectos en el área de Educación Ambiental, en ámbito nacional;
- III. Participación en la negociación de financiamientos a planes, programas y proyectos en el área de Educación Ambiental (BRASIL, 1999, p. 03).

A los Estados les corresponde definir directrices, normas y criterios para la Educación Ambiental de acuerdo con los principios y objetivos establecidos en la Ley de Política Nacional. En cuanto a la selecciones de planes y programas, se consideran deben seguir los siguientes criterios:

- IV. Conformidad con los principios, objetivos y directrices de la Política Nacional de Educación Ambiental;
- V. Prioridad de los órganos integrantes del SISNAMA y del Sistema Nacional de Educación;
- VI. Economicidad, medida por la relación entre la magnitud de los recursos a utilizar y el retorno social propiciado por el plan o programa propuesto (BRASIL, 1999, p. 05).

Es posible percibir que la Ley está muy bien redactada, contempla muchas dimensiones y asegura muchos derechos socioambientales fundamentales para mejorar la calidad de vida de la población general, sin embargo, el gran desafío es poner en práctica y hacer con que los responsables asuman sus obligaciones.

Después de muchas discusiones y debates calurosos en diferentes partes, en los años siguientes, otros decretos fueron creados y fueron siendo agregados para complementar cuestiones importantes olvidadas, como por ejemplo el Decreto nº 4.281, de 25 de julio de 2002 que fue implantado en el año siguiente para crear el Órgano Gestor de la Política Nacional de Educación Ambiental con las responsabilidades de coordinar acciones implantadas por aquellos que componen el Sistema Nacional de Educación Ambiental y los Comités Asesores que es un espacio privilegiado de participación social y de formulación de políticas, involucrando representantes de diversos seguimientos para ser representativo de los educadores ambientales (MELLO; TRAJBER, 2007, p. 16).

En 2003 fue realizada la formulación del Programa Nacional de Formación de Educadores Ambientales contribuyendo en la formación de educadores ambientales populares. La primera Conferencia Infanto-Juvenil por el Medio Ambiente realizada todavía en 2003 fue otra iniciativa que merece ser reconocida. Con el objetivo de involucrar a los jóvenes en esa discusión y crear una tela de Juventud para la sustentabilidad (MELLO; TRAJBER, 2007, p. 38) llegaron a involucrar aproximadamente seis millones de estudiantes de más de quince mil escuelas del territorio brasileño.

La propuesta en las escuelas sería invitar a los estudiantes para debatir el tema “Como vamos cuidar del Medio Ambiente en Brasil” y los subtemas puesto que fueron: 1. Agua; 2. Seres vivos; 3. Alimentos y 4. Escuela y comunidad, que deberían ser trabajados con el objetivo de realizar la “I Conferencia para el Medio Ambiente en la Escuela”. Los estudiantes bajo orientación de los profesores deberían seguir el “Paso a Paso”, o sea, etapas bien aclaradas que empezarían con la lectura de texto disponible como referencia que debería ser debatido para, en seguida, elegir y discutir juntos sobre un problema de su

comunidad para encontrar alternativas, posibles de ser aplicadas, para su resolución. Un delegado y un suplente representarían cada escuela en la Conferencia Nacional.

Esa propuesta fue un gran estímulo para todos aquellos que participaron, una vez que formaban parte de una discusión global al pensar desde su contexto inmediato, mirar sus problemas de cerca y dar sentido a los temas propuestos, en tanto ejercicio de participación y ciudadanía.

Otras iniciativas también contribuían en esa dirección como es el caso de los Programas: “Vamos cuidar del Brasil con las escuelas”, “Municipios Educadores Sostenibles”, que tenían la intención de llamar a las comunidades y a los gestores públicos a debates, ayudando en la formación de ciudadanos ambientales en la construcción de la Agenda 21 local y elaboración de proyectos para resolver o, por lo menos, aminorar, los problemas diagnosticados en las comunidades donde viven.

En 2006 fue creada la Secretaria de Educación Continuada, Alfabetización y Diversidad e Inclusión, donde se concentran los programas y acciones en Educación Ambiental del Ministerio de la Educación como es el caso de la Conferencia Infanto-Juvenil por el Medio Ambiente.

La Conferencia es un proceso en el cual las personas se reúnen, discuten los temas propuestos, exponiendo diversos puntos de vista, deliberan colectivamente y, a partir de los debates locales, eligen representantes que llevan adelante las ideas consensuadas. Partiendo de esa estructura, la Conferencia Nacional Infanto-Juvenil por el Medio Ambiente (CNIJMA) es una campaña pedagógica que trae la dimensión política del medio ambiente, caracterizada por la movilización y encajamiento de los adolescentes y de la comunidad escolar en debates sobre temas socios ambientales contemporáneos. Esa acción

promueve el reconocimiento de responsabilidades colectivas, dando subsidios para Políticas Públicas de Educación Ambiental (BRASIL, 2007).

La II y III Conferencia Infanto-Juvenil por el Medio Ambiente sucedieron en 2006 y 2009. El tema de la II fue “Viviendo la diversidad en la escuela” con los subtemas: 1. Diversidad étnico-racial; 2. Cambios climáticos; 3. Seguridad alimentar y nutricional y 4. Biodiversidad”. En la III el tema fue “Cambios ambientales globales” y los subtemas: 1. Agua; 2. Tierra; 3. Fuego y 4. Aire. La III Conferencia por el Medio Ambiente en las escuelas culminó, a su vez, en la III Conferencia Nacional Infanto-Juvenil por el Medio Ambiente, en abril 2009. La propuesta fue la misma de la primera, seguir el “Paso a Paso”, debatir cuestiones generales relacionadas al tema propuesto y enfatizar problemas locales, buscando aminorar impactos existentes en sus contextos inmediatos. Es importante mencionar que en la tercera conferencia incentivó: 1. La realización de acciones para resolver los problemas diagnosticados; 2. La producción de materiales de Educomunicación a partir de las experiencias vivenciadas en la práctica; 3. Fortalecer y crear la “Com-vida”, o sea, Comisión de Medio Ambiente y Calidad de Vida y Agenda 21 en las escuelas, incorporando sus acciones en el actuar del cotidiano en pro de la vida y 4. Incorporar la dimensión ambiental en el Proyecto Político Pedagógico de las escuelas.

Estas actividades, si bien trabajadas en las escuelas y acompañadas por los profesores/coordinadores, fue una iniciativa interesante para estimular la participación de los estudiantes en debates respecto a su realidad inmediata, haciendo con que ellos empiecen a mirar mejor y a encontrar colectivamente las posibilidades de resolver sus problemas, relacionando los contenidos estudiados con la vida concreta.

La inserción de la dimensión ambiental en el currículo de las escuelas recibió un impulso más grande en julio de 2012, con la creación de las

Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Ambiental establecida por el Consejo Nacional de Educación.

El atributo "ambiental" en la tradición de la Educación Ambiental brasileña y latino-americana no es empleado para especificar un tipo de educación, pero se constituye en un elemento estructurador que demarca un campo político de valores y prácticas, movilizandando actores sociales comprometidos con la práctica político-pedagógica transformadora y emancipadora capaz de promover la ética y la ciudadanía ambiental; reconocimiento del papel transformador y emancipador de la Educación Ambiental se hace cada vez más visible frente del actual contexto nacional y mundial en que la preocupación por los cambios climáticos, la degradación de la naturaleza, la reducción de la biodiversidad, los riesgos socioambientales locales y globales, las necesidades planetarias se evidencian en la práctica social (BRASIL, 2012, p. 25).

Es posible percibir que la Educación Ambiental sólo tiene sentido si partir de una perspectiva crítica y profunda de la realidad, única capaz de atender a las exigencias que se presentan para la formación de ciudadanos responsables por sus acciones en el presente y comprometidos con el futuro de la comunidad de la que forman parte y orientados a las próximas generaciones.

CONCLUSIÓN

La problemática ambiental es una cuestión que no puede ser más ignorada por la sociedad, que debe sumar esfuerzos para que todas las personas

comprendan el contexto actual, conozcan los efectos de las acciones antrópicas en el ambiente, cuestionen el modelo de desarrollo vigente y las posibles alternativas para cambiar esta lógica suicida que pone en riesgo todo el equilibrio sistémico de la Tierra.

De esa forma, el reto es la construcción de una sociedad, cuya ciudadanía sea global, una sociedad capaz de creer que es posible otra forma de ser y estar en el mundo y colaborar con la superación de las desigualdades, de las injusticias, de la exclusión, de la degradación y de la concepción equivocada de desarrollo insostenible.

La Educación Ambiental, por demostrar un compromiso político con la emancipación de la sociedad, tiene mucho a contribuir en ese proceso de toma de conciencia colectiva, tan importante para un cambio de paradigma que reoriente a la sociedad brasileña, para la conservación del patrimonio natural que todavía resta.

En esa perspectiva la acción del Estado y sus Políticas Públicas, proyectos, programas y leyes gubernamentales deben garantizar las condiciones básicas para que eso se concrete. Obviamente que los movimientos sociales tienen un papel fundamental en ese proceso, considerando que los derechos son conquistados con lucha y no concedidos por aquellos que tienen sus intereses asegurados y se encuentran en una situación social confortable. Finalmente es posible afirmar que:

- a) Construir un mundo menos injusto en todos los sentidos, requiere una nueva mirada para el ambiente, para la educación, para las acciones y Políticas Públicas del Estado;
- b) En Brasil, la legislación ambiental vigente contempla muchos aspectos importantes aunque tenga serias dificultades de ser cumplida efectivamente en la práctica por varios motivos, entre ellos la deficiencia de órganos y funcionarios responsables por la fiscalización, además de la corrupción e impunidad que es muy

fuerte en este país, donde quien tiene dinero y poder encuentran la forma para burlar la ley y/o utilizarla a su favor;

- c) Las Políticas Públicas de Educación Ambiental en Brasil son muy bien estructuradas, sin embargo, para viabilizar y mantener los proyectos necesita de más inversiones y mejores condiciones de trabajo, especialmente en las escuelas;
- d) La Educación Ambiental es contemplada en los Parámetros y Directrices Curriculares Nacionales de enseñanza básica del territorio brasileño y debe ser abordada de forma transversal, interdisciplinar, sistémica, integrada y en todas las fases, etapas, niveles y modalidades de la educación;
- e) Los documentos oficiales ponen como foco de la Enseñanza Media la constitución de competencias y habilidades, conductas, desarrollo del sentido crítico, responsabilidad, compromiso, autonomía, ejercicio de la ciudadanía y búsqueda de la sustentabilidad, que a su vez, son requisitos fundamentales exigidos cuando un equipo se predispone a trabajar con Educación Ambiental. Además, refuerza el perfil transformador y emancipador de la misma.

Así, a pesar de tener tantos desafíos a realizar todavía, en el sentido de reorientar a la sociedad al camino de un desarrollo menos insostenible y una sociedad menos desigual, es importante subrayar que hay muchas cosas sucediendo aunque sin la visibilidad que merece.

REFERENCIAS

- BRASIL. *Lei nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.* DOU 2.9.1981.
- _____. *Lei nº 7.797/1989. Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.*
- _____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.* Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014.
- _____. *Decreto nº 4.281/2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.* DOU 26.6.2002.
- _____. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.* – 3. ed – Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- _____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.* Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.* Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2/2012.
- _____. *II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Série Documentos Técnicos, nº 1. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental I.* Brasília I 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt11_1.pdf data Acesso em: 20 fev. 2014.

- CARTEA, Pablo Ángel Meira. *Crisis ambiental y globalización: Una lectura para educadores ambientales en un mundo insostenible*. Trayectorias, vol. VIII, n. 20-21, enero-agosto. México: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2006. p. 110-123.
- CÚNEO, Pablo de Marinis. *Gobierno, gubernamentalidad, Foucault y los anglofoucaultianos (O un ensayo sobre la racionalidad política del neoliberalismo)*. En: TORRE, Ramón Ramos; SELGAS, Fernando García. *Globalización, riesgo, flexibilidad. Tres temas de la teoría social contemporánea*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales, 1999.
- DACHARY, Alfredo César; BURNE, Stella Maris Arnaiz. *Ecologismo: ¿La estrategia “fracasada” del capitalismo?* 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2014.
- DEMO, Pedro. *Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. 6ª ed. São Paulo: Gaia, 2000.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução: Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Editora Annablume, 2006.
- LÖWY, Michael. *Ecosocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista*. 1ª ed. Buenos Aires: El Colectivo - Herramienta, 2011.
- _____. *Educación Ambiental y Educación Social: una integración necesaria*. (Coleixo de Educadoras y Educadores Sociales de Galicia) Galicia: Galeduso, 2013.
- MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.) *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola*. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio A,
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Brasília, Distrito Federal: UNESCO, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Tradução: Dina Lida Kinoshita. Caracas: ano 17, nº 37, Novos Rumos, 2002.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar la democracia*. Reinventar el Estado. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- SEBARROJA, Jaume Carbonell. *Estado, Mercado y escuela*. En: Cuadernos de pedagogía. N. 253 R.B.A. Barcelona España, Revistas, S.A., 1996. p. 20-26.
- TAMAIÓ, Irineu. *A política pública de educação ambiental: Sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores*. Originalmente apresentado como tese de doutorado Universidade de Brasília, 2007. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2007.

MUDANÇA CLIMÁTICA: UM FENÔMENO NATURAL DES PROPORCIONAL ÀS INTERVENÇÕES ANTROPOLÓGICAS

*Andreia Oliveira da Silva*⁶

*Arlys Jerônimo de Oliveira Lima Lino Carneiro*⁷

RESUMO

O objetivo deste trabalho visa discutir o estado-da-arte na pesquisa em Climatologia. Bem como, as inferências postuladas sobre as vertentes da história da ciência, compreendendo o espaço de tempo desde a antiguidade aos dias atuais. A metodologia utilizada para nortear a pesquisa foi a revisão conceitual, com subsidio bibliográfico critico, capazes de viabilizar inferências cientificamente válidas quanto ao tema do Aquecimento Global Antropológico. Após a realização do estudo verificou-se que se faz necessária a atualização dos estudos e fatos científicos, com vista a informar melhor a população global sobre o efeito destas mudanças no meio-ambiente.

Palavras-chave: Climatologia, Epistemologia Climatológica, Aquecimento Global, Antropologia.

INTRODUÇÃO

Segundo o filósofo grego Aristóteles, o céu poderia ser visto de varias maneiras. Da mesma maneira à Lógica Formal, a Meteorologia e a Climatologia consistem em conhecimentos interdisciplinares. Pressupostos que se fundam na Meteorologia também estão presentes na Climatologia.

⁶ Licenciada em Biologia-UPE, Especialista em Análises Clínicas – FIJ, Atualmente cursando especialização em Ciências da Educação – UNIVASF.

⁷ Licenciado em Biologia –UPE, Bacharel em administração Geral – FALUB, Especialista em Metodologia do Ensino Superior-FIJ, Especialista em Análises Clínicas-FIJ, possui mestrado livre em Teologia – ITG e atualmente é Doutorando em Epistemologia e História da Ciência, Universidad Tres de Febrero - UNTREF-Buenos Aires-Argentina.

A interferência humana na realidade e no meio modifica a vida e cultura de cada povo. De acordo com Andrade (2012), foi sendo atribuído aos desejos sobrenaturais de deuses e demônios, as modificações verificadas no contexto existencial natural. Principalmente no que tangia ao clima, fenômenos naturais tais como secas, tempestades, trovões, raios, furacões, entre outros. Henrique (2005) afirma que, por estes povos antigos, as mudanças climáticas eram consideradas obras divinas que podiam acontecer como benção ou maldição. Em algumas culturas eram praticados rituais com oferendas que podiam varia. Acreditavam que se estas forças e entidades sobrenaturais estivessem satisfeitas com as oferendas, enviariam chuvas brandas em vez de tempestades e secas.

Esta visão divina dos acontecimentos perdurou por vários séculos, sem serem modificadas, questionadas ou ao menos discutidas empiricamente, até que na antiguidade surgiram alguns filósofos gregos que começaram a cogitar explicar tais situações. Tentando compreender como e o porquê de tais eventos climáticos ocorria.

Durante viagens pelo mar mediterrâneo os pesadores gregos começavam a observar como a atmosfera se modificava em determinadas regiões e começaram a escrever sobre o que observavam, tentando generalizar o conhecimento que descobriam empiricamente. Dentre os estudiosos gregos que cogitaram especular sobre o clima estão Hipócrates que escreveu *Ares, Águas e Lugares*, e Aristóteles que escreveu *Meteorológica*. As obras destes e de outros filósofos foram de tamanha importância já que muitas dessas ideias se tornaram bases para o conhecimento da atmosfera na atualidade.

A fase de paralisia das ciências climatológicas ou filosofia da climatologia acabou, com o renascimento, principalmente com os trabalhos de Galileu, com a invenção do termômetro em 1593. Bem como, também sucumbiu diante do invento do barômetro por Torricelli. A partir desse período, avanços no conhecimento científico se tornaram muito mais frequentes, por que o capitalismo passou a exercer influencia sobre a produção científica uma vez que esta era de suma importância para sua expansão.

Todavia, durante o império romano, houve um período de escuridão nas cogitações relativas ao clima e o porquê de cada fenômeno climático-natural. A expansão do cristianismo pela Europa, de acordo com Andrade (2012), também colaborou para a mitigação da construção dos conhecimentos relacionados a atmosfera, pois para a igreja estes assuntos só competiria ao criador, não cabendo ao ser humano tentar entender. Desta forma a ciência ficou parada por praticamente mil anos, até o final da idade média.

Diferentemente da Idade Moderna, na atualidade, existem muitas especulações ético-morais, que remontam que o ser humano seria um animal racional puramente destrutivo no contexto da manutenção da conjuntura e homeostase do planeta. Os argumentos perfazem que quanto mais as sociedades se desenvolvem, maior são os danos aos meu ambiente.

O Painel Intergovernamental, como exemplo, argumenta que a Teoria do Aquecimento Global Antropológico (IPCC), se fundamenta, supostamente, na proporcionalidade matemática existente entre a quantidade de dióxido de carbono no planeta e a elevação da temperatura na terra. Sendo, de acordo com o IPCC o ser humano o principal ator promotor desta elevação nos índices de gás carbônico atmosféricos.

Partindo das ideias expostas pelo IPCC, os meios de comunicação de massa vêm maximizando o “poder destrutivo humano”. Assim, passou a desenvolver a premissa de que atitudes destrutivas recorrentes em quaisquer lugar do planeta poderiam trazer grandes consequências de mudança climática para todo o planeta. As intervenções midiáticas vem promovendo pânico. Para tal, verificam-se proposições do tipo:

O gelo esta derretendo! O mar está subindo! Furacões estão soprando! E é tudo culpa sua! Não destrua o planeta! Garanta o futuro das gerações vindouras.

Este pânico midiático vem promovendo diversas modificações no estilo de vida das pessoas e nos mercados de capitais. Nestes mercados financeiros

mundiais, alimentam-se oas ganhando muito dinheiro, partindo da boa fé e do incessante desejo de todos em promover a manutenção da saúde climática do planeta para as gerações futuras.

Desta maneira, o objetivo deste estudo é traçar considerações a cerca do tema “aquecimento global causado pelo homem”, demonstrando a inconsistência científica desta forma de pensamento a partir de argumentações históricas, filosóficas, físicas, econômicas, sociológicas e epistemológicas.

1. O PASSADO REMONTA A MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO FENÔMENO NATURAL

Aristóteles, em sua obra “*Meteorologica*”⁸, escrita por volta do ano 340 antes de Cristo, traça algumas considerações acerca do clima e dos demais fenômenos naturais de uma maneira filosófica e pouco meticulosa. O autor não contava com a aparelhagem atual para esta gama de estudos. No entanto, menções a secas, tempestades e modificações do clima eram tratadas como fenômenos normais aos quais não se poderia interferir. Sendo então, passíveis da vontade dos deuses e da dinâmica do mundo.

Em tempos bem mais pretéritos em relação a Aristóteles verifica-se que o planeta remonta-se em vários ciclos climáticos, puramente naturais e que às vezes ocorrem abruptamente. Paleontológico - climaticamente, o planeta sofreu inúmeros processos de aquecimento e resfriamento ao longo de sua história⁹. As modificações da temperatura eram fenômenos recorrentes à conjuntura climática terrestre. Modificações ocorridas por maiores ou menores atividades solares, bem como por oscilações orbitais terrestres em relação à distância terra – sol. Assim como a possível incidência maior ou menor de

⁸ Naquela época, tudo que caía do céu ou era visto no céu era chamado de meteoro, daí o termo “meteorologia”. Atualmente, diferencia-se entre aqueles meteoros que vem do espaço (meteoróides) dos que são partículas de água e gelo observados em nossa atmosfera (hidrometeoros). Disponível em <<http://www.iag.usp.br/siae97/meteo.htm>> acessado em jan de 2015.

⁹ Cerca de 4,5 bilhões de anos até a contemporaneidade.

radiação que o planeta receberia a partir da viagem do sistema solar por meio das galáxias.

Segundo Molion (2013) e (2014), durante os últimos 500 milhões de anos o planeta Terra teve alguns máximos bem mais quentes do que se pôde observar nos dias atuais. Assim como também, episódios bem mais frios até mesmo do que os períodos próximos ao surgimento do ser humano. Estes eventos são conhecidos, respectivamente, como "*hothouse episodes*", e "*icehouse episodes*". Também postula-se que há cerca de 700 milhões de anos, o planeta terra passou por um período tão frio que chegou a acumular gelo naturalmente na região equatorial¹⁰. O último período de glaciação¹¹ terrestre data de cerca de 1,8 milhões de anos, anteriores a 2015, com o seu ápice máximo¹² há 18.000 anos.

No entanto, números tão grandes e inferências tão longínquas cronologicamente podem parecer estimativas puramente aleatórias, imprecisas, ilógicas e irreais. Mesmo assim, a partir de técnicas experimentais realizadas por meio de blocos de gelo¹³, em árvores fósseis petrificadas¹⁴, sedimentação de rochas¹⁵, estudo de corais fósseis¹⁶ e a datação radiométrica¹⁷ conseguem fazer boas estimativas das datas da ocorrência dos fatos. Entretanto, ainda que a datação não seja tão precisa, os fatos possuem requintes de precisão comprovados em sua ocorrência na antiguidade. Comprova-se que mesmo antes

¹⁰ Verificado por fendas rochosas compatíveis com a expansão da água congelada entre os elementos pedregosos.

¹¹ Resfriamento maximizado da superfície da terra por um longo período de tempo.

¹² Mínimo de temperatura.

¹³ Os estudos em blocos de gelo conseguem verificar, por exemplo, os níveis de CO₂ presente na atmosfera de quando o congelamento ocorreu.

¹⁴ São úteis para a determinação da temperatura e da umidade, por meio de datação radiométrica, que utiliza o tempo de vida média dos átomos que constituem o material, com um erro similar ao período de vida da árvore, coloquemos o erro compreendido entre 150 e 250 anos.

¹⁵ Prova que a região é de formação antiga, sofrendo, em sua conformação, ações climáticas desde a sua concepção (por exemplo, pela erupção de um vulcão) até o período contemporâneo ao estudo.

¹⁶ Com este estudo pode ser verificada as modificações climáticas ocorrentes nos oceanos, comparando-se a idade estimada do fóssil com as características do mesmo.

¹⁷ A avaliação, por espectroscópio de massa e detectores de radiação, verifica o decaimento dos átomos (que é quando o átomo instável expulsa partículas do núcleo buscando um reequilíbrio). Utiliza-se, mais comumente, para a datação os elementos radioativos Urânio-238 (para matéria inorgânica) e o Carbono 14 (para matérias orgânicas). Esta relação não é válida para o átomo de hidrogênio.

do ser humano habitar e modificar o planeta Terra, essas informações já são suficientes para demonstrar o ciclo natural, e não-antropológico, das mudanças climáticas planetárias.

A partir de todas essas premissas, pode-se perguntar se o alerta relativo ao aquecimento global se disfarça de ciência. Ou mesmo hipotetizar sobre a possibilidade deste tema ser uma espécie propaganda político-midiática? Para tal, realizou-se esta pesquisa. O objetivo é então, descobrir se há realmente a ocorrência do aquecimento global, verificando assim, a veracidade das notícias propagadas pelos meios de comunicação de massa.

2. O CO₂ E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: QUAIS RELAÇÕES EXISTEM

Paulatinamente, é possível observar intervenções até mesmo da ONU¹⁸, bem como declarações expostas pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos da América, Albert Arnold "Al" Gore Jr. relativas ao aquecimento global antropológico. Segundo eles, todos os países e cidadãos do planeta deveriam diminuir as suas emissões de carbono. Dessa forma, poderiam evitar uma catástrofe climática, e garantir para as gerações futuras, um mundo minimamente habitável.

De acordo com os estudos da Física e da Química. Pode-se afirmar que esta ideia de que o gás carbônico é um vilão climático é inconcebível¹⁹. Esta argumentação acaba sendo seu próprio contra-argumento. A premissa de tese afirma que o aquecimento verificado atualmente não seria causado pelo homem²⁰. Partindo do pressuposto de que o gás carbônico, assim como afirma a teoria do aquecimento global antropológico, seja o principal vilão do aquecimento global, eximem-se então todos os seres humanos da culpa por tal fenômeno climático. Visto que o homem não é a maior fonte de dióxido de carbono na atmosfera. Sendo o ser humano,

¹⁸ Organização das Nações Unidas.

¹⁹ Posteriormente será explicado por que.

²⁰ Não globalmente.

produtor de apenas um dígito, se comparado ao percentual de carbono produzido na atmosfera. Sabe-se que o homem produz cerca de 5,7 Giga-toneladas²¹ de dióxido de carbono (Molion, 2014).

O dióxido de carbono consiste em um gás natural produzido por todo e qualquer ser vivo, mas não só por eles. As principais fontes de produção de CO₂ atmosférico são em primeiro lugar, os oceanos. Em segundo aspecto, o flato dos animais e por fim, a ação decompositora das bactérias. Por último, e não menos importantes, os vulcões responderiam pela terceira parte dessas emissões.

Os vulcões, de acordo com Molion (2014) produzem mais CO₂ do que todas as fontes humanas juntas. São no total, 14% do gás carbônico na atmosfera. Estes são liberados pelos seres fotossintetizantes²² durante sua respiração²³. Já a decomposição gera cerca de 50 Giga-toneladas e o flato dos animais, geram cerca de 100 Giga-toneladas.

Todavia, segundo Carl Wunsch²⁴, a maior fonte de emissão bem como, de toda a dinâmica do dióxido de carbono na terra são os oceanos. Este sendo o principal lugar para onde o gás vai, quando sai da atmosfera - com a diminuição da temperatura do globo - e de onde sai quando é readmitido no ar - com a elevação na temperatura terrestre.

3. A RELAÇÃO ENTRE O CO₂ E OS OCEANOS

Para a plena compreensão de como se procede a relação direta existente entre a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, oceanos e temperatura, se faz necessária a interposição de uma ilustração prática e passível de experimentação por todos os leitores.

Imaginando duas garrafas de refrigerante, fabricados no mesmo dia, em garrafas com o mesmo volume e feitas com o mesmo material, sendo que uma das

²¹ Todos os valores em Giga Toneladas de CO₂ representados neste trabalho são anuais.

²² Plantas e principalmente as algas marinhas verdes.

²³ Embora grande parte, posteriormente seja retirado da atmosfera a partir da fotossíntese.

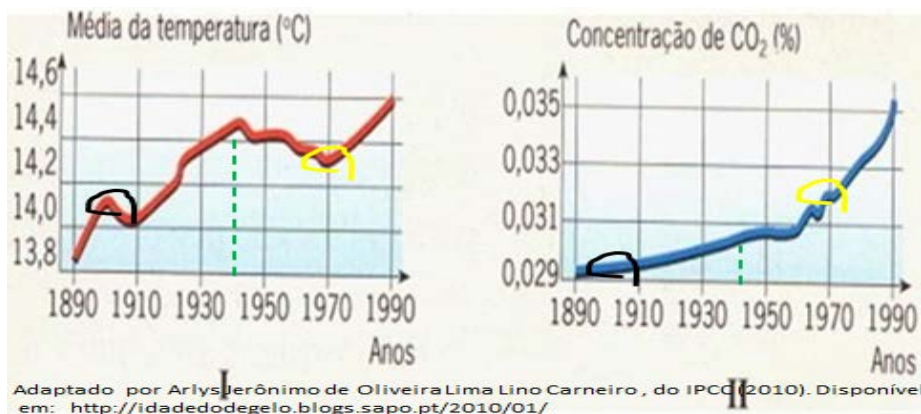
²⁴ Professor de oceanografia no MIT, foi professor visitante de oceanografia na universidade de Harvard e na University Colleg London, sênior de matemática e física na Universidade de Cambridge e é autor dos quatro livros principais de oceanografia atuais.

garrafas esta resfriada a 1C° e a outra esta a temperatura ambiente de cerca de 10 a 30C°, pouco mais ou pouco menos. Ambas as garrafas são destapadas ao mesmo tempo. Sobre isso, pergunta-se: qual (is) das garrafas contendo o liquido gaseificado com dióxido de dióxido de carbono ira perder o gás primeiro? Sem duvida, a garrafa que esta na temperatura ambiente - entre 10 e 30C°, pouco mais ou pouco menos - irá perder o conteúdo de gás em primeira instância.

Esta dinâmica, descrita na proposta de experimento, sobre a velocidade de perda de carbono em gás pelas garrafas resfriadas reflete, sobremaneira, a dinâmica física para a solvência em água do gás dióxido de carbono²⁵. Ela é inversamente proporcional à temperatura. Situação semelhante ocorre em relação aos oceanos. Quando há aumento da temperatura da terra, eleva-se a do oceano. Fisicamente, tende a liberar CO₂. Já quando a temperatura esfria, eles tendem a reter o gás. Partindo desta dinâmica - oceano *versus* CO₂ - pode-se verificar que o dióxido de carbono não seria o responsável pelas mudanças climáticas no que tange a temperatura da terra mas sim, um produto das variações destas mesmas temperaturas. Não sendo o CO₂ a causa mais sim uma consequência (Molion, 2013²⁶).

²⁵ CO₂.

²⁶ Luiz Carlos Baldicero Molion possui graduação em Física pela Universidade de São Paulo (1969), PhD em Meteorologia, University of Wisconsin, Madison (1975), pós-doutorado em Hidrologia de Florestas, Institute of Hydrology, Wallingford, UK (1982) e foi fellow do Wissenschafts kolleg zu Berlin, Alemanha (1989-1990). É Pesquisador Sênior aposentado do INPE/MCT e é Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas, foi professor palestrante convidado da Western Michigan University de 15 a 30 de janeiro de 2007, e é professor de pós graduação da Universidade de Évora, Portugal. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Dinâmica de Clima, atuando principalmente em variabilidade e mudanças climáticas, Nordeste do Brasil e Amazônia, e nas áreas correlatas energias renováveis, desenvolvimento regional e dessalinização de água. É membro do Grupo Gestor da Comissão de Climatologia, Organização Meteorológica Mundial (MG/CCI/WMO)



Todavia, os registros atmosféricos em blocos de gelo vêm demonstrando que há um atraso de cerca de 800 anos em relação a um resfriamento e a diminuição do percentual de carbono atmosférico. Situação que também é verificada quando se encontra períodos quentes em relação ao aumento de dióxido de carbono. Verificando-se que, ademais ao gráfico acima que compreende apenas um curto período de tempo, existe uma tendência de 800 anos de atraso entre as curvas de CO₂ e a curva das modificações da temperatura planetária.

Por que este atraso cronológico tão grande entre os eventos? Esta situação não invalidaria a tendência vislumbrada no exemplo supracitado (exemplo das garrafas com líquidos gaseificados)?

4. CURVAS DE CO₂, TEMPERATURA E OCEANO

Partindo do pressuposto que a partir do aquecimento do globo terrestre, as águas oceânicas até a profundidade capaz de trocar calor com a atmosfera, deverão aquecer-se proporcionalmente à temperatura do planeta. Dessa forma, a dinâmica da absorção e liberação de CO₂ na atmosfera será proporcional à realidade terrestre, no que tange à sua temperatura.

No entanto, como os oceanos são muito profundos, eles literalmente levam centenas de anos para esfriar ou aquecer-se. Sendo os mares, detentores de memórias climáticas terrestres de séculos pretéritos. Assim, quando os oceanos se aquecem, liberam gás carbônico para a atmosfera e ao se resfriarem, retiram dióxido de carbono da atmosfera.

Alinhando o raciocínio relativo às memórias climáticas oceânicas, pode-se inferir que uma mudança existente hoje na quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, pode não representar um evento contemporâneo, mas uma ocorrência climática de centenas de anos. E nesse interim, os efeitos se expressam. A constante demora no aquecimento e resfriamento oceânico, por conta de sua profundidade, acaba por justificar a dinâmica da curva que relaciona a temperatura terrestre e o aumento de CO₂ atmosférico. Demonstrando assim, o atraso na linha do dióxido de carbono em relação a linha da temperatura.

Todavia, algumas modificações climáticas pontuais ocorrentes na superfície da terra, muitas vezes associadas pela meios de comunicação de massa ao aquecimento global, não tem qualquer relação. Como por exemplo, longos períodos de secas no nordeste brasileiro e chuvas torrenciais no oeste continental da América do Sul, se relaciona basicamente com as magnitudes do *el niño*, *El Niño* este que consiste alterações significativas de curta duração²⁷ na distribuição da temperatura da superfície da água do Oceano Pacífico, com profundos efeitos no clima, sendo um fenômeno natural ainda não muito bem explicado, todavia não tem nada haver com a temperatura global. O mesmo ocorre com o fenômeno natural *la niña*, que consiste exatamente no oposto do *el niño* caracterizado por temperaturas anormalmente frias das águas do oceano pacífico. Todavia, como já exposto, estas modificações de temperatura não tem nada a ver com a temperatura terrestre.

Entre os anos de 1990 e 2010, houveram uma sequência de *el niños* muito forte e intercaladas, causando grandes tormentas climáticas, com catástrofes

²⁷ Com duração média de 15 a 18 meses, desencadeados por situações até a atualidade não muito claras do ponto de vista científico.

acentuadas e localizadas. Estes eventos podem estar auxiliando diretamente na dinâmica midiática da promoção da falsa “teoria” do aquecimento global antropológico.

O crescimento das cidades também colaborara para tal investida de propaganda, pois a partir do momento em que as pessoas deixam o campo e passam a viver em cidades grandes, que se tornam em ilhas de calor, acabam crendo que o planeta esta mais quente por conta do microclima da cidade onde vivem. Sendo uma cogitação totalmente lógica para os leigos no assunto da climatologia, astronomia, biologia, geografia e geologia.

EL NIÑOS REGISTRADOS

1877-1878 - Forte intensidade	1957-1959 - Forte intensidade
1888-1889 - Intensidade moderada	1963 - Fraca intensidade
1896-1897 - Forte intensidade	1965-1966 - Intensidade moderada
1899 - Forte intensidade	1968-1970 - Intensidade moderada
1902-1903 - Forte intensidade	1972-1973 - Forte intensidade
1905-1906 - Forte intensidade	1976-1977 - Fraca intensidade
1911-1912 - Forte intensidade	1977-1978 - Fraca intensidade
1913-1914 - Intensidade moderada	1979-1980 - Fraca intensidade
1918-1919 - Forte intensidade	1982-1983 - Forte intensidade
1923 - Intensidade moderada	1986-1988 - Intensidade moderada
1925-1926 - Forte intensidade	1990-1993 - Forte intensidade
1932 - Intensidade moderada	1994-1995 - Intensidade moderada
1939-1941 - Forte intensidade	1997-1998 - Forte intensidade
1946-1947 - Intensidade moderada	2002-2003 - Intensidade moderada
1951 - Fraca intensidade	2004-2005 - Fraca intensidade
1953 - Fraca intensidade	2006-2007 - Fraca intensidade
	2009-2010 - Intensidade moderada

Arllys Jerônimo de Oliveira Lima Lino Carneiro, adaptado de: http://enos.cptec.inpe.br/saiba/Oque_el-nino.shtml

5. O “AQUECIMENTO GLOBAL” E A POLITICA IMPERIALISTA INTERNACIONAL

Uma possibilidade empírica capaz de justificar a propaganda e os grupos que apoiam a ideia do aquecimento global, só poderá se justificar-se por questões políticas internacionais. Pois, partindo do pressuposto equivocado de que o dióxido de carbono produzido pelo homem seria o responsável pelo “aquecimento global”. Todavia, as populações deveriam diminuir a produção

para conseqüentemente diminuir a “poluição por dióxido de carbono²⁸”. Onde, para os alarmistas do aquecimento global antropogênico a culpa seria do sistema e da sociedade industrial.

Atualmente a sociedade encontra em um grande paradigma desenvolvimentista internacional, que acaba por dividir opiniões. De um lado ficando as opiniões correlacionadas ao imperialismo, onde uma sociedade deveria se sobrepôr a outra em todos os sentidos (que atualmente são detentores de poder político e financeiro), e do outro lado uma visão mais humanística que prega que o crescimento e desenvolvimento econômico e social consistem em um direito de todos (idealistas e sem muita influência).

Os benefícios da indústria moderna, tradicionalmente desfrutados apenas pelas sociedades ricas e desenvolvida, agora estão ao alcance de praticamente todas as sociedades mundiais (pessoas comuns em todos os países do mundo). As tecnologias modernas trouxeram facilidade, riqueza e em muitos casos desenvolvimento. O transporte e as comunicações modernas tem feito o mundo parecer menor e a globalização tecnológica, social e cultural podem ocorrer. O progresso industrial tem mudado a vida do ser humano e, por conseguinte, a realidade de muitos países.

Como já verificado em tópicos anteriores, essa teoria não possui fundamentação técnico-científica nenhuma, do ponto de vista químico, biológico, geológico, astronômico, lógico e nem proporcionalidade matemático-física alguma capaz de justificá-la. Sendo justificada apenas por um sistema midiático agressivo e detentor de grande poder econômico e relativa credibilidade por parte da sociedade leiga (os não cientistas e não filósofos).

Qualquer indivíduo minimamente instruído, que dedique algumas horas para estudar o tema, perceberia que a “teoria do aquecimento global antropológico” se mostra falsa, absurda e com o objetivo de matar o sonho africano. Pois como

²⁸ O CO₂ não pode ser considerado como um gás poluente, pois o mesmo é componente natural da atmosfera e é produzido por todos os seres vivos e pelo próprio planeta por diferentes meios. Sendo o mesmo indispensável a produtividade vegetal.

todos os países não totalmente desenvolvidos, o sonho africano é de se desenvolver, de crescer e de conseguir interagir plenamente e positivamente na sociedade industrial globalizada, abandonando a miséria e galgando degraus em seus índices de desenvolvimento humano. Assim com, tentar frear o crescimento e desenvolvimento de alguns países emergentes que vem se destacando, tais como os BRICs²⁹ (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), que a passos largos vem mudando a dinâmica conjuntural internacional.

Abaixo segue algumas intervenções internacionais dos BRICs, que antes só eram desenvolvidas pelos Estados Unidos da América:

1. Banco dos BRICs = um banco internacional direcionado para socorrer economias emergentes. (fazendo frente ao FMI e seu sistema predatório de empréstimos financeiros a países em crise).
2. Proposição de um conselho de segurança para assuntos internacionais = se contrapor ao intervencionismo internacional liberal em crises políticas locais e sociais locais (fazendo frente ao imperialismo da supremacia da vontade norte americana).
3. Parceiras e intercambio tecnológico e militar = Todos os BRICs juntos detém tecnologia similar a. das maiores potencias planetárias em todos os sentidos.

Voltando ao contexto da discussão, a ideia da diminuição das emissões de dióxido de carbono, se justifica politicamente na concêntrica diminuição da produção dos países em desenvolvimento, consequentemente causando-nos recessão

²⁹ Liga estratégico-global desenvolvida pelo Brasil, pela Rússia, China, Índia e pela África do Sul.

econômica e perda da capacidade de se desenvolver e articular entre si, ficando na dependência das superpotência, em caso especial, dos Estados Unidos da América.

Não há hipótese científico-técnica quaisquer que possa justificar a “teoria do aquecimento global antropológico” se não a política internacional, o medo da perda da hegemonia dos países ricos frente aos países pobres e as nações em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Em todo o corpo do trabalho, desde sua análise histórico filosófica antiga, observada sob a ótica de diversas ciências, a Teoria do Aquecimento Global se consolida como um mito induzido pelos meios de comunicação de massa. Chega-se à conclusão de que o Painel Intergovernamental para mudanças climáticas, por se tratar de uma organização da ONU possui forte cunho político e não científico.

A fundamentação do marketing midiático por trás do IPCC da ONU, na defesa da ideia de que há um aquecimento global antropológico é muito bem elaborada, repleta de jogadas de marketing, tais como a redução das emissões proposta pelos Estados Unidos da América para seu próprio país. Todavia, a nação norte-americana descobriu uma grande jazida de gás de “xisto”, que emite muito menos dióxido de carbono em sua queima, e está adaptando a indústria a se valer desse novo combustível em sua produção. Podendo sendo assim, reduzir a emissão de carbono sem provocar recessão interna, resultando em um excelente golpe ou jogada de marketing. Com essa iniciativa dos Estados Unidos da América, os meios de comunicação de massa terão muito mais argumentos para defender essa teoria. Poderão alegar que a maior potência do mundo, que atualmente passa por uma grave crise econômica, concordou em reduzir suas emissões de dióxido de carbono para poder salvar o planeta e garantir sua habitabilidade as gerações futuras.

A título de conhecimento, não há consenso entre a comunidade científica acerca do aquecimento global antropológico. Isso porque o consenso pode ser

considerado como um erro científico. Ele é bem vindo à política, mas não na ciência. Pois se assim não o fosse, o conhecimento jamais poderia evoluir. Para isso é só lembrar de que para os filósofos gregos a terra era o centro do universo (um centro um pouco deslocado), onde ao redor dela giravam todos os corpos celestes, alguns errantes (os planetas) e outros sobre uma regra estabelecida e previsível (as estrelas). Todavia, a falta de consenso entre os cientistas e filósofos fez com que hoje se saiba que a terra não é o centro do universo e que a mesma orbita o sol, todavia, o conceito em que a lua orbita a terra ainda é válido.

Partindo do parágrafo logo acima, bem como de todo o texto, podemos chegar a conclusão de que uma teoria pode ser refutada em partes ou na sua totalidade. E que a teoria do aquecimento global antropológico pode ser refutada na íntegra, embora a teoria do aquecimento global (não antropológico) se mantenha verdadeira em algumas regiões do globo, seja pelo crescimento das cidades (que geram ilhas de calor), seja por atividade solar ou por conjunturas posicionais do sistema solar na galáxia do qual pertence.

Ademais, este trabalho se encerra afirmando que: o ser humano, partindo de sua capacidade de modificar o meio ambiente seria capaz de exercer interferências no planeta em escala local mas, dada a conjuntura e a distribuição das populações humanas na terra, um dano global climático por emissão de poluentes (excluindo-se uma guerra mundial atômico-nuclear) seria inconcebível científico - filosoficamente de ser atribuído ao ser humano.

Partindo de tudo o que foi exposto, seguindo a visão multifocal de Aristóteles e, por conseguinte os pressupostos dos pensamentos lógicos válidos, este trabalho abre o campo da discussão empírica para tão discutida e controversa temática, inerente a vida de todos os povos, ponderando o que é real e o que é falecia.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, I. *História da Climatologia*. 2012. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/86234102/Historia-da-climatologia#scribd>>, acessado em Jan. de 2015.
- WUNSCH, C, *Discrete Inverse and State Estimation Problems*, 2006. ISBN 0-521-85424-5
- WUNSCH, C. Marc Poitevin *The Ocean Circulation Inverse Problem*, 1996. ISBN 0-521-48090-6
- WALTER MUNK, PETER WORCESTER, MARC POITEVIN AND CARL WUNSCH, *Ocean Acoustic Tomography*, Cambridge University Press, 1995. ISBN 0-521-47095-1
- SALGADO-LABOURIAU, M. L.. *História Ecológica da Terra*. 2. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1994.
- MCGUIRE, Bill. *A guide to the end of the world: Everything You Never Wanted to Know*, 2002. Disponível em:
<<http://pt.slideshare.net/CuteGirlsDating567200/a-guide-to-the-end-of-the-world-everything-you-never-wanted-to-know-pdf-60253190>>. Acessado em Jan. de 2015.
- VALLEY NEWS. The Snowball Theory. 19 de junho de 2000, p. C-1
- BRYSON, Bill. *Breve história de quase tudo*. Companhia das Letras. 2005.
- EL NIÑO representa o aquecimento anormal das águas superficiais e sub-superficiais do Oceano Pacífico Equatorial. Disponível em:
<http://enos.cptec.inpe.br/saiba/Oque_el-nino.shtml>. Acessado em Jan. 2015.
- LA NIÑA. Disponível em: <http://enos.cptec.inpe.br/saiba/Oque_la-nina.shtml>, acessado em Jan. 2015.
- DE QUÍOS, Hipócrates. *Águas, Ares e lugares*. Cópia da obra. Grecia antiga.
- CAIRUS, Ares Henrique F., águas e lugares, In _____ & WILSON A. RIBEIRO JR., *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

- ARISTÓTELES. *Tópico: dos argumentos sofisticos/Aristóteles*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. — São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MOLION, L. C. *Entrevista com Luiz Carlos Molion no Canal Livre*. Rede Bandeirantes de Televisão. São Paulo Brasil. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VW_r-NGfLAg>. Acessado em jan. de 2015.
- MOLION, L. C. *Terrorismo do aquecimento global*. Maceió Alagoas. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sBUMDSf8fxw>>. Acessado em Jan. de 2015.
- SNOWBALL *Earth*, da série *Horizon* da BBC, transmitido originalmente em 22 de fevereiro de 2001.

O ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E O CONCEITO DE AÇÃO EM HANNA ARENDT: CAMINHOS PARA A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

*Beatriz da Silva*³⁰

RESUMO

A Rede de atenção psicossocial conecta diversos serviços, cria inter-relações com objetivos comuns, no caso da saúde mental, o suporte ao usuário em sofrimento psíquico. Hannah Arendt situa o conceito de ação na interseção entre a igualdade e a diferença, onde, na ação habita a possibilidade de mudança e de os seres humanos se colocarem no mundo enquanto efetivamente humanos. A ação de acolhimento revela o sentido do serviço de saúde, em especial da saúde mental, de tratar e acompanhar as diferentes pessoas em suas singularidades, levando em conta a pluralidade dos usuários do serviço de saúde pública.

Palavras-chave: Acolhimento; Rede Psicossocial; Ação; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A reforma psiquiátrica brasileira teve início em fins da década de 70 e possibilitou uma transformação na assistência em saúde mental, com o intuito de superar as internações nos hospitais psiquiátricos. Novos serviços organizados em rede foram criados de maneira que possam oferecer a convivência e interação no contexto social rompendo assim com o tratamento em manicômios.

Neste sentido, as redes de atenção à saúde mental são parte integrante da política pública de saúde mental brasileira, e a noção de acolhimento torna-se fundamental para a implantação de ações que permitam a constituição de

³⁰ Psicóloga. Doutoranda em psicologia social. Universidade Argentina John F. Kennedy.

vínculos psicossociais e qualidade de vida dos indivíduos que possuam transtornos psíquicos.

Pretende-se referir a análise por meio de uma revisão de literatura, em uma perspectiva de tipo qualitativa. Buscou-se uma articulação entre os trabalhadores de saúde e o seu trabalho assistencial no cuidado de acolher o usuário de saúde mental no contexto do posto de saúde da atenção básica no sistema público.

Recorremos a Hannah Arendt, cujo conceito de ação nos traz à abertura de novas relações de convivência com a pluralidade de formas de se posicionar no mundo e assim, possibilitar a criação de novos sentidos coletivos na convivência com o usuário em sofrimento psíquico.

1. A ORGANIZAÇÃO E O SERVIÇO DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NO PROCESSO DE TRABALHO

Enquanto um tipo de organização com suas relações próprias e sua dinâmica interna com os diversos componentes, o serviço de saúde da atenção básica possui uma estrutura com suas relações de poder e dinâmica interna. Temos na organização de um serviço saúde um trabalho coordenado e em cooperação para atingir um objetivo e que é dirigido a um público. O trabalho voltado para uma tarefa na saúde exige o compromisso com as emoções que constitui esse espaço de relações.

A organização do trabalho segundo Schvarstein (1997) está relacionado a materialidade de um conjunto de valores organizados e estruturados que constituem a imagem perceptiva da organização. Assim, as relações no ambiente de trabalho são produzidas cotidianamente e repercutem na subjetividade dos trabalhadores e nas relações intersubjetivas. O discurso que se produz dentro de uma organização e os valores que circulam, são repetidos e conformam a identidade daquele grupo.

Neste caso, compreender os sentidos para os trabalhadores de receber e acolher um usuário da saúde mental na atenção básica significa entender os fatores que influenciam na relação desses trabalhadores com a loucura, e as possibilidades de mudança nesta relação.

O acolhimento é uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) em saúde no Brasil que pode determinar no acesso dos usuários ao serviço de saúde a partir de uma mudança no processo de trabalho em fazer saúde. Essa política traz os profissionais da saúde para lidar com a dimensão subjetiva do cuidado. Esses profissionais devem criar espaços no serviço de saúde que permitam uma escuta qualificada, conduzindo à responsabilização pelo problema do usuário e uma resposta adequada a cada caso, cada situação.

A PNH propõe o acolhimento como processo constitutivo das práticas de produção e promoção da saúde, preocupando-se em incluir a saúde do trabalhador em saúde como parte das metas do SUS. Porém, as propostas da PNH conduzem tanto a possibilidades de humanização do trabalho em saúde, como também, as novas exigências no trabalho podem ser capazes de sobrecarregar ainda mais os profissionais de saúde.

Nesse caso, ainda que bem-intencionada, a proposta da humanização com base no acolhimento pode gerar condições para o desenvolvimento de estratégias defensivas no trabalhador, mediante as demandas lançadas para construir um ambiente de humanização e acolhimento, incluindo a dimensão subjetiva, dentro de um sistema que nega a subjetividade do próprio trabalhador. Nesse sentido, o trabalhador ao se defender e proteger os seus afetos, o que seria produzir saúde e acolhimento, pode tornar-se apenas a produção de mais procedimentos.

2. O TRABALHO EM REDE COMO ORGANIZADOR DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

As redes de atenção à saúde (RAS), enquanto uma noção da saúde pública se caracteriza por apresentar arranjos que contribuem para a atenção continuada e de qualidade das necessidades de serviços de saúde para a população assistida.

Ao pensarmos a organização em rede de saúde, entendemos como fator primordial para a continuidade para a atenção da saúde em rede a discussão dos problemas de saúde que necessitam de um cuidado maior. Neste sentido, as formas de organização da saúde em rede contribuem para a melhoria dos atendimentos e consequentemente na qualidade de vida das pessoas (Mendes, 2011).

Seguindo os caminhos da saúde pública, as redes de atenção à saúde mental são parte integrante da política pública de saúde mental brasileira. Instituída pela Portaria Ministerial nº. 3.088 de 2011, a rede de atenção psicossocial (RAPS), reforça a política nacional de saúde mental na busca pela consolidação de um modelo de tratamento de base comunitária. É constituída pela organização dos serviços de base territorial e comunitária, oferecendo o cuidado integral e interdisciplinar de forma regionalizada, garantindo assim a articulação e integração do território (Brasil, 2011).

Tais redes de atenção são instrumentos fundamentais para a implantação de ações que proporcionem a constituição de uma teia que promova vínculos psicossociais e qualidade de vida dos indivíduos que possuam transtornos psíquicos.

Assim como as redes de atenção à saúde mental e pública são instrumentos importantes, também, o acolhimento ao usuário que acessa os serviços da rede torna-se um instrumento para analisarmos o funcionamento dessa rede em seu processo de produzir saúde. O acolhimento nos serviços integra a política pública do trabalho em redes de saúde, e torna-se fundamental para as ações e estratégias que são criadas no cotidiano do serviço e que permitam a constituição de vínculos psicossociais para os usuários da rede que possuam transtornos psíquicos.

Desta forma, uma rede funciona com base no trabalho das equipes de saúde, pois são os trabalhadores os operadores da rede. As redes atravessam equipes e equipamentos de saúde, podem se articular de uma unidade básica para emergência, ou desta para o centro de saúde mental, ou seja, os caminhos a serem percorridos são acionados sempre para cada caso, e pautados nas

necessidades dos usuários e nos recursos disponíveis para o cuidado de saúde mental nos mais diferentes serviços de atenção na rede (Liberato, 2009).

Portanto, se o centro de gravitação dos atendimentos em saúde mental se localiza no CAPS e o da saúde geral nas unidades de atenção básica a saúde, é possível estabelecer uma solidariedade entre os dois serviços e um alargamento da ação de acolhimento de uma demanda de saúde mental na atenção básica de saúde.

Um ponto nevrálgico, a nosso ver, se constitui nos serviços da atenção básica que possam dar algum suporte à um usuário em crise, tendo em vista a desorganização que se faz presente neste quadro e que pode também desorganizar todo um serviço, além do centro de atenção psicossocial (CAPS) que já realiza o acolhimento à crise, e se co-responsabilizar pelo encaminhamento que for necessário.

Dessa forma, entende-se que quando determinadas ações se concentram apenas no Caps, torna-se um indicativo das práticas em saúde mental nas suas limitações e da pouca articulação da rede de atenção psicossocial. Como proposta de ampliação da rede, o acolhimento do usuário em suas diferentes demandas na atenção básica indica uma rede de serviços substitutivos integrada entre si, algo imprescindível para o avanço da reforma psiquiátrica brasileira.

Por outro lado, se temos serviços isolados, que não se comunicam, fechados em suas rotinas, temos uma articulação precária entre os CAPS e a rede de atenção básica. Segundo Dimenstein (2009),

Há uma forte demanda cotidiana de saúde mental não acolhida na atenção básica, pois os técnicos não se sentem capacitados para tal e indicam a necessidade de apoio e instrumentalização nesse campo. Não é raro escutarmos as queixas muito bem fundadas das equipes voltadas exatamente para esses problemas. Ao compreendermos que a essência do trabalho em rede reside no relacionamento

pessoa-pessoa e que os modos de fazer o seu trabalho estão intimamente relacionados com o grau de implicação das pessoas e das equipes, a pouca integração da rede de saúde, se tornam os desafios para o cuidado substitutivo ao hospital psiquiátrico no processo da reforma psiquiátrica brasileira (Dimenstein, 2009).

A falta de articulação de diferentes serviços e apoios sociais, culturais e assistenciais produz efeitos danosos, tais como a sobrecarga dos operadores de saúde, a burocratização das práticas e o fomento de uma rede que, ao invés de estabelecer múltiplas conexões, uma rede complexa, acaba por provocar nova cronificação (LIBERATO, 2009).

Entende-se que ao diversificar a rede de serviços substitutivos, no que tange à saúde, conectá-la, e assim criar condições de possibilidades de se efetivar mudanças nas relações estabelecidas com a loucura (transformações no imaginário social, nas representações e nas práticas vinculadas).

3. O CONCEITO DE AÇÃO EM HANNAH ARENDT

Entre as dimensões consideradas fundamentais da atividade humana, Hannah Arendt encontra na ação a possibilidade de mudança e de os seres humanos se colocarem no mundo enquanto efetivamente humanos. A autora situa o conceito de ação na intersecção entre a igualdade e a diferença. *“Se no fuesen iguales los hombres serian incapaces de comprender entre los mismos, se não fuesem diferentes no teníamos la necesidad de usar la linguagem para entendiermos uns a los otros”* (Arendt, 2007). Essa pluralidade é a condição básica de da ação, onde se compartilha um espaço comum com pessoas de mesma capacidade de iniciar novos processos e dar continuidade aqueles já iniciados.

Dotada de uma dimensão de revelação, Para Arendt (2007) é na ação que os homens se mostram, revelam sua identidade pessoal e singular que sobrevém quando as pessoas estão juntas, convivendo. A ação é a atividade humana que

tem como precondição a igualdade e a pluralidade. Neste sentido trata da convivência dos diferentes (Arendt, 2002).

De uma forma mais geral, agir significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa e isto só é possível porque cada homem é singular, e a cada nascimento vem ao mundo algo singularmente novo. O homem age ao tomar iniciativa em relação a uma determinada questão ou situação, e essa iniciativa pode trazer a existência algo completamente novo para o mundo, algo que nunca existiu até então.

A ação, então, é uma atividade que depende durante todo o seu processo da presença efetiva de outras pessoas, necessita do espaço da aparência onde os indivíduos possam ver e serem vistos por outros. Para Hannah Arendt (2002) em todas as atividades humanas poderia haver o reconhecimento do outro enquanto igual reconhecimento, esse que estaria na base da cidadania. E, é no espaço público onde Hannah Arendt encontra a possibilidade de reconhecimento, da igualdade e pluralidade.

Ao considerar duas esferas da vida humana, a privada e a pública, Hannah Arendt recorre a tradição do pensamento grego na distinção entre a polis (esfera pública) e a família (esfera privada). “Tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (Arendt, 2007: 59). Refere-se ao público como o mundo comum, ou seja, aquilo que é construído para estar entre os homens, para mediar suas relações.

Identificando o privado como de privação de um espaço onde se pode ver e ser visto por outros (espaço de aparência), privado de um mundo comum, da possibilidade de realizar algo novo, inédito para a história. Considerava a polis grega como o lugar que a ação e o discurso se tornam a única forma legítima de decidir os rumos daquilo que é comum a todos os cidadãos.

Ao valorizar o espaço público, em oposição a esfera privada advinda com a modernidade, reconhecia que na vida pública que se produzem os conflitos e consentimentos, onde se revelam os interesses e a descoberta da força do discurso na relação entre os homens; tais relações referem-se à esfera política, a criação de

um mundo comum, no qual os homens são capazes de atingir a sua máxima humanidade.

4. A COMPLEXIDADE DA REDE E A AÇÃO DE ACOLHIMENTO COMO TRANSFORMADORA DAS PRÁTICAS EM SAÚDE.

Ao identificarmos que o serviço de saúde se encontra organizado em rede, entendemos a partir de Castells (2000) que há uma tendência histórica das sociedades da era da informação de se organizar em torno de redes. E, compreende a rede, assim, como um conjunto de nós interconectados.

Redes são instrumentos para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder” (CASTELLS, 2000: 498).

Dessa forma, as redes permitem uma flexibilidade e adaptação de estratégias, voltadas para a necessidade de cada usuário, no caso da saúde, o que permite uma construção e reconstrução constante de estratégias de acordo com o suporte necessário a cada sujeito. Por ser descentralizada, a rede conecta diversos serviços, cria inter-relações com objetivos comuns, no caso da saúde mental, o suporte ao usuário em sofrimento psíquico. A partir da rede de serviços o cuidado não se centraliza unicamente no Centro de atenção psicossocial (CAPS),

mas se articula como uma rede de complexa, onde as relações de poder se constituem de forma mais próxima e horizontal, pois todos são importantes em sua abrangência.

Ao ligar diversos serviços que se articulam compondo a rede, o cuidado em saúde mental comporta uma complexidade e diversos tipos de arranjos, que são construídos por meio dos trabalhadores dos serviços que são quem de fato tecem a rede. Reconhecer a complexidade no cuidado em saúde, em fundamental em saúde mental, é considerar a distinção entre as partes que constituem a rede, sem reduzi-las, sem simplificar e transformar os serviços em algo homogêneo; mas valorizar cada serviço em suas relações e importância no cuidado oferecido ao usuário da rede.

Ao se considerar as práticas de cuidado em saúde mental, a superação do olhar reducionista centrado na doença abre espaço para se pensar o usuário como um sujeito de múltiplas necessidades, abandonando o modelo profissional- usuário para pensar em relações sujeito-sujeito. Fato que leva também a se pensar na construção do trabalhador em sua relação com o trabalho, das limitações que surgem na sua ação e das práticas que se colocam como necessárias para um outro modo de fazer saúde, como no acolhimento, as articulações entre serviços e as interações interdisciplinares.

É na importância da relação entre as partes que se efetiva a construção de uma rede articulada, voltada ao cuidado em saúde mental. O todo é maior que a soma das partes porque inclui a relação entre elas. Dessa forma uma rede de saúde mental se conforma quando as partes interagem em busca de um objetivo comum, que é a construção do todo, se inter-relacionam, sem negar o outro.

Na prática cotidiana isso se torna um exercício constante, à medida que o acolhimento de um usuário de saúde mental nos diversos serviços que compõem a rede de saúde demanda uma forma de se relacionar com a diversidade, que a loucura encarna, que não seja reducionista, mas que comporte a complexidade das relações e os diversos formas de se ser humano.

Tendo em vista a pluralidade das formas de ser humano, pois, cada um se posiciona frente a vida de uma forma, encontrou-se em Hanna Arendt um dos condicionantes fundamentais da atividade humana, a ação. É na ação que habita a possibilidade de mudança e de os seres humanos se colocarem no mundo enquanto efetivamente humanos.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política (ARENDR, 2007:15).

Hannah Arendt situa o conceito de ação na interseção entre a igualdade e a diferença, “Se não fossem iguais os homens seriam incapazes de compreender entre si mesmos, se não fossem diferentes não haveria a necessidade de usar a linguagem para entendermos uns aos outros” (ARENDR, 2007:15). Essa pluralidade é a condição básica da ação, onde se compartilha um espaço comum com personas de mesma capacidade de iniciar novos processos e dar continuidade àqueles já iniciados.

Dotada de uma dimensão de revelação, para Arendt (2007) é na ação que os homens se mostram, revelam sua identidade pessoal e singular que sobrevém quando as pessoas estão juntas, convivendo. A ação é a atividade humana que tem como precondição a igualdade e a pluralidade. Neste sentido trata da convivência dos diferentes (ARENDR, 2002). No âmbito da saúde mental, temos a diferença encarnada na loucura.

Na Saúde Pública brasileira, o acolhimento é considerado um dispositivo que contribui para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo percebido como ferramenta de intervenção na qualificação da escuta e na construção do vínculo, além de garantir nos serviços de saúde, acesso com responsabilização e resolutividade (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o acolhimento propõe a inversão do modelo de atenção à saúde, organizando os serviços de saúde de forma usuário-centrado e qualificar a relação entre trabalhador-usuário, que deve acontecer por parâmetros humanitários de solidariedade e cidadania (BRASIL, 2004).

O acolhimento pode ser compreendido como uma postura que pressupõe uma atitude ética por parte do trabalhador de receber, escutar e tratar humanizadamente o usuário e suas demandas (DESLANDES, 2007), com ações que facilitam o atendimento, a análise e oferta de soluções ou alternativas aos problemas demandados.

Entendemos que os princípios ligados ao acolhimento podem ser referenciais da ação, no sentido proposto por Hannah Arendt, dos profissionais de saúde no seu trabalho. Enquanto agente transformador, na ação de acolher a postura do profissional não pode ser outra que não ética e política, ao lidar com as diferentes pessoas devido a pluralidade dos usuários do serviço de saúde pública.

Assim, ao reconhecer o outro como igual, a ação de acolhimento revela o sentido do serviço de saúde que é tratar e acompanhar o sujeito e não simplesmente focado na doença. Acolher o sujeito, na produção de saúde, em especial no campo da saúde mental, pode imbricar na possibilidade de maior quantidade de serviços que ofereçam suporte a sujeitos em sofrimento psíquico.

CONCLUSÃO

O trabalho em rede de atenção à saúde se constitui em um instrumento fundamental para a implantação de ações que promovam vínculos psicossociais e

qualidade de vida aos indivíduos que possuam transtornos psíquicos, tendo em vista o cuidado de base territorial constituído a partir da reforma psiquiátrica brasileira.

Neste sentido, na articulação dos serviços, a rede de saúde comporta a complexidade de conectar, pessoas, equipes e serviços, levando em conta a interação entre as partes e a potência que o todo de uma organização em rede pode proporcionar.

No tratamento em saúde mental, o suporte de uma rede forte e articulada com diversos serviços se faz fundamental, pois uma rede que não é interligada pode proporcionar novas formas de cronificação, a partir dos Caps.

Assim, temos na ação de acolhimento oferecido nos serviços da rede um instrumento que pode orientar novas formas nas práticas de saúde e, em especial, novas formas de cuidar em saúde mental.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo. (2007). Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense editora, 2007.
- ARENDDT, Hannah. *O que é a política?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. (2004). Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Humaniza SUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético- estético no fazer em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL. *Portaria n° 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Brasília: Ministério da saúde.
- DESLANDES. Sueli, F. (2007). *Humanização nos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- LIBERATO, M.D.M. (2009). *Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede*. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Vol 1, no 1, jan-abr. (CD-ROM).
- MENDES, Eugênio Vilaça. (2011). *As redes de atenção à saúde*. Brasília

MOSCOVICI, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar.

SCHVARSTEIN, L. (1997). *Psicología social de las organizaciones*. Buenos Aires.

PRÁCTICAS INNOVADORAS DE ENSEÑANZA DE LOS PROFESORES UNIVERSITARIOS EN LA PERSPECTIVA DE RUPTURA CON LA EDUCACIÓN TRADICIONAL

Edna Maria Rodrigues Moura Barros³¹

RESUMEN

En este artículo, el concepto de innovación se discute como un proceso de cambio en la transformación de una realidad a otra, con miras a la construcción de nuevas prácticas educativas en el proceso de enseñanza / aprendizaje. La innovación en el concepto más amplio en torno a las demandas actuales que se presentan junto con los requisitos de enseñanza necesarios en vista de la ruptura con el modelo tradicional de la educación en el contexto del mundo moderno. Profundiza la discusión en las actividades y estrategias innovadoras en la educación superior, los desafíos e impactos la formación de ciudadanos críticos en la superación de la perspectiva. Hace hincapié en la importancia de la relación entre la teoría y la práctica como un ejemplo de didáctica innovadora y la reflexión sobre la práctica como un característica fundamental la perspectiva de romper la enseñanza tradicional y, por otro lado, permitir nuevas formas de enseñanza y aprendizaje a través de una plan de estudios innovador.

Palabras-Claves: Aprendizaje, Prácticas Innovadoras, Currículum, Tecnologías, Enseñanza, Calidad.

INTRODUCCIÓN

Cuando se habló de innovación, de inmediato viene a la mente los conceptos generales relacionados con la creación, invención, actitud,

³¹ Profesora de la Universidad Estatal del Piauí/Picos y Pedagoga del municipio del Picos. Licenciada en Pedagogía y Letras/Portugués. Especialista en Política y Gestión de la Educación; Especialista en Supervisión de la Enseñanza; Especialista en Lengua Española y en Enseñanza. Alumna de curso de doctorado en educación en la Universidad Católica de Santa Fe/Argentina

intervención que afecta a la estructura normal de un sistema, que rompe barreras y transforma la realidad en sí. En los años 90, con la revolución tecnológica y el rápido avance del conocimiento y la información, nuevos cambios en el entorno social, político y económico impuesto un nuevo ritmo a la sociedad y, en consecuencia, los espacios educativos se hizo aún más acusada de promover estos cambios.

En este escenario de rápidas transformaciones, las universidades comenzaron a ejercer una tarea fuerte en sentido a preparar a la sociedad para hacer frente a estas demandas, elevando el nivel de los requisitos de capacitación del profesorado en el aula universitaria para mejorar la calidad de la enseñanza, articulando teoría-práctica como eje de las innovaciones.

Los cambios en educación pueden ser interpretadas de varias maneras, pero lo que concierne a las innovaciones es más restringida, porque se refiere a cambios de acciones en las actividades docentes para mejora de la enseñanza, asociada a una propuesta curricular contextualizada, por otra parte, los estudios actuales apuntan prácticas innovadoras relacionadas con el uso de las tecnología, como siendo un punto de referencia imprescindible y casi exclusivo. Una propuesta que se centra en el diseño principal en la formación del profesorado, en las estrategias de enseñanza y un nuevo modelo curricular para satisfacer las demandas, en definitiva, una cobertura compleja que nos lleva a muchas indagaciones: ¿Cuál el concepto de innovación para la educación? ¿Cuáles son las acciones educativas consideradas innovadoras en la universidad por los maestros? ¿Una concepción de innovación, traduce en la formación del profesorado universitario para que sea más capacitado? ¿Cuáles son las implicaciones de las innovaciones en el contexto educativo regional? ¿Cuál el papel del profesor universitario frente a las innovaciones? ¿Trabajar el contenido con las prácticas de enseñanza traduce en ejemplo de educación innovadora en la universidad? Cuáles son los principales obstáculos que los profesores universitarios enfrentan para trabajar el contenido con las prácticas? ¿Cómo

mensurar los impactos de prácticas innovadoras en el aprendizaje de los estudiantes de grado?

Las cuestiones planteadas no propone nivelar respuestas preconcebidas de lo contrario, se pretende provocar la discusión en el contexto amplio en el que implica el tema y sus diversos contrapuntos que surgen durante los últimos decenios relacionados con los maestros. La idea sobre la investigación son relativamente dirigida en otros debates educativos, sin embargo, el propósito aquí ganados en las innovaciones de la práctica educativa tiene por objeto entender la dinámica de sociedad el mundo moderno impulsado por la tecnología.

En términos generales, todos los conceptos que aquí hemos definido suponen, entonces las ideas de alteración y de novedad. A éstas cabe agregar las nociones de intencionalidad y planificación para la introducción de cambios. El de innovación suma, además, la idea de transformación sustantiva de las prácticas educativas en una institución y en sus aulas y el impacto, en consecuencia, en su estructura profunda. Claro está que hablar de grados de intencionalidad y de planificación no supone necesariamente adscribir a una perspectiva tecnológica y/o rígida del cambio. Pero si se introduce la idea del sentido del cambio (o de la innovación) esto supone ineludiblemente algún grado de reflexión sobre sus finalidades (POGGI,)

Claro, el tema es bastante complejo, porque muchos de los estudios realizados hasta la fecha se han llevado a cabo, busque exactamente respuestas a estas y otras preguntas, tomando nota de que en cada momento histórico se necesitan más cambios, por lo que las dificultades impuestas derivan de varios

factores como la estructura de la educación, la fragmentación curricular, bajas inversiones en calificación, malas condiciones de trabajo, la falta de motivación, etc.

Implementar nuevos modelos curriculares de arriba a abajo o copiado de otros países no parece ser la opción más adecuada, ya que cada situación sugiere análisis específicas sobre las prácticas innovadoras en el contexto actual de los docentes universitarios y las principales estrategias utilizadas por ellos en la relación con el contenidos para mejorar la calidad de la enseñanza, consecuentemente, el aprendizaje de los estudiantes.

Para Lucarelli, (1994) el relacionamiento entre la teoría y la práctica en la educación superior define modelos, estrategias, cargados de la valoración que se adjudica a ambas esferas del conocimiento y del currículum de la enseñanza. El currículum como un objeto situado, que tiene en consideración su contexto histórico/ social, los contenidos científicos, tecnológicos, artísticos deseables para que sean aprendidos por las nuevas generación y la estructura organizativa de la institución en función de los grupos que la componen la circulación del poder.

Seguramente las universidades tendrán que despertar para las nuevas perspectivas, lo que implica a trabajar con personas que logran definir acciones basadas en prácticas que posibilite a los alumnos una formación articulada en sus diferentes dimensiones social, política, humana y no solamente en la dimensión técnica.

La dimensión técnica es una concepción estática y fragmentaria del conocimiento, lo que inviabiliza la capacidad de crear, inventar en las aulas de clase. ¿Cómo introducir entonces una enseñanza que permita una acción innovadora frente una realidad difusa y compleja? Inicialmente “hay que analizarlos factores que permiten el surgimiento y desarrollo de las innovaciones, superando los obstáculos de tipo administrativo, económico, psicosocial que el statu quo institucional generalmente presenta”. (Lucarelli, pg. 12:1994).

La mejora de la calidad de la práctica de enseñanza universitaria intervienen muchos factores como los pedagógicos, didácticos, organizativos, contextuales, etc. Estas múltiples tareas requieren una reflexión y elaboración

teórica en torno de nuevo currículum, todavía convertido en las expectativas para la construcción social y cultural entre los ciudadanos. Una concepción de innovación, traducen también en mayores exigencias en la formación del profesorado universitario para que sea más capacitado, motivado, creativo y, principalmente, centrado en los aprendizajes de los alumnos.

(...) en lo que respecta a los profesores, un currículum escolar y unas prácticas y relaciones pedagógicas como éstas, suponen extender e intensificar los requerimientos profesionales y hasta personales. Es así como, cuando ahora se habla de las innovaciones que requieren las reformas, no sólo se está reclamando que los docentes hagan nuevas cosas, sino que modifiquen al tiempo sus concepciones pedagógicas, que decidan y justifiquen las decisiones que toman, y que desarrollen, a su vez, nuevas actitudes y compromisos morales en lo que concierne a sus relaciones con los estudiantes y su preocupación por todos los ámbitos que tiene que ver con su desarrollo cognitivo, social y personal. (ESCUDERO, 75:199)

Hemos entonces de realizar cambios en el currículum educacional de modo que los alumnos amplíen sus conocimientos y capacidades en el contexto del mundo globalizado, pero esto no implica solamente en contenidos cultural y científico de una sociedad, sino también en las metodologías, las definiciones sociológicas, epistemológicas, psicológicas, institucionales, pedagógica a través de mecanismos distintos.

Las propuestas de innovaciones en las universidades debe llevar en cuenta que “ni la teoría ni la práctica gozan de preeminencia: cada una modifica y revisa continuamente la otra”. (CARR). Este entendimiento

implica en reconocer la necesidad de toma de decisiones para que se evidencie esta relación entre los contenidos trabajados a su práctica, destacando los formatos de espacios y las concepciones de los sujetos acerca del conocimiento, el aprendizaje. El aprendizaje como un proceso de apropiación del conocimiento (Wachowitz, 1995)

Por lo tanto, el docente tendrá que reflexionar acerca de las acciones cotidianas de su práctica pedagógica de manera consciente y crítica, permitiendo desarrollar nuevas estrategias, debe aunque analizar las respuestas obtenidas de los alumnos a través del conocimiento que favorezca el aprendizaje de ellos.

1. FACTORES QUE PERMITEN EL DESARROLLO DE LAS INNOVACIONES EDUCATIVAS

El desarrollo de prácticas innovadoras, como se explica al principio de este trabajo, se puede diseñar de varias formas, que incluyen aspectos educativos como el uso de estrategias de enseñanza, relación de contenidos y la práctica docente.

Para ser más precisos: toda innovación en educación es desde esta perspectiva y hasta cierto punto, una reinención. En sentido estricto, no hay aplicación, sino que hay, en el menor número de casos, invención y en numerosas ocasiones, interpretación y recontextualización de prácticas y recursos que otros actores ya han construido, incorporado o experimentado pero que adquieren un nuevo sentido en los contextos singulares en los que se desarrollan”. (GUIJARRO, 2001)

No hay duda de que la acción del maestro es intencional, y se puede observar en su percepción del mundo en cuanto a la política social, la ética, los

conceptos de justicia, lealtad. Por lo tanto, analizar las prácticas innovadoras asociadas, especialmente los muchos valores, además de los conocimientos técnicos, obstaculiza la capacidad de medir las acciones para mejorar la enseñanza, pero no anula, por lo que poco disminuye las expectativas que credencia la mejor enseñanza y prácticas, que se refleja obviamente la evolución y el crecimiento de los estudiantes en la preparación y ejecución de proyectos, la producción académica de los estudiantes y las habilidades técnicas de medición durante las actividades propuestas por los profesores para comprobar el conocimiento de los mismos.

Es evidente que si una acción educativa comienza a partir de la presupuesta la intencionalidad, fatalmente, los resultados pueden ser impugnadas, sin embargo, no invalida como en el aula o incluso más allá, los cambios resultantes darán precisamente para mejorar la progresión y la evolución del aprendizaje, es decir, ninguna acción es estática y cualquier mecanismo que se utiliza para medir los sufren cambios en el tiempo y en el momento en que se lleva a cabo y por quién realiza cierta pesquisa, incluso en las zonas exactas.

Muchos factores permiten el desarrollo de consejos innovadores, entre ellos la capacidad del maestro para desarrollar e innovar estrategias en el aula durante la discusión teórica de los contenidos. Es necesario también capacidad para cuestionar, para escuchar y permitir que el espacio donde se produce un intercambio de información por lo que el profesor actúa como supervisor, para que los alumnos adquieren nuevos conceptos y reflexionar sobre. El maestro necesita diversificar las actividades educativas, la creación de un espacio propicio y la integración con el fin de evitar la fatiga y la rutina en el aula. Es difícil actuar de esa manera? No. Sólo ser un maestro verdadero y profesional. El uso de la tecnología en la educación permite el desarrollo de prácticas innovadoras? Sí. Pero no es exclusiva, ni puede ser confundida y de la moda, donde todo el mundo va a fondo el uso de una concepción errónea de la innovación.

2. EL PAPEL DE LOS DOCENTES EN LA PROMOCIÓN DE CURRÍCULOS INNOVADORES

El carácter reflexivo se compone ante el conocimiento previo de características fundamentales, basado en un currículo que se orienta a elaborar lineamientos a nivel de aula, estrategias, contenidos y recursos de aprendizaje imprescindibles para mejorar la calidad de la enseñanza en consonancia a la realidad actual, pues como afirma Pérez Gómez, (...) “cada individuo, cada grupo, cada cultura, subcultura o tribu implica la posibilidad de cuestionar las formas de representación heredadas o compartidas y generar a su vez nuevas perspectivas convencionales o alternativas(..)” (pg. 12)

Para entender el papel de los profesores ante este contexto, es importante un aporte consciente y significativos por delante de las acciones de la práctica docente, es decir, buscar respuestas que rodean el currículo escolar construido en vista de los cambios propuestos y la visión ideológica, filosófica que recoge su entorno diferentes concepciones de la educación que deben alcanzarse.

Un plan de estudios significativo debe expresar aspectos sócio-políticos y culturales relevantes para la sociedad, teniendo en cuenta las perspectivas innovadoras. Barriga (1986) afirma que, el plan de estudios y los cambios curriculares representan el avance de los países desarrollados por objeto de transformación basados en una concepción de innovación tecnológica y científica fundamentales, no exclusivos, en este contexto de la modernización, donde los alumnos en el momento estarán atentos a una formación profesional cualificada con las posibilidades reales de toma de decisión. Sin embargo, hay que preguntar: ¿Cómo hacer para que los contenidos culturales se orienten a la construcción de un plan de estudio significativo? ¿Cómo trabajar la contextualización en el currículum con las innovaciones tecnológica y científica?

Inicialmente, el maestro debe hacer un diagnóstico para conocer características previas de los alumnos sobre las conductas morales, ética, respeto, solidaridad, justicia, por allá de conocer aspectos importantes acerca de habilidades específicas, competencias respetándose las peculiaridades propias de

cada uno, observar cómo trabajan en equipo, como construyen el aprendizaje y proponiendo adquisición de conocimientos nuevos.

Las consecuencias no previstas de la acción humana individual o socialmente considerada son elementos determinantes de la calidad y naturaleza del desarrollo. Pero lo verdaderamente relevante es llegar a comprender que las consecuencias no previstas no son sólo ni principalmente errores en el diseño o desarrollo de cualquier programa de intervención humana, sino un componente inevitable del mismo por el carácter reflexivo de la razón, porque el conocimiento que se va adquiriendo condiciona sustancialmente los pasos siguientes del proceso de intervención (GÓMEZ, 11: 1998).

En esta perspectiva, es indispensable plantearse previamente cuestiones, tales como, ¿Cuáles las adecuaciones en el currículo son más pertinentes? ¿Qué queremos innovar en el currículum?, ¿Qué hacer para los docentes innovaren las prácticas docentes?, ¿Qué currículum las escuelas deben proponer par el avance de la aprendizaje de los alumnos?

Las adecuaciones curriculares deben observar las características específicas como lo social, económica, política, cultural, ambiental, regional., comúnmente a eso, identificar objetivos programáticos, comprender la realidad de los alumnos y las situaciones relevantes de la institución, la comunidad para construir un espacio en torno de estas diferencias y articular los contenidos trabajados a la práctica. No se puede pensar en innovación, sin romper con estructura tradicionales.

Para innovar las prácticas de enseñanza implica al profesor utilizar nuevas metodologías que priorice el establecimiento de lo teórico a la práctica

cotidiana de las actividades, una relación donde los alumnos hagan aportes diferentes, despierten su consciencia crítica, o sea, desarrollar actividades que despierten el interés y la capacidad a trabajar en grupos y participar del proceso de formación. Actitudes que realmente demuestran claridad sobre el verdadero papel a desempeñar hacia las innovaciones propuestas de inclusión. Lo que pasa, es que, lamentablemente, persisten en la realidad habitual en contexto educacionales, prácticas que se van contraria a lo que se desea e estas por su vez responden por actitudes excluyentes e injusta.

(...) La cotidianeidad pedagógica muestra la persistencia de acciones rutinarias de enseñanza y aprendizaje, dentro de las cuales se recia, como hecho habitual la separación, cuando no la oposición, entre la teoría y la práctica. Estas son generalmente entendidas como tareas excluyentes, desarrolladas una al margen de la otra, con una ubicación institucional desconectada y con diferente reconocimiento intelectual y social. (LUCARELLI, 07: 2009).

Estas posiciones excluyentes se traducen de maneras complejas que van desde la propuesta curricular como también con las formas de la acción docente frente la enseñanza de los contenidos en el aula. Los alumnos sufren con esta problemática en las universidades debido a la incapacidad de innovar y, en el otro, porque no rompen con la enseñanza tradicional que siguen arraigados.

Estos planteamientos, llevados a la dimensión educativa, permiten encarar la temática de las innovaciones con propósitos que superan intenciones tecnológicas y modernizantes. Importa así analizar los factores que permiten el surgimiento y desarrollo de las innovaciones,

superando los obstáculos de tipo administrativo, organizacional, económico, psicosocial que el statu quo institucional generalmente presenta. El estudio de las innovaciones en el plan didáctico curricular permite el análisis de lugar y momentos significativos en el proceso de desarrollo de una cátedra, a través de su sistema de relaciones, no sólo a lo interno del grupo en cuestión, sino con referencia a redes institucionales más amplias. (LUCARELLI, 12: 2009).

3. LA ARTICULACIÓN TEORÍA Y PRÁCTICA: INNOVACIONES EN EL AULA UNIVERSITARIA

Innovar en el aula universitaria significa efectiva adecuación curricular, reflexionar el papel de profesor con las realidades específicas de los grupos sociales y las condiciones institucionales, relacionar teoría e práctica en las actividades cotidianas y fundamentalmente romper a través de mecanismos de oposición con la posibilidad de nuevas prácticas con las ya existente. Para Lucarelli (2010) es inherente al profesor sobretodo:

Reflexionar sobre su papel frente los cambios en el currículo, saber cómo interactuar las distintas materias y hacer con que los alumnos despierten interés en esto contexto de superación de las dificultades sobre la propia estructura general en las universidades y su proceso de formación es imprescindible ya que, “los procesos de formación están atravesados por las diversas maneras de entender la formación profesional, muchas veces contrapuestas (LUCARELLI, 66: 2010).

La superación de las dificultades se centra en la invención de nuevas prácticas a través de la intención deliberada, visto que cada práctica es intencional, no es neutral. La intención es un propósito educativo en virtud de lo que pretende lograr, a continuación, el profesor siempre va a innovar, inventar, buscando apropiado y herramientas iterogatorio. El estudiante se siente parte del proceso la medida que es convocado, traído a él para pensar e investigar para encontrar las respuestas.

La innovación exige condiciones de rendimiento ya que si bien el plan de estudio propone determinadas articulaciones en el desarrollo del conocimiento, pero el profesor necesita de espacios conducentes a la realización de las actividades.

Indiscutiblemente, la universidad ocupa el principal espacio para formación de esta nueva sociedad y ciertamente del nuevo trabajador que se está formando. En este sentido, el desafío de estimular la curiosidad de los alumnos en la promoción de un conocimiento relevante para que ellos sean conocedores de las informaciones, que tengan la capacidad de crear y recrear concurre para una enseñanza innovadora.

Los factores pertinentes a una educación de calidad en nivel de una Institución de Enseñanza Superior no pueden ser vistos como algo mágico, algo dado, sin historia. Tratase de un saber producido por sujetos situados históricamente, en la medida en que el desarrollo de una sociedad pasa necesariamente por la formación de hombres, una de las finalidades de la universidad (LINHARES, ALVES, 1996).

Parece evidente, que la sociedad de la Información y del conocimiento está demandando importantes cambios en las escuelas y en los profesores. Ellos asumen el rol de mediador para la construcción, reconstrucción del conocimiento a través de la iteración entre los alumnos. Este papel atribuido al profesor exige cada vez más necesidad de renovarse e invertir con urgencia en la formación para adaptarse a los nuevos contextos de aprendizaje.

CONCLUSIÓN

El estudio nos lleva a reflexionar sobre la práctica innovadora de la enseñanza en diferentes aspectos para la formación de ciudadanos críticos y creativos delante del nuevo escenario de sociedad globalizada en la búsqueda de la superación de los desafíos que se presentan. En este aspecto, muchas preocupaciones y cuestionamientos despertaran la atención sobre el papel de los profesores en las universidades a partir de un nuevo aporte educativo en torno de la adecuación curricular capaz de responder las demandas que los profesionales enfrentan ante la estructura fragmentaria y los requisitos de la cultura y de la sociedad.

Superación de los desafíos significa romper con la enseñanza tradicional preconcebida de conceptos no más acepto. Hay que aprender a interactuar con los alumnos en este nuevo espacio de sociedad globalizada, revisar el conocimientos, sobretudo, con práctica contextualiza en la realidad histórica y social de los sujetos y la capacidad de inventar, crear y recrear nuevas acciones educativas.

Estas innovaciones permiten la búsqueda de la resolución de un problema a partir de formas de operar las acciones didácticas produciendo rupturas en las prácticas habituales que se dan en el aula de clase. Este rompimiento requerí una reelaboración en las estructuras didácticas sobre los objetivos determinantes, los nuevos esquemas de contenidos relacionados a las actividades secuenciales, la identificación de los recursos apropiados para trabajar en cada contenido, elaboración de metodologías con distintas concepciones de aprender y además una instancia de evaluación elaborada de los objetivos propuestos. Estés cambios están intrínsecamente relacionas a una propuesta innovadora de adecuación curricular.

La enseñanza como práctica social también responde a condiciones políticas, administrativas, económicas, culturales y condiciones materiales de existencia, siendo así, los profesores necesitan analizar los enfoques pedagógicos, ideológicos, epistemológicos a luz de la realidad comprometidos con una educación inclusiva que democratice las oportunidades.

Democratizar oportunidades a través de la educación, necesita profesores capaces de conocer y reconocer las diferencias culturales de cada alumno en su

entorno social, entender los conflictos inherentes al ser humano, y el papel que cada uno asumirá a partir de esa percepción. Urge, ante todo, una visión macro en el plan de estudios que va a trabajar, teniendo en cuenta las ideas de multiculturalismo, las específicas capacidades, limitaciones, la formación y la reafirmación de la identidad de cada grupo, cada nación. La universidad asume la tarea de ampliar esta visión del mundo globalizado incluido no sólo en el plan de estudios, sino en las prácticas de aula, de hecho concebir una educación innovador.

REFRÊNCIAS

- BARRIGA, Díaz Àngel. *Ensayos sobre la problemática curricular*. Editora Trillas, 2005.
- BARRETO, N. *Sobre mitos y tendencias en la formación del currículo*. SAPIENS. 6, 1,137-146. 2005.
- CARR, W: *Hacia una ciencia crítica de la educación*. Edit. Laertes, Barcelona, 1990.
- CONTRERAS, domingo, J: *Enseñanza, currículum y profesorado*. Madri. Akal. 1994.
- ESCUADERO, J. M., Bolívar, A, Gonzales, M. T., Guarro, A., Santana, y Moreno, J. M. *Diseño, desarrollo e innovación del currículum*.1999.
- GARCÍA, Leonor M.; MARTIJA, Andoni Arenas. *¿Qué entendemos por innovación educativa? a propósito del desarrollo curricular?* Perspectiva Educacional. Formación de Profesores. Núm. 47, 2006, p. 13-31.
- GUIJARRO, Maria Rosa. *Inclusão: um deságio para os Sistemas Educacionais. Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas* : 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.
- LUCARELLI, E, teoría y práctica como innovación en docencia, investigación y actualización pedagógica. Buenos Aires_ Facultad de Filosofía y Letras, UBA.1994.

- LUCARELLI, E. y Malet, A.M, (coord.). *Universidad y prácticas de innovación pedagógica. Estudio de caso en la UNS. Ba. AS, Jorge Baudio Ed.2010*
- LINHARES, C.: ALVES, N. (organizador). *La formación del profesorado: pensar y hacer*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PATRÓN, Isabel Molina .*La reflexión docente frente a los desafíos del currículo*. Razón y Palabra. Importancia de la comunicación y sus interfaces con los desafíos ambientales. n.79. 2012.
- PÉREZ, A. I. Gómez: *La cultura escolar en la sociedad neoliberal*. Madrid: Morata, 1998.
- _____. *La naturaleza de las competencias básicas y sus aplicaciones pedagógicas*. Gobierno de Cantabria: Cuadernos de Educación, 2007.
- _____. “La naturaleza del conocimiento práctico y sus implicaciones en la formación de docentes”. *Infancia y aprendizaje*, Junio 2010.
- PERRENOUD, PH. (2004). *Desarrollar la práctica reflexiva en el centro de enseñanza*. Barcelona: Grao.
- POGGI, Margarita. *Innovaciones educativas y escuelas en contextos de pobreza*. Evidencias para las políticas de algunas experiencias en América Latina. 1ª. ed. Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación IPE-Unesco, 2011.
- SCHÖN, D: *La formación de profesionales reflexivos*. Madrid. Paidós. 1992.
- WACHOWICZ, L. A. *O método dialéctico na didáctica*. 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 1995.

O COTIDIANO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LARANJAL DO JARI-AP: DE “INVISÍVEIS” A PROTAGONISTAS E A PRODUÇÃO RECICLÁVEL DE UTENSÍLIOS

*Eronilson Mendes De Sousa*³² - UDE

*Maria Do Socorro Pires De Araújo*³³ - Unifap

*Aldeni Melo De Oliveira*³⁴ - Univates

RESUMO

O Projeto teve como objetivos investigar o cotidiano desses personagens no cenário social e suas condições de trabalho e o destino dos materiais coletados por eles, e num segundo momento, viabilizar com os alunos da Escola RRC a produção reciclável de utensílios com os materiais coletados na lixeira pública do Município. Para tanto, a metodologia foi por meio da Pesquisa qualitativa, com aplicação de questionário, entrevistas dialogadas, com visitas in-loco na lixeira pública, na Coopmóveis e Fábrica de Vassouras Fé em Deus. Desta forma, podemos entender o universo no qual estão imerso os catadores de materiais recicláveis, os contextos nacionais de Leis e políticas públicas que possam atendê-los enquanto grupos organizados e cidadãos portadores de direitos. E produzir juntamente com os alunos da Escola RRC, utensílios de materiais recicláveis, onde os mesmos possam se conscientizar da importância da reutilização, reciclagem e do papel social desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis.

Palavras-Chave: Catadores, Materiais, Reciclagem, Políticas Públicas.

³² Mestrando em Ciências Da Educação/UDE. Sociólogo/UNIFAP, Esp. em Metodologia do Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia, com complementação Do Magistério Superior. Professor do Governo do Estado do Amapá. E-mail: ero.sousa@yahoo.com.br

³³ Mestranda em Ciências Da Educação/UDE. Professora De Artes/GEA. Esp. em Metodologia Do Ensino Da Arte/FACINTER. Professora Do Município De Laranjal Do Jari- Ap. E-mail: maaria_araujo@hotmail.

³⁴ Mestre em Ciências Exatas/UNIVATES. Biólogo/UNIFAP, Esp. Em Metodologia da Educação. Professor do Governo Do Estado Do Amapá. . E-mail: aldeni-melo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Procurou-se, com este trabalho de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica dar visibilidade aos catadores de materiais recicláveis e investigar o destino dos materiais/ lixos coletados do Município de Laranjal do Jari-Ap. Socializar juntamente com os alunos da Escola RRC uma compreensão do papel desses atores sociais no cenário Municipal enquanto pessoas portadoras de direitos de cidadania, os quais têm sido negados a eles. Posteriormente, no espaço da Escola, inserir a discussão da reciclagem e reutilização de materiais e trabalhar junto com os alunos o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Nesta perspectiva, expomos os resultados desta pesquisa na VII Feira Científica e Mostra pedagógica da Escola Municipal Raimunda Rodrigues Capiberibe. Para tanto, a pesquisa de campo foi realizada na lixeira pública do Município por meio da observação participante in-loco, entrevistas dialogadas, aplicação de questionários, bem como visita e entrevistas com os compradores dos materiais recicláveis.

Com intuito de investigar os riscos à saúde, a vida cotidiana, as possibilidades de organização dos catadores de materiais recicláveis em Cooperativas, Associações, onde possam valorizar seus trabalhos. Desta forma, diminuir os riscos à saúde, por meio do incentivo a políticas Públicas que possam assistir os catadores de materiais recicláveis de Laranjal Do Jari.

Procurou-se entender os motivos que levaram-nos a estar nesta situação de vulnerabilidade social. E, além disso, compreender por que eles não provém de qualquer tipo de assistência social por parte do poder público, bem como foram analisadas as suas vidas cotidianas como pessoas simples e desprovidas de seus direitos de cidadania.

Por fim, reunimos os alunos da Escola RRC e produzimos utensílios de materiais recicláveis, para que eles possam se conscientizar da importância da reutilização, da reciclagem e do papel social desempenhado cotidianamente pelos catadores de materiais recicláveis.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, adotou-se o paradigma da pesquisa qualitativa, que provém da concepção epistemológica conhecida como Interpretativismo. Os pesquisadores podem adotar duas abordagens para a realização de suas pesquisas: o interpretativismo e o positivismo. O positivismo, abordagem adotada pela maioria dos pesquisadores, é conceituado como “a crença de que o mundo pode ser melhor compreendido por meio da investigação científica” (NELSON, 2006, p. 1) ou “uma posição filosófica de acordo com a qual há ligações próximas entre as ciências sociais e naturais, as quais compartilham uma estrutura lógica comum” (ELWELL’S, 2006, p. 1, tradução nossa). Aqueles que adotam uma postura positivista analisam sempre um fenômeno com o propósito de encontrar uma relação de causa e efeito, acreditam que há somente uma explicação para o mesmo e consideram verdade absoluta os seus achados, ignorando as variantes espaço-temporais.

Para a melhor compreensão do que é o Interpretativismo, devem ser destacadas as suas bases conceituais, de acordo com Gubrium e Holstein (2000):

- 1) A fenomenologia social, que tem em Schutz o seu maior expoente, que estuda o modo como as pessoas vivenciam diretamente o cotidiano e imbuem de significado as suas atividades;
- 2) As formulações etnometodológicas, que despreza a idéia de que as ações são governadas externamente por regras ou internamente motivadas, com o intuito de observar como os próprios membros estabelecem e sustentam a regularidade social – analisam a consecução da vida diária no nível interacional;

- 3) Análise do discurso focaultiano, que considera o quanto os sistemas de poder/conhecimento, localizados histórica e culturalmente, constroem os sujeitos e seus mundos. Desta forma, pode-se depreender que, sob a visão de um pesquisador interpretativista, o fenômeno a ser estudado é resultado da colocação de significados que o pesquisador impõe ao fenômeno, moldado pela maneira como ambas as partes se interagem, ambos influenciados pelas estruturas macro; além disso, deve-se considerar que a interpretação ainda deve variar de acordo com o lugar onde o pesquisador e os fenômenos estão inseridos e em qual período de tempo ele está sendo analisado.

Foi encontrado um conjunto de métodos como: Pesquisa etnográfica, observação participante, pesquisa fenomenológica, pesquisa construtivista, etc. Capazes de nos fornecer elementos que servirão como base para fazermos nossas interpretações das realidades pesquisadas. Como nos afirma Bortoni-Ricardo (2008) “A pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto” (p.34).

O estudo foi desenvolvido na Lixeira pública de Laranjal do Jari-Ap, situado na Região Sul do Estado do Amapá. A partir da observação no ambiente da lixeira pública na Coopimóveis, na Fábrica Fé em Deus e Lan Hause do Alan. Aplicação de questionários e entrevistas dialogadas com os catadores de materiais recicláveis. Nas palavras de Brandão (2006, p.14) “a pesquisa é participante, porque, como uma alternativa solidária de criação do conhecimento social, ela se insere e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora”.

Neste sentido, a confiabilidade da Ciência está em sua contribuição prática e na construção de conhecimentos coletivos que tornem o ser humano mais justo,

livre, participativo, crítico e responsável. Logo, a pesquisa participante deve ser praticada como um ato político, com o objetivo de transformar a sociedade e dirimir as desigualdades sociais e suas conseqüentes mazelas. Conforme nos aponta Brandão e Streck (2006), “trata-se de um método de pesquisa científica, no qual a participação da coletividade organizada no processo de pesquisa permite uma análise objetiva e autêntica da realidade social em que o pesquisador é partícipe e aprendiz, comprometido no processo.” (p.113).

A proposta é compreender a situação concreta da vida dos pesquisados e conscientizá-los de suas situações enquanto classes e desfavorecidos em uma sociedade hierárquica e autoritária.

Durante o mês de outubro foram feitas três visitas na Lixeira Pública, especificamente nos dias de sábado, segunda-feira e terça-feira. Identificaram-se, avaliaram-se, observaram-se e realizaram-se as entrevistas, sendo que na segunda-feira foram visitados, os compradores dos materiais. As entrevistas, bem como as observações buscaram explorar e detectar as condições de trabalho insalubres a que se submetiam essas pessoas. Buscaram estudar as suas vidas cotidianas e as condições sanitárias na Lixeira Pública.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O trabalho buscou confirmar a partir da literatura a respeito do tema, baseando-se em estudos feitos sobre miséria, marginalidade:

INCONTESTAVELMENTE A MISÉRIA
ECONÔMICA ESTÁ NA BASE ECONÔMICA NA
MAIOR PARTE DA SITUAÇÃO DE GRANDE
MARGINALIDADE, SE NÃO DE TODAS.
TODAVIA, SABE-SE, DAS DIFICULDADES, PARA
NÃO DIZER IMPOSSIBILIDADE, DE DEFINIR
PATAMARES DE POBREZA QUE SIRVAM
COMO CRITÉRIOS DE DECISÃO SOBRE QUEM

SÃO OS QUE NECESSITAM DE APOIO. “CONTAR” OS POBRES É, SEM DÚVIDA, UMA OPERAÇÃO INDISPENSÁVEL, AINDA QUE POR RAZÕES APENAS ADMINISTRATIVAS. (CASTEL, 1997. P. 20).

A realidade precária encontrada ruas das grandes e pequenas cidades como Laranjal Do Jari nos diz que é necessário avançar muito, norteando essa perspectiva para a contemplação da conquista social para essas pessoas. Nesse sentido, o projeto tem como objetivo, contribuir de forma relevante à administração pública. Para possam ser direcionados, aos catadores de materiais, projetos que visem garantir os seus direitos constitucionais e a devida assistência social.

3. LIXÕES: CONCEITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os lixões são definidos pelo IBGE como “locais utilizados para disposição do lixo, em estado bruto, sobre o terreno e sem qualquer cuidado ou técnica especial. Ausentando-se de medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública”. É nestes ambientes insalubres e sem controle sanitário e ambiental, que vivem os catadores de Materiais Recicláveis.

Atualmente, existem Políticas Públicas de Inclusão Social Do Governo Federal que atendem essas pessoas. O Decreto nº 5.940 de 2006 estimula os Órgãos do Serviço Público Federal a separar seus resíduos na Fonte e destiná-los às Associações Organizadas de Catadores de Materiais Recicláveis. No entanto, essas Políticas não abrangem todos os Municípios do País. Elas são mais frequentes nas grandes Cidades dos Centros Urbanos. De qualquer forma, em 2010 foi sancionada a Política Nacional De Resíduos Sólidos (PNRS), que cria normas para o gerenciamento de resíduos sólidos e prevê que todos os Municípios elaborem um Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, e possam integrar e acolher os Catadores de Materiais Recicláveis.

Dessa maneira, é importante mencionar a ECO/92, Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada nos anos 90, no Rio De Janeiro. Discutiu-se, entre outras questões, a reciclagem. A ECO/92 produziu um documento chamado de Agenda 21, que trouxe indicativos e diretrizes, por meio de organizações comunitárias, para atividades de reciclagem, incluindo os catadores de materiais que trabalharam em ruas, aterros e lixões. Valoriza essa atividade como profissão e incluindo em projetos, programas e políticas Públicas destinadas a reciclagem.

Outro evento de destaque foi o Fórum Nacional do Lixo e Cidadania criado em 1998, que envolveu a temática do lixo, do material reciclável e dos direitos de Cidadania. Conforme Abreu (2001), esse fórum objetivou criar estratégias para erradicar o trabalho infantil nos lixões, elaborar medidas de geração de renda para as famílias dos catadores, na coleta seletiva e acabar com os lixões. Foi a partir desse fórum que se constituiu o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O primeiro Congresso desse movimento ocorreu em Junho de 2001, em Brasília, onde foi apresentado o Ante Projeto de Lei que procura reconhecer a Profissão da atividade de catação e reciclagem.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS MATERIAIS

O desenvolvimento sustentável é um conceito elaborado para fazer referência ao meio ambiente e à conservação dos recursos naturais. Entende-se por desenvolvimento sustentável a capacidade de utilizar os recursos e os bens da natureza sem comprometer a disponibilidade desses elementos para as gerações futuras. Isso significa adotar um padrão de consumo e de aproveitamento das matérias-primas extraídas da natureza de modo a não afetar o futuro da humanidade, aliando desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental. A revista 'Em Discussão', do Senado Federal enfatiza:

A Eco 92 defendeu o ponto de vista do desenvolvimento sustentável e desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta. Na Rio92, chegou-se à conclusão de que temos de agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais. Se isso não for feito, não há como se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento - analisou na CRE, em março passado, Luiz Alberto Figueiredo Machado, coordenador-geral dos preparativos da Conferência Rio+20.

5. MEDIDAS SUSTENTÁVEIS

Dentre as medidas que podem ser adotadas tanto pelos governos quanto pela sociedade civil em geral para a construção de um mundo pautado na sustentabilidade, podemos citar:

- a) Redução ou eliminação do desmatamento;
- b) Reflorestamento de áreas naturais devastadas;
- c) Preservação das áreas de proteção ambiental, como reservas e unidades de conservação de matas ciliares;
- d) Fiscalização, por parte do governo e da população, de atos de degradação ao meio ambiente;
- e) Adoção da política dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) ou dos 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar);
- f) Contenção na produção de lixo e direcioná-lo corretamente para a diminuição de seus impactos;
- g) Diminuição da incidência de queimadas;

- h) Diminuição da emissão de poluentes na atmosfera,;
- i) Opção por fontes limpas de produção de energia que não gerem impactos ambientais em larga e média escala;
- j) Adoção de formas de conscientizar o meio político e social das medidas acima apresentadas.

Essas medidas são, portanto, formas viáveis e práticas de se construir uma sociedade sustentável que não comprometa o meio natural tanto na atualidade quanto para o futuro a médio e longo prazo.

6. TRATAMENTO DO LIXO: OS ATERROS SANITÁRIOS E A RECICLAGEM

Reciclar significa transformar objetos materiais usados em novos produtos para o consumo. Esta necessidade foi despertada pelos seres humanos, a partir do momento em que se verificaram os benefícios que este procedimento trás para o planeta Terra.

A partir da década de 1980, a produção de embalagens e produtos descartáveis aumentou significativamente, assim como a produção de lixo, principalmente nos países desenvolvidos. Muitos governos e ONGs estão cobrando de empresas posturas responsáveis: o crescimento econômico deve estar aliado à preservação do meio ambiente. Atividades como campanhas de coleta seletiva de lixo e reciclagem de alumínio e papel, já são comuns em várias partes do mundo. No processo de reciclagem, que além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico. Esta reciclagem contribui para a diminuição significativa da poluição do solo, da água e do ar. Muitas indústrias estão reciclando materiais como uma forma de reduzir os custos de produção.

Outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste setor e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de

catadores de papel e alumínio já são uma boa realidade nos centros urbanos do Brasil.

Muitos materiais como, por exemplo, o alumínio pode ser reciclado com um nível de reaproveitamento de quase 100%. Derretido, ele retorna para as linhas de produção das indústrias de embalagens, reduzindo os custos para as empresas. Muitas campanhas educativas têm despertado a atenção para o problema do lixo nas grandes cidades.

Os centros urbanos, com grande crescimento populacional, têm encontrado dificuldades em conseguir locais para instalarem depósitos de lixo. A discussão a respeito das questões ambientais a respeito dos depósitos deve também estar em pauta. É preciso compreender que os lixões acarretam em outros problemas ambientais. Os lixões são criadouros de insetos, produzem o chorume que pode contaminar os lençóis freáticos. Segundo Souza (2014):

A ausência de impermeabilização dos lixões, faz com que o chorume líquido infiltre-se no solo, colocando em risco as águas, tanto as superficiais, quanto as subterrâneas. Outro sério problema resultante do processo de decomposição do lixo é a formação do gás metano (CH₄). Esse gás pode causar diferentes problemas ambientais, como a contaminação do solo, a poluição do ar, e até impactos a nível global, já que o metano é um dos principais gases de efeito estufa, sendo 21 vezes mais nocivo do que o gás carbônico.

Uma medida que é bastante discutida como recurso viável como forma alternativa aos lixões é a implantação dos aterros sanitários. A Lei 12.305/2010 prevê que estes lixões sejam substituídos por aterros. Conforme a NBR 8419/1992 da ABNT o aterro sanitário também é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente,

minimizando os impactos ambientais. Tal método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada trabalho, ou intervalos menores, se necessário (LANZA, CARVALHO, 2006).

Outra forma de tratar do lixo, que é mais viável e ainda mais sustentável é a reciclagem. Apresenta-se como uma solução viável economicamente, além de ser ambientalmente correta. Nas escolas, muitos alunos são orientados pelos professores a separarem o lixo em suas residências. Outro dado interessante é que já é comum nos grandes condomínios a reciclagem do lixo.

Assim como nas cidades, na zona rural a reciclagem também acontece. O lixo orgânico é utilizado na fabricação de adubo orgânico para ser utilizado na agricultura. Como pode-se observar, se o homem souber utilizar os recursos da natureza, poderemos ter, muito em breve, um mundo mais limpo e mais desenvolvido. Desta forma, poderemos conquistar o tão sonhado desenvolvimento sustentável do planeta.

7. O CAPITALISMO E A ÉTICA PÓS-MODERNA

Não se pode, porém, apontar medidas sustentáveis para o desenvolvimento sem que se ofereçam críticas ao contexto que elas se aplicam. Nem tampouco apontar a própria lógica do desenvolvimento e a chamada utopia da modernidade como contexto para a própria miséria em que se encontra a humanidade. Assim sendo, Martins (2008) nos diz que “o homem simples, cuja existência é atravessada por mecanismos de Dominação e alienação, que o faz vítima da Sociedade Capitalista com sua Utopia de Modernidade”. E acrescenta que:

As misérias, como o desemprego e o subemprego, os valores e as mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente são partes integrantes da Modernidade, embora de um ponto de vista teórico e

tipológico não façam parte do moderno (MARTINS, 2008, p. 18).

Aqui percebemos que essa “ética” do desenvolvimento moderno faz do sujeito um objeto, o sujeito posto como estranho aos direitos de Cidadania como moradia, educação, saúde, lazer e saúde. Assim, sabemos que o ritmo do desenvolvimento social e econômico é desigual e vitimiza os menos favorecidos e despossuídos de direitos e oportunidades.

(...) A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS, 2008, p. 18-19)

Deste modo, entendemos que não é mais possível camuflar as realidades sociais com o que chamou-se de ideologia e deixar de lado as injustiças sociais, a exploração e a degradação humana dos que sofrem as consequências das contradições históricas. “Sugerindo metodologias de investigação criativas e úteis aos sociólogos que sabem não ser possível lidar com certas dimensões da vida social sem reconhecer, interpretar e devassar o bloqueio do aparente.” (MARTINS, 2008, P. 137.)

Para tal, este trabalho é conveniente, pois visa expor um olhar de denúncia e contribuição. Para desta forma, oferecer subsídios ao despertar do poder público

no que diz respeito à implementação de Políticas Públicas que venham atender os catadores de Materiais Recicláveis do Município De Laranjal Do Jari-Ap.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a realização da pesquisa nossas hipóteses foram todas comprovadas. Pois o principal motivo que leva uma pessoa para catar material na lixeira pública é o desemprego, o poder público não dá nenhum subsídio para eles. Não recebem nenhum tipo de Assistência Social.

Não tem nenhum órgão que pudesse nos fornecer informações ou dados sobre os catadores de Materiais Recicláveis. Logo, o que relataremos é baseado em nossas observações e entrevistas com os próprios catadores. Desta forma, observou-se que tem 30 catadores de materiais recicláveis em atividade, sendo que oscila essa quantidade, pois nem todos vão para o “lixão” todos os dias, isso também foi confirmado pelos próprios catadores.

Desse total, conseguimos entrevistar 10 catadores, pois alguns se recusam a conversar ou responder os questionários por vergonha ou medo. Logo, desse total de entrevistados todos afirmaram que ingressaram nessa atividade por falta de oportunidade de emprego; antes eram empregados em empresas terceirizadas e perderam seus empregos, se obrigando á catar “lixo”. Dizem que preferem esse trabalho a roubar, matar, traficar ou mendigar, conforme relata Dedé “se a gente for pedir as pessoas não dão; dizem que a gente tá com saúde para trabalhar, e como não tem emprego mais pra mim, que tou velho e tenho pouca instrução; só me resta vim pro lixão (DEDÉ, 57 anos)”.

Em relação às condições de Trabalho, percebemos que os Catadores se expõem a muitos riscos a Saúde, pois o local da coleta de Materiais (Lixão) os expõe a todo o momento aos montes formados, pelos lixos que estão sendo queimados e a fumaça tóxica produzida em longo prazo causa problemas respiratórios. O que foi constatado in loco, quando percebemos alguns deles gripados, tossindo e com garganta inflamada, mesmo eles afirmando que não

sofrem problemas de saúde, conforme afirma Sr. Cleber “Graças a Deus, aqui ainda não surgiu ninguém doente.” (Cleber, 35 anos).

Porém, as pessoas (Coletores), coletam materiais em meio ao lixo sem nenhuma proteção adequada (Luvas, calçados, roupas, boné, etc.) dando oportunidade aos riscos de infecção de seus ferimentos. Assim como não há um local apropriado para os dejetos biológicos, não existe água encanada. O material coletado é manipulado sujo, a água que consomem é trazida de casa em garrafas pet. O almoço, eles trazem de casa comem em umas casinhas que eles chamam de depósitos em meio às moscas, cachorros, urubus, gatos, baratas e ratos, o que torna o risco de proliferação de doenças ainda maior.

Durante as visitas e entrevistas com os catadores percebemos que os mesmos têm uma história de vida de percalços e perdas emotivas e materiais, conforme nos afirmou ‘senhor Dedé’: “Eu tinha duas casas em Miranda Do Norte no estado do Maranhão, dois carros. Um deles funcionava para taxi e o outro era para meu uso pessoal. Porém, minha mulher sacaneou comigo, aí vim embora e perdi tudo...” (Dedé, 57 anos). E que a maioria dos catadores entrevistados veio para a região do Vale do Jari na década de 90. Conforme aponta Carlos (2009):

A priori, faz-se necessário abordar o Projeto Jari, que é um marco na ocupação espacial do Município de Laranjal do Jari – AP. Esse projeto fica localizado na foz do Rio Amazonas, abrangendo parte do município de Almeirim – PA, Laranjal do Jari – AP e Vitoria do Jari – AP. “Foi aprovado em 12 de agosto de 1996 pela SUDAM e se apresentou voltado para a produção de celulose, agropecuária (arroz e gado) a para a extração de caulim a bauxita (CARLOS, 2009, p.36).

E foi a partir da implantação do Projeto Jari que se intensificou a migração para essa área, pois existia a ideia de que esse projeto geraria muitos empregos, mas ocorreu o contrário, e as pessoas oriundas de outros Estados e localidades, principalmente da Região Nordeste, acabaram ocupando a margem do Rio Jari que hoje corresponde ao Município de Laranjal do Jari. Destaca-se que o Rio Jari é marco divisor dos Estados do Pará e Amapá. “(...) O processo de controle dos trabalhos dentro do projeto não foi suficiente para deter os mecanismos “espontâneos” de ocupação daqueles que vinham à procura de trabalho, ou na formação de uma zona de prostituição no outro lado do rio quando nasceu o Beiradão” (CARLOS, 2009, p. 28).

Assim, o Município passa a ser conhecido como “Beiradão”, por ter sido transformado em uma grande favela sobre palafitas ou casas em cima d’água. Com muitos problemas de infraestrutura e planejamento urbano.

De acordo com a Prefeitura de Laranjal do Jari o Município de Laranjal do Jari possui uma população estimada no ano de 2009 de 40.357 habitantes e área de 29.699 km². É um município heterogêneo em função de todas as diversidades que apresenta.

Neste sentido, o tão sonhado Eldorado não correspondeu às expectativas de todos os imigrantes, causando um grande índice de desemprego e outras mazelas sociais. “Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (MARTINS, P.101,2008).

Logo, alguns desses imigrantes, como é o caso de seu José Alves da Silva, 57 anos, mais conhecido popularmente como Dedé foram vítimas de uma “promessa” Capitalista, de encontro de estabilidade financeira. Pois com uma idade avançada e sem Estudos se obrigou a vim catar materiais recicláveis na Lixeira Pública desde o ano de 2000 e aqui ainda se encontra, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas ou perspectiva de futuro.

As caçambas que transportam o lixo levam duas vezes por dia, são duas caçambas, geralmente no turno da manhã. Também levam materiais os

caminhões dos Supermercados Zanoto, Ramalho, Ideal, Berlim e outros. Os dias de Segunda dá mais produção para os catadores, pois são os dias que vai mais lixo e soma-se ao lixo de Domingo.

Percebemos que os coletores de Materiais recicláveis levam uma vida simples e rotineira. Vem para o “lixão” todos os dias, onde existe uma ética entre os catadores- ninguém pode pegar lixo Hospitalar, mas algumas pessoas não respeitam essa regra e vasculham esse tipo de lixo. A renda média mensal é de 400 a 600 reais, confessam que já houve dias melhores. No Domingo, ficam em casa selecionando os materiais coletados e Vão vender na COOPMÓVEIS e para alguns compradores autônomos. Vale destacar que no pátio da Coopmóveis tem uma Prensa de reciclagem, em parceria com a Empresa JN PIMENTEL- Transporte e Reciclagem, onde prensam garrafas pets, carcaças de computadores, papelões, plásticos, etc. e exportam para Belém do Pará e São Paulo.

O senhor Edilson Melo Da Silva, presidente da Coopmóveis nos informou que pretendem criar uma Cooperativa ou uma Associação De Reciclagem, onde possam acolher os catadores de Materiais Recicláveis, porém estão enfrentando alguns obstáculos burocráticos, pois dependem de licenças oriundas da Prefeitura Municipal, as quais ainda não conseguiram.

Destaca-se também que no Município, no Bairro Mirilândia existe uma pequena fábrica de produção de vassouras recicladas de garrafas pets- Fábrica De Produção de Vassouras Deus é Fiel. Onde compram as garrafas pets por um preço de 0,10 Centavos dos catadores de Materiais Recicláveis. Entendemos por meio da explicação e demonstração do presidente da Fábrica Márcio Jr., que a Máquina desfia de cada vez 100 garrafas, que produz uma dúzia de vassouras, as quais são vendidas á 6 reais a unidade e exportam a dúzia para Macapá-Ap a 70,00 R\$ Reais para um senhor por nome de Genilson.

CONCLUSÃO

O estudo aqui proposto buscou ser de grande importância. É essencial conhecermos a vida dos catadores de materiais recicláveis e suas condições de

trabalho. Além disso, conhecermos a que riscos de doenças estão expostos e buscar alternativas à ausência do Poder Público Municipal na vida das pessoas. O projeto tem como objetivo inserir os catadores de material reciclado do interior do Brasil em mais projetos sociais, haja vista que tais políticas têm como objetivo identificar, reconhecer grupos que estão em estado de vulnerabilidade social.

A relevância dos estudos pesquisados por este artigo também se mostra evidente no que se refere à reciclagem. Assunto de severa importância nos dias de hoje. A aplicabilidade do tema proposto a um contexto específico da realidade nos mostra que além de tudo, todo o estudo proposto é de grande viabilidade.

Foi possível, a partir dos estudos feitos, mostrar à população local, visitantes da Feira de Ciências e Mostra Pedagógica da Escola Raimunda Rodrigues Capiberibe as soluções que podem ser realizadas para a implementação de futuras ações de reconhecimento e valorização do grupo de pessoas estudadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. De F. Do lixo a Cidadania: Estratégias para a ação. Brasília: UNICEF/ Caixa Econômica Federal, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Organizadores). Pesquisa Participante: O saber da Partilha. 2ª Ed. Aparecida, SP: Ideias e Letras 2006.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O Professor pesquisador: Uma Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- CARDOSO JR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Questão Social e políticas Sociais no Brasil contemporâneo: Políticas Sociais no Brasil: Organização, abrangência e tensões da ação estatal. Brasília. IPEA. 2005, Capítulo 5, pp.181-199.

- CAVALCANTE, S.; FRANCO, M.F.A. Profissão Perigo: Percepção de risco à saúde entre os Catadores Do Lixão Do Jangurussu. Revista Mal Estar E Subjetividade, v.7n. 1.211,2007.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade a “desfiliação”. Salvador. Caderno CRH, 1997.
- ROMANOWSKI, J. P. Formação e Profissionalização docente. Curitiba: Editora IBPEX, 2003.
- MARTINS, José De Souza. A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e história na Modernidade Anômala. 2. Ed.. São Paulo: Contexto, 2008.
- PENA, Rodolfo F. Alves. "Desenvolvimento sustentável"; Brasil Escola. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em 16 de novembro de 2015.

AS CÂMERAS COMO PANÓPTICOS DA CONTEMPORANEIDADE

*Jessica Miranda Freire*³⁵

*Gilmar Miranda Freire*³⁶

RESUMO

O presente trabalho baseia-se nos pensamentos de Michel Foucault e Jeremy Bentham e tem por escopo desenvolver uma análise da estrutura panóptica na modernidade. Pensado e estruturado como meio de controle social em presídios, o panóptico, ao longo do tempo, ampliou seu alcance, passando também a servir de instrumento de controle de outros espaços como escolas, hospitais, dentre outros. Essa nova dimensão trouxe consigo outras questões de âmbito ético e jurídico, as quais serão aqui abordadas.

Palavras-Chave: Panóptico. Controle social. Vigilância. Privacidade.

INTRODUÇÃO

De acordo com Michel Foucault (1975), o controle social é a forma mais clara de reconhecimento das relações de poder, diferentemente dos meios disciplinares utilizados no passado. O autor afirma em seu trabalho, em uma abordagem histórica, que a tentativa de disciplinar as pessoas ocorria pelo uso da força e foi sendo gradualmente substituída por novas maneiras de controle. Segundo ele, as penas físicas, ao longo da História, deram lugar aos mecanismos virtuais, que capturam o indivíduo, atuando no meio social para administrá-lo. As forças coercitivas trabalham no sentido de melhor aproveitar sua força de trabalho, diminuindo sua capacidade de resistir.

³⁵ Advogada; Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia; Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia.

³⁶ Advogado; Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador; Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia; Especialista em Direito Público pela Faculdade Visconde de Cayru; Especialista em Gestão Governamental pela Universidade do Estado da Bahia; Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires.

Em uma análise das ações de controle social, Foucault analisa o projeto arquitetônico criado pelo jurista e filósofo inglês, Jeremy Bentham: o Panóptico. Este projeto seria aperfeiçoado e utilizado como instrumento de controle e disciplina em presídios, manicômios, escolas e ambientes de trabalho.

O termo ‘Panóptico’ remete à ideia de visão total, sendo que “*pan*” significa tudo e “*óptico*”, visão. Foucault analisa as instituições disciplinares da sociedade moderna, tendo por modelo o panoptismo de Jeremy Bentham. Segundo o autor, prisões obedeciam a uma arquitetura que seguia um modelo de celas que formavam um anel em torno de uma grande torre. Nela, ficaria um guarda que não pudesse ser visto pelos presos, estes que seriam vigiados todo o tempo. As celas seriam vazadas, ou seja, somente com paredes laterais, de modo que os encarcerados não conseguissem fugir da vigilância permanente do guarda na torre central.

Ao longo do tempo, toda essa estrutura de vigilância se desenvolveu a tal ponto que não se faz mais necessária, a criação desse observatório físico. Uma simples câmera num ponto estratégico é capaz de reprimir o indivíduo produzindo a sensação de vigilância. Muitas vezes, a câmera nem precisa estar ligada para que as pessoas adotem o comportamento esperado. Basta uma placa com o aviso: sorria, você está sendo filmado!

1. A AMPLIAÇÃO DO ALCANCE PELO PANÓPTICO.

O Panóptico funcionava como uma concretização da possibilidade de influir diretamente sobre os indivíduos, sem a necessidade de utilização da força física. Deste modo, atuar sobre o inconsciente de alguém para controlar suas ações que seriam prejudiciais ao meio em que está inserido.

Esse mecanismo de vigilância passou a ser usado nas prisões e manicômios, em forma de torre central, possibilitando a apenas um guarda vigiar todo o contingente de internos sem que fosse visto. Isso possibilitava maior eficácia e espontaneidade ao poder, tendo em vista que a ordem

independia de efetiva vigilância. Dada à arquitetura do mecanismo, os subordinados não poderiam saber se estavam ou não sendo vigiados.

Em ambientes educacionais, como escolas e universidades, o método do panoptismo também estava presente, não mais em forma de torre, mas em paredes vazadas preenchidas por grandes vidros que permitem a visualização completa da sala de aula. Este modelo passou a possibilitar o controle sobre o corpo discente, este que além dos olhos constantes do professor, são vistos por funcionários e qualquer um que adentre o corredor da instituição reduzindo a incidência do mau comportamento e das tentativas de fraude, como colar nas provas.

A partir do Panoptismo, o controle incidira também sobre o corpo docente, pois a atuação do professor poderia também ser fiscalizada e avaliada com facilidade. Assim como a capacidade de controlar a sala de aula, a postura durante as aulas, a aplicação das avaliações e a forma como lida com os conflitos perante o alunado, neste modelo, todos vigiam a todos.

Em ambientes de trabalho, como no caso das fábricas, a vigilância dos trabalhadores é constante. Tanto para garantir a efetividade da produção quanto para fiscalizar os empregados reduzindo as chances de furtos de produtos e materiais. Dessa forma, além dos supervisores que circulam entre os empregados, a zona de produção segue uma estrutura similar nas fábricas. Em um andar superior, a sala dos chefes de produção possui uma parede vazada com um grande vidro que permite visualizar todo o ambiente da produção, bem como a produtividade e conduta de todos os empregados.

Por algum tempo, muitas fábricas adotaram o uso de câmeras de segurança dentro dos banheiros e vestiários. Após vários processos judiciais foi banido e considerado violação à intimidade dos trabalhadores. No entanto, essa metodologia de vigilância continuou em cabines, nos locais de descanso, além dos locais em que ficam os armários.

Foucault analisa a vigilância em todos os graus da sociedade. O autor disserta que em ambientes públicos, como praças e shoppings centers, os frequentadores estão sob a vigilância constante, seja por meio dos guardas e

seguranças, seja por meio de câmeras. Todos os ambientes em que há aglomeração de pessoas são passíveis de vigilância. Ainda que essas pessoas não sejam, inicialmente, classificadas como perigosas, existe a grande possibilidade de ocorrência de crimes como roubos, atos de violência, vandalismo, dentre outras ações contrárias à ordem. Este tratamento dado à comunidade não só é aceito como também requisitado pela própria comunidade sob o argumento da segurança, podendo concluir dessa forma que, parafraseando Hobbes, o homem continua sendo o lobo do homem³⁷.

2. SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA.

De maneira visionária, o atual modelo da sociedade em que todos vigiam todos e tudo precisa ser monitorado já havia sido descrito em 1949 por George Orwell em seu famoso romance *nineteen eighty-four* (1984). Na trama, um homem vive aprisionado em uma sociedade totalitária que era completamente dominada pelo Estado, onde tudo era feito coletivamente, mas o individualismo predominava.

Nessa estrutura, ninguém escapava da vigilância, e esse sistema de controle e fiscalização era chamado de “grande irmão”, termo que ficou bastante conhecido após ser usado como tema de um programa de reality show³⁸. Diferente dos exemplos de dominação da vida real, a ideologia predominante no romance se caracterizava por não visar nada de ninguém ou para ninguém, no presente ou no futuro, o que se buscava era apenas o poder em si. Não se

³⁷ Thomas Hobbes disse, em seu livro o *Leviatã*, que “o homem é o lobo do homem”. Para Hobbes, o homem não alcançará a paz se não se submeter ao poder de seu soberano, dessa forma indispensável se faz o “contrato social” instituto para o qual o homem abre mão de sua liberdade individual em prol do bem comum. Hobbes assinala que todos os homens nascem iguais, com os mesmos desejos naturais e desprovidos de senso moral e social, sendo essa igualdade a responsável pela infelicidade humana no estado de natureza, por isso é importante sair desse estágio e assumir um compromisso perante o outro (o “contrato social” e as regras sociais) para viabilizar a vida em sociedade.

³⁸ O programa de televisão “Big Brother”, nome inspirado no romance 1984 de George Orwell, é um reality show originário da Holanda em que um grupo de pessoas selecionadas convivem juntas dentro de uma casa, sendo vigiadas por uma diversas câmeras 24 horas por dia.

buscava riqueza, longevidade nem felicidade, apenas o poder pelo poder, pura e simplesmente o poder.

O debate acerca do poder na atualidade pode ser analisado sob a perspectiva da vigilância. Hoje é importante saber o que cada um faz e como faz para que o controle se torne efetivo. Como foi dito no tópico anterior, os mais diversos ambientes são passíveis de constante vigilância para que o homem tenha seus ímpetos controlados e sua energia de trabalho aproveitada ao máximo.

Além dos guardas e das câmeras de vigilância, as pessoas são encorajadas a filmar e fotografar umas às outras e publicar esses flagrantes, que nem sempre se tratam de crimes, mas apenas condutas que vão de atos considerados inadequados a ações que são apenas engraçadas.

Nesse viés, vale dizer que o controle não é mais realizado apenas pelas autoridades de forma impositiva, a disponibilidade de formas de vigiar o outro é tão latente que a sociedade se acostumou com a exposição e acompanhar a vida do outro é algo quase que necessário. As redes sociais, que são conexões virtuais que permitem que as pessoas se localizem e tornem suas vidas públicas, se tornaram um meio muito comum de observar o outro.

As frestas das janelas que serviam para ver o que o vizinho estava fazendo na rua durante a madrugada foram substituídas pelas tais redes. Embora a maioria das pessoas as veja como um maravilhoso avanço tecnológico, muitos acreditam que essas redes são perigosos instrumentos de controle do Estado, pois as pessoas são encorajadas a publicar detalhes de suas vidas, suas relações interpessoais, suas opiniões e até seus pensamentos³⁹.

As redes sociais permitem que os pais vigiem seus filhos, namorados vigiem seus parceiros e os amigos acompanham a vida um do outro como se fosse uma “novelinha”. A exposição agora é regra e requisito para a felicidade,

³⁹ “No que você está pensando?” este questionamento é comumente feito pelo Facebook, a maior rede social da atualidade, quando o usuário faz *login* em seu perfil, estimulando-o a publicizar suas ideias e pensamentos.

não se pode mais desfrutar de um passeio, uma boa companhia ou uma boa refeição sem torná-la pública.

O processo ideológico de fiscalização e controle é tão enraizado que a exposição da intimidade do indivíduo passa de algo impositivo para uma necessidade social. A felicidade precisa ser vista!

4. PRIVACIDADE E SEGURANÇA

Apesar da exposição, os indivíduos prezam por não terem suas informações pessoais e sua vida privada divulgada ao público. A privacidade é um direito humano universal que encontra respaldo na Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, quando diz que “*Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na família, domicílio ou correspondência, nem ataques à honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.*” e no Brasil é um direito reconhecido pela Constituição Federal⁴⁰.

Muito embora a sociedade atual seja caracterizada pela alienação voluntária, por meio da superexposição de alguns indivíduos em busca de notoriedade e identidade social, o grande problema envolvendo a perda da privacidade se dá no fato de que as pessoas perdem a liberdade de escolher suprimir ou não parcelas de sua vida privada. Ocorre uma invasão às suas informações pessoais, por conta do constante monitoramento de suas vidas.

O principal argumento para justificar a violação do direito à privacidade é a segurança. Em nome dela, todos devem se submeter a situações de controle para a manutenção da ordem. Bem como se deixar fotografar ou filmar, permitir a reprodução de documentos de identificação para ter liberado o acesso a

⁴⁰ Constituição Federal de 1988;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

instituições públicas ou estabelecimentos comerciais, ser monitorado por câmeras de vigilância espalhadas por todo o lugar como elevadores, lojas, hospitais e até mesmo igrejas.

Muitos instrumentos de segurança são utilizados para garantir a privacidade, como as travas nas portas, códigos para criptografar documentos, contratação de seguranças para que pessoas que não fazem parte de determinado grupo adentre ambientes de reunião, entre outros. É da natureza humana a busca da segurança por meio da proteção da sua intimidade. Considerando que desde os primórdios, o homem busca assegurar a sua integridade e a de sua família isolando-se da presença e dos olhares dos outros ao se fechar em sua caverna. Desse modo, a busca da segurança não se restringe à proteção contra a violência, mas sim contra a invasão do próprio eu. O indivíduo busca ser protegido no todo, nos seus direitos básicos, como à vida, integridade física, ou à liberdade de mostrar apenas sua face social, preservando sua face pessoal, seus gostos, opiniões e modo de viver. O indivíduo deve ter o direito de escolher até que ponto sua vida privada pode ser publicitada.

Do mesmo modo, o atual modelo de controle social, embora seja notoriamente invasivo, é cada vez mais utilizado e defendido pelas autoridades. O monitoramento constante possibilita moldar aquele que seria considerado um inimigo e transformá-lo em um agente colaborador submisso e desencorajado a lutar com o sistema que o oprime.

Foucault, ao abordar o panóptico enquanto instrumento de poder, já dizia que “quanto maior o número de informações em relação aos indivíduos, maior a possibilidade de controle de comportamento desses indivíduos”⁴¹.

No ambiente de trabalho, o indivíduo constantemente monitorado, tanto coíbe comportamentos inadequados, como também faz com que ele se comporte de maneira esperada. Dessa forma, é possível dizer que a vigilância propicia a exploração do homem. A fiscalização proporciona a dominação da força de trabalho, uma vez que neutraliza os supostos inconvenientes da massa

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

trabalhadora como o roubo e destruição de materiais. Bem como a preguiça e a organização política e garante a máxima extração de vantagens econômicas.

Esse conjunto de instrumentos gera uma influência direta e expressiva no indivíduo, sem a necessidade de utilização de força física. Esse mecanismo de controle que submete todos a um olhar fiscalizador constante e perturbador torna o homem descrente do seu poder de levantar-se contra o opressor e o lança a uma vida de aceitação e expectativa. Ele aceita a sua pobreza, as barreiras que lhe são impostas para que tenha acesso aos seus direitos básicos, como educação e saúde e espera que um dia a sua realidade mude como o despertar de um sonho ruim, sem luta e sem estratégia, apenas com o toque de um despertador.

A sociedade que se baseia na riqueza e no poder pelo poder, visa manter cada um no seu lugar de origem. Aqueles que têm o privilégio de usufruir da riqueza conquistada por seus ancestrais, assim o faz. Certificando-se de que as classes mais baixas não os alcancem. E isso é feito por meio dos embaraços sociais. A educação aos pobres limita-se à utilidade no trabalho, o nível técnico é suficiente para lubrificar as engrenagens da burguesia capitalista. Ao passo que os níveis acadêmicos que trazem titulações, como mestres e doutores reservam-se aos mais abastados.

A saúde pública não visa o bem estar, mas a capacidade física para o trabalho. São paliativos que mantêm o trabalhador ativo. Mas esgotada a energia de trabalho, o indivíduo já explorado deve se conformar com as dores, doenças e prejuízos causados pela “idade”.

A dominação mantém-se pela vigilância constante. Ela se justifica pelas migalhas, de tempos em tempos, um projeto social faz com que uma ínfima parcela da população alcance algum sucesso. Seja a aprovação em um concurso público, a obtenção de um diploma, o que serve apenas para alimentar a falsa crença de que é o esforço que traz o sucesso. Assim, seguem as massas disciplinadas, se esforçando, aceitando e esperando.

5. QUESTÕES LEGAIS ACERCA DO CONTROLE SOCIAL

Com vênua aos debates acerca da melhor conceituação do direito à privacidade, consideremos para fins deste estudo, os direitos elencados no inciso X, artigo 5º, da constituição brasileira, como direitos à privacidade, quais sejam: a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem. É inegável a tensão existente na relação entre proteção à privacidade e controle social. O controle social é visto como algo necessário para que se mantenha a ordem social, com disciplina e segurança pública. Ocorre que com a disseminação dos instrumentos tecnológicos utilizados pelo Estado, este controle choca-se com direitos fundamentais. A privacidade, intimidade, imagem e honra, ficam prejudicados.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina em seu artigo 5º, no inciso X que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Tais direitos são frutos, antes de tudo, da consagração do princípio da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento do Estado Democrático de Direito. Tal princípio está insculpido no inciso III, do artigo 1º da Carta Magna brasileira como instrumento de mensuração da atuação do poder estatal na sociedade.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é o garantidor do respeito ao indivíduo tão somente pela sua condição de pessoa por parte não só da sociedade, como também do Estado. Constituindo-se como verdadeiro freio ante as ações destes entes.

O direito à privacidade objetivamente pode ser entendido como o direito a ficar só ou na companhia de quem se queira. É na concepção do estar só que se descortina o entendimento do direito à intimidade. O qual melhor se esclarece quando o defrontamo-nos com o direito à vida privada. Donde se tem o desejo, não de estar só, mas com quem se queira. E é esse direito de estar com quem se queira que se desdobra em outros de mesma natureza. Tais como a liberdade sexual, a inviolabilidade do domicílio e a liberdade à vida familiar.

O direito à honra, por sua vez, está intimamente imbricado com o aspecto da dignidade voltado aos valores e crenças que o indivíduo estabelece com base na sua convivência perante sua comunidade. Por fim, fechando o ciclo dos direitos aqui considerados como direitos à privacidade, o direito à imagem, por sua vez, habita o campo do visível, é a camada do indivíduo que se vê e é esse conjunto do que se vê que conforma sua identidade, uma identidade visual. Não devendo ser confundida com a honra, a qual habita o campo do invisível, pautada no subjetivismo dos valores e crenças.

Redes de relacionamento, *reality shows*, câmeras de segurança espalhadas para todos os lados e em todos os espaços, dispositivos móveis, filmadores, entre outros, determinam uma rede de constante vigilância que constroem o estabelecimento pleno de tais direitos. Uma vez que não se é mais possível estar só perante tantos recursos, pois estar só é também estar longe dos olhares dos outros.

Da mesma forma, o direito de se estar apenas com quem quer, o dito direito à vida privada, se fragiliza com a publicitação reiterada das ações e vivências. O indivíduo é corrompido no seu entendimento sobre vida privada e mesmo estando apenas com quem se quer, o impulso de ceder à superexposição das mídias sociais confunde o privado com o público.

O direito à honra vai se diluindo perante as tentativas de conformação dos valores e crenças individuais às crenças e valores impostos a todos, a prática da homogeneização prevalece nessa estrutura. O direito à imagem, há muito já invadido e desconstituído, quicá a níveis irreversíveis, vem sucumbindo diante dos apelos midiáticos, redes sociais, sistemas de segurança, aplicativos, dentre outras infinitudes de meios de captação dessa identidade visual.

O mundo do controle social cada vez mais se consolida como um mundo sem paredes, um mundo onde tudo deve ser visto por todos e a noção de segurança que nasce vinculada a esse projeto impede as pessoas de alcançar a perda de privacidade que se anuncia para os tempos vindouros.

CONCLUSÃO

Como posto ao longo da discussão, a estruturação de um sistema constante de vigilância voltado ao controle social, simbolizado e referenciado na figura do panóptico, evoluiu ao longo do tempo, alcançando dimensões antes concebidas apenas no mundo da ficção. O “grande irmão” idealizado e referenciado na obra clássica de Orwell se mostra vivo e atuante na estrutura social.

A ideologia construída acerca da necessidade de segurança faz com que a sociedade caminhe para um mundo sem paredes, onde tudo se vê e tudo se ouve. Um mundo que desconhece a mínima noção de privacidade e intimidade, um ambiente onde a individualidade se perde no projeto de homogeneização do mundo.

Contudo, e se faz forçoso destacar, na mesma proporção em que os sistemas de vigilância se aperfeiçoam, a sensação de insegurança e sua conseqüente violência, hoje não mais restrita às grandes cidades, aumenta. Assim, estabelece-se uma grande incoerência no contrato social, onde o cidadão abriu mão de direitos básicos, fundamentais, como o direito à privacidade, para alcançar um estado de segurança que não chega.

A resposta a essa aparente contradição reside no que já foi desenvolvido ao longo do texto, o aperfeiçoamento dos sistemas de vigilância não está posto para segurança da sociedade e de seus cidadãos, antes disso, eles estão postos para o controle social. Então, desta forma, se identifica que o que estava aparentemente em erro se mostra em total e pleno acerto quando se descortina a razão primeira de todo esse aparato: o controle e conformação da sociedade a uma ordem arbitrariamente estabelecida.

E é nessa perspectiva que as câmeras nas ruas não estão lá prioritariamente para proteger a bolsa de uma senhora indefesa, ou que a câmera em uma fábrica esteja lá para segurança dos funcionários, estão antes de tudo para garantir a ordem e a disciplina voltada aos interesses daqueles que

compõem a parte hegemônica dessa relação social, no primeiro caso, o Estado e, no segundo, o patrão.

E é nessa consolidação do discurso de controle que se garante a manutenção do estado das coisas, ou seja, o domínio mantém-se com o dominante, mesmo que isso signifique a contravenção a direitos fundamentais. Em verdade, ao se ler: sorria, você está sendo filmado, leia-se: cuidado, você está sendo filmado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acessado em: 12 de novembro de 2015.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: Conversações. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- _____. *Microfísica do poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GUANDALINI, Bruno e TOMIZAWA, Guilherme. *Mecanismo disciplinar de Foucault e o panóptico de Bentham na era da informação*. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR – Brasil. Ano IV, nº 09, Jan/Jun 2013.
- HOBBS, Thommas. *Leviatã*. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.
- LEMONS, André. Aspectos da Cibercultura: vida social nas redes telemáticas. In: Críticas das Práticas Midiáticas. São Paulo: Hacker Editora, 2002.
- MARCONDES, Valéria. Poder, vigilância e ciberespaço. In Sessões do Imaginário, nº 13, Porto Alegre: EDIPUCRS, setembro de 2005.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- RAMOS, Cristina de Mello. O Direito fundamental à intimidade e à vida privada. Revista de Direito da Unigranrio. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br>

/index.php/rdugr/article/viewFile/195/194. Acessado em: 10 de dezembro de 2015.

SANTOS, Claudinei Caetano dos. A ação do controle velado – do panóptico ao sinóptico. Revista Eletrônica do Instituto de Filosofia – I.F Science Institute. Disponível em:

http://www.institutodefilosofia.com.br/pdf/SCIENCE%20INSTITUTE/ARTIGOS-IF-2011-III/artigo_claudinei.pdf. Acessado em: 09 de novembro de 2015.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acessado em 12 de novembro de 2015.

CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL NAS EMPRESAS, SOB O OLHAR DO PSICÓLOGO

Joao Auricélio Sousa da Silva⁴²

RESUMO

Atualmente, verifica-se que a qualificação e a motivação das pessoas são vitais para a sobrevivência das empresas. O que se tem visto em algumas organizações são investimentos em equipamentos, na qualidade dos produtos e serviços. O fator humano é o diferencial das Organizações Competitivas. É por meio da motivação do indivíduo que ele manifesta-se a vontade, o desejo pela procura de se especializar. De modo que assim, ele esteja inserido em um processo compensador de esforços. As empresas devem compreender seus funcionários, com a missão de propiciar-lhes um ambiente saudável, de modo a mantê-los satisfeitos e motivados. O capital humano é a fonte de criação e inovação dentro da organização.

Palavras-Chave: Clima Organizacional, Cultura Organizacional, Fator Humano, Qualificação, Motivação.

INTRODUÇÃO

É necessário salientar que as organizações não precisam somente de equipamentos e insumos para alcançar seus objetivos e aplicar seus recursos, elas precisam também da capacitação humana. As empresas necessitam de funcionários satisfeitos, motivados. É muitas vezes difícil atingir essa motivação, pois o que motiva uns pode não motivar a outros.

¹Professor da Faculdade da Amazônia Ocidental-FAAO, Coordenador Adjunto do curso de Psicologia, Coordenador de Ênfase Educacional-Serviço de Psicologia da FAAO, Especialista em Mudanças em Educação (FIOCRUZ), Bacharel em Psicologia (FAAO) e Licenciado em Filosofia (UECE) Doutorando em Psicologia Social-IESLA/Instituto de Educação Superior Latino Americano. E-mail: joaoauriceliopsi@hotmail.com.

Um ambiente laboral favorável propicia a satisfação das necessidades dos empregados. Deste modo, modificam-se as atitudes, e se desperta a criatividade e a sua capacidade de adaptarem-se as mudanças. No mundo globalizado, a qualificação e motivação são vitais para a sobrevivência das organizações.

No entanto, o que se tem visto atualmente são investimentos em equipamentos, na qualidade dos produtos e serviços, deixando muitas vezes treinamentos e a qualificação dos seus colaboradores de lado. O ser humano não é mais considerado como um apêndice da máquina, pois é por meio das pessoas que as organizações atingem seus objetivos. O fator humano é a mola propulsora, o diferencial no mundo competitivo, e é por meio da motivação do indivíduo que ele procura se especializar para estar inserido em todo esse processo compensador.

As empresas devem ouvir seus funcionários com a missão de propiciar-lhes um ambiente saudável, a fim de mantê-los satisfeitos e motivados, pois o capital humano é a fonte de criação e inovação dentro da organização. Para que a organização tenha sucesso é preciso saber lidar com a sinergia dos colaboradores, visando o benefício coletivo, tornando o ambiente agradável e facilitando o convívio dos empregados.

1. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA E DO CLIMA NAS ORGANIZAÇÕES

O fator humano é o diferencial no mundo competitivo das corporações. É por meio da motivação do indivíduo que ele procura se especializar para estar inserido em todo esse processo compensador. As empresas devem compreender seus funcionários com a missão de propiciar-lhes um ambiente saudável, a fim de mantê-los satisfeitos e motivados, pois o capital humano é a fonte de criação e inovação dentro da organização.

Para que a organização tenha sucesso é preciso saber lidar com a sinergia dos colaboradores, visando o benefício coletivo, tornando o ambiente agradável e facilitando o convívio dos empregados. O que se tem visto é que as organizações

não estão priorizando as condições necessárias para auxiliar no desenvolvimento e crescimento dos seus colaboradores.

Devido à globalização que é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, as organizações atuais se encontram em um mercado com constantes mudanças, já que o contexto de ambiente de trabalho tornou-se turbulento e imprevisível e onde as informações acontecem rapidamente e quem não acompanhar esse processo de transformação contínua e progressiva ficará para trás. .

1. RELAÇÃO ENTRE CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL

A relação entre o clima e a cultura são bastante interligadas. Um complementa o outro. A cultura é a causa e o clima é a consequência. Toda a forma de organização e seus membros agem por via desse aspecto. O comportamento e os relacionamentos entre membros, gestores, clientes e parceiros, manifestam uma cultura. Resulta assim em clima na organização, o que pode ser positivo ou negativo. O clima é uma fase temporária, já a cultura é decorrente de toda uma trajetória que ao longo de sua história e crescimento foi sendo criada por planos e regras a serem cumpridos.

O clima organizacional é muito importante para as organizações, pois visa a melhoria contínua. Por via de ferramentas de pesquisa identifica os problemas e busca uma solução adequada. Essas ferramentas analisam tanto o ambiente interno quanto o ambiente externo. De modo que se possa melhor avaliar o planejamento estratégico da empresa, visando sempre o bem-estar de seus colaboradores quanto o do empregador.

Para fazer a medição do clima da empresa, é preciso primeiramente analisar o ambiente interno e externo. A partir disso, descobri qual é a real situação da organização, verificar quais são os pontos negativos e positivos.

Para o êxito da pesquisa é fundamental que todos participem e se envolvam de um modo que facilite a busca de informações. A escolha pelo modo de pesquisa deve decifrar as principais características da organização. A equipe de

pesquisa deve ser muito bem selecionada, pois tem que ser de confiança, manter absoluto sigilo.

A equipe essencial para uma análise externa deve ter um bom poder de relacionamento, comunicação. Já a equipe de análise interna deve ser mais cuidadosa, de modo a conquistar a confiança dos colaboradores, os quais utilizem programas de tecnologia avançada, bem como software compatível. A formação destes grupos é muito importante para a qualidade da pesquisa. Uma vez que o time tem que estar disposto a identificar e solucionar os problemas vigentes.

2. ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA

A SOS Amazônia é uma ONG com a missão de defender a Amazônia, a Associação SOS Amazônia é resultado de uma expressão popular. A entidade foi criada na década de 1980, época em que o desmatamento da Amazônia passou a ser divulgado internacionalmente e os seringueiros no Acre eram ameaçados por estar “empatando” a devastação das florestas. No dia 30 de setembro de 1988, um grupo de 35 pessoas na cidade de Rio Branco, compreendendo professores, estudantes universitários, servidores públicos e representantes do movimento social, criou a SOS Amazônia, tendo como objetivo principal, proteger a Floresta Amazônica, apoiando as populações tradicionais e promovendo a conservação do meio ambiente.

Com adesão de representantes do movimento social, a SOS Amazônia teve Chico Mendes como um dos fundadores. Desde então, o grupo passou a denunciar, sensibilizar e mobilizar a sociedade frente às crescentes agressões sofridas pela Floresta Amazônica. A SOS Amazônia tem forte atuação no estado do Acre e áreas fronteiriças, com escritórios nos municípios acreanos Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo, com atividades no Parque Nacional da Serra do Divisor e na Reserva Extrativista Alto Juruá.

Desde sua criação desenvolve projetos, propõe e implementa políticas públicas com foco na difusão de modelos e práticas para preservação da

biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Ganhou experiência e capacidade para gestão de Unidades de Conservação (UCs), também é referência no desenvolvimento da educação ambiental, no reaproveitamento dos resíduos sólidos e na participação voluntária em conselhos e comitês para regulamentação de leis e gestão de programas públicos.

3. PESQUISA E AVALIAÇÃO DO CLIMA NA EMPRESA ESTUDADA

O interesse em desmistificar a visão das pessoas a respeito da organização na qual trabalham, torna crescente a utilização de ferramentas de levantamento para a obtenção desse diagnóstico. Para Fleury e Sampaio (2002, p. 291) o clima organizacional refere-se à percepção que as pessoas têm da organização em que trabalham. Essa percepção pode ser modificada por fatores internos e externos às organizações. Em um macro ambiente como o brasileiro, em que as empresas sofrem pressões constantes do mercado, torna-se imprescindível que os interesses das pessoas estejam alinhados aos objetivos do negócio.

A gestão de pessoas tem a função de parceria na execução e implementação da estratégia organizacional (ULRICH, 2000). Os gestores de modo geral exercem importante papel na busca da efetivação e da operacionalização dessa parceria e, portanto, devem assumir uma postura proativa no sentido de utilizar ferramentas que permitam a tomada de decisões coerentes com esse propósito. A pesquisa de clima organizacional pode ser considerada uma dessas ferramentas de auxílio.

Fischer (1996) afirma que o objetivo das pesquisas de clima organizacional consiste em compreender como em todas as relações entre a empresa e as pessoas, não só do ponto de vista da satisfação e da motivação. O maior desafio desse tipo de análise é transformar dados totalmente qualitativos e subjetivos em números quantitativos para que se possa lastrear a tomada de decisões em setores específicos com determinados tipos de deficiência no que refere ao clima e as relações internas.

4. MOTIVAÇÃO

A motivação é um dos fatores que influencia o CO, nos dias atuais, com a globalização e as constantes mudanças as empresas precisam buscar uma forma para elevar a motivação e autoestima de seus colaboradores.

Quando se fala em motivação dentro da organização, muitas pessoas pensam em aumento salarial, sendo que a motivação não está relacionada somente a remuneração, muitas vezes um simples elogio, ou seja, o reconhecimento de um trabalho bem feito faz a pessoa sentir-se motivada.

Segundo Maximiano (2007) a palavra motivação deriva do latim *motivus*, *movere*, que significa mover, que em seu sentido original representa incentivo, estímulo ou energização por algum motivo ou razão. A motivação é um estado psicológico em que o indivíduo se encontra, onde afeta o grau de interesse ou vontade de realizar uma meta ou tarefa.

5. TRABALHO EM EQUIPE

Ninguém vive isolado e não se pode compreender o comportamento do indivíduo sem considerar a influência de outro. Estabelecemos relações em que há, naturalmente, uma intenção particular de cada uma das pessoas envolvidas; isso significa entrar em entendimento para que algum objetivo seja alcançado. A chegada ao objetivo depende, então, necessariamente, desse relacionamento. Todos nós vivemos e pertencemos a diferentes grupos: grupos de família, de trabalho, de clube, de futebol, entre outros.

Segundo Schutz (apud Bergamini, 1982), todo indivíduo tem três necessidades interpessoais: inclusão, controle e afeição; ao se associar a um grupo, cada pessoa passará por diferentes formas de atendimento de suas necessidades. Bergamini (1982) distingue dois tipos de pequenos grupos: o sócio grupo aquele que se organiza e se orienta em função da execução ou do cumprimento de uma tarefa; e o psicogrupo estruturado em função da polarização dos seus próprios membros.

Kurt Lewin (1982) considera que a dinâmica do grupo é determinada pelo conjunto de interações existentes no interior de um espaço psicossocial. O comportamento dos indivíduos é função dessa dinâmica grupal, independentemente das vontades individuais. Portanto, são elaborados quatro pressupostos: a interação do indivíduo no grupo depende de uma clara definição de sua participação no seu espaço vital o indivíduo utiliza-se do grupo para satisfazer suas necessidades próprias; nenhum membro de um grupo deixa de sofrer o impacto do grupo e não escapa à sua totalidade o grupo é considerado como um dos elementos do espaço vital do indivíduo.

Numa época de mudanças organizacionais, na qual se verifica uma intensa busca por produtividade, rapidez, flexibilidade e comprometimento com os resultados e a potencialização do trabalho em equipe. A compreensão do funcionamento e das manifestações dos grupos dentro das organizações passa a ser uma tarefa decisiva, pois, por meio do grupo, é possível atender à satisfação de necessidades sociais, permitir que cada um estabeleça seu autoconceito, conseguir apoio para a consecução dos objetivos e reconhecer a capacidade de modificar comportamentos.

Segundo Spector (2002), um grupo de trabalho é a união de duas ou mais pessoas que interagem umas com as outras e dividem algumas tarefas, visando a objetivos inter-relacionados. Sherif (apud Aguiar, 1997) propõe algumas características que distinguem um grupo de uma coleção de pessoas: interação entre os membros, objetivo e conjunto de normas comuns, conjunto de papéis e uma rede de atração interpessoal.

6. CONFLITOS ORGANIZACIONAIS

A relação entre a organização e as pessoas, além de dinâmica é muito complexa, porquanto os objetivos individuais são diversificados de acordo com a necessidade de cada indivíduo. Os objetivos organizacionais resultam da vontade grupal da qual esse indivíduo compartilha, e na qual busca satisfazer suas próprias necessidades. Quando o indivíduo ingressa na organização seus objetivos

individuais, como ocupar um determinado cargo, melhorar seu salário, ficam em mente. Porém, a organização, que também tem seus objetivos, exige que o indivíduo contribua para sua realização. É um estado que a organização pretende atingir e que orienta seu comportamento em relação ao futuro, como produtividade, lucratividade, qualidade dos produtos e competitividade.

As diferenças entre objetivos organizacionais e interesses individuais resultarão em um relacionamento conflitante, nem sempre cooperativo, que pode ser interno, por necessidades psicológicas (intrínsecas), ou sociais (externas).

7. MUDANÇA CULTURAL

Na vida, temos duas certezas: a primeira é a de que todos nós vamos morrer um dia, e a segunda é a de que tudo muda a todo instante. As organizações sofrem influências dos ambientes interno e externo continuamente e precisam identificar mecanismos para o gerenciamento das mudanças que ocorrem no dia a dia.

Segundo Griffin e Moorhead (2006), quando os gestores modificam a cultura organizacional, estão, na verdade, procurando alterar as noções básicas das pessoas sobre o que é ou não um comportamento adequado na empresa.

Os mesmo autores dizem que, para se efetuar mudanças culturais, os gestores devem criar situações que permitam a introdução de novas histórias. Eles dão como exemplo uma empresa em que a opinião do funcionário não tinha importância e a partir de agora passa a ter. Nesse caso, os gestores podem, por exemplo, solicitar a um funcionário para liderar uma discussão numa reunião, acompanhar e orientar esse processo, de forma que seja um sucesso. Isso se transformará em uma nova história que poderá substituir a antiga.

Mas os autores alertam que esse é um processo longo e difícil, pois, não importa quanto se dediquem à implementação de um valor novo, podem, inadvertidamente, voltar aos padrões antigos de comportamento. Tal fato irá gerar uma nova história com retorno aos antigos valores.

8. AMBIENTE ORGANIZACIONAL

O ambiente é tudo que envolve externamente uma organização, as organizações vivem em um social, político e econômico, o que podemos chamar de mundo humano. Toda organização depende de outras organização depende outras organizações e da sociedade em geral para sobreviver, o que acaba gerando uma interdependência geral das organizações com a sociedade, sendo assim, acaba provocando mudanças frequentes em suas metas organizacionais na medida em que ocorrem mudanças no ambiente externo e no controle ambiental sobre a organização que limita sua liberdade de agir.

O ambiente organizacional refere-se ao conjunto de forças, tendências e instituições, tanto externas como internas à organização, que têm potencial para influenciar o desempenho organizacional. O ambiente pode ser dividido em externo e interno. O ambiente externo é o contexto no qual as organizações existem e operam, sendo constituído pelos elementos que se encontram fora dos limites da organização, já o ambiente interno é composto pelos elementos internos da organização, como trabalhadores, administradores, cultura organizacional, tecnologia, estrutura organizacional e instalações físicas.

CONCLUSÃO

O presente artigo procurou identificar os fatores que influenciam o clima organizacional de uma organização não governamental, por via dos fatores como ambiente de trabalho, cooperação, reconhecimento, identificação com a empresa, comunicação, conflito, remuneração e estabilidade. O clima organizacional observado não pode ser visto como permanente, mas como os funcionários estão percebendo no momento, ele é temporário, referindo-se ao momento específico, e pode sofrer alterações no decorrer do tempo em funções de várias variáveis, sendo elas internas e externas à organização.

Com base nas informações obtidas, que devem servir para a organização analisar como os funcionários percebem o clima organizacional, com o objetivo

de influenciar a motivação dos mesmos, identificou-se em relação aos critérios avaliados que o clima organizacional de modo coletivo encontra-se positivo.

Elementos subjetivos também contribuem para um clima agradável e não somente os aspectos organizacionais, esses elementos presentes no dia-a-dia dos funcionários são relevantes nas disposições de trabalho. A pesquisa sobre clima organizacional é um instrumento de suma importância para as empresas, pois é devido a ela que se pode analisar os efeitos dos fatores internos e externos que influenciam de forma positiva ou negativa entre a organização e seus colaboradores.

Quando uma organização assume uma vida própria, independente de seus fundadores ou qualquer de seus membros, ela adquire a imortalidade. A institucionalização opera para produzir uma compreensão comum, entre os membros da organização sobre o que é o comportamento apropriado. Partindo desta noção é que se compreende a cultura organizacional.

REFERÊNCIAS

- BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- _____. *PLT Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Valinhos: Anhanguera Educacional, 2004. 529p
- _____. *Administração de recursos humanos: fundamentos básicos*. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.
- REGO, Francisco G. Torquato do. *Comunicação empresarial e comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na Comunicação Integrada*. 3ª Ed. São Paulo: Summus, 1986.

O EMPREENDEDORISMO FEMININO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A CONQUISTA DA MULHER MEDIANTE A INOVAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

*Kaminsky Mello Cholodovskis.
Soraya Aparecida Dias Cholodovskis.*

RESUMO

No contexto histórico brasileiro, os homens sempre lideraram o meio empreendedor. Entretanto, na atualidade, a realidade sofre mudanças significativas, onde se percebe que o número de mulheres – empreendedoras – atuantes vem crescendo. Sendo assim, a conquista da mulher por seu espaço na sociedade é um grande marco na história e diante de tal constatação o objetivo geral deste se resume em versar sobre o empreendedorismo e caracterizar o empreendedor; o objetivo específico foi identificar a posição da mulher no mercado, buscando posicionar o emergente empreendedorismo feminino, bem como caracterizar a mulher empreendedora. Adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica. Por meio da revisão literária buscou-se elaborar o conteúdo. Foram utilizados para tanto obras, revistas, artigos, periódicos e documentos eletrônicos disponíveis, onde o todo se fundamentou e foi corretamente referenciado. Ponderou-se que, na conjuntura, o perfil das mulheres é diferente do apresentado no começo do século. Identificou-se que as mulheres estão cada vez mais empreendendo em negócios rentáveis, gerando novos empregos, novas possibilidades de bons negócios buscando movimentar a economia brasileira. Dessa forma, a escolha do empreendedorismo feita pelas mulheres como forma de se inserir no mercado de trabalho vem ao encontro de uma busca proativa de auto-realização, conquista de seu espaço e de independência/estabilidade financeira.

Palavras-chave: Mulher. Sociedade. Mercado de Trabalho. Empreendedorismo Feminino.

INTRODUÇÃO

Tanto o empreendedorismo, quanto o empreendedor ou empreendedora, são assuntos pesquisados e estudados dentro do contexto acadêmico. Entre as publicações existentes, encontram-se diversos estudos sobre os tipos de empreendedores, os relatos dos motivos de sucesso dos mesmos, bem como das inúmeras variáveis influenciadoras dos modelos de empreendedorismos a serem difundidos e trabalhados. Sendo assim, a escolha do tema se justifica pelo fato de que, no contexto histórico brasileiro, os homens sempre lideraram o meio empreendedor. Entretanto, na atualidade a realidade vem sofrendo mudanças significativas. Percebe-se que o número de mulheres atuantes no mercado – e consequentemente empreendedoras – vem crescendo.

Outro fator a ser considerado, é que nos últimos anos, houve no Brasil, um processo de busca de estabilidade econômica. Isto levou à necessidade de algumas pessoas criarem seus próprios negócios, mesmo que sem experiência. Neste sentido, fica caracterizado o processo de empreender. Este fator pode-se aliar à integração mundial, provida da globalização e do significativo crescimento do trabalho feminino no país.

Se antes as mulheres que trabalhavam fora de seus lares não eram bem vistas na sociedade, na conjuntura atual, o que ocorre é o contrário. As mulheres trabalham fora de seus lares em período integral e ocupam altos cargos devido às suas qualificações profissionais. Sendo assim, a conquista da mulher por seu espaço na sociedade é um grande marco na história. As mulheres buscam hoje, seu espaço e seus ideais. Além de independência financeira, bem como novas oportunidades, e passam a usar a criatividade como ferramenta para uso de suas características empreendedoras para sua inclusão ou permanência no mercado de trabalho. Assim sendo, nosso objetivo geral, neste artigo se resume em versar sobre o empreendedorismo e caracterizar o empreendedor. Consequentemente, identificar a posição da mulher no mercado, buscando destacar o emergente empreendedorismo feminino. E por fim, caracterizar a mulher empreendedora.

As hipóteses norteadoras baseiam-se na análise do comportamento humano diante dos desafios, no qual, verifica-se que o empreendedorismo é visto como um fator de transformação pelo seu caráter inovador e está relacionado com práticas e valores pessoais.

Outra hipótese é o fato de que o empreendedorismo feminino ganha importância para a economia nacional, despertando muitas curiosidades pelo tema. Percebe-se que a trajetória das empreendedoras é marcada pela busca de auto-realização. As mulheres sentem mais satisfação no exercício do empreendedorismo e dedicam-se com afinco e comprometimento, em busca desta realização profissional.

Adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica. Por meio de uma extensa revisão de literatura – ou seja, uma revisão no que se publicou sobre o tema na última década – buscou-se elaborar o conteúdo. Foram utilizadas obras, revistas, artigos, periódicos e documentos eletrônicos disponíveis, em busca de fundamentos para a busca de uma conclusão a respeito do tema.

Optou-se por organizar o conteúdo em capítulos, realizando-se uma leitura da conjuntura a respeito das mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, em relação ao campo de trabalho. Posteriormente, dedicou-se às definições e conceitos sobre empreendedorismo, bem como uma breve caracterização de como é o empreendedorismo no Brasil. E na sequência, caracterizou-se o perfil do empreendedor brasileiro nos dias de hoje.

Dedicou-se a situar a mulher em seu contexto, no que se refere à conquista de espaço na sociedade contemporânea, atribuindo grande foco em sua atuação no mercado de trabalho. Por fim, chegou-se à essência do tema, de modo que foi possível abordar o fenômeno emergente do empreendedorismo feminino, bem como conhecimento do perfil da mulher empreendedora. Isto por meio de sua caracterização, principalmente dentro do cenário brasileiro.

1. A CONJUNTURA

Verifica-se atualmente um mundo de mudanças e transições. Sendo necessárias constantes adaptações às necessidades impostas. Assim, um fato que não se pode desconsiderar é que, uma tendência do século XXI é o desemprego. A perda das perspectivas de emprego duradouro e de carreira nas grandes organizações estimulou muitas pessoas a procurarem ser seus próprios patrões. Com isso, a administração empreendedora (complementando a tradicional formadora de empregados) tornou-se uma tendência social importante. Ao mesmo tempo, as grandes empresas procuram estimular o espírito dos empreendedores internos, as pessoas capazes de descobrir e implementar novos negócios (MAXIMINIANO, 2004, p. 42). Nesta mesma visão, Bueno et al (2004, p. 4748) afirmam que:

Um novo ambiente de negócios está surgindo, levando as organizações empresariais a um processo de transformação tanto na maneira de realizar seus negócios, quanto na sua própria estrutura interna. Esse ambiente é decorrente da crescente globalização, do alcance da maturidade de amplos segmentos do mercado e do grande avanço das telecomunicações, da capacidade de difusão de informações e do uso intenso da tecnologia da informação e da gestão que tem provocado mudanças na natureza do próprio trabalho.

O que se percebe é que com a transição econômica a atuação das empresas torna-se cada vez mais complexa. Além disso, dentro de toda a mudança ainda emerge um mercado consumidor mais exigente por preço, qualidade e inovação, havendo a necessidade das empresas se enquadrarem para o oferecimento de produtos e serviços com valores agregados – repleto de criatividade e inovação e que

satisfazem a necessidade dos seus consumidores em questões de qualidade, custo e prazo. Para tanto, de acordo com Bueno et al (2004, p. 4748):

Os gestores são obrigados a adaptar-se a esse novo cenário procurando o máximo possível de ajuda e aumentando significativamente o uso de ferramentas como informatização, automatização, benchmarking, gestão participativa, inovação tecnológica, empowerment, alianças estratégicas, downsizing, desenvolvimento sustentável, entre outras, não apenas como simples estratégias, mas como estratégias inovadoras na busca de sua sobrevivência.

Tais constantes e rápidas transições impõem a redefinição do trabalho dos profissionais de vários segmentos organizacionais – quer seja em termos de imagem, de valores, de estrutura e de comportamento. E esta redefinição pode ser associada à adoção de estratégias em busca de inovação.

Já em 1989, Pinchot falava sobre inovação e, complementava que esta quase nunca acontece em grandes organizações, sem que haja um indivíduo ou pequeno grupo apaixonadamente dedicado a fazê-la acontecer.

Para Vico (2001), ao longo da história, as organizações se constituem objeto de estudo de muitos pesquisadores. Entretanto, destacam-se as constantes mudanças e as crises que vão surgindo. Com isso, mencionam que as organizações são forçadas a desenvolver novas práticas organizacionais para adequar-se a novos processos de gestão organizacionais e às suas próprias condições.

O que se sabe é que, mediante globalização mundial, é tendenciosa a necessidade de competência e profissionalismo. Visto que em meio a todas estas transformações o ser humano pode ser um dos fatores responsáveis pela competitividade permanente da organização – por meio de um profissional formado, competente e qualificado. Na visão de Drucker (1989) precisa-se para tanto, de empreendedores inovadores, estando os mesmos pautados e

fundamentados no conhecimento e na inovação, seguidos de espírito empreendedor.

O momento atual corresponde à era do empreendedorismo (...) são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riquezas para sociedade (DORNELAS, 2001, p. 21).

O estudo do empreendedorismo tem sido intensificado, pois a economia e os meios de produção se sofisticaram, exigindo conhecimento. A ênfase surge das mudanças tecnológicas, não é apenas um modismo (MOSSATO, 2004, p.4).

Para Dornelas (2004, p. 81):

O desenvolvimento do empreendedorismo tem sido enfatizado nos meios acadêmico e empresarial como fundamental para o desenvolvimento econômico dos países como forma de fomentar a inovação e como alternativa ao desemprego para aqueles que estão em busca de alternativas de trabalho. Geralmente, relaciona-se o termo à criação de novas empresas que começam pequenas, sem muita estrutura, e, aos poucos, vão tomando forma, algumas chegando ao sucesso.

Para Mossato (2004, p. 4), “a formação empreendedora é o processo de construção de novos padrões de comportamento a partir de descobertas sobre potencialidades pessoais, contexto cultural, motivações e sonhos”. Sendo assim,

acredita-se, dentro da conjuntura, que nesta era do empreendedorismo que se revela o momento propício para o surgimento de mais empreendedores.

A criação do próprio negócio surge como uma das alternativas ao emprego incerto. Não só por uma conjuntura socioeconômica, que faz com que o desenvolvimento de novos negócios seja uma necessidade ou alternativa ao desemprego, mas, também, pelo sonho de ter o próprio negócio (BARBOSA, SANTOS, 2008, p. 2).

Outro fato a considerar é que, com as várias transformações ocorridas no mercado de trabalho, nos últimos anos, o Brasil não ficou de fora e, segundo pesquisa publicada pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2007) o país apresenta um alto índice de desigualdade social, que, mesmo que tenha melhorado nos últimos anos, ainda é uma das mais acentuadas do mundo.

Sendo assim, logo depois choque bruto em 2001 sobre a economia mundial, inclusive a brasileira, cresceu a atividade empreendedora por necessidade em proporção à atividade empreendedora total. Informações publicadas relatam que, a partir de 2003, o empreendedorismo por oportunidade retoma o crescimento, até atingir em 2007 o valor de 57% da população de empreendedores iniciais no Brasil.

2. SOBRE O EMPREENDEDORISMO

Drucker (1987) considerava que, especificamente, o trabalho do empreendedorismo em uma empresa seria fazer os negócios de hoje, capazes de fazer o futuro; ainda transformando-se em um negócio diferente. Sendo assim, de acordo com sua concepção, acredita-se que a transformação dos negócios de hoje parece depender significativamente dos seus gestores.

No Brasil Degen (1989) foi considerado o responsável pela introdução do estudo do empreendedorismo no Brasil. Para o mesmo, na época, eram raros os traços de personalidade e de comportamento que apontavam a vontade de criar coisas novas e de concretizar, na prática, idéias próprias.

Segundo Stevenson (1993), empreendedorismo se resumia no processo de criar valores por meio do uso diferenciado dos recursos, na busca da exploração de uma oportunidade.

O empreendedorismo pode compreendido, de acordo com Hisrich e Peters (2004) como um meio de criação de algo novo e valorizado, dispondo de tempo e de esforços necessários, mesmo correndo riscos – financeiros psíquicos e sociais – e ou colhendo as recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.

No século XVII é feita a primeira associação do empreendedorismo à noção de risco, na medida em que o empreendedor era aquele que assumia certo grau de risco ao financiar contratos ou realizar serviços com o governo. Mas é no século XVIII e XIX, com os conceitos de Cantillon e Say, que o termo empreendedor passa a assumir um caráter mais próximo de empresário, diferenciando-o do capitalista e agregando-lhe a função primária de transformação de matérias-primas em produtos e serviços com valor econômico (TASIC, 2007, p. 19).

Para Bueno et al (2004, p. 4749) “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”. Ainda para os mesmos, todas as vezes que o termo empreendedorismo é utilizado se faz necessário considerá-lo como uma alternativa para o gerenciamento de empreendimentos. “O empreendedorismo costuma ser mensurado nos diversos países pela atividade dos trabalhadores por conta-própria” (BARROS e PEREIRA, 2008, p. 979).

Empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. As definições para empreendedorismo são várias, mas sua essência se resume em fazer diferente, empregar os recursos

disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados, buscar oportunidades e inovar (DORNELAS, 2004, p. 81).

De acordo com Barros e Pereira (2008, p. 983), “o empreendedorismo – medido pelo número de empresas nascentes numa região em relação à sua população – é um fator chave para explicar o desempenho econômico regional”. Dornelas (2004, p. 82) considera que na definição de empreendedorismo estejam implícitos quatro elementos fundamentais, sendo eles:

Processos: podem ser gerenciados, subdivididos em partes menores, e aplicados a qualquer contexto organizacional; - Criação de valor: os empreendedores, geralmente, criam algo novo onde não havia nada antes. Esse valor é criado dentro das empresas e no mercado; - Recursos: os empreendedores utilizam os recursos disponíveis de forma singular, única, criativa. Eles combinam muito bem os recursos financeiros, pessoas, procedimentos, tecnologia, materiais, estruturas etc. Esses são os meios pelos quais os empreendedores criam valor e diferenciam seus esforços; - Oportunidade: empreendedorismo é dirigido à identificação, avaliação e captura de oportunidades de negócios. É a perseguição de oportunidades sem haver preocupação, inicialmente, com os recursos sob controle (os quais o empreendedor/empresa já possui), ou seja, sem colocar restrições iniciais que poderiam impedir o empreendedor de buscar tal oportunidade.

Na mesma linha, para Fernandes e Santos (2008, p. 3):

A pesquisa sobre empreendedorismo caracteriza-se por ser multidisciplinar e requer o entendimento da atividade de criação em diferentes níveis: indivíduo, equipe, organização, indústria e comunidade (...). O estudo sobre empreendedorismo engloba o comportamento individual de identificação e criação de oportunidades, o surgimento e o crescimento da organização, o relevamento de uma indústria, a iniciativa na formação de times, a criação destrutiva salutar e a transformação organizacional (...).

Tasic (2007) foi apontado como sábio e ponderado, ao apontar que a definição de empreendedorismo se encontra em constante conhecimento e formação. Verificou que seus conceitos necessitam serem estudados para se constituírem coesos e suas abordagens e aplicações sistemáticas requerem definição de uma metodologia que explica como explorá-lo.

3. O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

De acordo com Mossato (2004) o movimento do empreendedorismo no Brasil teve início na década de 1990 com iniciativas das entidades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFREX).

Segundo Dornelas (2001), mediante um ambiente econômico e politicamente desfavorável, foi a iniciativa responsável pelo despertar da divulgação, propagação e prática de tal conceito na sociedade brasileira. Retomando Mossato (2004, p.9):

Os fatores favoráveis para o desenvolvimento são de ordem econômica e cultural. As carências da população geram muitas oportunidades de negócios, as

quais, aliadas à elevação do desemprego e da condição precária do trabalho, impõem a necessidade das pessoas em buscarem alternativas fora do mercado de trabalho formal. A todos esses elementos destacam-se a maneira como o brasileiro consegue, com criatividade, superar as situações difíceis, tornando-se flexível e adaptável a um ambiente de constantes mudanças sociais e econômicas. “O empreendedorismo no contexto brasileiro é, sem dúvida, heterogêneo na natureza de suas motivações” (BARROS e PEREIRA, 2008, p. 988).

Ainda, dentro da literatura disponível sobre o assunto, é sempre destacado que um fato significativo no contexto brasileiro é o constante surgimento e, conseqüentemente o crescimento do segmento de empresas incubadoras – sendo estas consideradas como base fundamental de partida de um empreendimento empreendedor.

4. CARACTERIZANDO O EMPREENDEDOR

De acordo com Bueno et al (2004, p. 4759),

O termo empreendedor (entrepneuer) tem origem francesa e significa aquele que assume riscos e começa algo novo. Foi utilizado pela primeira vez por Jean Baptist Say, um economista francês, com o objetivo de distinguir o indivíduo que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um setor com produtividade elevada e com maiores rendimentos.

Em 1991, Fillion já considerava como empreendedor qualquer sujeito criativo e capaz de estabelecer objetivos e saber como atingi-los dentro do contexto e das oportunidades de negócio, além de também ser dotado da capacidade de aprendizado contínuo e de tomar decisões ponderadas e

aperfeiçoadas, por meio do seu autodomínio e autoconhecimento em interação com seu meio.

Na visão de Morais (2001) alguns sujeitos já nascem empreendedores assim como outros vão se formando ao longo do tempo, de acordo com a experiência que vão adquirindo em interação com o meio a qual estão inseridos.

Mas, para o mesmo, de modo geral, os empreendedores são dotados de ações inteligentes, haja vista que aproveitam as oportunidades para a obtenção do sucesso, pois estão sempre preparados para vencer e descartam o fracasso, mediante a coragem que demonstram diante dos obstáculos a serem percorridos. Em síntese, suas atitudes mentais estão focadas nas suas vitórias.

Mas Dornelas (2001) não considera tão fácil assim ser um empreendedor. Para o mesmo, não basta apenas traçar estratégias. É necessário que se tenha além dos atributos administrativos, uma visão diferenciada, pronta para a exploração das oportunidades de modo otimista; é preciso ir além da consequência que o resultado financeiro possa trazer.

De um modo geral, é necessário possuir liderança e conhecimento na construção de relacionamentos, além de planejar os mínimos passos do negócio mediante os riscos calculados, em busca das soluções necessárias. Gerber (2004) considera o empreendedor diferente do administrador e do qualquer agente administrativo, tratando este com a terminologia de técnico. Em síntese, para o mesmo:

- (1) o empreendedor é transformador de situações triviais em oportunidades únicas, além de ter visão e sonhar com o futuro, se posicionando de modo inovador, adotando estratégias e métodos para atuar no cenário do mercado em que se encontra;
- (2) o administrador vive preso ao passado, obedece a ordens e cumpre sistematicamente os esquemas já pré-programados à risca;
- (3) e o técnico, é apenas um

executor de determinações, ator de um fluxo rotineiro, muitas vezes individual.

Retomando Dornelas (2001), existe uma enorme diferença entre o empreendedor e o administrador, e tal diferença pode ser estabelecida mediante distinção de cinco dimensões que orientam qualquer negócio, sendo elas: determinação de estratégias, análises das oportunidades, compromisso com os recursos, controle dos mesmos e estruturação da postura gerencial.

Em síntese, para Dornelas (2001) o empreendedor é considerado como um administrador completo, pois é capaz de incorporar uma diversidade de abordagens, sem nenhum tipo de restrição, além de ter a habilidade de interagir com o seu meio e tomar as melhores decisões dentro de cada contexto em particular.

(...) Os empreendedores exímios identificadores de oportunidades, aqueles que são capazes de criar e de construir uma visão sem ter uma referência prévia, isto é, são capazes de partir do nada (...) assumem riscos calculados, tentam entender seu ambiente e controlar o máximo de fatores possíveis para que seu empreendimento dê certo (...) utilizam sua habilidade de persuasão para formar uma equipe de pessoas com conhecimentos complementares, as quais buscarão implementar e gerenciar um novo negócio ou projeto empresarial para capitalizar sobre a oportunidade identificada (DORNELAS, 2004, p. 82).

Tasic (2007, p. 19-20) tentou organizar em seu estudo os conceitos e pensamentos sobre empreendedorismo e empreendedor, segundo algumas visões:

Visão dos Economistas: associação entre risco, inovação e lucro. O empreendedor é visto como uma pessoa que busca aproveitar novas oportunidades, vislumbrando o lucro e realizando ações diante de certos riscos. Nesta linha, diversos economistas associaram o empreendedorismo à inovação, procurando esclarecer a influência do empreendedorismo no desenvolvimento econômico; - Visão dos Comportamentalistas: ligada aos trabalhos de David C. McClelland (1971), na tentativa de buscar explicações a respeito da ascensão e declínio das civilizações. Os comportamentalistas foram incentivados a traçar um perfil da personalidade do empreendedor, buscando encontrar relações entre a necessidade de realização e poder à noção de desenvolvimento social e econômico; - Escola dos traços de personalidade: derivada da visão comportamental, esta escola, amplamente disseminada, busca traçar características idiossincráticas dos empreendedores de modo a compor um tipo ideal de empreendedor e empresa. A ambição desta linha de pesquisa, em linhas gerais, é a de traçar um plano de orientação aos empreendedores, visando com isso maximizar suas chances de sucesso ao evitar certos comportamentos/traços e estimular outros.

Para Bueno et al (2004) o surgimento de apenas um empreendedor qualificado não é suficiente para o mercado atual, sendo necessário então que demais pessoas sejam motivadas quanto à aquisição deste comportamento. Para os mesmos o processo educacional se constitui um dos caminhos para tanto.

Além disso, também é necessário aprender este comportamento gradativamente, tendo como ponto de partida a rotina e o cotidiano, mediante as situações – quer sejam problemáticas ou não. Nas quais se podem correr riscos, refletir e analisar sobre as decisões a serem tomadas.

Tasic (2007, p. 22-23) também faz um apanhado de algumas características e requisitos necessários ao empreendedor em seu estudo, embasando-se em alguns autores, tais como:

Dornelas (2001) ainda destaca as seguintes qualidades como importantes para o empreendedor: capacidade de assumir riscos, identificação de oportunidades, organização de recursos, trabalho em equipe, segurança na tomada de decisão, liderança, dinamismo, independência, otimismo, intuição, busca de riqueza, capacidade de planejar, criação de valor para a sociedade, networking e visão de futuro.

Na mesma direção, Timmons (1999) aponta alguns requisitos importantes que normalmente empreendedores possuem: comprometimento e determinação, liderança, busca constante por oportunidades, tolerância ao risco, à ambigüidade e à incerteza, criatividade e capacidade de adaptação e motivação para a excelência nas operações e atendimento ao cliente.

Finalmente, como resumem Vale et al. (2005), o empreendedor tem sido abordado de várias maneiras: como uma pessoa que assume riscos em condições de incerteza como um inovador, um fornecedor de capital financeiro, alguém que decide, líder industrial, gestor ou executivo, dono de empresa, alguém que inicia um negócio, contratante, elemento de arbitragem no mercado ou aquele alocador de recursos entre diferentes alternativas. Ou mesmo um intermediador de recursos, como um organizador e coordenador de ativos produtivos.

Já Bueno et al (2004), embasando-se na concepção de Fillion (1999) consideram que a formação do empreendedor depende de como este é motivado, mediante a necessidade da organização a qual está inserido ou da situação em que se encontra – ou seja, quando este se encontra mediante necessidade de abrir seu próprio negócio.

Filion (1999) considera ser essencial a valorização das características individuais e pessoais dos empreendedores, assim como seu comportamento consciente para implicação do seu próprio sucesso, bem como de seu grupo. O comportamento empreendedor pode ser o responsável como motivacional do indivíduo. Em simples palavras, a identificação dos fatores de seu sucesso está entrelaçada à análise do seu perfil. Em igual pensamento, Bueno et al 2004, (p. 4748-4749) acreditam que:

Empresas de sucesso estão reconhecendo e privilegiando profissionais com características empreendedoras (...) os empreendedores criam um novo modelo de sistemas de valores na sociedade, onde os comportamentos individuais dos seus participantes são fundamentais, portanto, a ação do empreendedor é a base do desenvolvimento econômico. Num mercado cada vez mais competitivo, as empresas passam a exigir de seus profissionais características empreendedoras.

Na visão de Leite (2002) existem muitas ferramentas disponíveis para os empreendedores, principalmente, as que possuem relevância no que tangem ao desenvolvimento tecnológico. Para o mesmo tais ferramentas proporcionam tomadas de decisões seguras e inovadoras.

A contribuição do empreendedor ao desenvolvimento econômico ocorre fundamentalmente pela inovação que introduz e pela concorrência no mercado (BARROS e PEREIRA, 2008, p. 977).

5. O EMPREENDEDOR BRASILEIRO

Para Mossato (2004, p.2),

O perfil dos empreendedores brasileiros revela que em sua maioria as pessoas nunca estiveram ligadas ao ensino formal da administração e viram na abertura de uma empresa a única saída para sobreviver ao desemprego ou à falta de perspectivas em relação a uma carreira promissora dentro de grandes organizações.

A *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2008) classificou os empreendedores brasileiros em três tipos distintos: (1) nascentes – aqueles à frente de negócios em implantação, que busca de espaço, escolha de setor, estudo de mercado e que, se chegaram a gerar remuneração, o fizeram por menos de três meses; (2) novos – cujos negócios estejam em funcionamento e geraram remuneração por pelo menos três meses; (3) estabelecidos – aqueles à frente de empreendimentos com mais de quarenta e dois meses de vida. De acordo com Castelis (1999 apud GEM, 2007, p. 70),

Dentre as transformações sociais de maior impacto na última década está o fim da família patriarcal, principalmente no Ocidente. O desdobramento econômico desse fato trouxe conseqüências também para a demografia empreendedora, pois houve um número significativo de mulheres que se tornaram financeiramente independente e iniciaram empreendimentos próprios, ou ainda buscam brechas no mercado de trabalho como empreendedoras autônomas sem registro, buscando compatibilizar o trabalho no lar com uma atividade que gere renda.

Levando em conta o gênero feminino, o Brasil se sagrou como o terceiro país mais empreendedor do mundo, sendo só superado pela Guatemala, onde a presença feminina foi de 54%, e pelo Tonga, onde as mulheres representaram 61% dos empreendedores (JONATHAN, 2011).

O que se constata é que, a emergente participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro indica aumento no potencial econômico e uma significativa contribuição do empreendedorismo feminino para o desenvolvimento do país.

As estatísticas apontam que há mais mulheres que homens no Brasil e que elas vêm conseguindo emprego com mais facilidade que seus concorrentes do sexo masculino, e seus rendimentos crescem mais acelerado que o dos homens (PROBST, 2005, p. 4).

6. A MULHER E A CONQUISTA DE SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

De acordo com Barbosa et al (2011), a concepção acerca da mulher e de sua presença na sociedade, modifica-se ao longo dos anos. Tal mudança aconteceu no início da década de setenta. Até então, elas eram conhecidas como donas de casa. Com a mudança, passa a se importar com sua formação profissional e ocupam funções e cargos distintos, até então só almejados pelos homens. A partir desta década, registros literários apontam que as mulheres começaram a adiar o papel de maternidade devido à nova função que começaram a assumir.

(...) A taxa de fecundidade, que teve início na década de 60, e que atualmente, define a média de 2,3 filhos para cada mulher, o que há 40 anos estava na média de 6,3 filhos. A redução da fecundidade ocorreu com mais

intensidade nas décadas de 70 e 80. Nos anos 90 a taxa baixou de 2,6% para 2,3%. Acredita-se, assim, que com menos filhos as mulheres possam conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora, desenvolvendo melhor as novas funções que o mercado de trabalho lhes oferece (RAQUEL, 2008, p.1).

Ainda Barbosa et al (2011, p. 123) consideram que,

As mulheres representam a força de trabalho futuro; para eles, o mundo corporativo caminha para valores considerados mais femininos (...). O novo modelo de gestão das organizações modernas parece exigir um perfil de profissional mais flexível, sensível e cooperativo, valores considerados femininos.

Percebe-se, então, que a história das mulheres na conquista do mercado de trabalho brasileiro tem fundamento tanto na queda da fecundidade quanto no aumento de seu grau de instrução.

Embora Probst (2005) considere que o fenômeno da mudança ocorreu lentamente, porém de modo progressivo, ao longo dos anos, as mulheres passam então a ampliar seu espaço na economia mundial, passando apenas de serem partes integrantes de suas famílias para se tornarem comandantes de muitas situações. Há registros literários que consideram que a velocidade da mudança não é tão relevante quanto à conquista das mulheres nos mais diversos segmentos do mercado. No qual, até então, era de domínio somente do sexo masculino. De acordo com Raquel (2008, p.1),

Tudo iniciou com a I e II Guerras Mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens

no mercado de trabalho. Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres (...). Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil no último quarto de século, o que chama a atenção é o vigor e a persistência na conquista do seu espaço (...) .Com um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002, as mulheres vêm desempenhando um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa. Elas estão se especializando, por meio de estudos e qualificação profissional, promovendo assim, um melhor planejamento familiar e conquistando maior respeito e admiração, pois estão cada vez mais conquistando uma posição atuante, dentro e fora de casa. Consideradas ainda, peças fundamentais na administração do lar, as mulheres acumulam funções, tornando-se essenciais tanto no âmbito familiar como para o mercado de trabalho.

De acordo com publicação da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2007), o constante crescimento do desemprego dos chefes de família acaba por induzir mais mulheres – principalmente mulheres casadas e com filhos – a ingressar na força de trabalho buscando aumentar a renda ou até mesmo complementar o orçamento familiar. Segundo os números publicados, no período entre 1996 e 2006, o número de mulheres indicadas como chefe de família aumentou 79%, quando essa variação em relação aos homens foi de apenas 25%.

A necessidade é fator de motivação para as mulheres iniciarem o empreendimento. Enquanto 38% dos

homens empreendem por necessidade, esse percentual aumenta para 63% para as mulheres. A maioria dos empreendedores, independente de seu estágio e motivação, não teve orientação para a abertura de seus negócios. Contudo, é relevante frisar que os empreendedores por oportunidade demonstram mais interesse em buscar orientações (45,3%) que aqueles que empreendem por necessidade (37,5%) (GEM, 2007, p. 10).

Assim como asseveram Raposo e Astoni (2007), muitas foram as reivindicações das mulheres clamando pela sua independência, buscando seus direitos, entretanto, conseqüentemente, junto vieram imputadas as suas várias responsabilidades.

As condições de independência adquiridas pela mulher vão além da Revolução Feminista de 1969, quando várias mulheres protestantes queimaram peças íntimas em praça pública. A atual conjuntura econômica empurra a mulher a auxiliar nas questões financeiras da família, tornando-se, muitas vezes, a chefe da casa, como aponta a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (RAPOSO e ASTONI, 2007, p. 36).

Ainda para os mesmos, na conquista de seu espaço, as mulheres puderam avançar no que tange ao domínio do mercado de trabalho, em diversos segmentos, além de conciliar este novo papel com o exercido por elas, tradicionalmente – papéis familiares.

Por outro lado, embora muitos observadores do comportamento feminino atribuam às mulheres uma aptidão para pensar e fazer diversas coisas simultaneamente e considerem a multiplicidade de papéis uma característica do universo feminino, faz-se necessário ganhar uma melhor compreensão acerca das formas utilizadas pelas mulheres para lidar com tal multiplicidade (JONATHAN, SILVA, 2007, p. 78).

Retomando Raposo e Astoni (2007, p. 36-37),

Em 1940, quase metade (48%) da população ativa feminina era focada no setor primário da economia, basicamente na agricultura. Em 1990, mais de dois terços (74%) da população economicamente ativa feminina era concentrada no setor terciário, ou seja, em serviços, principalmente em alguns setores da economia, como atividades comunitárias, áreas voltadas à educação, serviços de saúde e principalmente serviços domésticos. Hoje, versatilidade é a qualidade que resume a condição atual da vida feminina.

Em síntese, o que se percebe é o fato de que mesmo existindo desigualdades de oportunidades surgidas no mercado de trabalho atualmente, a participação feminina cresceu significativamente nas últimas décadas. Os dados estatísticos mostram que as mulheres estão presentes em todos os segmentos e em todas as classes empresariais.

Na visão de Damasceno (2010, p. 30), “as brasileiras estão praticando um empreendedorismo cada vez mais planejado e consistente”. Talvez isso se deva pelo fato de que “o mundo anda apostando em valores femininos, como a capacidade

de trabalho em equipe contra o antigo individualismo, a persuasão em oposição ao autoritarismo, a cooperação no lugar da competição” (PROBST, 2005, p.1).

7. O EMPREENDEDORISMO FEMININO E A CARACTERIZAÇÃO DA MULHER EMPREENDEDORA

Na concepção de Barbosa et al (2011, p. 124), “os conceitos existentes de empreendedorismo não fazem distinção de gênero, visto que as características empreendedoras podem ser encontradas tanto em homens quanto em mulheres”. Entretanto, para os mesmos a ação empreendedora das mulheres é emergente. Percebem-se, na atualidade, nitidamente dentro do contexto literário, inúmeras publicações acerca do empreendedorismo feminino. De acordo com Machado (2000, p.1), “as pesquisas sobre mulheres empreendedoras têm crescido consideravelmente, caracterizando um campo de estudo dentro da área de empreendedorismo”.

Esses trabalhos são, na maioria das vezes, estudos quantitativos, que tem se desenvolvido em diferentes lugares. Alguns buscam as diferenças entre o modo de empreender desenvolvido por homens e por mulheres, outros buscam características de comportamento e personalidade das empreendedoras, ou até mesmo a explicação para o sucesso obtido por mulheres de negócios.

A autora considera que a partir da década de oitenta, vários foram os estudos publicados sobre o empreendedorismo feminino e sobre as mulheres empreendedoras. Eles se prendiam à tentativa de definição de um perfil – quer seja psicológico ou profissional – das sujeitas envolvidas. Dentre todas as características percebidas em estudos diversificados, algumas em comum foram identificadas nas publicações. Nas quais as mulheres empreendedoras foram assim descritas:

- elas têm bom nível educacional, embora com pouco conhecimento de habilidades gerenciais;
- há o predomínio de primogênicas ou filhas únicas, o que os autores explicam como resultado de maior

tempo dedicado pelos pais a essas filhas, gerando assim, um maior grau de confiança em si própria, que pode ter contribuído para a iniciativa empresarial;

- há o predomínio de pais empreendedores, que teriam servido de modelo de identificação para essas empreendedoras;
- a faixa etária predominante entre elas encontra-se entre 31 a 50 anos de idade (MACHADO, 2000, p.2).

Alem disso, “a mulher empreendedora procura traçar objetivos culturais e sociais nas organizações que dirige, além dos financeiros (...). Escolhem objetivos relacionados à segurança no trabalho, satisfação dos clientes e dos empregados”. (MACHADO, 2003, p. 3). De acordo com Barbosa et al (2011, p. 125):

No contexto global, é possível traçar um perfil geral de empreendedoras, que é constituído por: faixa etária entre 35 a 50 anos; são casadas e têm filhos; têm alto nível de educação formal; atuam em pequenos negócios; iniciam empresas com baixo capital social (...). Ainda que sejam pontos comuns, não se pode afirmar que as empreendedoras representam um grupo homogêneo (...). Há três possibilidades de identificação das empreendedoras: as por acaso são as que iniciam os negócios sem ter claros os objetivos ou planos, pois provavelmente derivaram de algum hobby que praticavam; as forçadas, que foram competidas a iniciar negócios por algumas circunstâncias, como, por exemplo, a morte do marido ou dificuldades financeiras; e as criadoras, que criaram as empresas a partir da própria motivação e coragem.

Jonathan (2003; 2005 e 2011) considera em seus estudos que a mulher empreendedora tem um comportamento considerado inovador. Isso significa dizer que esta não teme agir de forma desafiadora mediante as regras existentes para a resolução dos problemas que surgem em meio ao processo ou contexto em que atuam.

Outro fator que a mesma autora considera acerca do comportamento das mulheres empreendedoras é a busca da perfeição e qualidade de tudo que ela faz – haja vista que as mulheres, de um modo geral, são tendenciosas a se realizarem e por isso empreendem com perfeição. Assim, pode-se afirmar, de acordo com os estudos de Jonathan (2003; 2005 e 2011) que em seus comportamentos, existe uma coerência entre suas necessidades de realização e de oferta da qualidade nas ações desempenhadas.

Do ponto de vista psicossocial, as empreendedoras inovam, pois ao criarem ou assumirem a liderança de seus próprios empreendimentos transpõem o denominado teto de vidro, um obstáculo simbólico que dificulta a ascensão das mulheres a altos níveis da administração empresarial (...). As empreendedoras também promovem inovação na cultura organizacional brasileira. Elas se constituem como um contraponto à exclusão do gênero feminino no processo sucessório de empresas (JONATHAN, 2011, p. 66-67).

Shinyashiki (2006) considera que o diferencial entre os sujeitos dentro de uma organização é a especialização que algum deles possui, aliado ao domínio da alta tecnologia do mesmo. Estas são qualidades pessoais responsáveis pela aquisição de resultados almejados no tão concorrido mercado de trabalho.

O mesmo autor acredita que cabe ao sujeito aprimorar seu desenvolvimento e suas habilidades. Além disso, algumas características devem

estar presentes, sendo as principais: afetividade, sensibilidade, percepção aguçada, versatilidade, entre outras. Tais características são vistas, dentro do contexto atual, como essenciais ao alcance dos objetivos idealizados. Entretanto, muitos homens ainda a consideram como frágeis, enquanto muitas mulheres a praticam em cada situação em que atuam.

Na visão de Raquel (2008) é justamente tal conjunto de fatores – ou características – apresentados pelas mulheres que se constituem o grande diferencial em suas atuações no mercado de trabalho.

Retomando Machado (2000, p. 6), considera-se ainda que,

No processo de gestão conduzido por mulheres empreendedoras, há uma tendência para que os objetivos sejam claros e difundidos entre todos na organização, pois se almeja a satisfação dos interesses de todos envolvidos na empresa (...). As mulheres tem um senso de responsabilidade, que as conduz a um comportamento de tomar conta das pessoas sob sua orientação. Desta forma, a busca de satisfação de todos envolvidos na empresa poderia ser explicada por essa característica comportamental das empreendedoras.

Na visão de Damasceno (2010, p. 34), talvez isso ocorra porque “as mulheres gostam mais de trabalhar em grupo e isso vem sendo um grande diferencial do comportamento feminino”. Acerca das características de liderança das mulheres, de acordo com Jonathan (2011, p. 69),

As empreendedoras tendem a adotar uma forma singular de manejar com diferentes recursos organizacionais. Admite-se que existem aspectos recorrentes e tendências no exercício do poder

feminino nos seus empreendimentos, mesmo sem defender um modelo feminino de empreendedorismo.

O poder feminino é exercido quando a mulher é capaz de enfrentar seus problemas quando consegue colocar em prática o equilíbrio entre seu trabalho – visto como emprego – e o desempenho de suas funções familiares – como mãe, como esposa e como dirigente de seu lar. Jonathan e Silva (2007, p. 78-79) ponderaram algumas estratégias utilizadas por tais mulheres empreendedoras:

- estratégia super-mulher, que envolve buscar atingir com eficiência todas as expectativas vinculadas aos diferentes papéis sociais;
- planejamento e administração do tempo, que implica em otimizar o desempenho dos papéis;
- reinterpretação cognitiva das demandas, envolvendo, por exemplo, diminuir seu próprio padrão de exigências;
- afastamento de atividades menos importantes, que pode incluir não assumir novas responsabilidades;
- estratégia multitarefa, que envolve desempenhar várias atividades ao mesmo tempo.

De acordo com as mesmas autoras, é fácil observar que as mulheres empreendedoras são capazes de perceber muitas conseqüências positivas oriundas de seus diversos papéis desempenhados simultaneamente; ainda ponderam que as estratégias que estas adotam estão em constante aperfeiçoamento, de acordo com o seu padrão de busca de qualidade e em função de todas as experiências que elas acumulam com as funções desempenhadas.

Persistência e visão de futuro estão presentes neste processo que resulta na criação de um empreendimento novo ou de uma nova forma de realizar um trabalho. Em pauta, a inovação de um produto, serviço ou atividade que agregue valor ao que já existe e promova benefícios materiais e/ou sociais (JONATHAN, 2011, p.66).

Na visão da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2007) muitos são os fatores a serem considerados acerca da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, e da emergente atuação da mulher empreendedora, sendo destacados como principais: o maior nível de escolaridade em relação aos homens; as mudanças na estrutura familiar, com o menor número de filhos e; novos valores relativos à inserção da mulher na sociedade brasileira.

Segundo dados do SEBRAE (2010) as mulheres empreendedoras, quando indagadas dos motivos que as levaram a abrir um negócio por conta própria, apontaram como principais as seguintes razões: identificação de uma oportunidade de negócios (62,1%), experiência anterior (30,3%), ou ainda por estar desempregada, ter sido demitida ou estar insatisfeita com a empresa em que trabalhava (13%). Assim, pode-se classificá-las em empreendedoras por acaso, empreendedoras forçadas ou ainda empreendedoras criadoras, de acordo com o motivo pelo qual adentraram no ramo do empreendedorismo (DAMASCENO, 2010, p. 34).

Para Jonathan (2005, p. 373) “o empreendedorismo feminino gera emprego, riqueza, promove inovação e contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos países”.

Muitos estudos no campo do empreendimento feminino indicam que as mulheres brasileiras não são tendenciosas a mensurar seu sucesso mediante o crescimento de seu negócio – não sendo este um critério único para tanto – e sim, a auto-realização se constitui ponto fundamental quando estão em atuação no mercado tão competitivo. De acordo com Jonathan (2003, p. 43):

Mulheres empreendedoras percebem que o crescimento do negócio requer um propósito; o crescimento pelo crescimento não interessa às empreendedoras (...). Pode-se argumentar, então, que as empreendedoras escolhem uma estratégia de crescimento diferente (...), e está relacionado às características psicológicas e ao sistema de valores do empreendedor, bem como ao seu desejo e habilidade para procurar oportunidades no mercado.

Para Barbosa (2011, p. 125),

Estudos sobre empreendedorismo feminino apontam alguns motivos que levam a mulher a empreender: desejo de realização e independência, percepção de oportunidade de mercado, dificuldades em ascender na carreira profissional em outras empresas, necessidade de sobrevivência ou um maneira de conciliar trabalho e família (...). Ainda muitas empreendedoras pertencem a famílias de empreendedores, o que as direciona

automaticamente ao empreendedorismo, como se fosse uma predisposição genética.

Na visão de Jonathan (2003, p. 44), pra além dos diferentes critérios utilizados para definir sucesso, concebido como produto final, “é importante analisar as formas de ação utilizadas pelas mulheres na liderança de suas empresas ou de empresas de outras pessoas”.

Além disso, embora inexista um modelo único de empreendedorismo feminino, há indícios de tendências no comportamento feminino que implicam em um molde, tais como: objetivos claramente definidos e amplos; estruturas organizacionais simples, não formais, horizontais e não centralizados; foco na cooperação e nos relacionamentos de integração; além de liderança interativa e cooperativa com valorização de todos os membros da equipe. (JONATHAN, 2003).

Na condução dos seus empreendimentos, as empreendedoras exercem liderança compartilhada, baseada em parcerias internas e externas (...). Dessa forma, evidencia-se que, ao invés de exercerem o poder sobre os outros, as empreendedoras exercem o poder com os outros (JONATHAN, 2011, p. 83).

Dentro do contexto literário, sobre os principais motivos que levam as mulheres a desenvolverem ações empreendedoras são: “sobrevivência, insatisfação com a liderança masculina, satisfação em fazer as próprias decisões, percepção do desafio que, em combinação com o prazer e o contentamento aí associados” (JONATHAN, 20012, p. 67).

Ainda, segundo a mesma autora,

As mulheres também deixam seus empregos formais para criar suas empresas devido a três fatores, ordenados pelo

seu grau de importância: autodeterminação, autonomia e liberdade; desafios e atrações do empreendedorismo, envolvendo aspectos como reconhecimento e oportunidade de estar no controle do seu destino; obstáculos ao desenvolvimento dentro das corporações, envolvendo descompasso com a cultura corporativa, discriminação e barreiras ao desenvolvimento profissional (...). De forma complementar e diferente do que ocorre com os homens, a flexibilidade de horário bem como razões familiares são apontadas como motivos que impulsionam mulheres empreendedoras a desejarem serem seus próprios patrões (JONATHAN, 2011, p. 67).

Em síntese, usando a concepção de Damasceno (2010, p. 35) ousa-se afirmar que, “as mulheres empreendedoras caracterizam-se por serem destemidas, autoconfiantes, apaixonadas e identificadas com seus empreendimentos”.

CONCLUSÃO

Diante do breve conteúdo abordado no artigo, pode-se afirmar que todos os objetivos foram cumpridos, bem como todas as hipóteses foram trabalhadas e confirmadas.

Ponderou-se que, na conjuntura, o perfil das mulheres é diferente do apresentado no começo do século. Hoje, as mesmas, além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ainda realiza as tarefas tradicionais, como a de ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa foi uma conquista relativamente recente para as mulheres, onde ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas. Ficou então, provado que as mulheres são perfeitamente

capazes de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam e de provocar mudanças profundas no decorrer da história da humanidade.

Verificou-se articulação entre observações realizadas em diferentes estudos publicados sobre o empreendedorismo feminino possibilita uma rica reflexão sobre a relação das mulheres com o poder. A escolha do empreendedorismo feita pelas mulheres como forma de se inserir no mercado de trabalho vem ao encontro de uma busca proativa de auto-realização e de independência/estabilidade financeira, respondendo, por vezes, também, às mudanças significativas que ocorrem no seu espaço privado ou profissional.

Observou-se que a escolha do empreendedorismo coloca um desafio para as mulheres e seu enfrentamento resulta numa conquista, pois estas desejam atualizar o seu potencial pessoal e profissional, almejando transitar com equilíbrio no mercado de trabalho e, para isso, utilizam estratégias que harmonizem as demandas pessoais, familiares e profissionais. Nesta trajetória, ficou provado que as empreendedoras promovem espaços de transformação de si mesmas e do contexto socioeconômico e cultural no qual se inserem.

Em simples palavras, identificou-se a posição que as mulheres estão cada vez mais empreendendo em negócios rentáveis, gerando novos empregos, novas possibilidades de bons negócios buscando movimentar a economia brasileira para que no futuro o empreendedorismo seja mais igualitário e promissor.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Jenny Dantas; SANTOS, Rosinadja B. dos. *Ensino de empreendedorismo: uma alternativa para a formação do administrador*. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/area_cientifica/artigos/ensino_de_empreendedorismo_uma_alternativa_para_a_formacao_do_administrador/708/>. Acesso: Abril, 2013.
- BARBOSA, Felipe Carvalhal; CARVALHO, Camila Fontes; SIMÕES, Géssica Maria de. TEIXEIRA, Rivana Meira. *Empreendedorismo feminino e estilo*

- de gestão feminina: estudo de caso múltiplo com empreendedoras na cidade de Aracaju.* Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, v.5, n.2, p. 124-141, 2011.
- BARROS, Aluizio Antonio de; PEREIRA, Cláudia Maria Miranda de Araújo. *Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica.* RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.
- BUENO, Ana Maria; LEITE, Magda L.G.; PILATTI, Luiz Alberto. *Empreendedorismo e comportamento empreendedor: como transformar gestores em profissionais empreendedores.* XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção. Florianópolis, Nov, 2004. Disponível em:
<<http://www.ppgep.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/ARTIGOS/14.pdf>>
Acesso: Abril, 2013.
- DAMASCENO, Luiza Débora Jucá. *Empreendedorismo feminino: um estudo das mulheres empreendedoras com modelo proposto por Dornelas* (2010). Disponível em:
<http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/administracao/ic/vi_encontro/LUIZA_DEBORA_JUCA_DAMASCENO_EMPREENDEDORISMO_FEMININO.pdf> Acesso: Abril, 2013
- DEGEN, R. J. *O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial.* São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios.* Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo Corporativo: Conceitos e Aplicações.* Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 81-90, abril/junho 2004. Disponível em:
<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/download/289/276..>>
Acesso: Abril, 2013
- DRUCKER, Peter F. *Inovação e Espírito Empreendedor: entrepreneurship.* São Paulo: Editora Pioneira, 1987.
- DRUCKER, Peter F. *As novas realidades.* São Paulo: Pioneira, 1989.

- FERNANDES, Daniel Von Der Heyde; SANTOS, Cristiane Pizzuti dos. *Orientação empreendedora: um estudo sobre as conseqüências do empreendedorismo nas organizações*. RAE-eletrônica, v. 7, n. 1. Art. 6. jan./jun. 2008. Disponível em:
<<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4435&Secao=ARTIGO&Volume=7&Numero=1&Ano=2008>> Acesso: Abril, 2013
- FILION, L. J. *O Planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações*. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, jul/set, p. 63-71, 1991.
- FILION, L. J. *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, abril/jul , p. 5-28, 1999.
- GEM, *Global Entrepreneurship Monitor*. Empreendedorismo no Brasil – 2007. Curitiba: IBQP, 2007.
- GEM, *Global Entrepreneurship Monitor*. Empreendedorismo no Brasil – 2008. Curitiba: IBQP, 2008.
- GERBER, M. E. *Empreender fazendo a diferença*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.
- HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P. *Empreendedorismo*. 5ed. São Paulo: Bookman, 2004
- JONATHAN, Eva G. *Empreendedorismo feminino no setor tecnológico brasileiro: dificuldades e tendências*.
- EGEPE – Encontro de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Brasília, UEM/UEL/UnB, 2003. Disponível em:
<<http://www.dad.uem.br/graduacao/adm/graduacao/download/2762-04.pdf>> Acesso: Abril, 2013
- JONATHAN, Eva G. *Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, set/dez,

2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a04.pdf>. Acesso: Abril, 2013.
- JONATHAN, Eva G. *Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder*. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol.23, n.1, p.65- 85, 2011. Disponível em: <<http://www.dad.uem.br/graduacao/adm/graduacao/download/2762-04.pdf>> Acesso: Abril, 2013.
- JONATHAN, Eva G.; SILVA, Taissa M. R. da. *Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes*. Psicologia & Sociedade. 2007.
- LEITE, Emanuel. *O fenômeno do empreendedorismo*. 3.ed. Recife: Bagaço, 2002.
- MACHADO, Hilka Vier. *Tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora*. 2000. Disponível em: <http://maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Empresas/Tendencias_do_Comportamento_Gerencial_da_Mulher_Empreendedora.pdf> Acesso: Abril, 2013.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MORAIS, C. *Atitudes de empreendedores*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2000.
- MOSSATO, Suenny. *Empreendedorismo – uma onda ou a única saída*. FAE Business School. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicador/conteudo/.../1982004suenny_mossato.PDF> Acesso: Abril, 2013.
- PINCHOT III, Gifford. *Intrapreneuring: porque você não precisa deixar a empresa para ser um empreendedor*. São Paulo: Harbra, 1989.
- PROBST, Elisiana Renata. *A evolução da mulher no mercado de trabalho* (2005). Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>> Acesso: Abril, 2013.
- RAQUEL, Tatiane. *A evolução da mulher no mercado de trabalho* (2008). Disponível em:

<http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_4029/artigo_sobre_a_evolucao_da_mulher_nomercado_de_trabalho> Acesso: Julho, 2012.

RAPOSO, Kariny C. de Souza; ASTONI, Sílvia A. Ferreira. *A mulher em dois tempos: a construção do discurso feminino nas revistas dos anos 50 e na atualidade*. Cadernos Camilliani. Espírito Santo: Revista do Centro Universitário São Camilo. v. 8, n. 2, p. 36-37, 2007.

SHIINYASHIKI, Roberto. *A Mulher e o Mercado de Trabalho* (2006). Disponível em:

<http://www.shinyashiki.com.br/roberto/web1/destaque_roberto.jsp?ModId=152&CId=487> Acesso: Julho, 2012.

TASIC, Igor Alexander Bello. *Estratégia e empreendedorismo: decisão e criação sob incerteza*. São Paulo: FGV, 2007. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2324/150183.pdf.txt?sequence=2>> Acesso: Abril, 2013

VICO, Antonio. *Gestão da Tecnologia e Inovação*. São Paulo: Erica, 2001.

TERAPIAS NATURAIS: MARCO HISTÓRICO NO MUNDO E NO BRASIL, EM CONFORMIDADE COM A ESTRATÉGIA DA OMS 2002/2005⁴³

Luís Gustavo Gomes da Costa⁴⁴

Iara Barbosa Ramos⁴⁵

RESUMO

O que é Terapia Natural, Energética, Integrativa, Complementar, Ancestral e Naturalista no contexto da Estratégia da Organização Mundial da Saúde – OMS 2002/2005 (analisada pela estratégia 2014/2023)⁴⁶? Esta é a linha de estudo deste trabalho, ou seja, a busca por um marco histórico da medicina tradicional ou ancestral no Mundo e no Brasil. Ato que pode abrir espaço para que novas percepções científicas sobre o assunto possam ser implementadas sobre um tema tão rico. Feitas estas considerações, temos que o presente estudo é uma revisão bibliográfica integrativa que teve como objetivo descrever a importância de uma análise sistematizada de eventuais marcos históricos das terapias tidas como naturais pela OMS no Brasil e no mundo. Este trabalho apresenta uma análise inicial da atividade terapêutica natural, a qual em alguns países é conhecida apenas como medicina tradicional, mostrando que muitas interpretações sobre o tema além de equivocadas ferem o mercado de trabalho de diversas profissões envolvidas. A integração do texto foi realizada com base na história da medicina natural e ancestral dos negros e índios no Brasil, como forma de abrir um campo de estudo, que vise o delineamento de um eventual marco histórico brasileiro

⁴³ Trabalho realizado para aprovação e obtenção de título de Pós Graduação *Lato Sensu* em Docência do Ensino Superior.

⁴⁴ Advogado. Graduando em Filosofia, Pós-graduando em Docência do Ensino Superior e Doutorando em Ciências Jurídicas. gustavo.kao@hotmail.com.

⁴⁵ Enfermeira. Orientadora da Pós-Graduação UCDB. Mestre em Saúde e Desenvolvimento na Região do Centro Oeste – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

⁴⁶ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Biblioteca de la OMS**. Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005 e 2014/2023. Ginebra, 2001 e 2013.

para servir de comparativo com outros países do mundo que aderiram as estratégias da OMS.

Palavras-chave: Terapias Naturais. Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002- 2005, Índio, Negro, Marco Histórico no Mundo e no Brasil.

INTRODUÇÃO

O Mundo caminha para a redescoberta das Terapias Naturais. A Organização Mundial de Saúde ciente da necessidade desta redescoberta, até mesmo porque, existe um fenômeno notável de busca destas terapias pelo mundo, lançou em 2002 uma estratégia de proteção do que podemos chamar sinteticamente, de medicina tradicional ou ancestral. Proscrita quase sempre pela medicina alopática ou galênica, a medicina tradicional vem franqueando o acesso à saúde dos mais pobres e auxiliando a medicina alopática nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos segundo dados colhidos pela OMS (2002-2005)⁴⁷.

O primeiro homem a existir neste planeta teve contato direto com as fontes naturais de sua época, sendo claro que esta atividade se mantém até os nossos dias, vez que apenas melhorou por meio da ciência atual, a base de tudo que já nos foi apresentado pelo passado. A medicina tradicional, ancestral, integrativa e/ou complementar suscita uma ampla manifestação de reações, desde o entusiasmo metafísico não crítico até o ceticismo mal informado e preconceituoso sobre o assunto segundo a OMS (2002).

O uso da medicina tradicional (MT), como dissemos, segue de forma ampla em países em via de desenvolvimento, enquanto que o uso de medicina complementar e alternativa (MCA) está aumentando rapidamente nos países já desenvolvidos. Em muitos lugares do mundo os responsáveis pela política partidária, além de profissionais diversos e do público em geral, estão debatendo

⁴⁷ De acordo com a estratégia mundial 2002/2005, o termo —medicina tradicional é usado quando se refere à África, América Latina, Sudeste Asiático e no Pacífico Ocidental, já o termo —medicina complementar e Alternativa faz referência a Europa a América do Norte e Austrália. E quando se faz referência a um sentido geral de todas as regiões, se usa os termos MT/MCA.

a segurança, a eficácia, a qualidade, a disponibilidade, a preservação e o desenvolvimento deste tipo de atenção primária, OMS (2002).

Complementando o tema, temos que o termo medicina é muito mais amplo do que foi pensado; suas origens, atividades, escolas, preceitos e reserva legal se perdem nos tempos da história humana. Arriscou-se a dizer que a medicina acompanha os seres da mesma forma que suas impressões psicológicas, pois o termo medicina prescinde de um conhecimento meramente científico, haja vista, sua clara abstração frente as necessidades de cunho mental, emocional e físico do homem.

A busca por um marco histórico pode pacificar o entendimento e a luta mercadológica laboral de vários profissionais que praticam estas terapias sem o rigor da academia ou da cátedra. Buscar informações que mostrem uma eventual cisão, ou até mesmo o desconhecimento sobre o assunto, pode abrir um campo diverso para a regulamentação da atividade e até mesmo a abertura de estudos mais profundos sobre o tema.

É certo que este fenômeno é de cunho mundial, e que muitos países, obedecendo a estratégia da OMS 2002-2005, incluso o Brasil, já vem a muito estudando e desenvolvendo políticas internas de proteção da medicina ancestral. Países que protegem a medicina tradicional em suas Constituições pátrias, tais como, Bolívia, Nicarágua, México e Colômbia ampliaram esta proteção aos profissionais que as praticam (práticos), conseguindo aproximar os mais ortodoxos e críticos destas formas de tratamento, bem como, do poder público e dos diversos tipos profissionais que as exercem em vários níveis de abordagem.

Portanto, a partir deste contexto, este estudo buscará visualizar a importância de um marco histórico, mesmo que parcial, o qual possa contribuir para o entendimento das terapias naturais (medicina tradicional (MT) e complementar, alternativa (MCA)), implementando uma análise sistematizada e individualizada da estratégia OMS 2002-2005 e de estudos já existentes sobre o tema.

Em 2013 a OMS, após nove anos de trabalho profícuo junto aos Estados Membros, lançou uma revisão da situação geral das terapias naturais e/ou ancestrais, por meio das práticas de MT e MCA, com a finalidade de apuração,

estudo e aplicação mais ampla e menos eletiva destas terapias. Assim, a OMS lançou para o período de 2014-2023⁴⁸ uma nova estratégia complementar. Nesta estratégia colhe-se a expectativa de que os Estados Membros possam neste intervalo de tempo desenvolver as seguintes metas: aproveitarem a potencial e contribuição da MTC para a saúde, o bem estar e a atenção de saúde centrada nas pessoas; promoverem a utilização segura e eficaz da MTC por meio da regulamentação e investigação, bem como, com a incorporação de produtos, profissionais e práticas nos sistemas de saúde; desenvolverem políticas dinâmicas e aplicarem planos de ação que reforcem o papel da medicina tradicional na manutenção da saúde das pessoas; aprofundando a estratégia 2002- 2005, reforçando as questões de políticas de integração deste modelo com segurança, eficácia e qualidade de acesso e uso racional destas terapias.

Além disso, na estratégia 2014-2023 existe uma grande expectativa de que os Estados Membros elaborem e apliquem um plano estratégico de acordo com suas respectivas capacidades, prioridades, legislações pertinentes e circunstâncias nacionais. Sendo que a estratégia consiste em prestar assistência aos Estados Membros para determinarem e priorizarem suas necessidades, assegurando uma eficaz prestação de serviços, respaldando o desenvolvimento de políticas e regulamentos apropriados para estudo, pesquisa, preservação, formação e desenvolvimentos destas práticas ancestrais e/ou tradicionais.

Não obstante a importância deste trabalho se firma na busca de informações históricas que permitam no futuro, o exercício da docência e outras atividades ligadas ao entendimento e formação de futuros profissionais nesta área de atuação laboral (docência em terapias naturais), sem dispensar o apoio na construção de sistemas legais pertinentes as terapias naturais que venham ser criados.

Para finalizar, o desenvolvimento deste estudo foi elaborado de forma descritiva, levando em conta a revisão da literatura, estabelecendo um estudo interdependente entre os autores pesquisados e o material coletado junto a OMS.

⁴⁸ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Biblioteca de la OMS. Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023. Ginebra, 2013.

Junto a isso, destacou-se, de acordo com o tema pesquisado, que foram usados materiais de cunho bibliográfico, documentais, virtuais e jurisprudenciais.

1. MEDICINA ANCESTRAL OU TRADICIONAL

Segundo a OMS (2002), a medicina tradicional é um termo amplo utilizado para se referir tanto aos sistemas de medicina tradicional, como, por exemplo; a medicina tradicional chinesa, a ayurveda hindu, a medicina unani árabe e as diversas formas de medicina indígena e ancestrais existentes pelo mundo. Não obstante, para a OMS as terapias da medicina tradicional incluem terapias com medicações, ervas, animais, minerais em conjunto ou separados e terapias sem medicação. Dentre elas a acupuntura, as terapias manuais e as terapias espirituais. Em países em que o sistema de saúde se baseia na medicina alopática, e que a medicina tradicional ainda não se incorporou ao sistema básico de saúde, a medicina tradicional (MT), se classifica como medicina complementar e alternativa (MCA) ou não convencional.

Sendo assim e, complementando a ideia, podemos agora tentar buscar a definição do termo medicina, antes de adentrarmos com mais profundidade nas questões que tantas intrigas trazem entre grupos diferenciados de profissionais de diversas áreas de saúde pelo mundo. Segundo Rosenbaum (2002), as ciências requerem um rigor e desprendimento. Rigor firmado no método e na metodologia e desprendimento porque, sem uma atitude mental livre, transformaremos o objeto de estudo num mero refém de nossos conceitos previamente elaborados.

Neste íterim, poderia ser chamada de ciência antiga ou pré-técnica e ancestral (tradicional) - ciência empírica ou até mesmo - intuitiva. Rosenbaum (2002) afirma que os primeiros seres humanos caçavam e sobreviviam, confeccionavam roupas e instrumentos, pintavam e representavam as mudanças em seu habitat. Sendo que o método e padrão aferível só aconteceriam muito depois desta fase. Havia, segundo ele, um conflito entre o que era natural e sobrenatural.

Para Rosenbaum (2002), os egípcios contribuíram em muito com a matemática e a astronomia; os mesopotâmios com sua precisão nos calendários e a escrita cuneiforme; os assírios e babilônicos com suas técnicas de magia e adivinhação, os hebreus com seus códigos de leis éticas, dietéticas e higiênicas que no futuro fariam parte de uma técnica que se transformaria em ciência. Mas, o que até hoje não conseguimos responder, sendo o grande cerne de todo este levantamento, é a falta de resposta para aferirmos porque o homem pré-histórico (animalizado e empírico) dá um salto quântico tão forte da idade pré-histórica para antiga. De forma que, evoluiu rapidamente de um período totalmente intuitivo para um período de grandes descobertas e raciocínios lógicos e organizados, tais como o arado, a roda, o domínio do fogo, a metalurgia e até as cirurgias neurológicas praticadas pelos incas, conforme informações da arqueologia ameríndia.

Agrava esta percepção, o fato de encontrarmos traços de medicina clássica, apenas entre os gregos, por conta de citações de Homero⁴⁹ que são apenas pequenas alusões às técnicas de tratamentos de ferimentos em batalhas. A questão é mais bem descrita (fato histórico), quando as obras do poeta grego Hipócrates⁵⁰ são encontradas. Nas obras hipocráticas há uma série de descrições clínicas pelas quais se podem diagnosticar doenças como a malária, papeira, pneumonia e tuberculose. Para o estudioso grego, muitas epidemias relacionavam-se com fatores climáticos, raciais, dietéticos e do meio onde as pessoas viviam. Muitos de seus comentários nos *aforismos* são ainda hoje válidos. Seus escritos sobre anatomia contêm descrições claras tanto sobre instrumentos de dissecação quanto sobre procedimentos práticos.

⁴⁹Homero(em grego: Ὅμηρος, transl. *Hómēros*) (928 AC / 898 AC) foi um poeta épico da Grécia Antiga, ao qual tradicionalmente se atribui a autoria dos poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*.

⁵⁰Hipócrates(em grego antigo: Ἱπποκράτης, transl. *Ippokrátĭ s*; 460 a.C. em Cós; 370 a.C. em Tessália) é considerado por muitos, uma das figuras mais importantes da história da saúde, frequentemente considerado "*pai da medicina*", apesar de ter desenvolvido tal ciência muito depois de Imhotep, do Egito antigo.

Na visão de Moreno (2008), a história da medicina se apresenta em duas escolas filosóficas: a Hipocrática e a Galênica⁵¹. Sendo que ambas foram teorizadas na Grécia, uma em Cós e outra em Cénida. Hipócrates defendia a medicina do doente, ou seja, a pessoa possui uma unidade vital de acordo com a unidade cósmica, sendo que o doente deve ser considerado no seu todo (holismo⁵²), alma e corpo expresso na força vital. Galeno, pai da medicina ocidental, defendia a medicina da doença, esta desconhece a força vital, não se preocupando com a energia das pessoas dando ênfase ao órgão doente, sem tratar a causa da doença que pode ser de origem mental e emocional antes da manifestação física.

Feitas estas considerações, a OMS em sua estratégia 2002-2005 para as medicinas tradicionais ou ancestrais, diz que a medicina tradicional tem uma definição prática. Pois existem muitas formas de medicina tradicional, entre as quais se inclui a medicina tradicional chinesa, a *ayurveda* hindu e a medicina unani árabe. Inclusive, ao longo da história, os asiáticos, africanos, árabes, nativos americanos, oceânicos, centro-americanos e sul-americanos e outras culturas já desenvolviam uma grande variedade de sistemas de medicinas tradicionais, inclusive indígenas.

Para a OMS, influenciados por fatores tais, com a história, as atitudes pessoais e a filosofia, a prática da medicina tradicional tem variações de um país para o outro e de uma região para a outra. Não sendo necessário dizer que sua teoria e aplicação diferem de maneira importante da teoria e aplicação do que se nomeou de medicina alopática.

Desta forma, para a OMS, vencida a questão histórica e conceitual das terapias naturais, certo é que este fenômeno precisa ser preservado, para que não

⁵¹ Cláudio Galeno ou Élio Galeno, em latim *Claudius Galenus* e grego Κλαύδιος Γαληνός, (Pérgamo, C.a.129 – provavelmente Sicília, Ca.217), mais conhecido como Galeno de Pérgamo foi um proeminente médico e filósofo romano de origem grega, e provavelmente o mais talentoso médico investigativo do período romano. Suas teorias dominaram e influenciaram a ciência médica ocidental por mais de um milênio

⁵² Holismo (do grego *holos* que significa inteiro ou todo) é a ideia de que as propriedades de um sistema, quer se trate

perca a referencia de bases que o mantém, inclusive vários tipos de medicina, dentre estas a alopática. Revisando a parte conceitual, segundo a OMS, a medicina tradicional tem um conceito atual que se resume da seguinte forma:

A medicina tradicional pode se codificar, regular, ensinar abertamente e ser praticada de forma ampla e sistemática, beneficiando-se de milhares de anos de experiência. Em vez do que se imagina, pode ser de seres humanos ou outros organismos, não podem ser explicados apenas pelos seus componentes. O sistema como um todo determina como se comportam as partes. Reservada, mística e extremamente localizada, por conta da difusão oral de seus conhecimentos e práticas. Pode basear-se em sintomas físicos destacados ou forças supranaturais perceptíveis. Sem dúvida, no âmbito global, a medicina tradicional supera a definição ou descrição precisa, contendo com se sabe, características e pontos de vista diversos e às vezes conflitivos. Não obstante, uma definição prática se resulta como útil. E para a OMS tal definição deve ser por necessidade ampla e inclusiva. A OMS define a medicina tradicional como práticas, enfoques, conhecimentos e crenças sanitárias diversas que incorporam medicinas baseadas em plantas, animais e/ou minerais, terapias espirituais, técnicas manuais e exercícios aplicados de forma individual ou em combinação para manter o bem estar, tratando, diagnosticando e prevenindo as enfermidades⁵³.

1.1. Método Alopático ou Galênico X Método Energético ou Hipocrático

Nota-se na estratégia da OMS, uma preocupação com a possibilidade de anulação de qualquer medicina, inclusive a alopática. A estratégia da OMS tem como desafio principal a indicação de que a medicina tradicional (MT) e/ou a medicina complementar e alternativa (MCA) possui muitas características positivas, entre elas: a diversidade e a acessibilidade em muitas partes do mundo; ampla aceitação em muitas populações de países em via de desenvolvimento; aumento da popularidade em países desenvolvidos; custo comparativo

⁵³ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Biblioteca de la OMS. Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005 e 2014/2023. Ginebra, 2001 e 2013

relativamente baixo; baixo custo de investimento tecnológico e uma crescente importância econômica.

Para Moreno (2008), o modelo alopatóico; efetivadas as reservas nos casos de cirurgias de socorro secundário e pronto atendimento; se caracterizam pela supressão de sintomas (modelo Galênico e modelo Galênico psiquiátrico). Nestes dois métodos chama-se a discussão, a falta de busca da origem da doença, a qual segundo o modelo energético (Hipocrático) pode ter fundo genético, emocional e mental. Moreno indica que a alopatia é uma ciência, com especialidades o que de certa forma dificulta a busca pela origem das doenças de forma holística (ampla e irrestrita).

Este modelo também chamado de químico se difere do natural, pelo uso de drogas sintéticas em sua maioria, com aporte material que estimula em demasia o corpo físico sem percepção de questões meramente energéticas. Rosenbaum (2002) esclarece que a partir do século XV o que passa a dirigir a investigação científica é a busca por descobrir o que é real, permanente e inteligível em relação à experiência mutável dos sentidos (Galeno).

Inclusive, destaca Rosenbaum (2002), que o método Galênico sofre uma série de influências, dentre elas e em determinados períodos, uma volta ao passado até se estabilizar na influência da filosofia natural alemã, cuja base se fixa na teoria de que especular sobre a natureza equivale a conhecê-la. E somente aquilo que vier por meio da experiência, pode ser conhecido.

Esta característica, segundo Moreno (2008), cria um distanciamento das duas medicinas. Sendo que alopatia passa ser a medicina oficial deixando de lado a experiência energética que funcionou por milhares de anos (grande influência do positivismo de Comte, principalmente no Brasil). Até que a população mundial, isso por uma série de fatores ligados ao acesso à medicina ocidental, começou a se comportar de forma a buscar a medicina tida por hipocrática.

Moreno (2008) informa que o modelo Hipocrático se caracteriza pela aplicação de estímulos energéticos na fase energética, mental, emocional,

biológica ou química, clínica ou funcional e fase anatômica ou local; favorecendo ao ser vivo a conexão com energias cósmicas.

Se existe algum conflito, este é meramente humano, pois a duas atividades médicas se distanciam em muito no que se refere à base de suas aplicações teóricas e práticas, não sendo claro nos textos pesquisados as questões de interesses econômicos e laborais sobre o mesmo assunto.

2. SÍNTESE DOS DESAFIOS ELENCADOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS

A OMS, sem embargo, diz que existem outras características das medicinas tidas como naturais que precisam ser superadas, sendo estas características claros desafios a sua preservação.

Dentre eles: a diferença de reconhecimento dos governos; a falta de estudos com evidência científica a respeito à eficácia de muitas terapias; dificuldades relacionadas com a proteção de conhecimentos indígenas de medicina tradicional e problemas no que se refere ao controle na segurança do uso correto destas terapias. Em contrapartida a OMS informa que alguns desafios são comuns para todos os povos, como por exemplo, os governos Chinês e Indiano, que estão preocupados em como utilizar melhor a medicina tradicional para reforçar a atenção sanitária primária em áreas remotas. Na África muitos países estão buscando meios de fazer o melhor uso dos recursos de medicina tradicional local e como fazer da medicina tradicional um componente integrado de pacotes sanitários mínimos.

Assim para os estado membros da OMS, principalmente os europeus, a segurança e qualidade, a licença dos profissionais, os níveis de formação e as metodologias para investigação se converteram rapidamente em temas de grande importância. Nota-se na proteção da OMS que marcos iniciais de entendimento e estudo já foram lançados, dentre eles quatro principais, ou seja: política nacional, marcos de proteção do trabalho pelo legislativo, acesso e uso racional.

Estes marcos irão, segundo a OMS definir o papel da medicina tradicional ou complementar e alternativa nos sistemas sanitários nacionais, podendo contribuir para a reforma do setor sanitário. Sendo também, importante, que estes mecanismos possam assegurar uma intervenção legislativa e legal necessária para fomentar boas práticas de medicina tradicional. Tais como, acesso equitativo a todos que fizerem esta opção, segurança e eficácia das terapias utilizadas, sem conflitos políticos, preservando o controle governamental e a proteção do paciente/consumidor destas técnicas.

Segundo a OMS, para que ocorra uma política nacional sobre a medicina tradicional, necessário se respeitar as seguintes regras básicas: criar uma definição do que é medicina tradicional, complementar e alternativa; criar modelos de segurança e qualidade das terapias naturais e dos produtos de medicina tradicional; criar atos e modelos de previsão para a expansão da legislação relacionada com os provedores (profissionais) de medicina tradicional em conjunto com uma legislação própria para as medicinas à base de ervas; criar mecanismos de previsão, educação e formação dos profissionais de medicina tradicional, na promoção do uso correto das terapias naturais.

E ainda, criando modelos de capacitação de recursos humanos de medicina tradicional com distribuição destes recursos de forma organizada, preservando todos os envolvidos e os temas referentes à propriedade intelectual das terapias naturais. Estes são os desafios da OMS, nota-se que em vários Estados Membros (OMS 2014-2023), soluções políticas foram implementadas de forma a minimizar a absorção dos modelos existentes de acesso à saúde pública frente à introdução sistemática das práticas tradicionais de saúde.

2.1. O Papel Atual da Organização Mundial da Saúde na Estratégia de Proteção da Medicina Tradicional, Complementar e Alternativa

Segundo a OMS (2002-2005), sua atuação básica de amparo e apoio na disseminação da medicina tradicional, complementar e alternativa se firma em proporcionar apoio legislativo e de programas que ajudem aos Estados Membros

nas seguintes intervenções: desenvolver sua própria medicina tradicional, complementar e alternativa em seus sistemas de saúde nacional, segundo lhe seja apropriado; assegurar o uso apropriado seguro e eficaz da medicina tradicional; aumentar o acesso entre os Estados Membros, a comunidade científica e o público com informações precisas sobre o tema.

No que se refere aos sistemas de saúde espalhados pelo mundo a OMS informa que atualmente trabalha em três campos de intervenção. Para a África a OMS adotou uma resolução em 2000 sobre a promoção do papel da medicina tradicional nos sistemas de saúde africana. Esta resolução reconheceu a importância e o potencial da medicina tradicional para o sucesso sanitário de toda a região africana. Recomendando a agilização do desenvolvimento da produção de medicações tidas como naturais.

Para as Américas, a OMS em 1999 por conta de um grupo de trabalho revisou e atualizou a situação e o uso da medicina tradicional (incluindo uma política nacional e legislação específica), propondo a realização de reuniões para a criação de legislações de produtos com base em ervas e proteção da medicina indígena.

Na Europa, a OMS informa que mais 12 países da Europa Ocidental estabeleceram ou revisaram suas normativas sobre medicações com base em ervas de acordo com os guias da OMS para valorização de medicações herbais sem se esquecer da questão ligada à segurança e eficácia destas terapias naturais.

No sudeste asiático a medicina tradicional já é amplamente utilizada e respeitada. Em 1998 em uma reunião de ministros da saúde do sudeste asiático foi recomendado que esta rica referência e importante recurso deve ser utilizado de forma mais eficaz durante a atenção sanitária primária nos países da região.

O pacífico ocidental também conta com uma rica referência no que se refere à medicina tradicional que, inclusive, seus países querem aperfeiçoar. Sendo que nas reuniões de 1997 e 1998 realizadas pela OMS com os ministros da saúde destes estados, foi firmado pelos participantes, total apoio a mais ampla aplicação e desenvolvimento da medicina tradicional.

Estas intervenções organizadas têm proporcionado um efeito rápido de proteção da medicina tradicional, complementar e alternativa, sendo fato que em 2014 a OMS publicou sua estratégia de proteção à medicina tradicional 2014-2023 mostrando os bons resultados desta intervenção mundial. Sendo certo, que todo o trabalho desenvolvido no período criou uma melhor aceitação do tema e uma busca interessada de informações sobre o desenvolvimento e pesquisa de terapias tidas como naturais por todo o mundo (OMS 2014- 2023).

2.2. Os Índios do Brasil e Sua Influência na Medicina Natural e Ancestral Brasileira

Ribeiro (2001) diz que ao ser descoberto, era o Brasil composto por uma gente da mais ínfima civilização, vivia da caça e pesca, não conhecia outras armas de indústria ou de guerra senão o arco e a clava e andava em completa nudez. Entregues à natureza, os índios não conheciam Deus nem lei, pois não era por eles conhecido possuir os terrores da superstição e dos mais fortes. A feição dos índios, diz o escrivão da armada de Cabral⁵⁴, deveria ser como pardos, à maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos[¶].

Ribeiro (2001) completa dizendo que a princípio supôs-se que eram todos os índios do Brasil da mesma estirpe; mas dentro em pouco se percebeu que se distinguiam muito, uns de outros pela diversidade de costumes, sempre incultos, pela índole pacífica ou feroz ou ainda pelo hábito de comerem carne humana, o qual não era de todas as tribos, e distinguiam-se igualmente pela variedade de línguas. Mas na região do litoral, que foi a melhor e mais cedo conhecida, predominavam pelo número e valentia os tupis, eram diferentes tribos, de sul a norte, com diferentes nomes, mas a língua delas era, com poucas diferenças, a mesma, donde se lhe chamou merecidamente mais tarde a - língua geral (língua boa - abanhanhenga).

⁵⁴Pedro Álvares Cabral - (Belmonte, 1467 ou 1468 — Santarém, c. 1520) foi um fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português, creditado como o descobridor do Brasil.

Em todo o caso ainda hoje não se sabe bem em quantas famílias distintas se dividem os índios de todo o país; são muito conhecido os tupis e foram quase os únicos que mais ou menos se aproximaram das povoações civilizadas, que outros mais –bugres⁵⁵, os tapuias, por exemplo, nunca puderam suportar sem rancor.

Continua Ribeiro (2001), principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem, sem que este seja o pior dos contágios que vêm a suportar. É claro que negros e índios não poderiam ser senão a ocasião de desdém e de ódios que gera o escárnio dos superiores. O branco procurava (e isso já havia dois séculos na península) o pretexto real do clima para evitar os duros trabalhos da agricultura tropical, e assim escravizava os negros, e agora, quando podia, os índios. Começavam as expedições escravistas manchadas na atrocidade de todos os crimes.

A primeira consequência para os colonos era a ociosidade dos remediados e ricos, o luxo e com ele a depravação da energia e dos costumes. Quase toda a gente tinha escravos, ou índios ou negros. Esse costume gerava o sarcasmo, o ódio, o desprezo de um lado pelas progênes escuras, e a perfídia de outro, o desprezo da piedade e do respeito humano. Se acrescentarmos que a maioria dos primeiros habitantes aqui chegados era de brancos, degradados e criminosos, homens sem escrúpulos e desluzidos, pode-se fazer ideia dos crimes que então se cometiam e da dissolução que lavrava em toda a sociedade. Entre raças diversas toda a mistura por assim dizer se torna em combinação; tais contatos destroem a humanidade no homem. Nada escapa a destruição do mal que a sociedade gera e espalha por todos os escaninhos onde sua seiva circula.

⁵⁵Bugre é uma denominação dada a indígenas de diversos grupos do Brasil por serem considerados não cristãos pelos europeus. A origem da palavra, noportuguês brasileiro, vem do francês *bugre*, que, de acordo com o Dicionário Houaiss, possui o primeiro registro no ano de 1172, significando "herético", que, por sua vez, vem do latim medieval (século VI) *bulgàrus*. Como membros da Igreja Ortodoxa Grega, os búlgaros foram Segundo Ribeiro (2001), a escravidão era também o trabalho, o castigo corporal, a vida sedentária e o índio quase nômade, de natureza, ao nosso parecer, indolente, não podia e não gostava de trabalhar. Daí nasceram muitos tumultos e vinganças atroz. Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada pelo conflito de raças, disfarçado em democracia, fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento o branco, o índio e o negro se confundem. O contato das raças inferiores com as que são cultas, quase sempre desmoraliza e deprava a uma e outras.

Os portugueses que vieram estabelecer-se nas terras do Brasil não pertenciam à classe média, aliás, pouco populosa nesses começos da idade moderna, máxime em Portugal, onde não havia indústria nem agricultura. Eram fidalgos ou ínfimos plebeus e degredados, a maior parte, gente aventureira e sem consciência. Uns poucos vinham por senhores; outros e na maioria, por governados, senão detentos; melhor parte era a que pesquisava a fortuna e as aventuras, ou fugia à sanha da perseguição religiosa. Todos, entretanto refletiam o estado de considerados heréticos pelos católicos. Desta forma, o vocábulo passou a ser aplicado, também, para denotar o indígena, no sentido de "inulto", "selvático", "estrangeiro", "pagão", e "não cristão" - uma noção de forte valor pejorativo, portanto. A mesma palavra deu origem ao termo pejorativo "*bugger*" em inglês: alma de Portugal do tempo da inquisição, do país da Europa onde o monopólio das especiarias, sedas e preciosidades do Oriente tinha desenvolvido o luxo, a corrupção e a profunda miséria.

Vindo para o Brasil, os brancos carregavam todos esses vícios da decadência que não deixavam de empanar a coragem, o valor e espírito de aventura que lhes eram próprios. Os colonos são turbulentos e desumanos; em breve odeiam o trabalho que relaxavam e passam ao índio ou ao negro; adotam a indolência ou dela são vencidos e dos costumes dos naturais, que pervertem até fisicamente, trazendo o contágio das epidemias. Os de baixa condição, agora com a fortuna fácil, tornam-se arrogantes, arruinam-se no luxo das sedas e de todos os prazeres sensuais. Dentro de pouco a fortuna mais tardia e honesta do trabalho agrícola é perturbada pela imaginação das minas, dos eldorados e de riquezas fantásticas – miragem contínua e quase sempre desmentida pela decepção no primeiro século.

Para Ribeiro (2001) o elemento moral dessa sociedade que florescia pela decomposição das raças foi a Companhia de Jesus⁵⁶. A ela coube essa

⁵⁶A Companhia de Jesus (em latim: *Societas Iesu*, S. J.), cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco *franciscano* López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida pelo papa em 1540. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional. A história da Companhia de Jesus no Brasil inicia com a chegada dos

responsabilidade difícil no meio de todos os tropeços e perfídias criadas pela inércia do estado e pelo apetite voraz dos colonos. Ela é quem prega os princípios; todos os estados estão absorvidos pelos interesses práticos. Por isso o seu inimigo é a legião toda dos conquistadores. O jesuíta, porém, era inflexível. Nunca cedia, nem condescendia. Combatia todos os escândalos e maldades, as perseguições inúteis aos índios, as relações ilícitas, e às vezes monstruosas que destruíam o respeito mútuo entre os homens e impossibilitavam a constituição da sociedade civil. Sem querer diminuir os efeitos ou exculpar as suas faltas, não podemos deixar de reconhecer os serviços da Companhia de Jesus no Brasil.

Já Ribeiro (2009), ao tratar da questão do índio diz que ao desembarcarem em Porto Seguro, depararam os marujos de Cabral com homens —pardos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas (Pero Vaz de Caminha, carta de D. Manuel, o venturosos). Não sabia o almirante se a nova terra descoberta era a costa da África ou da Índia, se era ilha ou terra firme. Cabral consultou seus homens mais experimentados, veteranos de viagens ao Oriente e nada souberam dizer. Evidentemente não eram negros. Indianos também não pareciam ser. Ainda assim, ficou-lhes pelos tempos afora o nome de índios. A frota de Cabral permaneceu dez dias em Porto Seguro e aí deixou dois degredados para que aprendessem a língua dos índios e servissem de guia e intérprete aos portugueses quando voltassem.

O povo a que Cabral veio encontrar na costa da Bahia era chamado Tupiniquim e pertencia à grande família Tupinambá, troco Tupi-guarani, que ocupava quase todo litoral. Eram recém-chegados à costa, de onde expulsaram as tribos inimigas, com exceção de alguns grupos, encaminhando-as para o sertão. Os Tupis transmitiram aos primeiros cronistas e aos jesuítas a noção de que o mundo indígena se dividia em dois grandes blocos: o dos que falavam sua

jesuítas em 1549 na Bahia. Então fundaram um colégio e iniciaram a catequese dos índios. Posteriormente, já na segunda metade do século XVIII, seriam expulsos de Portugal e de suas colônias pelo Marquês de Pombal. Atualmente possuem vários colégios e universidades dispersos pelo país, além de paróquias e atuação no apostolado social, bem como na formação do clero, religiosos e selegos católicos.

língua e praticavam seus costumes e o de seus contrários, chamados Tapuias, o que quer dizer escravo.

Essa divisão dos índios do Brasil em Tupi e Tapuia prevaleceu por muito tempo e servia para distinguir os grupos do litoral daqueles do sertão. Com o devassamento do interior, nos séculos seguintes ao da descoberta, passou-se a ter uma visão mais exata do mosaico indígena que habitava o país.

Ribeiro (2009), no que se refere a herança deixada pelos índios, diz que o português não encontrou no Brasil nenhum dos frutos que conhecia nenhum animal doméstico a que estava habituado. As técnicas de cultivo da terra que estava afeito não se aplicavam à floresta tropical. A superioridade numérica do índio em relação aos minguados contingentes que vinham nas caravelas era avassaladora. Assim, apesar de toda a sua potência guerreira e técnica os colonialistas tiveram de aprender com eles a viver nos trópicos, a cultivar seus frutos, a comer suas raízes e paulatinamente a criar nichos que começaram a atuar sobre os índios em torno. A esse processo se chamou a tupinização do português no Brasil, por ser a etnia Tupi a prevalecente no litoral, à época da descoberta. Já nessa fase, o índio era compelido, cada vez mais, a servir como mão de obra escrava à sociedade de cujos ideais não participava.

Ribeiro (2009) também relata que o português começa a prescindir do índio porque tirara dele o fundamental: a fórmula de sobreviver nos trópicos, a aprendizagem de seu método de plantio e as próprias plantas que cultivava, bem como a forma de prepará-las e consumi-las. Também obtivera dele a força de trabalho como escravo, substituído pelo negro nos empreendimentos mais lucrativos; sua combatividade de guerreiro para defendê-lo contra grupos hostis e o invasor estrangeiro; o seu conhecimento da terra como guia e como geógrafo. E da mulher indígena, a sensualidade, a servilidade e a fecundidade.

De então até nossos dias, esse, lastro aborígene da cultura brasileira, sobretudo de base Tupi-guarani, conserva-se em grande parte no Brasil interiorano. Isso pode ser observado pela facilidade com que o sertanejo nordestino, o caçara paulista, ou, mais propriamente, o caboclo amazônico

encontram elementos culturais que lhes são familiares num contexto tribal. Mas, muito pouco se tem dito e quase nenhuma importância se tem atribuído à contribuição indígena pré-colombiana à cultura universal. Entretanto, foram elementos de origem americana adquiridos pelos europeus depois da descoberta, que revolucionaram a economia ocidental, gerando o acelerado desenvolvimento que experimentou depois de 1500.

As mais destacadas foram certas plantas, como a batata (que deveria chamar-se americana no lugar de inglesa), o milho e a mandioca, rapidamente assimilados em todos os quadrantes do globo e que vieram enriquecer substancialmente, em aminoácidos, as carências alimentícias da população mundial.

Para Ribeiro (2009), representam, igualmente, destacado papel na economia mundial, outras plantas importadas da América, como cacau, o tomate; plantas estimulantes e medicinais, como o tabaco, a quinina, a ipecacuanha, a baunilha, o mate; plantas industriais, como a borracha, o algodão (já conhecido na Europa e no Oriente); frutas como o abacaxi, o caju, o abacate, o mamão, animais domesticados, como o peru, originário do México, e regionalmente, o lhama, a alpaca, o porquinho-da-índia, do planalto andino. Atestando o alto grau de maturidade das culturas centro-americanas, desenvolveu-se aqui, tal como no Velho Mundo, antes da chegada de Colombo, as técnicas de irrigação e fertilização do solo, a metalurgia do ouro, da prata, do cobre, a fabricação de papel, chamado tapa no México. E também certas conquistas científicas, tais como o calendário maia de 365 dias, correspondente ao ano solar, mais exato que o gregoriano da atualidade.

2.2.1. Medicina Ancestral - Plantas Estimulantes, Medicinais e Industriais Cultivadas Pelos Indígenas.

Ribeiro (2009) faz um resumo da contribuição ancestral indígena mencionando plantas industriais, medicinais e estimulantes cultivadas pelos índios americanos, em particular os brasileiros, que foram incorporadas à cultura universal, para realçar a inestimável contribuição indígena ao progresso da

humanidade. No que se refere a medicina ancestral indígena a autora esclarece que uma amálgama de conhecimentos botânicos foi incorporada à cultura brasileira, por via da herança ancestral do índio, dentre eles destaca-se:

1. Alcançou fama internacional e cirúrgica o curare (*Strichnos Toxifera*), só é letal quando entra na circulação sanguínea, paralisando os músculos do coração. A curarina alcaloide encontrado no curare é empregada em delicadas intervenções cirúrgicas que exigem um relaxamento muscular.
2. Os índios utilizam as raízes exóticas do barbasco, conhecido como timbó sacaca (*Tephrosia toxicaria*), para envenenar peixes por sufocação, que assim vem à tona e são facilmente capturados à flecha ou mesmo à mão. Os caboclos do Norte do Brasil também costumam tinguijar peixes por este processo. Do timbó, extrai-se a rotenona, utilizada como inseticida na medicina sanitária e na agricultura.
3. Ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha*). Originária do Brasil era usada pelos índios para fins medicinais, especificamente contra diarreias sanguinolentas. Dela se extrai o cloridrato de emetina. Levadas suas raízes para a Europa, difundiram-se suas propriedades, sendo empregada até hoje na farmacopeia mundial.
4. Jaborandi (*Pilocarpus Pennatifolius*). Assinala-se sua utilização pelos índios brasileiros como sudorífico e depurativo. Só no século XIX difundiram-se suas

propriedades na Europa.

5. Copaíba (diversas espécies do tipo *Copaifera*). Utilizada pelos Tupis-guaranis para curar feridas e outras enfermidades. Só no século XVII, generalizou-se seu uso contra afecções das vias urinárias.
6. Quina (do gênero *Cinchona*). Árvore originada da região andina, cuja cortiça macerada na água dava uma bebida a qual os índios tratavam a febre terçã. Dela se extrai vários alcaloides, sobretudo a quinina, empregada para a cura da malária.
7. Em anos recentes, tornaram-se célebres alguns alucinógenos cultivados ou coletados pelos índios. Os mais conhecidos são a *ahyuasca* ou *caapi* (*Banisteriopsis Caapi*), o ipadu ou coca (*Erythroxylum cataractarum*).

2.2.2. Os Africanos no Brasil e o Preconceito Influenciando Sua Medicina Natural e Ancestral

Rodrigues (2008), diz que a raça negra possui uma condição totalmente diferente na América Latina e nos Estados Unidos. É difícil precisar a data em que houve a introdução dos escravos negros no Brasil. O comércio de africanos na Europa data de quase meio século antes do descobrimento, e Portugal era sua sede. Portanto, a escravidão negra no Brasil é contemporânea à sua colonização, e ela manteve nos primeiros tempos, a aparência portuguesa de fenômeno secundário, restrito ao serviço doméstico. Apareceu assim como um problema brasileiro da escassez de mão de obra para a lavoura e depois para o trabalho nas minas, na falta de índios, que sucumbiam ou ficavam sob a proteção dos jesuítas, e assim criou-se um comércio de escravos diretamente com a África.

Rodrigues (2008), também informa que o tráfico já começou quase 50 anos depois do descobrimento, com alguns navios que iam à África levar comerciantes particulares. Mesmo assim, o problema racial surgiu aos poucos e bem depois, pois a rigor o povo brasileiro não existia, havendo apenas europeus que traziam ao Brasil uma extensão de Portugal e para quais os negros, que não possuíam laços de sangue ou ligações sociais, eram estrangeiros na América e considerados meras máquinas ou instrumentos de trabalho. Para Rodrigues⁵⁷ (2008 apud ROMERO, 1879, p.99) o Dr. Sílvio Romero escreveu:

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas e a Europa em nossos salões; nada produzimos nesse sentido! É uma desgraça. Bem como os portugueses instanciarão dois séculos na Índia e nada ali descobriram de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sânscrito e dos livros bramânicos, tal nós vamos levemente deixando morrer os nossos negros da costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se fala em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência. Apressem-se os especialistas, visto que os pobres

⁵⁷ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular no Brasil, in Revista Brasileira, 1879, tomo I, p. 99.

moçambiquenhos, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues vão morrendo. O melhor ensejo pode-se dizer, está passado com benéfica extinção do tráfico. Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo de todo. E, todavia, que manancial para o estudo do pensamento primitivo! Este mesmo anelo já foi feito quanto aos índios. É tempo de continuá-lo e repeti-lo quanto aos pretos.

Sobre a situação do negro, Rodrigues (2008) descreve a situação dos negros em Salvador (BA), informando que depois da abolição de 1888, os africanos foram todos para Salvador e nela se concentraram.

Apenas um número muito limitado ainda vive nas cidades do centro, em Cachoeira, Santo Amaro, Feira de Santana, em um ou outro engenho da zona açucareira do estado. Para eles passou a época de grandes atividades. Limitam-se atualmente ao pequeno comércio e fretes. As mulheres trabalham em vendas ou quitandas, nas portas das casas, ou ambulantes, em tabuleiros, praticando o comércio de comidas feitas, principalmente preparados culinários africanos, muito do gosto da população, de condimentos, frutos, legumes, produtos da Costa (xoxó, abuxó, azeite de dendê, banha, obi, pequenos objetos domésticos, contas usadas na África e utilizadas no culto nagô-jeje). Dos homens os mais vigorosos são ganhadores ou mariolas (vendedores de doce de banana), e poucos conduzem ou carregam as últimas cadeirinhas ou panaquins; outros são aguadeiros; alguns são pequenos lavradores ou criadores nos arrebaldeiros ou roças das vizinhanças da cidade. Outros ainda são criados ou encarregados de cuidar do asseio dos grandes prédios da cidade baixa ou comercial. A esse emprego fazem jus pela reputação de confiança da qual gozam. São submissos, ordeiros, zelosos e econômicos. Alguns fizeram pequenas fortunas regulares e poucos foram ou são proprietários. Nenhum, entretanto, tem um nome influente ou figurou como grande negociante ou proprietário rico.

Se o índio foi aculturado pelos jesuítas e portugueses, o negro foi mantido dentro de regras de preconceito, como sintetiza Rodrigues (2008), ao falar da medicina e práticas de cura espiritual do negro brasileiro. Em suas experiências pessoais o autor, afirma que pode apurar o desprezo para a raça negra, que não se pode qualificar, em boa intenção, de inferior, sem provocar protestos inflamados e mais que isso, a falta de senso jurídico das classes dirigentes. São os *candomblés*⁵⁸ focos e oportunidades de devassidão, alegam. Alegação idêntica ocorre contra os conventos, seminários, colégios e outras instituições similares de caráter religioso. Mas, se mesmo entre nós, quando verdadeiras, essas alegações deram lugar a um procedimento criminal em regra, jamais constituíram motivo para agressões brutas, destruidoras e sem forma de processo.

Conceda-se que haja devassidões em *Candomblés*. Esses atos nem constituem todo o culto, nem mesmo a essência do culto *jeje-nagô*. A missão da polícia não podia ser, pois, senão a de vigiar para preveni-los ou para promover a eles a punição quando chegassem a realizar-se. Mas como é que a polícia, estando todos os dias a suprimir templos, destruir ídolos e altares e a prender diretores de *candomblés* não chegou até hoje a promover a punição legal de um só desses crimes, categorizando-os e aplicando-lhes as penas do código?

São os feiticeiros dos *candomblés* verdadeiros charlatães explorando a credulidade pública e exercendo ilegalmente a medicina. O crime de exercício ilegal da medicina⁵⁹, segundo o autor, só existe nas nossas leis.

⁵⁸*Candomblé* é uma religião derivada do animismo africano onde se cultuam os orixás, voduns ou *nkisis*, e a medicina ancestral africana por meio de plantas idênticas ou similares as de matriz africana dependendo da região. Em algumas práticas encontra-se também a prática de atividades de medicina espiritual. Sendo de origem totemica e familiar, é uma das religiões de matriz africanas mais praticadas do mundo, tendo mais de três milhões de seguidores em todo o mundo, principalmente no Brasil. Também é possível encontrar o chamado povo do santo em outros países como Uruguai, Argentina, Venezuela, Colômbia, Panamá, México, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

⁵⁹No Brasil o crime de exercício ilegal da medicina e de curandeirismo, são tipificados nos artigos 282 e 284 do Código Penal Brasileiro que é do ano de 1940, época que os cultos afro-brasileiros foram muito perseguidos pelo governo brasileiro, não sendo mais esta a realidade destas práticas no atual cenário social do país.

CONCLUSÃO

Considerando a proposta inicial desta revisão, observou-se que o negro e o índio brasileiro não tiveram a oportunidade de contar a sua história e de arquivar na memória do povo a sua visão do processo de aculturação de que foram vítimas. Suas práticas, suas crenças e suas atividades sociais foram praticamente moduladas dentro de conceitos da época da chegada dos portugueses no Brasil. A falta de preocupação em guardar os fatos históricos dentro da sequência que eles aconteciam fez com que se criasse no Brasil um regime de preconceção e de preconceito contra a história do negro e do índio brasileiro.

Frente a isso a medicina ancestral e natural dos negros e dos índios sofreu uma influência negativa na sua propagação, ficando restrita aos nichos de existência destes grupos e na transmissão oral. Fora isso a história mostra que a medicina ancestral e natural brasileira, perdeu o cunho de tradicional vez que o negro e índio brasileiro não tiveram respeitadas suas tradições.

O estudo evidenciou também que as produções bibliográficas relativas a medicina tradicional, ancestral e natural praticada por negros e índios no Brasil e, especialmente, referentes a essa temática ainda são limitadas e possuem uma trajetória curta. Constatou-se que a atuação das terapias naturais sobreviveu no interesse geral da população que tem um déficit de atenção básica da saúde e que por questões sociais e de falta de acesso preservou esta cultura que hoje se resolve na presença dos terapeutas alternativos, naturalistas e no novo fenômeno do profissional naturólogo.

No Brasil os efeitos da colonização e da aculturação⁶⁰ do negro e do índio, provocou uma quase morte desta intervenção cultural, sendo a estratégia da OMS uma grande oportunidade de preservação desta riqueza medicinal.

⁶⁰Aculturação é um termo criado inicialmente por antropólogos norte-americanos para designar as mudanças que podem acontecer em uma sociedade diante de sua fusão com elementos culturais externos, geralmente por meio de dominação política, militar e territorial. Porém, segundo o historiador francês Nathan Watchel, aculturação é todo fenômeno de interação social que resulta do contato entre duas culturas, e não somente da sobreposição de uma cultura a outra.

A OMS lançou em 2013, uma estratégia complementar 2014-2023, incentivando os Estados Membros no aprofundamento da pesquisa, regulamentação, formação, controle de matéria prima e organização das terapias naturais nos atendimentos básicos de saúde.

Sendo nova esta estratégia, no futuro novos estudos precisam ser realizados sobre sua efetiva aplicabilidade. Lado outro, utilizou-se neste trabalho de algumas diretrizes propostas na estratégia OMS 2014-2023, vez que sua atualidade tende a enriquecer a busca dos marcos históricos transcritos neste artigo. Não obstante, mesmo com a utilização de material editado pela OMS em 2002-2005, clara a atualidade do tema, pois como já informado, no período de 2014 -2023 a OMS continuará a incentivar esta modalidade de intervenção na saúde.

Por outro norte, no que se refere ao período temporal dos textos utilizados neste artigo, temos que muito pouco foi escrito sobre o tema no Brasil. Além disso, a forma como o tema - terapias naturais - foi tratado por anos no Brasil e no mundo, deve ser sopesada, pois pouco se fez em favor da atividade terapêutica que viesse a redundar em estudos e pesquisas que resultassem em uma fartura de material bibliográfico pesquisável. Apenas como forma ilustrativa, temos que a primeira resolução de incentivo às terapias naturais, só foi editada no Brasil por via da portaria 971 de 03 de maio de 2006 (Ministério da Saúde). A qual lançou uma política nacional de práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde, o que apenas aumentou a luta de classes profissionais de saúde pela reserva de mercado que representam.

Ainda é possível verificar que no mundo, talvez por influência da OMS – Organização Mundial de Saúde, por via da sua estratégia para medicina tradicional de 2002- 2005 combinada com a 2014-2023, pode-se identificar um sem número de processos e atividades que identificam e delimitam estas práticas pelo mundo. Inclusive, fica claro na atuação da OMS que o termo medicina pode ser muito mais amplo do que se pensa. Sendo um equívoco natural acreditar que apenas a medicina alopática possui crédito de aceitação irrestrito por vários países do mundo.

Por outro lado, nota-se que a delimitação do marco histórico, ou seja, de um fato histórico capaz de mostrar o início das terapias naturais no Brasil, fica deveras prejudicado. Temos uma influência pecaminosa da filosofia positivista de Augusto Comte na formulação dos princípios educacionais brasileiros. O cientificismo, ainda impera nas escolas de formação do Brasil, sendo ato de cláusula pétrea, a chamada da cátedra para uma busca metafísica e entendimento (experimental) de atos de saúde que se preservam na força do povo e nas práticas históricas de terapias naturais brasileiras. Além disso, condições históricas, nunca permitiram a discussão ampla do tema, primeiro pelas condições de ocupação do Brasil com a chegada dos portugueses; segundo que para o Brasil foi delimitado um ato único de exploração de riquezas e extrativismo de bens de consumo, sendo que os costumes e características interpessoais dos grupos aqui estabelecidos nunca foram priorizadas ou protegidas.

Nota-se também que na atualidade algumas mudanças já se operaram na questão do entendimento e preservação da cultura medicinal natural brasileira, o fenômeno laboral da presença do terapeuta naturalista junto com as metas da OMS 2002-2005 e 2014-2023, tem provocado uma abertura de pesquisa e de busca deste processo que existe informalmente há séculos. A figura do terapeuta naturalista se manteve na tradição oral, sendo que com a chegada ao Brasil da medicina tradicional chinesa e da indiana, houve um despertar pela busca e entendimento das atividades terapêuticas relacionadas à medicina natural brasileira.

Diante do que foi exposto, concluímos que uma aproximação de todas as classes laborais da saúde brasileira com a inclusão dos terapeutas, pode abrir um campo de pesquisa mais elaborado sobre o tema do marco histórico ou como preferem os historiadores, do fato histórico que melhor descreva a atuação e preservação das terapias naturais no Brasil. Tudo isso, junto com uma busca mais individualizada de temas ligados a história das raças e etnias que preservam culturalmente os conhecimentos médicos naturais brasileiros. Este ato, inclusive, pode fazer com que o tema possa ser mais bem explorado e utilizado como base para preservação desta tradição que se mantém na oralidade e força de sua atuação social.

Para o Mundo a OMS – Organização Mundial de Saúde, ainda é o divisor de águas que irá aproximar as ciências médicas, sejam elas naturais ou científicas puras, mostrando talvez que estas duas abordagens existem há séculos e convivem mutuamente sem se conhecerem profundamente. Ressalva-se que estes dois modelos possuem mais identidades do que controvérsias de atuação.

Complementando, e, em termos práticos, acrescenta-se que a ligação do presente tema com a qualificação que se busca em uma especialização em docência do ensino superior, se fixa nas exigências que o processo educacional exige no momento. A delimitação orientada neste artigo com base na estratégia sobre medicina tradicional propagada pela OMS poderá ter influência direta na composição de material para estudo e criação de leis regulamentadoras. Ajudando ainda como material de apoio, na elaboração de planos de aula para docentes, como material de estudo por alunos de graduação em várias áreas do conhecimento. Acredita-se, inclusive, na influência direta deste trabalho no amparo de outros estudos sobre o tema, na composição de material de referência para outras publicações, e, porque não, na pura atividade de docência no ensino superior futuro ligado às terapias naturais.

Além disso, todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Desde o início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003, a temática cultural, indígena e afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio. Estas mudanças influenciaram as questões dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), influenciando também a prática da docência de forma muito direta, no que se refere ao atual estado de atividade da educação brasileira, quiçá mundial.

No que se refere às questões políticas, o presente estudo também pode amparar justificativas de criação de projetos de lei junto à União, Estados e Municípios brasileiros, que eventualmente queiram implementar em suas áreas de atuação as terapias naturais. Nota-se que as informações e os conteúdos deste trabalho podem servir de argumento para políticas preparatórias para organização

e unificação definitiva de um sistema de saúde único no Brasil e quiçá no mundo. Sendo que a troca de experiências e vivências de cada país pode modular uma melhor aplicação das atividades de terapias naturais em favor do bem estar das pessoas. O mundo sempre ficará melhor, à medida que o conhecimento for o alimento na solução dos seus problemas.

REFERÊNCIAS

- MORENO, José Alberto. Medicina Energética - O Confronto com a Medicina Oficial. 5 ed. Belo Horizonte, 2008. p. 17-18.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Biblioteca de la OMS. Estrategía de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005. Ginebra, 2001.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Biblioteca de la OMS. Estrategía de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023. Ginebra, 2013.
- ROSENBAUM, Paulo. Fundamentos de Homeopatia para Estudantes de Medicina e de Ciências da Saúde. Roca, São Paulo, p. 95-101, 2002.
- RIBEIRO, Berta. O Índio na História do Brasil. Global, São Paulo, p. 17, 101-103, 110- 111, 115-116, 2009.
- RIBEIRO, João. História do Brasil. Itatiaia, Belo Horizonte, p. 49-50, 78-79, 81-82, 2001.
- RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. Madras, São Paulo, p. 27-28, 96-97 e 227, 2008.
- ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular no Brasil, in Revista Brasileira, 1879, tomo I, p. 99.

O *DATA LINKAGE* COMO FORMA DE APRIMORAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE NASCIDOS VIVOS E DA MORTALIDADE

*Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna*⁶¹

*Carla Machado da Trindade*⁶²

*Deborah Ribeiro Carvalho*⁶³

*Rossana Cristina Xavier Ferreira Vianna*⁶⁴

RESUMO

Os Sistemas de Informação em Saúde são importantes ferramentas para compreender a situação real da população atendida, dada a disponibilidade de dados sobre a realidade local, objetivando orientar ações de Saúde Coletiva. A coleta destes dados é realizada a partir de diversos sistemas de informação, como por exemplo, o Sistema de Informação de Nascidos Vivos e de Mortalidade. Verifica-se a dificuldade de realizar a sistematização dos dados referentes a cada um dos indivíduos. Deste modo, este artigo propõe a estratégia chamada de *data linkage* para que assim, seja possível sistematizar estes dados. Sugere-se também, a utilização das ferramentas *RecLink* e *Linkplus*. Na experimentação desta sistematização foram considerados o Estado do Paraná – Brasil, no período de 2000 a 2013. A partir do resultado destes relacionamentos foi possível elaborar uma base com informações conjuntas. Assim, as mesmas crianças que foram a óbito no primeiro ano de vida foram encontradas em ambas as bases. O banco de dados dos nascidos vivos de 2000 a 2013 dispõe de 2.193.037 registros, dos quais 1,43% foram a óbito no primeiro ano de vida. O banco dos óbitos de 2000 a 2013 contém 889.087 de todos os óbitos ocorridos no Estado, durante os referidos anos com 27.394 (3,08%) dos óbitos de menores de um ano. Após o processo de *data linkage* foi realizada a conferência da base com 27.394 registros de óbitos, 2.193.037 os sobreviventes e o total linkado

⁶¹ *Mestre em Tecnologia em Saúde. Doutoranda en Salud Pública pela UCES/BA/ Argentina. Tutora FIOCRUZ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, Brasil.*

⁶² *Mestre em Informática em Saúde. Ministério da Saúde do Brasil.*

⁶³ *Doutora em Computação de Alto Desempenho. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.*

⁶⁴ *Alameda Dom Pedro II, 413. Ap. 204. CEP 80420-060 +55 41 99634194 rossanavianna@gmail.com*

2.220.431. A partir da sistematização das bases foi possível conhecer melhor a realidade da população atendida.

Palavras chaves: *Data Linkage*, Mortalidade Infantil, Nascidos Vivos.

INTRODUÇÃO

O relacionamento de registros dos Sistemas de Informação em Saúde permite uma maior utilização de dados de diferentes locais com aumento da completude e qualidade das informações. A sistematização de dois ou mais bancos de dados independentes, em um único conjunto, com algumas variáveis em comum, consiste no processo de *data linkage*, que possibilita identificar registros de um mesmo indivíduo a partir de várias fontes. Este processo envolve diversos desafios, entre eles a identificação de duplicações, qualidade dos dados coletados (GILL et al., 1993).

Vários estudos confirmam a importância da utilização da *data linkage* para facilitar a obtenção de informações mais completas, como por exemplo, para estudar a mortalidade neonatal (Almeida & Mello, 1996), como mecanismo de gerenciamento dos sistemas (Almeida & Alencar, 2000). Fernandes (1997), em sua tese de doutorado, fez o concatenamento de dados referentes a óbitos e nascimentos do Distrito Federal, destacando também a dificuldade inerente ao processo, bem como o ganho em qualidade a partir da ligação dos Sistemas de Informação de Nascidos Vivos e da Mortalidade.

Buehler, Prager e Hogue (2000) confirmaram a importância epidemiológica da utilização da *data linkage* dos sistemas de nascidos vivos e da mortalidade, incentivando a realização desta pesquisa, com os dados do Estado do Paraná. O que ficou confirmado por Fair et al. (2000), com a validação do método probabilístico no sistema de nascidos vivos e da mortalidade. Esclarece-se que as diferenças com o método determinístico. Morais e Barros (2000) estudaram os fatores de risco para mortalidade neonatal e pós-neonatal na Região Centro-Oeste do Brasil utilizando a “*data linkage*” entre bancos como modo inicial para a análise dos riscos. Camargo e Coeli (2000) utilizaram a

ferramenta RecLink como aplicativo para facilitar o relacionamento de bases de dados, implementando o método *probabilistic record linkage* e em 2002 publicam o Manual do usuário, bem como diferentes estratégias e blocagem. Whalen, Graver e Busch (2001) fazem a linkage dos registros de clientes de abuso de substâncias em saúde mental e os registros das agências estatais de cuidados de saúde. Machado (2004) fez uma revisão da literatura sobre os procedimentos da *data linkage* com foco para melhora da mortalidade infantil o que também é o objetivo utópico de conhecer melhor as bases de nascidos vivos e óbitos infantis para com os conhecimentos destes dados poderem intervir e reduzir a mortalidade infantil. Também em Theme, Gama, Cunha e Leal (2004) estudam sobre a confiabilidade do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos Hospitalares confirmando a necessidade de ligar com os outros sistemas de informação para melhorar a qualidade das informações.

Pinheiro, Camargo e Coeli (2006) utilizam a *data linkage* como relacionamento de bases de dados sobre a saúde, para facilitar a utilização das informações de modo mais completo e eficiente. Do mesmo modo, Reis (2006) faz a recuperação de dados da declaração de óbitos (DO) para os menores de um ano por meio da declaração de nascidos vivos (DN) o que também se pretende neste estudo. Silva, Travassos, Vasconcellos e Campos (2006) fizeram a revisão sistemática sobre encadeamento ou *data linkage* de bases de dados secundários para uso em pesquisa em saúde no Brasil. Em Silva et al. (2009) utilizou-se a unificação entre bancos de dados com a utilização da *data linkage*.

Vianna, Moro, Moisés, Carvalho e Nievola (2010) utilizaram a Mineração de Dados após o pré-processamento com a ligação das bases do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC), do Sistema de Informação da Mortalidade (SIM) e do Sistema de Investigação da Mortalidade Infantil (SIMI). Isto aumentou a completude e a posterior utilização com a ferramenta de mineração de dados.

1. OBJETIVO

Propor uma estratégia para sistematizar os dados oriundos do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

2. MÉTODOS

Este é uma pesquisa retrospectiva, descritiva. Foi aprovada, em 19/11/2015, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) sob o número de cadastro CAAE: 49604715.4.0000.0020 e pelo Comitê de Ética em Pesquisa as Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Hospital do Trabalhador, em 01/12/2015, sob o número de cadastro CAAE: 49604715.4.3001.5225.

As bases utilizadas foram o SINASC com (2.193.037 registros) e o SIM, compreendendo o período entre 1º de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2013, tendo como critérios de seleção registros de óbitos referentes aos menores de um ano de idade (27.394 registros), e que apresentem o nome de mãe e código do município.

O processo de sistematização dos dados ocorreu em cinco etapas: Etapa 1 – preparação dos dados das duas bases SINASC e SIM; Etapa 2 – emparelhamento dos registros; Etapa 3 - validação automática do emparelhamento (Etapa2); Etapa 4 - validação manual do emparelhamento (Etapa 3); e Etapa 5 – Reconstrução da base com todas as variáveis oriundas das duas fontes.

Para a operacionalização da Etapa 1 – preparação dos dados das duas bases SINASC e SIM, foram selecionadas as variáveis para o emparelhamento. O SINASC dispõe de 106 e o SIM de 115 variáveis. Foram selecionadas as variáveis nome da mãe e código do município. A justificativa da seleção destas duas variáveis se deve ao fato de estarem presentes nos dois sistemas, fontes desta pesquisa. Se a variável número do cartão SUS fosse um dado implantado desde 2.000 com alta completude e sem duplicidade, seria possível utilizá-lo como

chave de acesso. Porém, apesar de sua implantação ter ocorrido em 2.000, tem-se como meta sua implantação depois de 2014 (DATASUS, 2014).

Para a operacionalização da Etapa 2 – emparelhamento dos registros - foi adotada a ferramenta *RecLink* III (Camargo & Coeli, 2000, 2002; Borland, 1995, 1998a e 1998b). A justificativa da escolha por esta ferramenta se deve ao fato de se tratar de ferramenta livre, de fácil utilização, dada a sua interface amigável. Estas duas características permitem que outros pesquisadores repliquem o modelo proposto. O *RecLink* III foi usado nas fases de padronização, blocagem e reconstrução do novo conjunto de dados para o emparelhamento. Para padronização a ferramenta considerou os códigos *Soundex* do primeiro e último nome. O código *Soundex* é um código fonético, onde pequenas diferenças, tanto na grafia como na pronúncia, geram o mesmo código. Seu resultado é expresso em um conjunto de quatro caracteres: o primeiro é, sempre, uma letra que corresponde à letra inicial do nome; e o final com a letra P de nome padrão. Os subsequentes são algarismos resultantes de um processo matemático. Por exemplo: o código de João é “J000”. Apenas nessa etapa, foram consumidas mais de 23 horas de processamento, utilizando-se um Microcomputador i7 com 3.6 GHz, com 16 Gb de memória RAM, tendo sido gerado um banco com 2.220.431 registros linkados.

O segundo passo desta fase examinou o código *Soundex* do primeiro nome da mãe codificado e o código do município; o terceiro observou o código *Soundex* do último nome da mãe codificado e o código do município; o quarto, os códigos *Soundex* do primeiro e do último nome da mãe codificado; e o quinto passo, o menos seletivo, considerou o nome codificado do menor de um ano, com o nome da mãe codificado e o código do município.

O sistema de codificação *Soundex* utiliza os códigos fonéticos, do primeiro e do último nome, com quatro dígitos: a primeira letra da palavra a ser codificada é o primeiro código e os outros três dígitos são códigos numéricos estabelecidos por regras para minimizar erros, por exemplo, com a eliminação de vogais e substituição de consoantes com sons similares por códigos numéricos.

(NEWCOMBE et al., 1988). Alguns nomes como Helena/Elena são mais sujeitos a erros de registro com possibilidade de inadequação do código Soundex. As diferentes grafias recebem códigos diferentes o que aumenta a probabilidade de perder pares verdadeiros. (CAMARGO & COELI, 2002).

Os escores calculados pelo próprio programa ReckLink III foram balizados com a probabilidade dos pares serem verdadeiros, isto é, pertencerem à mesma pessoa; ou a probabilidade de os registros pertencerem a pessoas diferentes. O escore final dos pares foi construído a partir da soma dos escores ponderados de cada campo – nome da mãe codificado, último nome da mãe, código do município e nome do filho codificado e utilizado no Microsoft Access®. O objetivo disso seria permitir que cada campo contribuísse, de forma diferenciada, no escore total do par. A contribuição diferenciada foi necessária, uma vez que os campos apresentavam poder discriminatório distinto e, ao mesmo tempo, probabilidades variadas de terem seus conteúdos registrados incorretamente. O número total de pares possíveis é o produto dos registros dos dois bancos de dados. Dois dos bancos de dados a parear continham 2.220.431 (SINASC) e 25.746 (SIM) registros, individualmente; logo, existiam 57.167.216.526 pares possíveis. Mesmo com a aplicação da rotina de blocagem, que reduz o número de pares formados, se não fosse estabelecido um limite a partir do qual fosse pouco provável encontrar um par verdadeiro, a seleção manual tornar-se-ia mais trabalhosa e infrutífera, na maior parte do tempo. Os escores menores de 15.0 não foram aproveitados; esse ponto de corte foi adotado em todas as etapas seguintes, no cruzamento de todos os bancos de dados, e é o mesmo sugerido no tutorial do programa de relacionamento, pois a partir deste corte os nomes não estavam mais similares. (THEME, GAMA, CUNHA, LEAL, 2004).

Quando uma mãe apareceu mais de uma vez foi realizada pesquisa manual dos dados para verificar se era a grafia incorreta ou incompleta ou se ela teve mais e uma gestação no período de 2.000 a 2.013. Quando a grafia estava incompleta ou escrita de várias maneiras procurou-se estabelecer qual era a correta, ou qual era a que aparecia mais vezes para decidir qual utilizar ou

escolhendo-se como parâmetro correto a que foi escrita de forma mais completa. Para o caso de gestações gemelares, foram mantidos dados da mãe várias vezes para identificar os dados das diferentes crianças, ou seja, o ano, além do nome da mãe e do código do município.

Para a operacionalização da Etapa 3 – validação automática do emparelhamento (Etapa2) foi adotado o linkplus (FELLEGI & SUNTER, 1969), emparelhando as variáveis o PBloco nome da mãe, UBloco nome da mãe e CodMunicípio. Nesta fase também foi utilizado o nome da criança codificado para caracterizar e esclarecer os pares verdadeiros.

Para a operacionalização da Etapa 4 - validação manual do emparelhamento (Etapa 3), o conjunto gerado a partir da Etapa 3 foi importado para Microsoft Access®. Nessa fase de revisão “manual”, visou-se à reclassificação dos pares duvidosos como pares verdadeiros ou ímpares. Eles foram analisados um a um, conforme a concordância do conteúdo dos campos.

As revisões “manuais”, não automáticas, foram feitas ao final de cada passo, desprezando-se, inicialmente, os registros com escores inferiores a 15.0. Os registros restantes foram submetidos ao julgamento dos pesquisadores, que decidiram se cada registro correspondia a um par verdadeiro ou falso. O critério era o de descartar como par os registros duvidosos. A variável “codmunicipioresidencia” e a variável “nome do filho codificado” serviram como subsídio a esses julgamentos. Uma vez identificados os pares verdadeiros, estes foram removidos das buscas subsequentes.

Durante a fase de relacionamento o Nome completo foi relacionado quando houve Total ou parcial concordância, bem como o Município de Residência com Total concordância.

Já na fase de revisão manual, o nome completo foi aceito com total ou parcial concordância com o município de residência e o endereço (código de município IBGE) ou ordem da pessoa.

O relacionamento dos óbitos com os nascimentos dos indivíduos menores de um ano de idade de 2000 a 2013 foi realizado duas vezes, em dois momentos

diferentes, sem que os pesquisadores soubessem que estavam relacionando os mesmos pares de bancos. O banco DO foi duplicado e identificado com nomes diferentes. Isso possibilitou aos autores medir a concordância do método de relacionamento. Após o relacionamento, foram excluídos os pares em que o intervalo entre o óbito e a data de nascimento excedesse 365 dias.

3. RESULTADOS

O *RecLink* teve como entrada nome da mãe e código do município, para as duas fontes e gerou os seguintes dados: 27.394 óbitos, 2.193.037 sobreviventes e 2.220.431 total de linkados, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: Número de Óbitos e Sobreviventes, menores de um ano de idade, Paraná, 2000 a 2013.

Ano da BASE	Óbito ou Sobrevivente	Total
2000	Óbito	3.265
2000	Sobrevivente	177.663
2001	Óbito	2.739
2001	Sobrevivente	165.897
2002	Óbito	2.432
2002	Sobrevivente	163.730
2003	Óbito	2.144
2003	Sobrevivente	156.051
2004	Óbito	2.180
2004	Sobrevivente	158.386
2005	Óbito	1.971
2005	Sobrevivente	158.958
2006	Óbito	377
2006	Sobrevivente	155.032
2007	Óbito	1.685
2007	Sobrevivente	146.729
2008	Óbito	1.835
2008	Sobrevivente	150.135
2009	Óbito	1.708

2009	Sobrevivente	148.472
2010	Óbito	1.908
2010	Sobrevivente	151.119
2011	Óbito	1.788
2011	Sobrevivente	152.193
2012	Óbito	1.788
2012	Sobrevivente	153.331
2013	Óbito	1.574
2013	Sobrevivente	155.341
Total 2000 a 2013		2.220.431
Total Óbitos 2000 a 2013		27.394
Total Sobreviventes 2000 a 2013		2.193.037

Fonte: Vianna, Trindade e Carvalho (2016).

O banco de dados das DN de 2000 a 2013 reúne 2.193.037 registros, com 254 caracteres cada registro do nome codificado utilizado no *RecLink*, com 106 variáveis. O banco das DOs de 2000 a 2013 tem 25.394 registros, com 254 caracteres para cada registro nome codificado utilizado no *RecLink*, com 115 variáveis. O próprio software *ReckLink* III utiliza pesos para concordância e discordância de variáveis (Coeli & Camargo, 2002). No presente trabalho foram utilizadas variáveis de relacionamento na função de comparação concordância onde: Nome completo aproximado total ou parcial concordância e Código do município caractere total ou parcial concordância.

Para tal foram identificadas as seguintes inconsistências: mães que apareceram várias vezes, para esclarecer o porquê desta repetição buscaram-se avaliar se o fato gerador era a escrita incorreta de seu nome, ou estiver associada a um filho fora do critério de seleção (0 - 1 ano) ou gestação múltipla ou mães homônimas. Outra inconsistência observada nesta fase foi relacionada à escrita diferente como, por exemplo, Maria da Silva e Maria de Silva ou em outros casos letras trocadas de y para i ou para e, por exemplo.

Para esclarecer a primeira inconsistência identificada foi repetido o processo utilizando o nome da mãe, o código do município e o ano do

nascimento esclarecendo desta forma se eram vários filhos da mesma mãe ou mães homônimas. Para procurar os filhos diferentes da mesma mãe no Microsoft Access® foi verificada a diferença do nascimento e do óbito como maior que zero e menor que um nos diferentes anos.

Para esclarecer a segunda inconsistência identificada foi operacionalizado o *data linkage* sobre o nome que aparece com maior frequência.

Para procurar o maior número de crianças com registros completos foram criados dois subconjuntos: crianças sobreviventes e aquelas que foram a óbito no primeiro ano de vida. Desta forma foi utilizada a base dos sobreviventes para completar as informações faltantes e melhorar o número de variáveis completas na nova base elaborada com a *data linkage*.

Para a operacionalização da Etapa 5 – Reconstrução da base com todas as variáveis oriundas das duas fontes. Como resultado destes relacionamentos foi possível elaborar uma base com informações conjuntas e as mesmas crianças sobreviventes no primeiro ano de vida puderam ser encontradas em ambas as bases. Nem todos os campos dos arquivos em questão (DO e DN) seriam úteis no processo de relacionamento. Assim, promoveu-se uma seleção dos campos que colaborassem na identificação dos pares verdadeiros. Essa decisão reduziu o tempo de processamento e o espaço de memória a ser ocupado no computador.

Após a finalização do processo de *data linkage* obteve-se uma base contendo 27.394 registros de óbitos, 2.193.037 sobreviventes, totalizando 2.220.431 registros conforme a Tabela 2:

Tabela 2: Soma dos óbitos e sobreviventes menores de um ano de idade, Paraná, 2000 a 2013.

Ano da BASE	Óbito	Sobrevivente	Total Geral
2000	3.265	177.663	180.928
2001	2.739	165.897	168.636
2002	2.432	163.730	166.162
2003	2.144	156.051	158.195

2004	2.180	158.386	160.566
2005	1.971	158.958	160.929
2006	377	155.032	155.409
2007	1.685	146.729	148.414
2008	1.835	150.135	151.970
2009	1.708	148.472	150.180
2010	1.908	151.119	153.027
2011	1.788	152.193	153.981
2012	1.788	153.331	155.119
2013	1.574	155.341	156.915
Total Geral	27.394	2.193.037	2.220.431

Fonte: Vianna, Trindade e Carvalho, 2016.

Durante todo o processo ocorreu a eliminação de (1.592) registros que foram de filhos com o mesmo nome da mãe na Declaração de Nascidos Vivos (DN), mesmo município e mesma base preparada com apenas os nascidos vivos e os óbitos de menores de um ano de idade. Quando da identificação de divergência nos dados, foi adotada a combinação pensou-se em utilizar a variável: nome da criança que não pode ser utilizada pois o mesmo dado somente passou a fazer parte das DNs em 2012. Constatou-se a presença de 1.708 casos de DNs sem correspondência isto devido a aparecerem com duplicidade no resultado por conta de escritas de formas nas DOs, com a mesma mãe, ou mesmo nome e com letras dúbias. Um exemplo, “l” substituído por “u”, ou escritas com “s” na DN e sem “s” na DO ou “a” substituído por “e”.

O banco dos óbitos de 2000 a 2013 contém todos os 889.087 óbitos ocorridos no Estado, durante os referidos anos: 31.597 (3,55%) são óbitos de menores de um ano. O banco de dados dos nascidos vivos de 2000 a 2013 dispõe de 2.220.431 registros, dos quais 1,43% foram a óbito no primeiro ano de vida.

4. DISCUSSÃO

O processo *data linkage* permitiu a avaliação da qualidade dos registros de nascimentos e óbitos. Quando os dados secundários, como DN e DO, estão incorretos ou incompletos ocorre inexatidão, não correspondência dos dados à realidade com falta de confiabilidade nas informações geradas o que dificulta a tomada de decisões baseada na realidade que desta forma, está incompleta. A incompletude e ajustes necessários, principalmente no SIM, implicam em sub-registro nos micro-dados, como por exemplo, a escolaridade da mãe. Em Fernandes, 1997 também estudaram o concatenamento das informações entre óbitos e nascimentos para melhorar a completude dos dados.

Segundo Almeida e Alencar (2000) é importante a introdução de mecanismos de gerenciamento como a conexão/ *data linkage* para melhorar o reconhecimento das informações em mais de um banco de dados, conforme se reconheceu nesta pesquisa.

Nos estudos de fatores de risco de Morais e Barros (2000) reafirmam a viabilidade do procedimento de *data linkage* para avaliação do objeto do estudo que foram relacionados à mortalidade neonatal e pós-neonatal facilitando o encontro dos sobreviventes ao primeiro ano de vida. Neste estudo confirma-se a validade do procedimento para relacionar os dados de mortalidade e nascidos vivos e, desta forma facilitar a gestão da informação para melhoria do gerenciamento em saúde.

Fair e colaboradores (2000), como neste estudo, confirmam a validade do processo de *data linkage* sobre as diversas fontes referentes aos nascidos vivos e à mortalidade de menores de um ano de idade melhorando a gestão das informações.

Já em Machado (2004) têm-se o foco nos cuidados de saúde e a importância da recuperação de dados, conforme se confirma neste estudo. Em Pinheiro, Camargo e Coeli (2006) confirmaram a importância do relacionamento das bases de dados em saúde, para completude e eficiência da informação, conforme este estudo reafirma.

Já em Reis (2006) conforme este estudo reafirma-se a recuperação de dados da declaração de óbitos com a declaração de nascidos vivos para elaborar intervenções na redução da mortalidade infantil. Em Silva, Travassos, Vasconcelos e Campos (2006) reafirmam a importância da revisão sistemática dos dados com apoio do processo da *data linkage*, corroborando os dados deste estudo.

Em Vianna, Moro, Moyses, Carvalho e Nievola (2010) relataram a melhoria da completude do banco de dados preparado para a utilização da Mineração de Dados. E, em Vianna, Trindade, Freire e Mansano (2015) estudaram as completudes e dificuldades de informações no Sistema de Investigação da Mortalidade Infantil (SIMI).

CONCLUSÃO

Observou-se na fase 4 a fragilidade do modelo e da coleta dos dados. Isso ocorreu de modo incompleto e incorreto. Verificou-se que as mães que apareceram mais de uma vez com a necessidade de esclarecer se elas perderam filhos de outras gestações, tiveram gêmeos ou eram homônimas, necessitando adicionar outra variável para esclarecer e buscar outra ferramenta para auxiliar na busca. Configurando a necessidade de melhorar a coleta dos dados. Outra fragilidade relativa à necessidade de melhorar a coleta dos dados diz respeito aos nomes intermediários coletados em algumas bases e em outras não. Percebe-se que é diferente do que se configura como necessidade de buscar no caso se é a mesma mãe ou não, e de modo manual.

Devido à necessidade de completude dos dados para maiores esclarecimentos relativos aos bancos de dados a ligação de bases de dados é importante ferramenta. Neste estudo confirmou-se a necessidade de capacitações frequentes para os digitadores e informantes saberem da qualidade das informações prestadas como base para pesquisas e ações baseadas em evidências corretamente informadas. A confirmação de caracteres corretos na hora da informação e digitação esclarece dados e sua completude possibilita conhecimentos da totalidade

das condições de nascimento e morte dos menores de um ano conforme estabelecido neste estudo e em todos que serviram de base à pesquisa.

A grande contribuição desta pesquisa é a confirmação da utilização da *data linkage* como importante ferramenta para melhorar a completude em uma única base de dados. Isto é necessário para balizar a gestão em saúde e auxiliar o planejamento estratégico com metas e enfoques concatenados à realidade mais completa e eficiente. Para que deste modo, seja possível atingir os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.F. de, MELLO, Jorge M.H.P. de. *O uso da técnica de "linkage" de sistemas de informação em estudos de coorte sobre mortalidade neonatal*. Ver. Saúde Pública 30:141-7; 1996.
- ALMEIDA, M.F. de, Alencar G.P.. *Informações em saúde: necessidade de introdução de mecanismos de gerenciamento dos sistemas*. Inf. Epidemiol SUS; 9:241-9; 2000.
- BORLAND VISUAL DBASE. *California*: Borland Software Corporation, Scotts Valley; V 5.5, 1995.
- BORLAND INTERNATIONAL INC. BORLAND C++ BUILDER 3 DEVELOPER'S GUIDE. Scotts Valley: Borland International Inc. 1998a.
- _____, *Visual dBase Version 5.6*. CD-ROM. Scotts Valley: Borland International Inc. 1998b.
- BUEHLER, J.W.; PRAGER, K.; HOGUE, C.J.R. *The role of linked birth and infant death certificates in maternal and child health epidemiology in the United States*. Am J Prev Med 19(1 Suppl): 3-11; 2000.
- CAMARGO JKR, Coeli CM. *ReLink*: aplicativo para o relacionamento de bases de dados, implementando o método probabilistic record linkage. CAD Saúde Pública 16:439-47; 2000.

- CAMARGO JRK, Coeli CM. *ReclinkII*: manual do usuário [dados na Internet] [acesso 2003 jul. 6]. Disponível em:
<http://planeta.terra.com.br/educacao/kencamargo/RecLinkII.html>
- COELI CM, Camargo JKR. *Avaliação de diferentes estratégias de bloqueio no relacionamento probabilístico de registros*. Rev. Bras. Epidemiol. Vol. 5, Nº 2; 2002.
- DATASUS, 2014. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>, consultado em dezembro 2015.
- FAIR, M. et al. *An assessment of the validity of a computer system for probabilistic record linkage of birth and infant death records in Canada*. The fetal and infant health study group. Chronic Diseases Canadian; 21(1):8-13; 2000.
- FERNANDES DM. *Concatenamento de informação sobre óbitos e nascimentos: uma experiência metodológica do Distrito Federal 1986-1991* [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais; 1997.
- FELLEGI IP, Sunter AB. *A Theory for Record Linkage*. Journal of the American Statistical Association; 64 (328):1183-1210; 1969.
- GILL L, Goldacre M, Simmons H, Bettley G, & Griffith M. *Computerized linking of medical records: methodological guidelines*. J Epidemiol Community Health 47, 316-319, 1993.
- MACHADO CJ. *A literature review of record linkage procedures focusing on infant health outcomes*. Cad Saúde Pública 20:362-71; 2004.
- MORAIS, N.O.L, BARROS, M.B.A. *Fatores de risco para mortalidade neonatal e pós-neonatal na Região Centro-Oeste do Brasil: "linkage" entre bancos*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(2):477-485; 2000.
- NEWCOMBE, H.B. *Handbook of Record Linkage: Methods for Health and Statistical Studies, Administration, and Business*, Oxford: Oxford University Press; 1988.
- PINHEIRO, R.S.; CAMARGO, J.K.R.; COELI, C.M. *Relacionamento de bases de dados em saúde*. Cad Saúde Colet (Rio J.); 14:195-6; 2006.

- REIS, A.C. *Recuperação de dados da declaração de óbitos (DO) para os menores de um ano por meio da declaração de nascidos vivos (DN)*. Cad Saúde Colet (Rio J.); 14:297-304; 2006.
- SILVA J.P.L.; TRAVASSOS, C.; VASCONCELLOS, M.M.; CAMPOS, L.M. *Revisão sistemática sobre encadeamento ou linkage de bases de dados secundários para uso em pesquisa em saúde no Brasil*. Cad Saúde Colet (Rio J.); 14:197-224; 2006.
- SILVA, C.F. et al. *Unificação (linkage) entre os bancos de dados*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(7):1552-1558.; 2009.
- THEME, F.M.M.; GAMA, S.G.N.; CUNHA, C.B.; LEAL, M.C. *Confiabilidade do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos Hospitalares no Município do Rio de Janeiro, 1999-2001*. Cad Saúde Pública; 20 Suppl 1:S83-91; 2004.
- VIANNA R.C.X.F.; MORO, C.M.C. de B.; MOYSES, S.J.; CARVALHO, D.; NIEVOLA, J.C. *Mineração de dados e características da mortalidade infantil*. Cad Saúde Pública; 26(3); 535-532; Rio de Janeiro; 2010.
- VIANNA, R.C.X.F.; TRINDADE, C.; FREIRE, M.H.; MANSANO, N. *Sistema de Informação para a Investigação da Mortalidade Infantil, no Estado do Paraná, Brasil*. Revista Acadêmica do Instituto de Educação Superior Latino-Americano, v. II. Edições Superiores. Belo Horizonte, 2015.
- WHALEN, D.P.A; Graver L, Busch J. *Linking Client Records from Substance Abuse, Mental Health, and Medicaid State Agencies*. SAMHSA Publication No. SMA- 01- 350. Rockville (MD): Center for Substance Abuse Treatment and Center for Mental Health Services, Substance Abuse and Mental Health Services Administration, 2001.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO PREVISTO COMPORTAMENTAL À LUZ DOS PARADIGMAS EMOCIONAL E ESPIRITUAL: UM MODELO PARA MICROEMPRESAS

*Rubens Teixeira Machado*⁶⁵

RESUMO

Este estudo tem como objetivo viabilizar a espiritualidade e as emoções nas práticas orçamentárias comportamentais em microempresas. Para tanto, desenvolve-se a seguinte equação: $SOPC = CP + CC$ (SOPC: Sistema orçamentário previsto comportamental, CP: Contexto patrimonial, CC: Contexto comportamental). Analisaram-se as contribuições da contabilidade, da física quântica, da psicologia, da neurociência e da informática, baseado numa visão multidisciplinar. Apontando para a visão de possibilidades, em substituição ao racionalismo cartesiano. Valoriza o processo de autoconhecimento e expansão consensual como forma de recursos espontâneos, e explora significativamente um cenário no qual, as ações implementadas num mesmo contexto e num mesmo ambiente, tendam a ser semelhantes, propiciando o verdadeiro capital social. O capital social estaria incorporado à estrutura das relações existentes entre pessoas. Contribui este artigo, para uma teoria social além do individualismo e da análise materialista da História. Por fim, foi utilizada a concepção de temporalidade como determinante no Sistema Orçamentário Previsto Comportamental.

Palavras-Chave: Sistema Orçamentário, Contexto Patrimonial, Contexto Comportamental, Quociente Espiritual, Tomada de decisão em pequenas empresas, Temporalidade.

⁶⁵ *Doutor Em Ciências Empresariais; Pós-Doutor em Psicologia Social.*

INTRODUÇÃO

Observa-se atualmente, a procura incessante pela maximização dos resultados, por meio de processos eficientes e eficazes. Mediante a esta questão, veio à tona, a hipótese do estudo dos processos comportamentais. Nestes processos, o ser humano é o centro da análise, e não apenas, o executor do processo. Busca-se a partir deste estudo, compreender o homem como um ser com características biológicas psicológicas, sociais e espirituais. Buscou-se considerar as suas diferenças pessoais, valorizando-as no contexto, e no ambiente, para a partir de suas particularidades e posteriores análises, procurar entendê-lo. A partir destas análises, objetivou-se obter melhor desempenho em suas funções.

Mesmo reconhecendo que as pessoas exaltam os valores relacionados ao ter, percebe-se, no entanto, que a sociedade está começando por uma procura do real sentido da existência, indo ao encontro do ser. Devido a isto, acredita-se que esta busca não se dá essencialmente por meio do desenvolvimento de aspectos físicos. Vai, além disso, abrangendo processos mentais, morais e espirituais e quando estes inexistem, a reflexão ética é impossibilitada.

Considerando estes aspectos e relacionando-os às microempresas, em detrimento de grandes empresas, percebe-se que as microempresas seriam o lugar ideal para implementação de um contexto comportamental, com ambiente propício a aprendizagem e ao conhecimento dentro de uma psicofera voltada aos colaboradores deste segmento. Isto por que o ambiente de microempresa é um local de possibilidades de aprendizado. Diferentemente da maioria das grandes empresas, cujos processos geralmente são definidos e executados em larga escala.

Não são as organizações que se transformam, mas as pessoas que podem transformar as organizações. Por isso, é preciso estar aberto a novas possibilidades. Apesar das emoções não serem atos racionais, são elas que, por via dos sentimentos, desencadeiam o processo cognitivo. Ao deprender produtivamente a sua energia e sua inteligência, o indivíduo aumenta seus poderes e a sua participação no contexto.

As pesquisas dos neurocientistas afirmam que o cérebro utiliza menos

energia, ao compilar uma sequência de ações numa rotina automática, que se conhece por hábito. O hábito reserva energia para que seja possível ocuparmos com outras tarefas. Baseando-se neste princípio, pretende-se evidenciar que os processos orçamentários necessitam estar devidamente contextualizados na psicofera das microempresas.

Segundo Drucher, “na sociedade do conhecimento, as pessoas precisam aprender como aprender. As matérias podem ser menos importantes do que a capacidade dos estudantes para continuar aprendendo e que a sua motivação para fazê-lo”. O elemento humano, sem o patrimônio, não constitui uma célula social. Assim, o patrimônio sem o elemento humano não constitui uma empresa.

O Sistema Orçamentário Previsto Comportamental (SOPC) tem a ousada pretensão de mudar os paradigmas das microempresas por uma razão muito simples: aumentar suas capacidades de raciocínio por via das pessoas, levando até elas mais conhecimento, e com isso, oferecendo novas realidades. Para isso, devem ser removidos bloqueios e preconceitos para fim de levar o conhecimento a esta grande massa de pequenas empresas.

Não por outras razões, o contexto é fundamental. As pessoas diferentes, num mesmo contexto e ambientes, tendem a ter atitudes semelhantes. O objetivo é que as ações aconteçam e não que esperem que elas aconteçam. É necessário ter, como fator importante, o acompanhamento da caminhada, para que na chegada, as metas estejam cumpridas. É importante entender que cada cérebro é um único “hardware”, mas o “software” se constrói.

Entender que os sobressaltos de possibilidades expandem a percepção dos empreendedores e que esta, leva a força interior para conclusão das metas quando devidamente elaboradas, é uma das condições fundamentais do orçamento comportamental. Acreditar nos colaboradores, independentemente do seu grau acadêmico, cultural, credo e cor é a chave para o sucesso. Porém, é preciso que se contextualizem as microempresas dentro de suas realidades. Segundo Jung: “Pensar de um modo diferente da corrente e do momento, tem sempre caráter clandestino e indecente, parece doentio ou blasfemo.

Consequentemente, é perigoso de maneira social, para o indivíduo”.

A partir deste modelo, as linhas gerais das tarefas são colocadas no contexto deixando aos usuários uma linha mestra a seguir, ou seja, tarefas com fluxos e com estruturação delineada, propiciando ao usuário a flexibilidade de usar suas capacidades para inovar sem sair do contexto. Tendo sempre em vista o foco principal que são as metas estabelecidas.

Não se deve esperar que o público das microempresas não especializado, acredite nos fantásticos e estonteantes fenômenos que ocorrem na realidade da psicofera comportamental. Esses são fenômenos tão fantásticos que o cotidiano intelectual dessas pessoas, no qual se efetiva a maior parte de seu processo cognitivo, não é capaz de oferecer visões ou referências necessárias à sua compreensão.

Entretanto, por mais paradoxal que pareça, não há o direito de deixá-las fora da psicofera comportamental, ao contrário, é necessário criar métodos que possam levar às microempresas a utilização das práticas comportamentais. Deve-se lembrar de que os objetivos gerais devem ser diferentes dos específicos, haja vista que aqueles se manifestam num sentido mais amplo.

Os objetivos específicos apresentam, de forma pormenorizada, detalhada, as ações que se pretende alcançar e estabelecem estreita relação com as particularidades relativas à temática trabalhada. Dessa maneira, servimo-nos de algumas sugestões que perfeitamente se aplicam a eles, tendo como base os objetivos gerais, que deverão estar colocados de maneira simples e acessível dentro do contexto e do ambiente das microempresas.

Não se trata de impor tarefas no contexto e no ambiente, mas sim de entendimento deste contexto e do ambiente dentro da visão clara de que "administradores que dão tarefas, até podem conseguir os resultados esperados, mas nunca vão saber o que mais poderiam ter conseguido".

2. MÉTODO

2.1. $Sop_c = C_p + C_c$

Este sistema acha-se representado pela equação $SOPC = CP + CC$, em que:

- SOPC(Sistema Orçamentário Previsto Comportamental)
- CP (Contexto Patrimonial)
- CC (Contexto Comportamental)

Este sistema orçamentário é composto por um conjunto de planos e políticas que formalmente estabelecidos e expressos, permitem à administração conhecer, a priori, os resultados da empresa e, em seguida executar os acompanhamentos necessários para que esses resultados sejam alcançados e os possíveis desvios sejam analisados, avaliados e corrigidos. Fundamentalmente, o SOPC implica na utilização de conceitos comportamentais aplicados antecipadamente aos fatos decorrentes de planos, políticas e metas para a obtenção dos resultados desejados. Se os meios são maiores que as necessidades, a ociosidade funcional tende a provocar ineficácia na administração. Consta-se que o importante, é o acompanhamento a prazos curtos, com vigilância permanente, pois as disfunções do sistema poderão ser corrigidas a tempo. Isto é, evitar as causas que estão levando as microempresas à situação falencial que se encontram hoje.

Entende-se que num estudo desta natureza, as variáveis qualitativas se destacam na busca de um SOPC integral. Isso por que as decisões humanas são variáveis mais complexas do que os modelos propostos para simulá-las. Eles são aproximações da realidade e baseiam-se na observação do comportamento do decisor.

O componente psicológico está embutido na resultante eficaz do SOPC, e se manifesta por via da sensibilidade situacional, não entender que os aspectos psicológicos estão influenciando nas variáveis e não conhecer as decisões integrais de onde se verifica ser possível exprimir o seguinte enunciado: mudança em uma coisa (variável independente) lógica com influência psicológica produzirá uma mudança em alguma outra coisa (variável dependente) agregada também de

influências psicológicas, as quais irão provocar maior eficácia na resultante.

É preciso entender corretamente qual o sentido que é dado ao conteúdo psicológico. De modo que o senso comum sobre as teorias do comportamento é uma premissa básica para as relações entre pessoas. De modo a ajudar, no sentido de prever as reações e sensibilidades alheias, bem como ajudar a prever algumas variáveis de comportamento dentro de um mesmo contexto e de um mesmo ambiente. Primordialmente no SOPC, conseguiu-se estabelecer uma correlação dos processos com a gestão, esta correlação materializa-se nos planos orçamentários, os quais serão um guia de ação para atingir os objetivos propostos.

2.2. Contexto Patrimonial

O Sistema Orçamentário Previsto Comportamental, por via de seu contexto patrimonial, apresenta uma mudança de paradigma: do resultado para a circulação da riqueza. O conceito de lucro não se sustenta apenas em valores materiais, mas também em valores comportamentais. Bem como, sofrem impactos de uma forte influência dos tempos-conjunturais.

O contexto Patrimonial-CP está estruturado em quatro recursos fundamentais: recursos circulatórios (RC), de terceiros (RT), fixos (RF), recursos próprios (RP). Todos estes recursos estão correlacionados, utilizando cálculos de desvio padrão e de resultantes como forma de determinação de valores. Estes recursos fundamentais funcionam da seguinte maneira, quando abriu-se o membro CP da equação:

$CP = (RC) f(t_0, t_1, [...] t_n); RF f(RC; RF; RT; RP)$ em que:

CP - Contexto Patrimonial

RC - Recursos circulatórios

RF - Recursos Fixo

RT - Recursos de Terceiros

RP - Recursos Próprios

Com o plano orçamentário traçado e devidamente caracterizado no contexto e no ambiente, a preocupação é que siga o curso estabelecido. É necessário deixar claro que o SOPC não acompanha aos modelos tradicionais, fugindo por isso dos padrões de orçamentos existentes, não só porque usa variáveis comportamentais, mas, especialmente, porque estabelece um novo paradigma, que é o foco nos recursos circulatórios nas microempresas condicionados a temporalidade.

A questão é muito mais que saber em que ponto se encontra a empresa ou até que ponto ela pode ir, mas sim saber como ela pode atingir os objetivos propostos dentro de suas realidades. Sabe-se que quando se dá uma atenção ao sistema, sobra energia para as microempresas valorizarem o ser humano. Assim, conferindo maior ênfase aos relacionamentos e desenvolvimento de competências que rotinas cansativas e ultrapassadas que, muitas vezes fogem ao controle e ainda provocam esgotamento nos colaboradores e também tornam os processos mais vulneráveis à possíveis erros.

A ideia do SOPC é permitir por mais tempo que os colaboradores cresçam na organização e estejam mais motivados, ao invés de se ocuparem unicamente com processo de execução. Afinal, o orçamento previsto no SOPC, é sinônimo de estratégia e planejamento. Segundo Drucker, “onde existe uma gerência eficaz, ou aplicação do conhecimento ao conhecimento, sempre se verifica ser possível, obter os outros recursos”.

Portanto, o SOPC, à luz do modelo delineado, principalmente graças às modernas soluções em nível de processamentos informatizados de dados, constitui-se no grande banco de dados do qual deflui as ações para o processo orçamentário, que na sua configuração, liberta-se da “camisa de força” da racionalidade cartesiana para desenvolver-se no mundo das possibilidades. Cálculos avançados são usados, por meio da informática, para depurar todas as informações. Porém, não é objeto deste trabalho.

2.3. Contexto Comportamental

O contexto, se adequando as realidades das microempresas é a forma que se achou para quantificação e qualificação, baseado no axioma: pessoas diferentes num mesmo contexto e ambientes tendem a ter ações semelhantes. Nesse panorama, vê-se um fórum de formação de potencial altamente propício para a experimentação de uma proposta ao nível do SOPC. No qual se pode trabalhar com toda a visão sistêmica e multidisciplinar das microempresas, pois se acredita no efeito multiplicador. Uma vez que o conhecimento, quando compreendido, conduz ao saber e o saber leva ao desenvolvimento moral e ético.

O mundo em suas transformações trava uma batalha pela propriedade da informação mais do que qualquer outro recurso, pois esta se constitui nos tempos atuais em “matéria-prima” no processo decisório. Tão importantes para a era do conhecimento, os ativos intangíveis normalmente representam, em muitas situações, o maior valor das empresas, mas na totalidade das microempresas tais valores não são usados. O conhecimento apresenta-se como uma das principais ferramentas competitivas segundo estes tempos atuais, e é pelo capital humano que se iniciam todas as inovações, os ativos intangíveis, portanto são fontes de recursos sustentáveis às microempresas. O trabalho mental agrega valor, produz riquezas, cria ativos intangíveis, o SOPC procurou sistematizar o sistema por via do UML (*Unified Modeling Language*), usando diagrama comportamental de *Use Case*.

É necessário compreender a espiritualidade e a inteligência emocional. O que falta às microempresas é descobrir esta consciência dentro da esfera do contexto comportamental, já que este pretende levar a real ampliação da consciência de forma equilibrada e realista aos componentes deste segmento de empresas, independente das condições de seus membros. É claro que existem as condições financeiras influenciando no processo, porém não determinam este processo, é o preconceito, o descaso, a péssima educação que o determinam e isto está tão enraizada na cultura brasileira que este processo já é considerado normal. Não se observa alguma preocupação com relação à quantidade de microempresas que fecham as portas por dia. Não há preocupação com relação a

quantas famílias que necessitam viver das benesses do governo, violentando sua dignidade e cidadania por conta de “migalhas”. Ao passo que se houvesse uma observação criteriosa a respeito das microempresas, poderia ser oferecida a estes, uma vida digna, visto que estas empresas são absorvedoras de mão de obra.

As microempresas tornam-se preocupantes, especialmente por que dezenas decretam falência todos os dias. Torna-se corriqueira a ideia de que há solução para estas empresas. Fator que se torna intrigante, principalmente ao se saber que, na cultura das microempresas, há improvisações. Essas ilações nada trazem de útil a estas empresas. Ao contrário, propiciam um mal estar psicológico, uma percepção de desajustamento, exatamente por não estarem preparadas para enfrentarem seus desafios existenciais. As pessoas não são preparadas para atuarem nesse universo fantástico de 85% de microempresas que poderiam levar cidadania e dignidade numa política autossustentável. Ao contrário, os governos preferem socializar a miséria entre os menos favorecidos e distribuir a riquezas entre as elites.

Existe a ideia de que microempresas são “menos importantes” e por isso, são tratadas com descaso. São aplicadas estatísticas baseadas em evidências, ou seja, replicar-se em muitas empresas um mesmo teste no que tange a parte patrimonial. Pode-se até obter resultados semelhantes, porém quando se agregam as variantes comportamentais é exatamente o contrário. Cada empresa tem sua realidade, empresa é única.

Os dados da pesquisa de campo assumiram duas abordagens de pesquisa: a qualitativa e a quantitativa. Foram predominantemente ricas em descrições, atentando para o maior número possível de elementos presentes na situação pesquisada. Sem, no entanto, descuidar aspectos supostamente triviais, mas, possíveis de serem importantes e essenciais para melhor compreensão do problema investigado.

A metodologia usada para efetivação da pesquisa foi a experimental, em razão de este oferecer um controle muito grande sobre as variáveis. Entre os analistas do comportamento, a preferência recai sobre o método experimental indutivo a partir do entendimento de que pesquisadores devam partir da observação de dados para experimentação, buscando identificar padrões e

relações funcionais entre as variáveis.

As atividades deste modelo estão confeccionadas todas em programas de computador, de maneira a permitir o entendimento fácil aos usuários destas informações. Na verdade esse sistema tem a ousada pretensão de viabilizar um modelo que permita atenuar a instabilidade nas microempresas, visando prevenir as causas que as levam “morte” tão fugazmente.

Procura, pois, o SOPC o giro operacional como expressão de valor transitório e sempre renovável, utilizando os aspectos comportamentais como fatores que influenciam a forma como as pessoas ou os grupos agem, pensam, sentem e respondem a estruturação do contexto comportamental, pois as diretrizes devem ser claras a fim de que a dinâmica organizacional seja bem compreendida. As condições para tanto são:

- a) Possibilidades: um pensamento oriundo da percepção de possibilidades propicia que se busque sempre mais, o que nos permite avançar em relação ao pré-estabelecido e sair do pensamento racionalista cartesiano. As possibilidades recusam todas as atitudes que rejeitam o diálogo e a discussão, de qualquer origem: seja de ordem ideológica, científica, religiosa, econômica, política e filosófica. Thomas Khun (autor de *A estrutura das revoluções científicas*) traça o seguinte conceito: “ O desenvolvimento da ciência não se efetua por acumulação dos conhecimentos, mas por transformação dos princípios que organizam o conhecimento.” Trata-se de uma postura de respeito e de transcendência a uma ciência fechada e conservadora. O que proporciona aos novos cientistas ousadas visões reafirmando o valor de cada

sujeito como portador e produtor de conhecimentos.

- b) Transdisciplinaridade: caracteriza-se pela integração além da interdisciplinaridade, não existem fronteiras, sistema inovador, busca superar o conceito de disciplina, é a busca do sentido da vida por via de relações entre os diversos saberes (ciências exatas, humanas e artes...) numa democracia cognitiva, nenhum saber é mais importante que o outro. Todos são igualmente importantes. A transdisciplinaridade é importantíssima porque considera a dimensão da vida e do cotidiano, tendo como foco: sentimentos, emoções, intuição além dos aspectos técnicos.

- c) Princípio da Incerteza - na física quântica, não é possível falar das propriedades de um objeto quântico em si. Tais propriedades possuem significado no contexto da interação do observador com o objeto observado. Como disse Heisenberg: “O que se observa não é a natureza propriamente dita, mas a natureza exposta a este modelo de questionamento”. É o observador quem decide a forma pela qual estabelecerá a medição do objeto e essa disposição determinará, de certa forma, as propriedades do objeto observado.

- d) Processos - Processos são ciclos de trabalho de começo meio e fim bem definidos, embora todo processo tenha fim, ele é contínuo. Quando se fala em processo atenta-se para o funcionamento global, ou seja, um processo

impacta e depende um do outro, pela própria correlação existente entre os elementos do sistema. É notório que pessoas têm que decidir diante de diversas situações e sobre problemas os mais diferentes. Utilizam para isso sua experiência, seus valores e crenças, seus conhecimentos, suas habilidades e filosofia, todos estes elementos norteiam a forma pela qual tomam decisões. Cada um toma decisão baseado em aspectos subjetivos, a subjetividade não tem medida perfeita ela é organizada, daí ser preciso oferecer as microempresas um contexto organizado. Tversky e Kahneman, ganhadores do prêmio Nobel dizem que o ser humano não age tão somente de forma racional, as suas decisões ganham quase sempre um cunho psicológico em que avaliam os resultados pelas suas decisões, pois questões do tipo perda, ganhos, risco, retorno, fracasso, excesso de confiança, certamente induzem em suas escolhas.

Portanto, a maior ênfase está nos relacionamentos e desenvolvimento de competências do que em rotinas cansativas e ultrapassadas que, muitas vezes fogem ao controle e ainda provocam esgotamento nos colaboradores e também tornam os processos mais vulneráveis a possíveis erros. Como já se frisou anteriormente os ativos intangíveis proporcionam recursos espontâneos o que é demonstrado no segundo membro da equação do SOPC:

$CC = f(QI, QE, QS)$ onde:

CC - Contexto Comportamental

QI - Quociente Inteligência

QE - Quociente Emocional

QS - Quociente Espiritual

Quociente de Inteligência QI - É capacidade mental de raciocinar, planejar, resolver problemas, abstrair ideias, compreender ideias, compreender linguagens, aprender e praticar valores comportamentais e num conceito mais amplo, todas as habilidades inerentes a cada indivíduo independente de seus conceitos formais ou informais.

A metodologia experimental permitiu-nos colocar adequadamente a visão racional e a visão de previsão. Previsibilidade é conceito mais manuseável experimentalmente que a racionalidade. Estabelece-se a certeza de que a previsibilidade acompanha os estudos modernos da Física Quântica. Abandona-se a ideia de racionalidade para pensar em possibilidades. O modelo de orçamento comportamental vem à luz, dando espaço ao modelo experimental aberto, consegue se embutir algumas variáveis e prever anexo contexto e ambiente, como será determinada decisão.

Sabe-se que a inteligência humana é um dos aspectos do funcionamento psicológico mais estudado pela ciência. A inteligência pode ser entendida de forma geral, como a capacidade para resolver problemas, pensar abstratamente, para aprender com a experiência e adaptar-se ao ambiente.

Nestas colocações procurou-se basear a aplicação do QI dentro do contexto comportamental lembrando sempre que as situações criadas despertam lembranças e vivências que são associadas às experiências e conhecimentos, é isto que irá compor a base de ações exigidas pelo contexto. É exatamente o que se pretende com o contexto nele devem estar todas as informações e de acordo com suas finalidades devem produzir resultantes capazes. Pela grande influência que tem no QI, a baixa escolaridade nas microempresas merece uma atenção aguçada, pois esta situação passou a fazer parte da cultura brasileira. Em meio à conjuntura, marcada pela presença de um novo simbolismo cultural, a palavra central que guia a vida e o cotidiano de todas as pessoas passa ser a competitividade. A educação escolar que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, passa a ser vista apenas como um instrumental de formação dos indivíduos na disputa por uma posição relevante no mercado de trabalho.

Deste modo, a educação competitiva prejudica as microempresas, pois o que deveria ser massa crítica passa ser apologia à competitividade causando serias consequências às microempresas. A sociedade é uma composição maciça de microempresas espalhada por todo o território nacional e o seu funcionamento está condenado à mão de obra não especializada e ser amortecedora de desemprego. Conforme constatação do IBGE, a pesquisa visa apontar novos paradigmas para as microempresas, de que é possível aplicação de conhecimentos sofisticados nas microempresas desde que sejam levados a estas de maneira simples e compreensíveis as acoplando dentro de contexto comportamental compatível com suas estruturas.

Portanto, Quociente de Inteligência - QI - Quociente Emocional - QE - e Quociente Espiritual - QS _ são capacidades distintas, mas não antagônicas. Pelo contrário, deve-se procurar articulares as competências intelectuais, emocionais e espirituais usando-as para facilitar a razão para gerir funcionalmente as três competências. Utilizando o princípio da correlação entre os quocientes, apesar de realidades separadas, há uma interdependência entre o intelecto, sentimentos e valores espirituais. O homem, na medida em que procura ultrapassar limites pelo meio físico e cultural. Em certo sentido, lançar-se em busca de outras realidades ocorre por conta de uma variedade de desejos sensíveis, emocionais e espirituais que o impulsionam na direção da sua plenitude. No homem as aspirações, necessidades e desejos viabilizam uma existência criativa, inovadora e desafiadora. Os desejos e as necessidades, juntamente com os sentimentos, aspirações e pensamentos, compõem a singularidade da personalidade humana. Segundo a teoria da Administração de Empresas, quanto mais perto da morte corporativa uma empresa estiver, mais profunda e radical deve ser a renovação é o caso das microempresas.

Acredita-se ser o SOPC, o despertar de um novo paradigma para as microempresas. Uma vez que a grande maioria delas está a caminho do fim. A realidade é uma construção de atitudes, no entanto, as microempresas não se vêm como próprias construtoras da realidade. A compreensão do processo saúde-doença envolve concepções adotadas acerca dos fatores que causam a derrocada

das microempresas. Elas estão fundamentadas numa visão materialista, que considera os únicos fatores relevantes no processo como sendo unicamente de natureza física e não numa visão mais ampla, considerando também, os aspectos cognitivos, emocionais e espirituais como determinantes para as microempresas.

Formou-se deste modo, o embasamento teórico a respeito do contexto comportamental, acrescido à justificativa básica. A teoria científica neopatrimonialista de Antônio Lopes de Sá, a qual diz que a qualidade de um conhecimento depende de sua estrutura Epistemológica, ressalta que não há ciência sem a observação de um fenômeno. Assim é necessário compreender porque ocorreu, como aconteceu, quando sucedeu e qual a duração, bem como saber onde aconteceu, o que o diferencia dos outros, quanto significa as circunstâncias que influíram.

O quociente de Inteligência - QI - e o quociente emocional - QE - são capacidades distintas, mas não antagônicas. Deve-se procurar articular as competências intelectuais e as emocionais, usando a emoção para facilitar a razão, e a razão para gerir funcionalmente as emoções. Apesar de realidades separadas, há uma interdependência entre o intelecto e os sentimentos, o que revela a importância de dominar ambas as dimensões.

Pessoas com a inteligência emocional bem desenvolvida têm extrema facilidade de integração e de relacionamento, adaptando-se com sucesso à dinâmica organizacional. Para além de comunicativas e criativas, as pessoas emocionalmente inteligentes possuem um forte sentido de responsabilidade e uma capacidade notável de adaptação à mudança. Segundo David Goleman, “a inteligência emocional é simplesmente o uso inteligente das emoções, isto é, fazer intencionalmente com que suas emoções trabalhem a seu favor, usando-as como uma ajuda para ditar seu comportamento e seu raciocínio de maneira a aperfeiçoar seus resultados”.

A pedra basilar da inteligência emocional é a autoconsciência, isto é, conhecer a presença de um sentimento na altura em que ocorre. As emoções orientam a navegação por estas deliberações, como alerta Goleman, ao defender que "chave para tomar boas decisões pessoais é ouvir os sentimentos".

Reconhecendo as próprias emoções, o ser humano passa, conseqüentemente, a reconhecer as emoções do outro, criando inter-relações mais saudáveis. Com o resultado de milhões de anos de evolução, as emoções formam um sofisticado sistema interno de orientação, uma fonte valiosa de informações que nos ajudam na tomada de decisões.

O que se propõe entre os componentes do contexto comportamental, é o aproveitamento deste fantástico arsenal de conhecimentos emocionais nas microempresas. Ao longo desta pesquisa, constatou-se a importância destes recursos intangíveis para as microempresas. A comprovação de que o uso das emoções traz resultados excelentes, são as visões do cérebro em funcionamento, possibilitadas por métodos inovadores como as novas tecnologias para obter imagens desse órgão. Elas tornaram visível, pela primeira vez na história humana, o que sempre foi uma fonte de profundo mistério: exatamente como age essa intrincada massa de células, quando se pensa, age e sonha. Essa inundação de dados neurobiológicos permite-nos entender mais claramente que nunca como os centros nervosos podem ser usados como forma de obtenção de recursos destinados a enriquecer os recursos circulatórios.

Essa luz sem precedentes sobre os mecanismos das emoções pode ser usada nas microempresas como fonte espontânea de recursos. No vazio deixado pelo não uso das emoções nas microempresas, despejou-se uma enxurrada de pseud. soluções a estas empresas, conselhos bem intencionados baseados, na demagogia, nas promessas e na ilusão em relação às políticas para micro empresa. Hoje a ciência pode finalmente abordar com autoridade essas questões urgentes da psique. Essas questões propõe um desafio aos que defendem uma visão estreita da inteligência, afirmando-se quanto ao QI ser um dado genético e que não se pode mudar com a experiência de vida, e que o determinismo vital se dá por aptidões. Esse argumento ignora a questão mais desafiante em relação à microempresas, que é de que seus funcionários são pessoas de baixo QI ou ainda como diz o IBGE: observadora de mão de obra de baixa qualificação, malogrados adjetivos que esquecem que as aptidões estão

também na chamada inteligência emocional, que inclui autocontrole, zelo, persistência e a capacidade de motivação.

Essas aptidões podem ser ensinadas aos funcionários por meio do contexto comportamental, onde um cenário bem elaborado proporciona uma melhor oportunidade de empregar seu potencial intelectual sem análise de valor, pois, não é possível imputar a eles a desventura de pertencerem a um tecido social que os oprime e condena. Nesta situação no Brasil, em que as microempresas estão jogadas a sua própria sorte, como se ela houvesse é preciso haver soluções criativas que as permitam saírem da situação que se encontram.

No contexto comportamental, não se separa as empresas das pessoas. Visto que, uma é dependente da outra. Assim, é possível afirmar que as paixões, quando bem exercidas têm sabedoria, orientam o pensamento, os valores e a sobrevivência. A questão é: como se torna possível levar inteligência, emoções, civilidade e orçamento comportamental às microempresas. Na sociedade brasileira, como já foi dito, há uma ênfase do valor e importância do puramente racional do que avalia o QI na vida humana. Para o melhor ou pior, a inteligência não resulta em nada, quando as emoções dominam.

As neurociências tem evidenciado que os circuitos nos centros emocionais do cérebro disparam a torrente de hormônios. Estas quais põe o corpo em alerta, tornando-se inquieto e pronto para agir, e a atenção se fixa na ameaça imediata, para melhor calcular a resposta. Se isto é verdade, porque também não é aceitável que as decisões tenham um grande componente de emoções, que quando usados de maneira adequada nos ajudam na tomada de decisão? Segundo Tversky e Kahneman, ganhadores do prêmio Nobel, "o ser humano não age tão somente de forma racional, as suas decisões ganham quase sempre um cunho psicológico".

De acordo com Goleman, o quociente emocional capacita o ser humano a reconhecer os seus sentimentos, lidar com suas emoções, adequando-as às situações e colocando-as a serviço de um objetivo. Reconhecendo as próprias emoções, o ser humano passa, conseqüentemente, a reconhecer as emoções do outro, criando inter-relações mais saudáveis.

Quociente espiritual seria capacidade que todos terem de se assumir perante o "TODO". Seria a forma individual de perceber que a vida transcende a algo que não é possível ver, mas sentir. É como uma medida sobre a capacidade espiritual de cada um. Segundo a filósofa e física da faculdade de Oxford Dra. Dana Zohar, "é uma terceira inteligência que insere atos e experiências num contexto mais amplo de sentido e valor, tornando-os mais efetivos".

O alto QS implica ser capaz de usar o fator espiritual para ter uma vida mais rica e mais cheia de sentido. Ter ou desenvolver inteligência espiritual aumenta horizontes e torna os homens e mulheres mais criativos. É a inteligência que os impulsiona e está ligada à necessidade humana de ter um propósito de vida, respeitando os valores individuais e da sociedade que norteiam as ações da humanidade. Procurou-se inserir no cenário dentro do contexto comportamental O trabalho da Dra. Zohar tem sustentação em pesquisas científicas feitas ao longo da última década, nas áreas de neurologia, neuropsicologia e neurolinguística.

Neste processo, as imagens modificam-se de acordo com os pensamentos do paciente. Uma imagem de corpo todo mostraria conseqüentemente que o corpo humano também se modifica simultaneamente, explicitando a ação dos pensamentos do indivíduo nos seus diversos órgãos. Assim, na medida em que o cenário comportamental compreender a necessidade de avaliar as oportunidades as quais dizem respeito ao quociente espiritual, as microempresas crescerão qualidade em ativos intangíveis. Estes quais elas já possuem, mas que por desconhecimento não percebem.

O modelo adotado pelo mundo dos negócios, baseado no lucro imediato, gerou uma cultura corporativa desconectada de valores mais profundos. O impacto negativo desses modelos reflete-se nas microempresas e como resultante tem-se a situação vexatória em que se encontram estas empresas, porque estes modelos conduzem ao desequilíbrio físico e psicológico nos indivíduos atuantes no seguimento.

Esta pesquisa não é um devaneio de tarde de verão, a procura é constante por bases científicas que provem que é possível a aplicação de orçamentos

comportamentais nas microempresas. Visto que o conhecimento que vai inserir-se em contextos comportamentais, pode muito bem ser colapsado pela energia dos trabalhadores das microempresas, formando sinapses virtuosas por meios resultantes bem elaborados e de fácil entendimento.

O estudo quântico da interação da consciência humana em particular, evidencia a importância fundamental dos pensamentos, pois é a partir deles que se define a interação psíquica e, conseqüentemente o relacionamento psíquico que se estabelecem com diversos grupos de consciências. Ora no momento em que as microempresas são barradas no "baile", são condenadas à "morte" sem nem mesmo de terem a oportunidade de saberem o porquê. A pesquisa encontrou no capital social uma forma de "driblar" as dificuldades apontadas, pois as organizações operam hoje em um mundo de crescente complexidade em que o conhecimento, em constante evolução, põe em evidência a necessidade de se buscar informação fora dos limites fronteiriços formais. Sendo assim, grandes quantidades de conhecimento são adquiridas de fontes externas, processo consumado quando as organizações estendem seus vínculos às organizações e indivíduos de fora.

Tudo que se faz tem uma frequência cerebral associada. Quando ocorre o estresse, as ondas cerebrais possuem uma frequência específica. Ao relaxar, elas têm frequências totalmente diferentes. Os níveis dimensionais não são mais do que diferentes valores de comprimentos de onda. A única diferença entre esta dimensão e qualquer outra é o comportamento da sua forma de onda básica. O que se propõe nesse cenário são condições harmônicas para desenvolvimento de condições que permitam por via de uma estruturação compatível com a realidade das microempresas.

Valores espirituais são indicadores de conduta e permitem medir o comportamento e ações, havendo uma clara distinção de competência, compromisso e consciência. Na Física Quântica, o homem não é mais impotente perante a vida, mas tem o poder de ser criador dela e do mundo. O quociente espiritual encontra-se baseia, como já foi dito, nos estudos realizados por Zohar e Marshall. Estes quais defendem a existência de uma inteligência espiritual,

associada à intelectual e a emocional e relacionada à necessidade humana de ter propósitos e objetivos. Acrescida da concordância com os autores da crença de que há uma profunda relação entre a crise da sociedade moderna e o baixo desenvolvimento da inteligência espiritual.

Segundo Celes (2004), o psíquico não é um ente, mas o fundamento, a condição e o processo pelo qual o humano se constitui como tal. É nesse constante fluxo entre psique e soma que a vida se realiza. O SOPC, na sua gênese, pretende oferecer às microempresas o que tem de melhor: Conhecimento.

O Conhecimento é a chave para o desenvolvimento das microempresas e por consequência da Nação. Acredita-se que ao criar-se uma psicofera de conhecimento dentro de um contexto comportamental devidamente alinhado ao seu próprio ambiente, são oferecidas as condições para absorção e melhora do capital humano nas microempresas. O SOPC procura compreender e oferecer de maneira simples os modelos que permeiam o mundo que rodeia os indivíduos e que estão a interagir com o ambiente empresarial.

- a) oferece soluções e não apenas memorizar procedimentos
- b) explorar modelos e não apenas memorizar fórmulas
- c) formular conjecturas e não apenas fazer exercícios

3. RESULTADOS

3.1. Desenvolvimento do SOPC

Desenvolve-se o Sistema Orçamentário Previsto Comportamental como sendo um sistema de informação que recebe e processa dados dos eventos futuros definidos pelo processo de planejamento, gerando informações que subsidiam as ações nas microempresas. Nesse “novo” modelo de sistema de orçamento

comportamental, os colaboradores são induzidos e motivados a trabalhar segundo as orientações contextualizadas. Com base nessas premissas básicas é possível se verificar que o SOPC, por se tratar de um modelo preocupado com os aspectos comportamentais nas microempresas, não se vê tolhido por questões patrimoniais, pois seu interesse é a maior veracidade das informações para fins de tomada de decisão. É propósito não rejeitar os princípios orçamentários, mas questionar aqueles que não aceitam pressupostos para atingir maior realismo orçamentário.

3.2. Lançamentos Orçamentários

Atualmente nenhuma empresa pode abdicar da informática, é por meio dela que se tornam mais fáceis a resolução dos problemas. O mundo está informatizado. Se hoje se vive na era da informação, isto se deve ao avanço tecnológico na transmissão de dados e as novas facilidades de comunicação. Portanto torna-se muito difícil pensar em mudanças, transformações, inovações em uma empresa sem que seus processos estejam informatizados. Infelizmente esta realidade ainda não chegou à grande maioria das microempresas. Por esta razão, o SOPC procurou sistematizar toda a complexidade orçamentária comportamental, na parte interior (dentro) do programa, exteriorizando uma forma simples de aplicação do mesmo, a experiência de mais de trinta anos de consultor alicerçou a decisão.

Sem a informática, não haveria possibilidade de desenvolvimento do SOPC, pois haveria extremas dificuldades de efetuar a correlação entre as variáveis. O previsto deste sistema assume a ideia de previsibilidade por ser um conceito mais “manuseável” experimentalmente que a racionalidade, permitindo mais rapidez. Deste modo, naturalmente submetendo-se a todo um processo estabelecido pelo SOPC, conforme afirma Heisenberg: “o que se observa não é a natureza propriamente dita, mas a natureza exposta ao modelo de questionamento.”

Portanto é o observador (analista, consultor) quem decide a forma pela qual estabelecerá a medição do objeto observado. Nas microempresas, isto assume contornos dramáticos em razão destas verdades estarem calculadas por meio de aspectos quantitativos (índices), e ainda para completar nem sempre confiáveis.

Em razão do tamanho das microempresas foi possível criar um cenário em que pudesse ser possível expandir o axioma: “pessoas diferentes num mesmo contexto e num mesmo ambiente tendem a ter ações semelhantes”. Trabalhou-se nesse sentido com o UML (Unified Modeling Language) Use Case, porque o UML é um modelo de linguagem não um método, o que permitiu maior flexibilidade na parte da Psicologia na informática onde se tratou da modelagem de comportamento para a criação do sistema na informática.

3.3. Amostragem

A composição da amostragem foi baseada em balanços e balancetes de trinta e seis meses das onze empresas do Grupo Saturno. Os dados foram colocados em planilhas de computador a fim de serem analisados, os dados foram analisados individualmente, isto é no universo dos três anos foram analisados os dados de cada empresa em primeiro lugar, depois estes dados foram compilados de maneira que fosse permitida a análise das variações ocorridas nas variáveis programadas, na amplitude da liquidez e da resultabilidade. A procura foi no sentido de encontrar a estrutura ideal para o arcabouço do SOPC, entendendo que estes dados não deveriam ser aleatórios, mas sim reais, no sentido de fundamentar de maneira sólida, o sistema.

Procurou-se evidenciar a ideia de que investir bem e desinvestir melhor ainda é a chave do sucesso, pois, esta clara a ideia de que desinvestimento impõe condição de incremento reintegrador e não apenas o resgate de um valor despendido; não é o dinheiro de volta que essencialmente interessa, mas a “força produtora da atividade”.

CONCLUSÃO

Uma das premissas fundamentais de um trabalho científico é possuir aplicabilidade ou importância a nível prático ou teórico face às considerações expostas na introdução e no corpo deste trabalho. Caracterizam uma solução para o problema orçamentário nas microempresas. Este trabalho apresentou uma

contribuição eminentemente prática.

Procurou-se observar os ditames do rigor científico no que diz respeito aos dois parâmetros gerais que configuram a solução desenvolvida para um determinado problema: abrangência e a profundidade. Evidentemente na observância desses dois parâmetros nos limitou-se à configuração do problema colocado no início do trabalho, ou seja, contribuir com um modelo orçamentário comportamental para as microempresas. A tônica do trabalho pautou-se sob a ótica da interação e correlação da multidisciplinaridade no modelo proposto.

Os ativos intangíveis, como as qualificações dos colaboradores, a tecnologia da informação e os incentivos à inovação, por exemplo, desempenham papel preponderante na criação de valor para micro empresa. Os sistemas tradicionais de mensuração, porém, não foram concebidos para lidar com a complexidade desses ativos, cujo valor é potencial, indireto e dependente do contexto. Dai usar uma variável contextual para poder avaliar estes ativos intangíveis. O fato de que os ativos intangíveis(os quocientes: inteligência, emocional e espiritual) são verdadeiramente valiosos, mas ainda não convencem o “núcleo duro” dos orçamentos tradicionais.

Os ativos baseados no conhecimento devem ser avaliados com extrema cautela, porque seu impacto sobre o destino de qualquer negócio é tremendo. Por este motivo o SOPC, alicerçou-se cientificamente na multidisciplinaridade. Além disso, procurou-se colocar toda parte avançada do sistema “dentro” do software, proporcionado com isso um entendimento fácil na parte de operação do sistema orçamentário.

A metodologia experimental usada no SOPC nos permitiu a construção de cenários, os quais testados apontam a direção a tomar. O SOPC revelou uma mudança de paradigma, ao dar prioridade aos recursos circulatórios. Isso ocorre por considerar que estes, constituem a verdadeira riqueza patrimonial. Enquanto os orçamentos tradicionais baseiam-se na ideia de resultado, preocupando-se em demasia com as despesas e os custos.

O trabalho buscou resgatar o passivo social do País, por meio das

microempresas. Para tanto é necessário que elas sejam protagonistas na geração de empregos, e para que isto aconteça precisa que melhorem sua gestão.

Por fim, conclui-se que este estudo não tem a intenção de esgotar esta temática, mas apenas dar início a uma linha que aprofunde essa discussão. Fica, pois, a certeza de que apenas iniciaram-se alguns estudos sobre a matéria versada.

REFERÊNCIAS

DRUCKER, P. F. *As Novas Realidades*. São Paulo: Pioneira, 1989.

GOLEMAN, D. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HEISEMBERG, W. *Física e Filosofia*. Brasília : UNB, 1981.

JUNG, C.G. *El Hombre y sus Simbolos*. Madrid: Aguilar, 1968.

KAHNEMAN, D. TVERSKY, A. *Prospect Theory: an analysis of decision under risk*. *Econometrica*, 1979.

RUIZ, J.A. *Metodologia Científica*, São Paulo: Atlas, 1976.

SAAL. *Teoria Geral do Conhecimento Contábil*. Minas Gerais: Ipatinga Una: MG, 2012.

ZOHAR, D. *QS Inteligência Espiritual*. Lisboa; Sinal de Fogo Publicações, 2004.

ZOHAR, D. *Inteligência Espiritual*. In: *Revista Exame*, Rio de Janeiro: Abril, 2000.

ADOCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO LIBERDADE I

*Ruth Herculano Pinto*⁶⁶

RESUMO

Este estudo descritivo-exploratório tem por objetivo indicar os fatores e sinais de adoecimento entre os profissionais da saúde da Unidade de Estratégia de Saúde da Família (UESF) do bairro Liberdade I de Parauapebas – PA, que é composta por três equipes. Participaram do estudo todos os integrantes das equipes da UESF, no período de fevereiro a junho de 2015, mediante levantamento nos relatórios nas pastas funcionais destes profissionais e entrevistas, que posteriormente foram submetidos à análise estatística descritiva. Os resultados mostraram que metade dos profissionais que trabalham na área saúde apresentou absenteísmo. A categoria mais acometida foi a de Agente Comunitário de Saúde, do sexo feminino e com vínculo empregatício. Os principais tipos de adoecimento foram os problemas osteomusculares e respiratórios. Concluiu-se que se faz necessária uma investigação mais ampla sobre o significado do absenteísmo na visão dos profissionais de saúde, indicando a necessidade de uma melhoria das condições de trabalho e saúde da no intuito de entender os fatores predisponentes à sua ocorrência e estabelecer medidas para prevenção do adoecimento.

Palavras-chave: Saúde, Trabalho, Estratégia Saúde da Família, Absenteísmo.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores da saúde constituem uma categoria profissional numerosa e diversificada. Portanto, cada vez mais tem sido alvo de estudos. Isso ocorre em razão das peculiaridades dos seus serviços, os quais têm sido

autoranda em Gestão em Saúde Pública pela UCES, Mestre em Terapia Intensiva pela
ista em Enfermagem Obstrétrica pela UFPI.

associados a adoecimento ocasionado pelo trabalho. Dessa forma, é necessário compreender as relações de trabalho e como é feito o trabalho destes profissionais e o impacto da atividade laboral na saúde dos referidos trabalhadores. É este o objetivo deste trabalho.

Nesse sentido notam-se muitos fatores que interferem diretamente na saúde desses profissionais, dentre eles destacam-se questões intrínsecas do indivíduo como o consumismo, o individualismo, a competitividade e a agressividade imposta pelo ritmo de trabalho. Além disso, cabe destacar os fatores relacionados às especificidades do trabalho em saúde com o trabalho em turnos, trabalho noturno, o fato de lidar diretamente com o sofrimento alheio, a baixa remuneração, o ambiente insalubre, a fragilidade dos vínculos, entre outros (FRANÇA; RODRIGUES, 2006; MARTINS et al., 2000; SCHIMIDT, 2009).

O Absenteísmo, absentismo ou ausentismo é uma expressão utilizada para designar a falta do empregado ao trabalho. Essa ausência pode ser explicada por inúmeros motivos, entre eles, o adoecimento e o acidente de trabalho devido às possíveis condições inseguras e inadequadas no trabalho e/ou agentes estressantes que provocam desequilíbrio psicológico e físico (ALMEIDA; LAUS; ANSELMINI 2008).

O absenteísmo nas instituições de saúde vem surgindo em decorrência a atestados médicos, pelo desgaste físico, psicológico e social, tendo como consequência, o adoecimento (Silva, 2012). Este tipo de absenteísmo está cada vez mais recorrente entre os profissionais de saúde, podendo implicar em problemas para a equipe já que a falta de um membro da equipe é extremamente danosa, principalmente em equipes de estratégias de saúde da família. que possuem atendimentos e ações agendadas, trazendo prejuízo para o paciente e até a comunidade.

A Unidade Estratégia Saúde da Família (UESF) do Liberdade I, abrange 03 (três) Equipes Estratégia Saúde da Família (ESF), compostas cada uma por um enfermeiro, um médico, um odontólogo, um técnico de enfermagem, um técnico em saúde bucal e sete agentes comunitários de saúde. Nesta instituição

ainda inclui-se dois recepcionistas, dois auxiliares administrativos, dois auxiliares de serviços gerais, um vigilante e um gerente, totalizando quarenta e quatro profissionais que trabalham na saúde.

Esta UESF fica no bairro Liberdade do município de Parauapebas no sul do Pará. Neste município existem 12 ESF, cada equipe cobre em média cerca de 4.000 pessoas de cada comunidade. Todos os profissionais trabalham em horário administrativo de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, em turno diurno, sendo procedimentos e atendimentos relacionados a atenção primária em saúde: consultas, visitas domiciliares, palestras, dentre outras.

Na tentativa de elucidar a temática do absenteísmo existente nesta UESF, o presente trabalho tem por objetivo indicar os fatores e sinais de adoecimento entre os profissionais da saúde que trabalham nesta unidade de saúde, podendo direcionar políticas de cuidado à saúde do trabalhador com vistas à melhoria da qualidade de vida e saúde dos profissionais da enfermagem, além de contribuir para propostas que busquem atenuar os prejuízos do absenteísmo (MARTINATO, 2010)

1. METODOLOGIA

O estudo é de natureza descritiva e exploratória e foi realizado na Unidade Estratégia Saúde da Família do Liberdade I. Trata-se de uma unidade de saúde da Atenção Primária em Saúde, onde atende uma área limitada de cerca de 12.000 habitantes do bairro Liberdade do município de Parauapebas.

A população estudada foi constituída de 44 profissionais que trabalham na saúde: enfermeiros, médicos, odontólogos, técnicos de enfermagem e saúde bucal, agentes comunitários de saúde, recepcionistas, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais, vigilante e o gerente da unidade, que também é enfermeiro. Foram incluídos todos os profissionais que trabalhavam nesta UESF no período da coleta de dados e que concordaram em participar da pesquisa.

Após os profissionais terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realizou-se a coleta de dados no período de fevereiro a junho de 2015. Realizou-se por meio do levantamento do número de ausências ao trabalho dos

profissionais da unidade de saúde, nos relatórios mensais, onde constam informações de todos os profissionais que apresentaram faltas no decorrer desses meses.

Posteriormente, foram analisadas as pastas funcionais destes profissionais que apresentaram faltas no referido período, sendo investigadas as seguintes variáveis: categoria profissional idade, sexo, tempo de trabalho na instituição, licença-saúde, período de afastamento e classificação internacional de doenças (CID 10).

Além disso, foi realizada pesquisa com dois tipos de questionários – um deles consta a identificação, capacitação profissional e a relação saúde-doença e outro questionário de qualidade de vida (WHOQOL-Bref adaptado), com o intuito de confrontar com os resultados dos relatórios mensais e pastas funcionais. Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro semestre de 2015, a UESF do Liberdade I, possuía em seu quadro 44 profissionais trabalhando na saúde, todos concordaram em participar da pesquisa. Destes, 63,6% apresentaram pelo menos uma ausência não prevista no período, totalizando 220 (100%) ausências. Sendo 60% por licença-saúde (132), 31,2% (83) por licença-natalidade e 8,8% (05) por faltas não justificadas.

Na tabela 1 verificou-se, por categoria, a proporção de profissionais que apresentaram ausências e a comparação entre a proporção da média total neste período. Observa-se que a categoria de agentes comunitários de saúde compreende a proporção maior de profissionais das equipes, perfazendo 47,71%. É seguida pelas categorias de técnicos de enfermagem e de saúde bucal, enfermeiros, médicos e odontólogos com 6,81% cada e de recepcionistas, auxiliares administrativos e de serviços gerais, com 4,55% cada um deles. Já os vigilantes e gerentes representam 2,3%, cada um deles.

Tabela 1. Distribuição da média de profissionais por categoria profissional e média de ausência não previstas no primeiro semestre de 2015. UESF Liberdade I. Parauapebas- PA

	Média de profissionais		Profissionais ausentes	
	Nº	%	Nº	%
Agentes Comunitários de Saúde	21	47,71	19	67,85
Técnicos de Enfermagem	03	6,81	02	7,15
Técnicos de Saúde Bucal	03	6,81	00	00
Médicos	03	6,81	02	7,15
Enfermeiros	03	6,81	01	3,57
Odontólogos	03	6,81	01	3,57
Recepcionistas	02	4,55	01	2,27
Auxiliares administrativos	02	4,55	01	2,27
Auxiliares de Serviços Gerais	02	4,55	01	2,27
Gerente	01	2,30	00	00
Vigilante	01	2,30	00	00
Total	44	100,00	28	100,00

Em relação à quantidade de profissionais ausentes, a categoria de agentes comunitários de saúde foi o que apresentou o maior número de profissionais ausentes com 67,85%, seguido pelos técnicos de enfermagem e médicos com 7,15% cada. Depois pelos enfermeiros, odontólogos com 3,57% cada e depois pelos auxiliares administrativos e de serviços gerais com 2,27%. Já para os técnicos de saúde bucal, gerentes e vigilantes não foram constatadas faltas não previstas no primeiro semestre de 2015.

Tabela 2. Distribuição da média de absenteísmo por categoria profissional e vínculo empregatício no primeiro semestre de 2015. UESF Liberdade I. Parauapebas- PA

Categoria profissional	Média de absenteísmo	
	Nº	%
Agentes Comunitários de Saúde	169	76,81
Técnicos de Enfermagem	09	4,09
Técnicos de Saúde Bucal	00	00
Médicos	16	7,2

Enfermeiros	06	2,7
Odontólogos	03	1,36
Recepcionistas	07	3,18
Auxiliares administrativos	07	3,18
Auxiliares de Serviços Gerais	03	1,36
Gerente	00	00
Vigilante	00	00
Total	220	100,00

De acordo com a tabela 2, a categoria profissional que mais apresenta ausências não previstas no trabalho é a de agentes comunitários de saúde. Além de serem em maior número, nesta unidade de saúde são os únicos profissionais sob regime estatutário.

Algumas pesquisas relacionam menor índice de absenteísmo associado ao menor número de profissionais e ao seu grau de responsabilidade com a equipe, determinando uma obrigação de maior permanência no trabalho. O tipo de vínculo de trabalho também tem influência. Fica evidente também que o maior número de faltas estavam relacionadas aos profissionais concursados, e segundo a tabela 3, verifica-se que apenas os agentes comunitários de saúde possuem esse tipo de vínculo. A relação com a estabilidade no emprego e o tempo de contratação aumenta a possibilidade de faltas não previstas, sendo elas justificadas ou não.

Durante a entrevista, verificou-se que poucos profissionais possuem mais de um emprego. Estes são médicos, odontólogos e um dos enfermeiros. As faltas constatadas nesse grupo são justamente dos profissionais que possuem mais de um vínculo empregatício.

Apesar de terem que lidar com uma carga horária de 40 horas semanais, esses profissionais trabalham cerca de 20 horas fora desse horário, no período noturno e fim de semana. As prolongadas jornadas de trabalho, comprovadamente contribuem para o absenteísmo. Quando indagado o motivo de possuírem mais de um vínculo empregatício, relacionaram principalmente a instabilidade e salários insuficientes.

Os dados demonstram a predominância do sexo feminino com relação ao absenteísmo e expõe o fato de que as mulheres realizam dupla jornada de trabalho, o que na maioria das vezes não é caracterizada por dois empregos. Abreu (2009) menciona os distúrbios ligados ao ciclo hormonal como determinantes do absenteísmo entre as mulheres.

Tabela 3. Características dos profissionais da UESF-Liberdade com ausências não previstas, segundo variáveis demográficas e profissionais, período de fevereiro a junho de 2015.

Variáveis	Nº	%
Sexo		
Masculino	08	18,18
Feminino	36	81,82
Faixa etária (anos)		
21 - 29	06	13,63
30 - 39	27	61,36
40 - 49	08	18,18
50 - 59	03	6,82
Estado civil		
Solteiro	02	4,55
Casado	09	20,45
Estável	30	68,18
Divorciado	01	2,27
Separado	03	6,82
Viúvo	01	2,27
Mais de um vínculo de trabalho		
Sim	06	13,64
Não	38	86,36
Tipo de vínculo		
Contratado	21	47,72
Concursado	23	52,28
Tempo de instituição		
< 1	03	6,82
1 a 5	38	86,36
6 a 10	03	6,82
>10	00	00

Quanto ao tempo de trabalho na instituição, a maioria (86,36%) apresenta tempo de 1 a 5 anos; verificando um aumento do absenteísmo entre os trabalhadores que possuíam mais de 2 anos de tempo de serviço na instituição.

Tabela 4. Ocorrência de doenças atestadas que apresentaram ausências e agrupadas pelo CID, no primeiro semestre de 2015. USEF do Liberdade I. Parauapebas - PA.

Grupo	Atestados	%
Causas externas de morbidade e de mortalidade	01	3,57
Gravidez, parto e puerpério	02	7,14
Doenças do aparelho circulatório	02	7,14
Doenças do Aparelho Geniturinário	01	3,57
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	04	14,29
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais	04	14,29
Doenças do aparelho digestivo	04	14,29
Doenças do aparelho respiratório	06	21,43
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	08	28,57
Total	28	100%

Na tabela 4 observa-se maior ocorrência de doenças do sistema osteomuscular que é predominante entre a enfermagem e agentes comunitários de saúde. Destaca-se que os procedimentos realizados pela equipe de enfermagem as longas caminhadas e em locais de difícil acesso, muitas vezes levando algum tipo carga com equipamentos contribuem para aparecimento desse tipo de doença.

Tabela 5. Período de afastamento dos profissionais de enfermagem que apresentaram ausências por motivo de adoecimento. Segundo semestre de 2015. UESF do Liberdade I. Parauapebas – PA.

Período de afastamento (dias)	Número de licenças	%
De 01a 03	17	60,71
De 04 a 14	09	32,14
>15	02	7,15
Total	28	100

Na tabela 5 revela 60,71% das ausências não previstas tem duração igual ou inferior a três dias e que dispensam a perícia média. Portanto os critérios de concessão e os protocolos utilizados para se conceder o atestado de licença-saúde podem influenciar a incidência de absenteísmo e sua duração. Também foi avaliada a qualidade de vida por meio do questionário WHOQOL – bref adaptado. OWHOQOL-bref é uma propriedade da Organização Mundial da Saúde. Apesar disso pode-se usar e copiar o questionário.

Este questionário foi aplicado visando como as questões relacionadas a qualidade de vida interferem no absenteísmo.

Tabela 6. Média da relação da qualidade de vida por categoria profissional no primeiro semestre de 2015 da UESF do Liberdade I. Parauapebas – PA

Profissão ou cargo	Domínio Físico	Domínio Psicológico	Domínio Relações Sociais	Domínio Meio Ambiente
Médico	3,7	4,7	3,3	3,7
Enfermeiro	3,5	4,7	3,3	3,0
Odontólogo	4,0	4,5	3,5	3,5
Gerente	3,7	3,5	3,3	3,5
Técnico de enfermagem	3,0	4,5	3,0	3,5
Técnico em Saúde Bucal	4,0	3,5	3,5	3,5
Agente Comunitário de Saúde	3,0	3,0	3,7	3,7

Auxiliar Administrativo	3,5	3,5	3,3	3,5
Auxiliar de Serviços Gerais	3,0	3,5	3,3	3,5
Vigilante	4,0	4,0	3,5	3,5

De acordo com a tabela 6 os agentes comunitários de saúde que foram os que mais apresentaram problemas de absenteísmo por problemas osteomusculares foram o que mais apresentaram também o menor índice em relação ao domínio físico o que confirma a relação de um dos fatores das ausências não previstas.

CONCLUSÃO

O estudo possibilitou caracterizar o absenteísmo entre os profissionais que trabalham na Unidade de Estratégia Saúde da Família do Liberdade I que apresentaram ausências não previstas no trabalho. O sistema de saúde tem demonstrado tardiamente seu interesse pelos temas referentes às cargas de trabalho, obrigações e riscos a que estão expostos os trabalhadores, bem como suas atividades realizadas em função daqueles que são objetos de seu cuidado (ANDRADE et al, 2013).

Existe uma grande necessidade de humanizar o trabalho do profissional para obter, conseqüentemente, uma boa atenção aos clientes, objeto de sua responsabilidade, mas para isto é necessária uma atenção especial à sua própria saúde, que precisa ser valorizada (MAURO et al., 2010). Portanto, o absenteísmo é um problema gerencial e deve ser analisado e combatido como desenvolvimento de programas e eventos que gerem bem-estar aos funcionários.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Renata Maria Dias; SIMÕES, Ana Lúcia Assis. Ausências por Adoecimento na Equipe de Enfermagem de um Hospital de Ensino. *periodicos.uem.br*, v. 8, n. 4 2009.

- ANDRADE, T.B. D.;SOUZA M.D.G.C.D.; SIMÕES,MDPC; ANDRADE, F.B.D.A. Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. *Scientia Medica*. 2008 out/dez;18(4):166-71
- FRANÇA, A.C.L., RODRIGUES, A.L. Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas; 2006.
- MARTINATO, Michele; SEVERO, Danusa; MARCHAND, Edison; SIQUEIRA, Hedi. Absenteísmo na Enfermagem: Uma revisão integrativa. *Rev. Gaúcha de Enf.*, Porto Alegre, mar. 2010.
- MARTINS LMM, BRONZATTI JAG, VIEIRA CSCA, PARRA SHB, SILVA YB. Agentes estressores no trabalho e sugestões para amenizá-los: opiniões de enfermeiros de pós-graduação. *RevEsc Enfermagem USP* 2000; 34(1):52-8.
- MAURO, M. Y. C., et al. Condições de Trabalho da enfermagem nas enfermarias de um hospital universitário. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, p. 13–21. Abr–jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n2/05.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.
- NETO, Alonso Dias. Absenteísmo nas Empresas. Brasília. [TCC]. Curso de Administração do UniCEUB. 2006. p. 42.
- SCHMIDT, Denise Rodrigues Costa. Qualidade de vida no trabalho e sua associação com o estresse ocupacional, a saúde física e mental e o senso de coerência entre profissionais de enfermagem do bloco cirúrgico. 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem Fundamental) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.
- SILVA, Cinthya Danielle de Lima e; PINTO, Wilza Maria. Riscos ocupacionais no ambiente hospitalar: fatores que favorecem a sua ocorrência na equipe de enfermagem. *Saúde Coletiva em Debate*, 2(1), p. 62-29, dez. 2012.

MAIORIDADE PENAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Silvana Lemes de Souza

RESUMO

O presente artigo objetiva identificar os fatores biológicos, psicológicos e sociais que permeiam o universo da criança e do adolescente, bem como apresentar uma retrospectiva sócia histórica sobre o tema Maioridade Penal. Dentre as questões abordadas, pretende-se constatar se de fato a redução da idade penal irá reduzir a criminalidade cometida por jovens e adolescentes. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico a partir do que foi depreendido que as abordagens acerca do tema estavam voltadas aos aspectos jurídico e político, em detrimento do psicológico. Sendo assim, constatou-se a necessidade de uma abordagem voltada para a Psicologia Social. Com a realização da pesquisa, constatou-se que a redução da maioridade penal, enquanto medida de redução da delinquência, está distante de ser eficaz, porquanto se trata de questão que ultrapassa os âmbitos legais e políticos, necessitando de sustentação na Psicologia Comportamental, Educacional e Social.

Palavras-Chave: Direito Penal, Inimputabilidade Penal, Maioridade Penal, Delinquência Juvenil, Socialização.

INTRODUÇÃO

O tema Maioridade Penal tem sido um assunto recorrente nos meios acadêmicos, principalmente nos cursos de Bacharelado em Direito, Psicologia e Psicologia Social. Frequentemente tem sido citado e divulgado nos meios de comunicação e retomado, quando ocorrem crimes que levam à comoção social. Uma grande parcela de representantes do poder Legislativo vem apresentando propostas que visam reduzir a maioridade penal, na expectativa de que tal ação

possa de fato, reduzir a criminalidade entre os jovens. Uma vez que segundo eles, a crença na imputabilidade penal faz com que muitos jovens cometam delitos e até mesmo crimes considerados hediondos, em virtude da certeza da não punibilidade pelo fato de não terem atingido a maioridade penal.

Inúmeras discussões ocorrem em torno da diminuição da maioridade penal, bem como produções científicas que tratam do tema com muita cautela. Os discursos tanto os favoráveis como os que são contrários a essa medida geralmente partem do âmbito jurídico, mais precisamente da segurança pública, do âmbito psicológico e do político.

Esses inúmeros debates em torno dessa questão, podem ser vistos como um indicador de uma problemática que ultrapassa a esfera jurídica e adentra um universo bem mais amplo do que se imagina. A partir do momento que se analisa o crescimento dos índices de crimes brutais atribuídos à criança e ao adolescente, percebe-se que algo de errado ocorre no seio da sociedade.

Tanto defensores como opositores ainda não encontraram acordo para a questão. Uma parcela de estudiosos do tema acredita que com a aprovação de tal medida, a criminalidade poderá diminuir, visto que o menor infrator passaria a responder criminalmente pelos atos praticados. Por outro lado, estudiosos do tema afirmam que a diminuição da maioridade penal em nada vai resolver ou minimizar o grande índice de jovens que cometem infrações. Psicólogos, psicanalistas educadores, dentre outros, defendem que uma grande parcela desses jovens não atingiu a maturidade suficiente para refletirem sobre o ato praticado. A justificativa para tal crença se fundamenta no fato de que a idade não é sinônima de maturidade.

Das teorias sobre desenvolvimento e cognição do ser humano, embora seja constatada que o marco da fase adulta, é a idade a partir dos 18 anos, teorias recentes indicam que o marco da fase adulta está relacionado à maturidade. É o período em que indivíduo atinge seu grau de responsabilidade e discernimento do ato praticado ou a praticar. Dessa forma, pode-se salientar que o cumprimento de uma pena mais severa não levaria o adolescente a uma

ressocialização, visto que a maioria dos adolescentes que praticam infrações penais tende a reincidir os atos.

Sendo assim, o presente artigo tem como intenção primeira, apresentar ao leitor, uma retrospectiva sócia histórica sobre o tema Maioridade Penal, pontuando questões sobre a legislação e a forma com que a sociedade convive com esse dilema. Dentre as questões abordadas, pretende-se questionar se de fato a redução da idade penal irá reduzir a criminalidade cometida por jovens e adolescentes.

O objetivo desse artigo é identificar os fatores biológicos, psicológicos e sociais que permeiam o universo do adolescente infrator e o impacto no comportamento humano.

Acredita-se que a redução da maioridade penal, enquanto medida de redução da delinquência entre os jovens e adolescentes, está distante de ser uma medida eficaz contra os crimes cometidos por essa parcela de jovens. Isso por que são questões que ultrapassam âmbitos legais e políticos. Tendo, portanto, suas bases de sustentação na Psicologia Comportamental, Educacional e Social.

Dessa forma, fará parte desse artigo, uma análise do panorama sobre a questão da diminuição da maioridade penal no passado, presente e futuro. Bem como analisar o comportamento do adolescente infrator, utilizando como parâmetros as fases do desenvolvimento humano.

1. MAIOTIDADE PENAL, PASSADO E PRESENTE

1.1. Das Ordenações Filipinas ao ECA

De acordo com (LOPES, 2006), as Ordenações Filipinas receberam esse nome em virtude de terem sido promulgadas no reinado de Felipe II, rei da Espanha em vigência do ano de 1603. O Brasil por sua vez utilizou-se dessas Ordenações até 1830, ano em que foi instituído o primeiro Código Penal do Império, pois até então, o país era regido era regido pelas Ordenações Filipinas, que por sua vez estruturavam as leis em 5 livros. O Livro I, tratava do Direito Administrativo e organização Judiciária, o Livro II abordava o Direito dos

Eclesiásticos, do Rei, dos Fidalgos, e dos Estrangeiros. Já no Livro III, as questões se limitavam ao Processo Civil, posteriormente o Livro IV, estabelecia as regras sobre Direito Civil e Direito Comercial. Finalmente o Livro V, discorria sobre Direito Penal e Processo Penal. No que diz respeito à questão da imputabilidade penal, as Ordenações Filipinas apenas asseguravam ao menor de dezessete a não aplicação da pena de morte como segue:

Quando algum homem, ou mulher, que passar de vinte anos cometer delito, dar-lhe-á a pena total, que lhe seria dada, se de vinte e cinco anos passasse. E se for de idade de dezessete anos até vinte, ficará ao arbítrio dos julgadores darem-lhe a pena total, ou diminuir-lha. E nesse caso olhará o julgador o modo com que o delito foi cometido e as circunstancias dele, e a pessoa do menor; e se achar em tanta malícia, que lhe pareça que merece pena total, dar-lhe-á, posto que seja de morte natural. E parecendo-lhe que não o merece poder-lhe-á diminuir, segundo qualidade, ou simpleza, com que achar que o delito foi cometido. E quando o delinqüente for menor de dezessete anos cumpridos, posto que o delito mereça morte natural, em nenhum caso lhe será dada, mas ficará em arbítrio do julgador dar-lhe outra menor pena. E não sendo o delito tal, em que caiba pena de morte natural, se guardará a disposição do Direito comum (SARAIVA, 2005).

No período compreendido anterior à Independência política do Brasil, ou seja, até meados de 1808, com a vinda de D. João VI e a família Real ao Brasil, as leis que prevaleciam eram as Ordenações Filipinas e o Direito canônico. De

acordo com o tradicional catecismo católico a idade da razão era atingida aos sete anos, sendo assim, a imputabilidade penal iniciava-se aos sete anos de idade.

1.2. Código Penal do Império de 1830

Em 1830, com a Proclamação da Independência Política do Brasil, foi criado o primeiro Código Penal do Império, que por sua vez, fixava a idade da imputabilidade penal plena em 14 anos. De acordo com o novo ordenamento, os menores de sete anos não respondiam de maneira alguma por delito praticado, no entanto, os que tivessem idade entre sete e quatorze anos que agissem com discernimento poderiam ser considerados imputáveis.

Declaração do Tribunal de Relações da Corte, proferida em 23 de março de 1864, assentou que os menores de sete anos não tinham responsabilidade alguma, não estando, portanto, sujeitos a processo. Entre os sete e quatorze anos, os menores que obrassem com discernimento poderiam ser considerados relativamente imputáveis e, nos termos do artigo 13 do mesmo código, serem recolhidos às casas de correção, “pelo prazo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda à idade de dezessete anos. (KOEMER, 2005, p 28,29)

1.3. Código Penal da República 1890

Com a Proclamação da República em 1889, o Código Penal do Império cedeu lugar ao novo Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, por meio do Decreto nº 847/1890. O novo código caracterizava o menor de nove anos como penalmente irresponsável, cabendo ao magistrado submeter o menor, praticante de delito a uma avaliação para averiguar se o mesmo possuía

lucidez para orientar suas atitudes, bem como, sua capacidade para distinguir o bem e o mal.

1.4. Tribunal de Menores do Brasil

No ano de 1923 de acordo com (LOPES, 2006), foi criado no Brasil por meio do Decreto Federal nº 16.273/23 o primeiro Juízo de Menores no Rio de Janeiro, Distrito Federal da época e ao mesmo tempo foi se constituindo a cultura da Doutrina do Direito do Menor. A nova ordem repudiava as condições subumanas dos menores reclusos em cárceres, pois os mesmos dividiam alojamentos com adultos, sem a menor distinção de tratamento, dessa forma a proteção dos direitos da infância adquiria forças e com a Declaração de Gênova de Direitos da Criança adotado pela Liga das Nações em 1924, reconheceu-se finalmente a ideia do “Direito da Criança”

1.5. Código Penal de 1940

Com o advento do novo Código Penal de 1940 traça-se um novo marco para a possível indicação da imputabilidade penal, que por sua vez estava fundamentada no pressuposto: condição de imaturidade do menor. Segundo o código *“não cuida o projeto imaturos (menores de 18 anos) senão para declará-los inteira e irrestritamente fora do direito penal (art. 23), sujeitos apenas à pedagogia corretiva da legislação especial.”*

Durante a gestão de Getúlio Vargas foi criado o SAM, (Serviço de Assistência aos Menores), que na realidade estava mais próximo a um sistema penitenciário destinado a menor de idade. O trabalho do SAM pautava-se num regime correccional e repressivo, semelhante ao dos internatos, ou seja, às casas de correção e reformatórios. E assim nascia a idéia do que mais tarde seria a criação da FUNABEM, mãe de todas as FEBENS.

1.6. Código de Menores, Lei 6.697/79

Afirma (SARAIVA, 2005), que inspirada na ideologia da Doutrina da Situação Irregular, foi criado o Código de Menores, que por sua vez incluía uma grande porcentagem da população infantil, como portadoras de patologia social:

Art. 2º. Para os Efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor que:

I- privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de;

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las.

II- vítimas de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III- em perigo moral devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambientes contrário aos bons costumes;
- b) exploração de atividade contrária aos bons costumes;

IV- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V- com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI- autor de infração penal.

De acordo com o Código de Menores não existia uma certa distinção entre sujeitos de direito e incapacidade, posto que os jovens aparecem como objetos de proteção, independentemente das condições em que se encontravam.

Fossem elas vítimas de abandono, maus tratos ou conduta infracional, eram igualmente classificadas como em condições de Situação Irregular.

1.7. Doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança

Em 1979, a Comissão de Direitos Humanos na ONU reuniu um grupo de trabalhos propostos a estudar a elaboração de um documento que de fato pudesse dar conta de cuidar dos Direitos da criança e do Adolescente. Essa Comissão estava composta por representantes de 43 Estados integrantes da ONU, bem como de organismos internacionais (UNICEF) e organizações não governamentais.

No ano de 1989, afirma (SARAIVA, 2006) que a Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança, lança a Doutrina da Proteção Integral, documento esse que por sua vez coloca a criança e o adolescente em condições de sujeitos de direitos de acordo com sua condição peculiar de desenvolvimento humano. Dessa forma a figura de Juiz de Menores investido de funções não especificamente jurisdicionais se desfaz e o Judiciário assume o papel julgador. O Juiz que até então tinha poderes ilimitados cede lugar para o Juiz Técnico com poderes somente limitado pelas garantias processuais

1.8. Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA Lei 8.069/90

Com a nova Constituição Federal de 1988 antecipadamente à Doutrina de Proteção Integral, acaba por incorporar ao novo ordenamento jurídico os princípios fundamentais da Doutrina, especificamente em seus artigos 227 e 228, como segue:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência

familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

- I- aplicação de percentual de recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;
- II- criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como o de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos e transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

- I- idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;
- II- garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- III- garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;
- IV- garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;
- V- programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins;

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente;

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros;

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação;

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente, levar-se-á em consideração o disposto no artigo 204;

Art. 228 São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Seguido à nova Constituição Federal e em virtude do movimento constituinte de 1986, surge então a que poderia ser chamada de versão brasileira da Convenção das Nações Unidas de Direitos da Criança, ou seja, Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.9. Capacidade civil no Código Civil brasileiro:

Em 1984, cita (VENOSA, 2007), a publicação no Diário do Congresso Nacional o produto final da redação do novo código, que por sua vez foi aprovado pelo senado em 2001 e publicado em 2002. O novo código Civil que em seu primeiro artigo reafirma que todos nós somos sujeitos de direitos e deveres, sem distinção de idade, incluindo os direitos do nascituro, preservando ainda a criança e o adolescente no que diz respeito à questão da Imputabilidade penal. Dessa forma, a condição da criança e do adolescente frente a Lei n. 10.406/02 – Código Civil brasileiro, fica assim estabelecida:

Art. 1º toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I- Os menores de dezesseis anos;

II- Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III- Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;

Art. 4º São incapazes, relativamente à certos atos, ou à maneira de os exercer:

I- Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II- Os ébrios habituais, os viciados em tóxico, e os que por deficiência mental tenham o discernimento reduzido;

III- Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

IV- Os pródigos;

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Percebemos, portanto, que os direitos da criança e do adolescente tanto na Constituição Federal, no código Civil brasileiro e em lei especial, mesmo sendo expresso, o tema ainda levanta polêmicas e certamente a discussão sobre a maioridade penal fará parte dos debates nos próximos anos.

2. MAIORIDADE PENAL, PRESENTE E PERSPEXTIVAS FUTURAS

2.1. Propostas de Emenda à Constituição Federal

De acordo com (VOLPI, 2006), a Proposição da Emenda Constitucional 68/199 foi proposta pelo então deputado federal Luiz Antonio Fleury. Essa Emenda por sua vez dá uma nova redação ao artigo 228 da Constituição da Republica, tornado o adolescente penalmente responsável a partir dos 16 anos, bem como o Projeto de Lei 852/2003, que também altera os artigos 121, 123, 124, e 185 Do Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentando de três para seis anos o período máximo da medida sócio-educativa da internação.

Relata Luiz Antonio Fleury que a ausência de políticas eficazes no combate a criminalidade, aumentam o descontrole generalizado do crime praticado por crianças e adolescentes. Acrescenta ainda que a redução da maioridade penal irá tratar da situação caótica que o ECA não consegue dar conta de forma adequada.

Outra proposição de Emenda Constitucional, 321/2001 foi apresentada pelo deputado federal e ex-coronel da Polícia Militar, Alberto Fraga. Defende a “fixação da idade penal de acordo com a capacidade do indivíduo de se autodeterminar e de discernimento do fato delituoso elevando em conta os aspectos psicossociais do agente” (JUSUS, 2006, p.134). O deputado assina o

Projeto de Lei 127/1999 no que diz respeito à solicitação de restrição de liberdade aos adolescentes que praticarem crimes hediondos, usando o argumento que o crime organizado tem se utilizado dessa fragilidade na lei denominada inimputabilidade dos adolescentes. Formando, portanto “verdadeiros monstros assassinos que agem como verdadeiros adultos”

Outro relatório é apresentado por Vitor Cascione no dia 30 de julho de 2004, contendo a proposta do aumento do limite de internação de três para vinte e sete anos, variando de acordo com a gravidade do ato infracional praticado. A proposta de Emenda à Constituição n. 301/96 do Deputado Federal Jair Bolsaro, pretende dar nova redação ao artigo 228, que passaria a ter a seguinte redação: “Os menores de dezesseis anos são inimputáveis, sujeitando-se às normas da legislação especial.” A justificativa para tal alteração se pauta na defesa da tese em que nos dias atuais o adolescente de hoje tem o discernimento suficiente para avaliar os danos causados por sua má conduta.

2.2. Discussões Atuais

Durante o levantamento bibliográfico sobre o tema, foram selecionados 60 (sessenta) artigos para leitura e análise, no entanto eles não são específicos da Psicologia Social, ou mesmo da psicologia Comportamental. A partir das leituras percebeu-se que os artigos apresentam bases filosóficas diferentes, entretanto os desdobramentos acabam caminhando na mesma direção. Percebemos que os textos apresentam sustentação jurídica, política, moral, psicológica, mas nota-se que as discussões sob uma perspectiva antropológica pautadas na evolução do homem social e sustentada pela Psicologia Social, tem sido negligenciada.

As discussões e debates se tornam mais acirrados quando percebemos a influência do clamor popular em virtude da forte influência dos meios de comunicação transmitidos em rede nacional. Os defensores do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente defendem a não redução da maioridade penal, pois o crime praticado por jovens e adolescentes deve ser analisado levando-se em conta a idade, o crime em si e a gravidade do ato praticado. Inclusive apontam a

necessidade de uma avaliação ou teste psicológico que possa verificar e analisar a infração associada a maturidade do agente e a gravidade do delito em si.

Os estudos e produções científicas de natureza política analisam a diminuição da idade penal e nos mostram 29 (vinte e nove) propostas de emenda à Constituição Federal, a maioria das emendas defende a diminuição utilizando-se da própria legislação vigente para justificar tal medida, afirmam que o jovem que é capaz de votar e eleger o representante da nação, deve ser capaz de responder por seus delitos como adulto.

Dentre os artigos estudados, um deles nos chama a atenção para a questão do desenvolvimento moral. Galvão & Camino (2011), pautados nos princípios morais de Lawrence Kohlberg, Erik Erikson, criaram um modelo padronizado de teste. No entanto, ele ainda demonstra ser pouco eficiente, pois tenta explicar os fenômenos biológicos que ocorrem na adolescência, ignorando os processos biopsicossociais e indicando por sua vez, que essa etapa do desenvolvimento dos jovens é incompreensível. Dessa forma, acredita-se que nessa fase da adolescência, por mais que haja teorias sobre a adolescência, os fenômenos e delito relacionados a essa faixa etária ainda carecem de estudos aprofundados.

Finalmente, o Conselho Regional de Psicologia e a Comissão dos Direitos Humanos afirmam que, antes de pensar na redução da maioridade penal é necessário rever as políticas sociais e educacionais adotadas no país.

3. O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL

3.1. O adolescente como ser social

A delinquência juvenil é um ato que acompanha a sociedade humana há um longo período na história da vida em sociedade e se formos analisar a questão de forma mais aprofundada, iremos perceber que essas raízes remontam desde o período da colonização.

Segundo Rousseau, “o homem nasce bom e a sociedade o corrompe”. Esta frase, nos leva a incursão no universo do ser antropológico, bem como nos faz

levar em consideração na análise do comportamento do jovem transgressor da norma, todas as variáveis externas do ambiente e sua constituição histórica que direta ou indiretamente influenciam o comportamento do adolescente, que por sua vez, pode ou não induzi-lo à conduta tipicamente delituosa.

Trindade (2002) destaca que o delito “é um fenômeno social que pode ser aferido estatisticamente”. O autor criou a chamada Lei Térmica da Criminalidade, explicando que o delito obedece a certa regularidade e frequência, levando em consideração a influência do meio. Bem como fatores como clima, temperatura, altitude e latitude podem influenciar o comportamento.

Se partirmos do pressuposto de que as necessidades humanas são basicamente ilimitadas e que a todo o momento, buscou-se satisfação das mesmas, de acordo com a teoria de Maslow, podemos entender que, durante as etapas do desenvolvimento do indivíduo, as necessidades vão sendo satisfeitas antes do surgimento de outra necessidade. Ou seja, as necessidades inferiores sanadas antes das necessidades superiores.

Ocorre que durante esse processo de desenvolvimento, as necessidades devem ser satisfeitas adequadamente, sendo assim, o indivíduo sai do nível inferior de necessidade e passa para um nível superior. Dessa forma as necessidades de níveis inferiores passam a exercer uma função de menor importância na escala de hierarquia de necessidades. É natural que o indivíduo enquanto não satisfizer essa necessidade ele ficará fixado nela, até que a satisfaça. Caso isso não aconteça provavelmente a pessoa entrará num nível de frustração, que para algumas pessoas pode tornar-se uma obsessão.

Nesse contexto, a frustração pode gerar agressão de acordo com a situação emocional vivida por cada pessoa. No caso da delinquência juvenil podemos entender que uma infração cometida pode se dar em função de uma necessidade não satisfeita. Por outro lado essa delinquência pode ser classificada também como distúrbio de valor.

Segundo TRINDADE (2002) *“Se as relações humanas devem ser estabelecidas respeitando os princípios das necessidades humanas, mais atenção exigem crianças e adolescentes, porque possuem limitada compreensão dos valores e porque suas necessidades clamam por uma satisfação mais imediata, eis que presididas pelo princípio do prazer.”*

3.2. O adolescente enquanto ser antropológico: do abandono às normas

A cultura da civilização humana em determinados territórios, demonstra que tudo o que incomoda ou foge aos padrões socialmente aceitos tendem a ser isolados, afastados, e banidos do convívio social. Com a questão da marginalidade juvenil ocorreu de forma semelhante, tudo começa com o abandono dos enjeitados.

Filhos nascidos de relações ilegítimas, gravidez indesejada, moças solteiras que engravidavam e escondiam a gestação, após darem a luz aos bebês, os mesmos eram abandonados em meio à estradas, matos. Para que a situação não se agravasse uma das alternativas para o problema foi a criação da Roda dos Expostos que a princípio foi criada na Santa Casa de Misericórdia, que tinha como finalidade o não abandono dos bebês em estradas, relegados à própria sorte. No entanto, o número de abandono foi aumentando e a Santa Casa já não dava mais conta de receber, sem contar com os conventos que também recebiam crianças abandonadas.

Com o passar do tempo e a gravidade da situação com relação ao abandono que agora não se limitava apenas aos nascidos de relações extraconjugais e não legítimas, eram também abandonadas as crianças deficientes, crianças órfãs, crianças pobres que os pais não possuíam meios para sustentá-las, e até mesmo crianças de comportamentos que os pais achassem anormais. Muitas dessas crianças que não tinham espaço nos conventos, igrejas, asilos, “hospícios dos rejeitados”, praticavam pequenos furtos para sua sobrevivência. Dessa forma, o número do abandono crescia proporcionalmente ao número de furtos e crimes por elas cometidos.

No período Brasil oitocentista e início do século XX, a medicina busca uma forma de cuidar do problema desse abandono e a discussão a respeito da criação de um local para essas crianças começa a ser ponto preponderante para uma sociedade dita civilizada. A princípio a proposta foi a manutenção dessas crianças em hospícios dos rejeitados.

Embora o isolamento fosse uma alternativa, a mesma foi questionada e na noite de 24 de março de 1.899 na residência do médico Dr. Moncorvo Filho um seletor grupo reuniu-se para criar o IPAI (Instituto de Proteção à Infância). A partir de então o cuidado com essas crianças que era destinado aos orfanatos, asilos, Santa Casa de Misericórdia passa a ser um problema médico. Urgia criar um abrigo específico para esses menores e assim criou-se o Instituto Disciplinar.

3.3. Das normas à reclusão: o caso de São Paulo

O Instituto Disciplinar de São Paulo foi no bairro do Belenzinho e oferecia oficinas de pintura, funilaria, alfaiataria, entalhe e carpintaria. A capacidade foi feita para abrigar 225 menores, que eram utilizados como mão de obra não remunerada para manterem o local (instituto) em ordem, pois o mesmo tinha o porte de uma fazenda que não contava com trabalhadores específicos.

Dessa forma os internos trabalhavam em turnos diurnos e noturnos para manterem a boa aparência do Instituto sob ordens e castigos severos. Menores de 12 anos eram colocados com maiores de 18, bem como deficientes e incapazes, pois a finalidade era manter o terreno sempre limpo. O braço dos internos era o arado e sendo assim o governo não tinha maiores gastos para com o cuidado de suas terras.

O menor que se recusava a trabalhar era considerado indisciplinado e dessa forma submetido a castigos, suspensão de recreio e divertimento. Se o mal comportamento persiste, era, submetido ainda a castigos corporais medievais, prisão, alimentado a pão e água em celas frias sem o menor asseio.

O fato do aumento vertiginoso de crianças abandonadas e menores infratores sem espaço físico adequado fez com que muitos fossem mantidos na

Cadeia de Ribeirão Preto e de outras cidades, havia até mesmo menores e abandonados no Presídio do Paraíso.

A delinquência juvenil, bem como o abandono de crianças na época já havia chegado à estimativa de 40 (quarenta) mil menores, as reclamações chegavam de todas as cidades e os estabelecimentos particulares não dispunham de elementos para atender aos inúmeros pedidos de retirada dessas crianças e adolescentes das ruas.

Em virtude desses fatos o governo decidiu criar o Serviço de Reeducação do Estado, doando assim um amplo terreno no bairro da Água Funda para a liga das Senhoras católicas para que fosse construída a cidade dos Menores abandonados e ao mesmo tempo fundava o Instituto Disciplinar de Taubaté.

3.4. Da reclusão a reeducação

O serviço de reeducação subordinado ao Juiz de Menores era voltado à fiscalização e orientação do funcionamento pedagógico e administrativo dos Institutos Disciplinares do Estado, oferecendo serviço de reeducação integral, bem como o estabelecimento de medidas necessárias ao atendimento médico-pedagógico dos internos.

Contava o Instituto com profissionais, principalmente psicólogos para o auxílio na readaptação social dos menores e dessa forma acabou se transformando em Reformatório Modelo com finalidades de instruir o menor e recolocá-lo na sociedade.

Dentro do reformatório foi criada uma escola profissionalizante e uma escola de Educação Física. Os menores recebiam naquele período 50% do lucro proveniente da venda dos seus trabalhos e os outros 50% era revertido ao próprio Instituto.

O quadro de profissionais era composto por um diretor, um administrador, um professor chefe com direção de classe, um professor ajudante, professor de educação física, médico, dentista, um guarda livros (oficial

cartorário), almoxarife, mestre geral de culturas, mestre geral de cursos industriais, um guarda principal e um enfermeiro.

O Reformatório Modelo tinha duas funções específicas, ou seja, uma social que funcionava como centro de amparo e reeducação dos menores abandonados e delinquentes e outra científica, funcionando como centro de estudos dos problemas da infância, mais precisamente um laboratório de pesquisas pedagógicas e psiquiátricas para acompanhar cada criança e adolescente que para ali eram encaminhados.

O olhar para esse menor delinquente ou abandonado muda o foco. Agora ele deixa de ser o criminoso e passa a ser um desamparado social, vítima das circunstâncias sociais do país.

Começa então uma nova etapa quanto ao trabalho de reintegração social do menor, substituindo assim o regime de disciplina por um regime de inclusão. Para que o trabalho fosse de fato eficaz começou-se a fazer uma seleção e separação desses menores, construindo dormitórios e espaços adequados à idade, criação de colônias familiares com o objetivo de aproximar o interno cada vez mais da sua família e do convívio com a sociedade.

A orientação do novo Reformatório Modelo era a de banir a mentalidade presidiária criando assim uma consciência de estabelecimento de ensino, mudando os valores morais para uma consciência de discernimento das coisas. O ensino escolar era o mesmo adotado pelos chamados grupos escolares, separados por graus tanto para os menores como para os maiores.

Embora a busca por uma aproximação do ensino normal para o ensino destinada a esses menores fosse um dos objetivos, a dificuldade dessa aproximação se fez presente, pois os profissionais que trabalhavam com essa nova clientela não tinham formação específica, não para lidar com os novos alunos, mas sim com o comportamento que a maioria tinha sem contar na diversidade de comportamento e problemas que essas crianças traziam consigo.

Ficava portanto, cada vez mais difícil o trabalho pedagógico de reintegração, pois a separação entre idades era obedecido Reformatório, porém

esses menores apresentavam problemas comportamentais diversos, os internos eram compostos por menores abandonados, menores delinquentes, deficientes físicos e mentais, analfabetos, portadores de distúrbios e dificuldades, uns agressivos, outros agitados e outros considerados pervertidos.

Menores que chegavam com 15 anos de idade, condenados por furto e que permaneciam ali por longo período de tempo perdiam a dimensão de suas próprias atitudes. Esse longo período fazia com que esses internos perdessem o interesse pelos estudos e por sua vez passavam a comportar-se de maneira contrária a esperada gerando desconforto entre internos e professores.

Os menores eram submetidos a testes de QI, eram observados por psicólogos e psiquiatras, participavam de exames no laboratório de psicologia aplicada e após a avaliação era classificado como de bom ou mau comportamento, inteligente ou de baixa inteligência.

Entre os professores que lecionavam para esses menores existiam diferentes posturas, enquanto uns profissionais consideravam esses menores como de bom comportamento, outros professores avaliavam como de mau comportamento. Fica cada vez mais explícita a simpatia, o preconceito dos próprios professores e examinadores que trabalhavam com os internos.

Esses fatores dificultavam a reintegração desses menores à vida social, pois a avaliação de seus comportamentos acabava sendo comprometida pela própria equipe que deveria em tese cuidar dessa readaptação, porém não conseguiam avaliar com imparcialidade.

3.5. Da reeducação à adaptação

Acreditava-se na época em que foram criados os Reformatórios, de que o problema único e comum vivenciado era o da readaptação social do internado, embora a preocupação fosse constante com a readaptação, geralmente o trabalho acabava sendo infrutífero. De acordo com as anotações feitas e relatadas por Dr. Cândido Motta, o Reformatório acabou se transformando num abrigo de rejeitados tanto pela sociedade como pelas famílias que os abandonavam.

Dessa forma o Reformatório passou a receber os órfãos, os infratores, os abandonados, os rejeitados pelas famílias que não sabiam conviver com os diferentes comportamentos dos filhos, as crianças deficientes mentais, físicas e intelectuais. Com essa diversidade de crianças e jovens, bem como a falta de profissionais capacitados para cada caso, evidentemente o Reformatório ao invés de readaptar socialmente esse menor, criava nele um comportamento aquém do desejado.

O menor... de 13 anos de idade tem péssimo comportamento. Respondão e malcriado procura por todos os meios, transgredir a disciplina. Inteligência viva, temperamento inquieto e brutal, vivia só, como um esquecido, isolado dos companheiros, tendo por elles a maior aversão possível. (...) insultara um vigilante, declara: _Sr. Director. Eu não sou gatuno, não sou um miserável, não cometi crime algum para estar preso. “Eu queria por isso ter uma arma para matar alguém, porque, assim ao menos, eu iria merecidamente, para a Penitenciária. (IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO, SÃO PAULO 1.935)

Podemos observar essa questão a partir de trechos extraído do Relatório sobre Tratamento dos menores delinquentes e abandonados, escrito pelo Dr. Candido Motta Filho, diretor do Serviço de reeducação do Estado de São Paulo e diretor do Reformatório Modelo ao secretário da Justiça. (Imprensa Official do Estado, São Paulo 1.935)

Quando assumimos a direção do Instituto Disciplinar, encontramos-o em vias de restabelecimento da anarchia que o acometeu durante esses últimos annos, fructo, em grande parte, da insegurança de orientação,

decorrente, por sua vez, da insegurança política do período revolucionário. O Sr. Olynto Franco da Silveira passou-nos a direcção, entregando o estabelecimento em perfeita ordem, dotado já de alguns melhoramentos destinados a aprendizagem dos internados, disciplina restabelecida e estado sanitário bom. Entretanto estava de pé um velho erro, de quase meio século de prejuízos, que era a falta de uma orientação educacional mais ampla e mais eficiente, destinada a dar ao internado meio para viver como um adaptado social (IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO, SÃO PAULO 1.935).

De acordo com os relatos, ficava difícil trabalhar a readaptação desses menores em virtude dos mesmos apresentarem problemas que não necessariamente eram casos para reformatório e reclusão.

3.6. O adolescente enquanto ser biológico

Por volta do final do séc. XVIII, a escola clássica admitia que o castigo deveria ser aplicado de acordo com o delito cometido, em virtude de acreditarem que o delinquente não voltaria a praticar o ato que o subjugou a tal castigo, pois segundo estudiosos da época afirmavam que os delinquentes sem exceções são dotados de sentimento e peculiar inteligência.

Porem a escola positivista ao contrário da escola clássica sustentava que as tendências criminosas s eram exclusivamente consequências de oriundas de uma ordem maior, ou seja, tinham sua gênese na organização biológica, sociológica e psicológica deficitárias.

De acordo com as teorias biológicas, segundo Trindade “é possível determinar tipos de pessoas cuja estrutura orgânica, intrinsecamente considerada, predispõe à delinquência. Tais teorias (...) privilegiou-se aspectos

endógenos, desde os já apontados por Lombroso (...) com sua teoria sobre criminoso nato, um indivíduo que reproduz os instintos da humanidade primitiva e dos animais inferiores.”

Com avanço científico das ciências biológicas, as formas de se pensar no crime automaticamente acabam sendo um pouco mais elaboradas, sendo assim o modelo biológico clássico cede espaço a um modelo avançado que leva em consideração as contribuições da endocriminologia e outras correntes, fazendo, portanto correlação entre corpo e espírito.

Essa correlação poder se lembrada por Hipócrates, considerado o pai da medicina e o pioneiro a considerar os indivíduos podem ter o humor afetado por questões de sangue, bílis e fleuma, classificando os tipos sanguíneos como: colérico, fleumático e melancólico.

Essas considerações encontram sustentáculos no fato cientificamente comprovados de que os organismos humanos produzem substâncias denominadas hormônios responsáveis por sensações de bem ou mal estar como por exemplo, o excesso ou carência de endorfina, serotonina, adrenalina ou noradrenalina. Estudos recentes apontam que substâncias que alteram em maior ou menor número o ritmo da produção de determinados hormônios, podem alterar sobremaneira as mudanças no controle do comportamento, principalmente as de ordem do controle sobre a ansiedade e agressividade. De acordo com essa perspectiva é imperioso ressaltar que informações genéticas não podem e não devem ser descartadas, posto que a herança biológica além de ser cientificamente comprovada, acompanha o indivíduo em toda sua trajetória de vida.

3.7. O ser psicológico

Existem hoje diversas abordagens psicológicas, a psicologia científica, a estruturalista, a psicologia subjetiva, a existencial, dentre outras, que buscam explicar a problemática da delinquência juvenil e o que todas essas teorias têm em comum é o fato de centrarem o foco de sua atenção justamente nos processos psicológicos relacionados aos conflitos internos de cada indivíduo.

Não iremos nos deter em todas elas, a intenção é levar o leitor ao conhecimento de suas existências, pois o foco do presente trabalho neste capítulo é simplesmente demonstrar que a perspectiva psicológica busca explicar a delinquência juvenil, pautando-se nos aspectos psicológicos do indivíduo praticante de delito.

Em cada uma dessas abordagens psicológicas caso sejam estudadas mais profundamente teremos exemplo de como a questão do condicionamento pautado no estímulo e resposta molda o comportamento tanto de animais como de indivíduos. Diferentemente de Lombroso que adota uma postura radical com relação ao seu modelo biológico e Ferri em seu modelo sociológico, o modelo psicológico busca na psicanálise elementos que possam nortear os estudos sobre a personalidade do indivíduo.

De acordo com a psicanálise, na perspectiva de TRINDADE, 2002, p.110, a delinquência juvenil *“corresponde a uma debilidade dos sistemas de controle interno do indivíduo sob a irrupção de um superego fraco e insuficiente, ou castigador e hipertirânico, que provocaria a conduta delituosa para a satisfação de desejos inconscientes de punição”*.

Sigmund Freud em seus estudos descreveu o desenvolvimento humano em fases, de acordo com a idade e o comportamento típico dessas idades. De acordo com seus estudos, no 1º ano de vida, a criança tem sua impressão de mundo por meio do contato oral, em seu 2º, o conhecimento do mundo se manifesta por meio das sensações de bem ou mal estar durante o processo de excreção. A partir do 3º ao 5º ano, o conhecimento acerca do mundo ocorre por meio da identificação dos sexos. Já do 6º ao 10º, o indivíduo inicia um processo de aprimoramento de percepção do mundo por meio da identificação do “eu”. A partir do 11º ano de vida, o ser avançaria de estágio de criança para a pré-adolescência, período classificado por Freud, como de grande instabilidade. A partir do 15º ano de vida, o então pré-adolescente torna-se adolescente e finalmente ao completar seu 18º ano de vida ele passa a ser adulto.

De acordo com (VIGOTSKI, 2000), Jean Piaget, um biólogo, também definiu os estágios de desenvolvimento em que todo o ser humano passa, utilizando como marco para a fase adulta a idade. Em sua teoria cognitivista, afirmou que a partir de recém-nascido em diante o ser em desenvolvimento, não tem noção do eu, nesse período de vida há uma ausência do conceito de personalidade;

A partir de 2 a 7 anos, o indivíduo esta na fase do egocentrismo, período em que a ausência da noção de reversibilidade impede que o mesmo possa posicionar-se no lugar do outro. Dos 8 aos 12 anos ele já possui o conhecimento de si e do outro como seres diferentes (vontades, desejos, sensações), sendo plenamente capaz de posicionar-se no lugar do outro. Dos 13 aos 15 o indivíduo passa para a pré-adolescência e dos 15 aos 17 adolescência; A partir dos 18 anos ele é plenamente capaz, vindo portanto a fazer parte do universo adulto.

Diferentemente do pai da psicanálise Freud e do grande biólogo Jean Piaget, que utilizavam a idade como divisor de águas entre o universo infantil para o adulto, Henri Wallon, um educados, filósofo médico e pensador, como cita (MAHONEY, 2004), acreditava que o marco não era o fatos idade e sim o fator maturidade. Embora tenha estudado o desenvolvimento humano destacando as fases por meio da idade, ele enfatizou o comportamento emocional em cada uma das idades, ainda endossando a afetividade enquanto motor fundamental do desenvolvimento humano

De acordo com sua teoria, a partir de 0 a 1 ano de vida, o indivíduo inicia seu processo de exploração do corpo e socialização por meio do afeto, do 1º ao 3º anos ele começa o processo de exploração do espaço físico, ainda com forte prevalência do afeto. Por volta dos 3 aos 6 anos, inicia-se o processo de conhecimento de si e do outro, bem como a construção da subjetividade por meio das atividades de oposição.

Ao chegar do 6º ao 10º ano de vida, inicia-se o processo de diferenciação nítida do eu e do outro, a partir dos 11 anos em diante o indivíduo entra para a puberdade e adolescência, período no qual a afetividade ainda presente,

juntamente com o senso de justiça muito latente, o adolescente passa ter a nítida discriminação dos limites de sua autonomia e de sua dependência. A fase adulta de acordo com a teoria Walloniana tem início a partir da maturidade psicológica que pode ou não ocorrer a partir dos dezoito anos de idade, variando de indivíduo para indivíduo e de sociedade para sociedade.

As teorias psicológicas reforçam o papel da afetividade, nas relações familiares entre adolescentes, e adultos num processo de conflitos e dessa forma as transformações que ocorrem durante a adolescência se processam dentro de um contexto global de trocas e sendo assim o comportamento que foge aos padrões da normalidade são considerados do ponto de vista psicológico que vão desde o estudo da personagem do agente que praticou o delito ao estudo das condições e influencias do meio a qual ele pertence.

Atualmente, Ana M. B. Bock, Sérgio Ozella, dentre outros, definem como marco, o comportamento humano, bem como as influencias exercidas pelo meio, determinando muitas das vezes um determinado padrão de conduta, atitudes e valores e comportamento, pois nem sempre a idade cronológica e o comportamento típico daquela idade são exatamente iguais de uma pessoa para outra.

CONCLUSÃO

A literatura existente sobre o tema Maioridade Penal é consideravelmente vasta, no entanto a área de concentração sobre o assunto é majoritariamente política e jurídica. Dentre os artigos analisados, tanto nos idiomas nativo como em outros, todos seguem a mesma ordem no que tange a área de concentração.

Ao analisarmos a questão do ponto de vista legal, ficou notório quer tanto no Direito Canônico como nas ordenações Filipinas que o menor de dezessete anos, mesmo cometendo infração ou crime merecedor de pena capital, essa não lhe será aplicada. Sendo posteriormente aplicada uma pena inferior à devida, demonstrando portando, a noção de reconhecimento das diferenças na fase do desenvolvimento e na capacidade de discernimento do adolescente.

Com o advento do código penal do Império e o da República, a pena e a imputabilidade penal apenas diferiam nas idades, mas a forma de tratar com a situação permanecia a mesma. Enquanto no Império a partir dos 7 anos de idade a criança poderia ser punida, no código da República a fixação para punição se dava a partir dos 9 anos de idade.

Em 1923, ao ser instituído o tribunal de menores do Brasil, o foco nas idades apresentava-se como irrelevante frente às condições precárias dos menores internos ou reclusos. A nova ordem repudiava as condições subumanas às quais essas crianças e adolescentes eram submetidas e após a declaração dos Direitos da Criança por Genova em 1924, transcorreram-se 14 anos até a criação do código Penal de 1940 que finalmente estabelecia diretrizes sobre a questão da imputabilidade penal, utilizando-se da idade associada à maturidade para que o menor pudesse ser responsabilizado pelo ato infracional. Estabelecendo, portanto, que o menor de 18 anos tendo cometido crime ou uma infração punível, deveria estar amparado por lei especial, nesse caso o código de menores.

No entanto, a casa destinada a esses menores na realidade recolhia crianças em situação de abandono, rejeitadas pela família em virtude de possuírem deficiências ou algo similar. E assim mais uma vez, a problemática do abandono apenas muda de nome e continuando, portanto, os mesmos problemas, mudaram-se as normas, o nome das casas que abrigam os menores, porém a forma de cuidar da problemática continua a mesma.

As políticas de ressocialização e educação desses menores permanecem como antes. Mais uma vez, independentemente do problema, do crime, da situação todos os menores eram novamente colocados no mesmo patamar de igualdade. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a tutela e os direitos fundamentais desse adolescente ou jovem infrator são assegurados e os responsáveis pelos maus tratos e abusos passam a responder criminalmente pelo abandono e desamparo. No entanto, mesmo tendo a proteção amparada legalmente o sistema de atendimento a essa população de jovem aquém do comportamento padrão, ainda não consegue dar conta da problemática.

Dessa forma percebemos que de fato a questão não será facilmente resolvida com a diminuição da maioria penal. Segundo Galvão e Camino (2011), ao elaborar um teste padronizado para analisar a personalidade do infrator, as circunstâncias anterior ao ato, o ato em si e a gravidade do mesmo, poderiam dar uma ideia a respeito da culpabilidade e discernimento do agente e seu ato. No entanto a autora ressalta a fragilidade do mesmo, pois o teste ainda é insuficiente para avaliar e determinar se o menor deve ou não responder como menor ou como adulto. Embora teste padronizado tenha sido elaborado por profissionais da área, os próprios profissionais ao testarem a validade do teste, encontraram seus pontos frágeis

Percebeu-se ao longo da leitura que um indivíduo difere do outro, que um crime ou delito varia de um agente para o outro. De acordo do (FERRAZ et alii, 2013), as pessoas nunca apresentam as mesmas personalidades e mesmo assim, ao cometerem uma infração punível, todos são recolhidos na instituição que mesmo sendo de estados diferentes, apresentam as mesmas políticas de ressocialização e reinserção na sociedade.

Nas propostas de emenda à Constituição, percebe-se a preocupação com o aumento do índice de criminalidade entre os jovens e adolescentes, no entanto a crença na redução da maioria de 18 para 16 anos aparece como medida de redução da criminalidade e que de acordo com as leituras, esse fato não se confirma.

De acordo com (GALVÃO & CAMINO 2011), os próprios testes indicam que o território denominado juventude e adolescência, são marcados por eventos de diversas naturezas, envolvendo fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais, bem como envolvendo uma infinidade de variáveis não controladas. Isso faz com que os testes disponíveis não possam ser passíveis de generalizações, dessa forma como podemos afirmar que a redução da maioria poderá solucionar a problemática do crime?

O próprio Conselho Regional de Psicologia aponta indicadores que nos levam a repensar as políticas públicas, educacionais e de atendimento aos jovens infratores antes de se decidir sobre a redução da idade penal. Sendo assim, as

pesquisas nos alertam sobre a dicotomia existente entre redução da idade penal e redução da criminalidade entre os jovens.

Conclui-se que o jovem é um ser formado e moldado pela cultura, história, meio social e que passa por fases de seu desenvolvimento de acordo com as capacidades e limites do seu organismo e de sua cultura familiar, portanto seria imprudente afirmar que a criminalidade poderá diminuir se houver a diminuição da idade penal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida; PEDROSA, Regina. *Adolescência e Maioridade Penal: Reflexões a partir da Psicologia e do Direito*. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a05.pdf. Acesso em: 19/01/2016

PESSOA, Carlos Eduardo Queiroz. SOUZA. Yldry. PESSOA, Ramos Queiroz.& FERRAZ, Adilson Silva. Redução da maioridade penal no Brasil: a construção simbólica da criminalidade pela mídia. *Derecho y Politicas Publicas*. Volumen 15. Nº 18. Diciembre 2013. At.63

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Comissão de Direitos Humanos - Na Mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal.

Disponível em:

[www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/crp/Arqui vos/190.pdf](http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/crp/Arqui%20vos/190.pdf)

Acesso em 19/01/2016

DUBOC, Roberta Pedrinha. Política Criminal em Tempos Difíceis: A produção da Subjetividade. Disponível em:

www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798.

Acesso em 19/01/2016

GALVÃO, L. K. S. & Camino, C. P. S. Julgamento moral sobre pena de morte e redução da maioridade penal. Disponível em: www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a03v23n2.pdf. Acesso em: 19/01/2016

OLIVEIRA, Felipe G. de. Maioridade Penal - Redução como meio pacificador de conflitos.

Disponível em: <www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj026957.pdf>.

Acesso em: 19/01/2016.

CUNHA, Paula Ines; ROPHELLADO, Raphaela; ALVES, Marina Pires. A Redução da Maioridade Penal: Questões Teóricas e Empíricas. Disponível em <www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a11.pdf>. Acesso em 19/01/2016.

SANTOS, Adriana Rodrigues; LIMA, Geisa dos Santos. Aspectos Relevantes à Redução da Maioridade Penal. Disponível em: app.fanese.edu.br/. Acesso em 19/01/2016.

Silveira Campos, Marcelo da. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. Disponível em: www.scielo.br/pdf/op/v15n2/08.pdf. Acesso em: 19/01/2016

ARIES, Philippe. & DUBY, Georges. História da Vida Privada: Do Império Romano ao ano Mil- São Paulo: Companhia das Letras, 1990

BOLETIM CDAPH - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação/Universidade São Francisco – Vol. I, n2 (julho/dezembro 1998). Bragança Paulista: CDAPH/USF, 1998

BOWBY, John. *Separação: Angústia e Raiva*. vol. II da trilogia Apego e Perda- 3ª edição- São Paulo: Martins Fontes, 1998, v.3

DEL PRIORE, Mary.(org) História das crianças no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Contexto 2006.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 24ª edição revista e atualizada de acordo com a reforma do CPC. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREITAS, M.C de.& Junior, M.K.(org) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

JESUS, Mauricio Neves de. *Adolescentes em Conflito com a Lei: prevenção e proteção*. Campinas, S.P: Sevandra Editora, 2006.

JUNIOR, Moysés Kuhlmann. *Infância e Educação: uma abordagem histórica*. 2ª edição. Porto Alegre: Mediação. 1998.

- LOPES, José Reinaldo de Lima. *Curso de História do Direito*. São Paulo: Método, 2006.
- MACIEL, José Fabio Rodrigues & AGUIAR, Kenan. *História do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MAHONEY, A.A. & ALMEIDA, L.R. (orgs) *Henri Wallon: Psicologia e educação*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MAHONEY, A.A. & ALMEIDA, L.R. (orgs) *A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARIN, Isabel da Silva Kahn. *FEBEM, Família e Identidade: o lugar do outro*. 2ª edição. São Paulo: Editora Escuta, 1999.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. São Paulo: Ed. Scipione, 2001.
- OZELLA, S. (org). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.
- RODRIGUES, J.C. & BOSCO, S. M. de S. *Redescobrimo o Adolescente na Comunidade: uma outra visão da periferia*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em Conflito com a Lei: da indiferença à proteção integral*. 2ª edição ver. Ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005.
- SOARES, R. & FRANÇA, R. A falsa questão da pobreza: os assassinos de João Hélio têm família, educação e religião. Mas acabaram no crime. Revista VEJA- 21 de fevereiro de 2007
- TRINDADE, Jorge. *Delinquência Juvenil: Compêndio Transdisciplinar*. 3ª edição revista e ampliada. Porto Alegre, 2002.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Parte Geral*. 7ª edição reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIGOTSK, Lev Semenovich. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- VOLPI, M. (org) Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacionale reflexões acerca da responsabilidade penal. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.
- VOLPI, M. (org) O adolescente e o ato infracional. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- VOLPI, Mario. Sem Liberdade sem Direitos: A privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

A PRÁTICA DAS LUTAS COMO CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA NO DESEMPENHO ESCOLAR

Wander Moterani Swerts⁶⁷

RESUMO

Este estudo tem como objetivo, analisar a importância das atividades oriundas das Lutas no cotidiano dos alunos do Ensino Médio, visando à melhoria no seu desempenho nas matérias de Matemática e Física quando estimulada a fase reptiliana do cérebro humano. O levantamento bibliográfico demonstrou uma possível possibilidade quando comparado às atribuições relacionadas o cérebro reptiliano nas suas atividades ativas de resposta. Manifesta-se a clara necessidade de preservação da vida em resposta às condições de fuga e ataque. Investiga-se, deste modo, como esta ação de resposta pode trazer ao ser humano, uma melhoria na capacidade de atenção, concentração e retenção de experiências anteriores à memória e ao aprendizado.

INTRODUÇÃO

Segundo Hélio Couto, a parte do nosso cérebro que é responsável pela autopreservação e agressão é conhecida como Complexo-R. Esta concepção também foi pesquisada pelo neurocientista Paul MacLean, em seu livro “*The*

⁶⁷Graduado em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (1983), posgraduação em Educação Física Para Todos - Secretária de Educação de Minas Gerais (1990), posgraduado em Treinamento Desportivo, Posgraduado em Metodologia do Ensino Superior, Posgraduado em Recreação e Lazer, Mestre em Educação pelo Centro Universitário Monte Serrat (2003). Doutor em Educação pela Universidade da Integração das Américas - Unida, Assunção Paraguai, Pós-doutorando pela University Christian da Florida atuou como professor titular da Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, do Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE e da Universidade de Alfenas - UNIFENAS Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Atletismo, Lazer e Recreação, História da Educação Física e Avaliação Física, membro positivado como Avaliador do PRONATEC, atualmente é Professor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão.

triune brain in evolution". Segundo o autor, o cérebro reptiliano é responsável pela autopreservação e agressão, e essa é sua função primária e principal.

André Tenuta afirma que a parte mais arcaica do cérebro humano é na verdade, um prolongamento da medula espinhal. Este aspecto evolutivo é compartilhado com os répteis e mamíferos antecedentes, e embora o chamado cérebro reptiliano ou complexo-R seja relativamente pequeno, ele controla uma série surpreendente de funções, reações e comportamentos humanos.

O Complexo-R é o setor que comanda os desejos e comportamentos animais do ser humano. Tais como: agressividade, ritualismo, territorialidade, hierarquia social, dominação, obsessão, sexualidade e instinto de sobrevivência. O Complexo-R explica o porquê da autossabotagem humana.

A título de demonstração, pode-se citar a questão da Hierarquia. Em todos os setores de atividade humana existe a hierarquia. Toda cerimônia está baseada na Hierarquia e ela permite a dominação, a manipulação e a exploração. É evidente que numa hierarquia, a informação é segmentada. De modo que apenas quem esteja no topo dela tenha toda a informação.

Nas relações da Hierarquia, cada membro tem conhecimento de apenas uma pequena parte. Fica evidente que a informação não pode ser codificada de forma simples e inteligível. Ela tem que ter múltiplos significados. O cérebro reptiliano utiliza símbolos. Os símbolos são extremamente eficientes para comunicar uma informação e são muito econômicos.

A insensibilidade é outra característica do cérebro reptiliano. Pode-se percebê-la nos tratamentos cruéis em relação aos animais, por exemplo. Na contramão da insensibilidade, percebe-se a racionalização. O cérebro reptiliano tem a função de controlar. O que é notado nas relações de poder.

Nietzsche afirmava que toda compulsão existe devido à necessidade de controlar, possuir, e dominar. Essa necessidade nunca é satisfeita, porque o medo de não ter o suficiente é inato ao cérebro reptiliano. Portanto, nunca é suficiente. Os comportamentos obsessivos refletem a mesma concepção. O medo é inerente ao cérebro reptiliano, teme o tempo todo e procura a segurança

absoluta. Enquanto um determinado cérebro reptiliano não consegue o controle absoluto, ele se submete a outro. É uma forma de manter a segurança, e é por isso que o superior é cruel e impiedoso. Desta forma, existem as hierarquias. Elas permitem enfrentar outras hierarquias concorrentes.

A necessidade de submeter-se, para garantir a segurança, permite as guerras e todas as atrocidades. Para o cérebro reptiliano, observa-se a questão da sobrevivência do mais forte, a adaptabilidade.

Tudo isso justifica a grande debandada de alunos no ensino médio, pois o ser reptiliano não se adapta frente a grandes desafios. Toda essa complexidade do cérebro reptiliano requer uma quantidade enorme de momentos de atenção, concentração e utilização de experiências anteriores. Para assim, melhorar as tomadas de decisão. O cérebro reptiliano tem de ser treinado, pois as condições ambientais podem se modificar.

Esta compreensão da neurociência está intimamente relacionada às lutas. Estes esportes, criados para desenvolver a sobrevivência, estão intimamente relacionados ao cérebro reptiliano. As lutas propiciam momentos de fuga e ataque durante toda a sua extensão. Elas podem atuar, de modo a melhorar a atenção, a concentração e aquisição de experiência.

Deste modo, este estudo surge com o objetivo de verificar se a utilização das lutas promove uma melhoria no desempenho dos alunos nas matérias de Ciências da Natureza e em Língua Portuguesa. Avaliar possíveis alterações e melhorar a atuação dos alunos. A metodologia empregada foi a pesquisa descritiva, desenvolvida pelo método qualitativo e com pesquisa eletrônica em livros, artigos e teses científicas consagradas.

O Psicólogo Vinicius Ferreira (2010) afirma que, de acordo com a teoria da evolução, as estruturas que concedem vantagens evolutivas para uma espécie tendem a se reproduzir. Lentamente uma espécie vai passando por modificações, até que, após milhares de anos, pode haver o surgimento de uma nova espécie. Contudo, as espécies que descendem, acabam herdando as estruturas dos antepassados, pois elas passaram pelo "teste" da seleção natural. Uma

característica ou órgão desaparecem se diminuem as chances de sobrevivência; se não desaparecerem, a espécie é que pode acabar sendo extinta.

Ferreira (2008) afirma ainda que num ambiente, várias podem ser as soluções estratégicas para a sobrevivência das espécies, e cada uma destas estratégias leva em conta a herança e as modificações provocadas pelo ambiente. Este cérebro transmite informações sensoriais para a mente. A partir da expansão de experiências e práticas, “acende-se” os nossos caminhos neurais, conectando todo o nosso cérebro. Isso permite que mais informações fluam, e, por conseguinte, permite maior compreensão do que está ocorrendo.

Essas informações são passadas quase em sua totalidade por existências de experiências anteriores, que determinam uma nova ação, assim segue fazendo fluxos de informações ao logo da sua existência. Treinar estas experiências anteriores é de grande valia para a submissão de novas ações. A partir de erros e acertos e conseqüentemente numa montagem para nova atividade, seja ela de fuga ou ataque o cérebro reptiliano se manifesta em sua essência promovendo capacidades na melhor atenção de seus atos, numa concentração para novas atitudes e principalmente na recepção de novas experiências que poderão ser utilizadas em outra situação igual ou similar a que o cérebro se deparar, conectando as emoções e as motivações futuras. Levenson (1999) e Mayer e Salovey (1991) definem emoção como fenômenos psicofisiológico que organizam o comportamento em maneiras eficientes de adaptação às exigências dinâmicas do ambiente.

As emoções consistem em um pacote organizado de respostas de vários subsistemas do organismo. No nível cognitivo as emoções alteram o foco da atenção para aspectos mais importantes e ativam lembranças relevantes nas redes neurais da memória de longo prazo. No nível fisiológico as emoções preparam o organismo criando um meio ótimo para uma resposta efetiva e condizente com a demanda ambiental. Esta preparação envolve a organização da expressão facial, tonalidade da voz, tônus muscular, do sistema nervoso autônomo e do sistema endócrino. No nível comportamental as emoções produzem comportamentos

expressivos veiculando informações às outras pessoas e também impulsionam comportamentos instrumentais. Facetas cognitivas e afetivas transformam o equilíbrio emocional para o mais rápido possível tomar uma decisão e são duas as facetas que identificam estas atitudes.

A primeira faceta refere-se à capacidade de identificar emoções em si mesmo e em outras pessoas e a capacidade de expressar essas emoções. Refere-se ainda, à capacidade de avaliar a autenticidade de uma expressão emocional, detectando sua veracidade, falsidade ou tentativa de manipulação. A percepção de emoções está relacionada à introspecção e formulação de ideias coerentes com seu o estado emocional. Esta abertura às experiências emocionais abre portas para a compreensão das informações veiculadas por elas, e sobre os eventos importantes que eventualmente ocorrem no meio. Facilita a compreensão empática do outro, já que a pessoa se torna capaz de experienciar os sentimentos das outras pessoas em si mesmo. Com isso, entender mais profundamente os comportamentos das pessoas.

A segunda condição está ligada ao uso das emoções para facilitar o pensamento. Diz respeito ao sistema de alerta que dirige a atenção e o pensamento para as informações (internas ou externas) mais importantes. Denota também a capacidade de gerar sentimentos em si mesmos como uma espécie de ensaio para ajudar na tomada de decisões nos processos de adaptação.

As emoções interferem em vários aspectos do funcionamento mental, influi no que é observado, no que se aprende e no que e influi, em julgamentos e decisões que são tomadas. Joseph Forgas (2001) chama isso de infusão afetiva. Por exemplo, os afetos positivos geralmente favorecem a atenção aos estímulos internos. Eles facilitam a predominância de pensamentos e disposições internas e a assimilação dos eventos externos a esses conhecimentos preexistentes. O afeto negativo, ao contrário, favorece a acomodação da atenção aos estímulos externos. Isto ocorre porque os afetos negativos fazem parte de um sistema de alarme que indica perigo potencial no ambiente externo que merece ser focalizado.

Expor o aluno em atitudes e embates onde o mesmo deverá tomar decisões sobre a ação que terá que representar diante de um obstáculo e ao mesmo tempo estimular suas habilidades reptilianas de pensamento. Percebe-se que durante uma luta de judô, por exemplo, o aluno se motra diante de uma dificuldade, portanto tem de ficar atento a todas as movimentações do oponente e ao mesmo tempo montar uma estratégia de ataque para vencer a luta. Isso acontece na capoeira, no karatê ou em qualquer outro tipo de lutas, pois o processo de ataque e defesa é o mesmo.

CONCLUSÃO

Entende-se que expor o aluno as estas condições de emoção, cognição, medo, estratégias de ataque e defesa, poderá despertar a atenção, a concentração, a retenção de experiências anteriores. Proporcionando assim, a formação de uma linha de pensamento/entendimento para solução de problemas, e com isso, facilitar o melhor desempenho nas atividades nas quais lhe coloca sobre pressão ou provas de conhecimento.

Acredita-se que a utilização das lutas nas aulas de Educação Física, colabora no melhor desempenho dos alunos nas matérias de Matemática e Física, pesquisas quantitativas deverão acontecer para comprovar a veracidade das colocações aqui apresentadas.

BIBLIOGRAFIA

- DONANGELO, M.C. *Saúde e Sociedade*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- FABIAN, J. *Rule and Process: Thoughts on Ethnography as Communication*, 1979.
- FERREIRA, Vinícius. *O Cérebro reptiliano*, 2008. Disponível em: <psicologiaciencia.blogspot.com/2008/04/o-crebro-reptiliano.htm>.
- FORGAS, J. P. *Affective intelligence: the role of affect in social thinking and behaviour*. Em: J. Ciarrochi, J. P. Forgas, & J. D. Mayer (Eds.) *Emotional*

- intelligence and everyday life, p.46-63. New York: Psychology Press, 2001.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la Clinique: Une Archéologie du Régard Médical*. Paris: P. U.F. 1963. Tradução de Tânia Calva Guimarães Rios.
- GOLEMAN, D. *Inteligência emocional: A teoria revolucionária que define o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- LEVENSON, R. W. *The intrapersonal functions of emotion*. *Cognition and Emotion*, 13 (5), 481-504, 1999.
- MACLEAN, P. B. *Cerebral evolution and emotional processes: new findings on the striatal complex*. *Annals of the New York Academy of Sciences*, n.193, p.137-149, 1972.
- MAYER, J. D. & Salovey, P. *O que é inteligência emocional?* Em: P. Salovey & D. J. Sluyter (Eds.). *Inteligência emocional da criança: Aplicações na educação e no dia-a-dia*, p. 15-49. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- MEZAN, R. *Cada disciplina com seu objetivo*. Suplem. Mais, Folha de S. Paulo, 21 nov. 1993.
- MINAYO, M.C. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.
- MORIN, E. *Science avec Conscience*. Paris: Fayard, 1990.
- _____ *Tentatives opératoires dans le traitement des certaines psychoses*. Paris, Masson, (1996)
- NASCIMENTO, P.; ALMEIDA, L. A. *Tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades*. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 91-110, 2007.
- PAIM, J. *Saúde, Crise, Reformas*. Salvador: CED/UFBa, 1986.
- PENFIELD, W. *The interpretive cortex*. *Science*, n.129, p.1719-1725, 1959.
- RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. *Possíveis diálogos entre a educação física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal*. *Conexões*, Campinas, v. 11, n. 1, p.145-170, 2013.

TRUSZ, R. A.; NUNES, A. V. *A evolução dos esportes de combate no currículo do curso de Educação Física da UFRGS*. Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 179–204, 2004.

TAYLOR, G. J. & Bagby, M. *Uma visão geral do constructo alexitimia*. Em: R. Bar-On & J. D. A. Parker (Eds.). Manual de inteligência emocional: Teoria e aplicações em casa, na escola e no trabalho. (pp. 47- 64). Porto Alegre: ArtMed, 2002.